

ESP-8.DEL.SECC.POLICIA JUDICIARIA DA CAPITAL

Edital 9/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
9/2026	180361-ESP-8.DEL.SECC.POLICIA JUDICIARIA DA CAPITAL	TATIANA FERNANDES GUARDIA	08/05/2026 17:21 (v 0.3)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		058.00124893/2025-42

1. PREÂMBULO

PREGÃO

ELETRÔNICO

90007/2026

CONTRATANTE (UASG)

(180361)

OBJETO

A contratação da Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial, visando à obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos, a serem prestados nos prédios das delegacias subordinadas a esta 8ª Delegacia Seccional de Polícia.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 4.071.451,55

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 27/05/2026 às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por Grupo

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Não

2. DO OBJETO

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

8ª Delegacia Seccional de Polícia do DECAP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026

(Processo Administrativo nº SEI 058.00124893/2025-42)

Torna-se público que o(a) Polícia Civil do Estado de São Paulo, por meio do(a) 8ª Delegacia Seccional de Polícia, sediado(a) na Av. Arquiteto Vilanova Artigas, nº 720, Bairro Conjunto Teotônio Vilela, São Paulo/SP realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a contratação da Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial, visando à obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos, a serem prestados nos prédios das delegacias subordinadas a esta 8ª Delegacia Seccional de Polícia abaixo elencadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Unidades Policiais

Endereço

41º Distrito Policial	Av. Inconfidência Mineira, 688, Vila Rica, São Paulo/SP
44º Distrito Policial	Rua Salvador Gianetti, 386, Guaianazes, São Paulo/SP
49º Distrito Policial	Av. Ragueb Chohfi, 830, São Mateus, São Paulo/SP
53º Distrito Policial	Av. Osvaldo Pucci, 180, Jardim Nossa Sra. do Carmo, São Paulo/SP
54º Distrito Policial	Rua Francisco José Viana, 175, Cidade Tiradentes, São Paulo/SP
55º Distrito Policial	Rua Aldeia de Santo Inácio, 696, Parque São Rafael, São Paulo/SP
66º Distrito Policial	Av. Osvaldo Valle Cordeiro, 190, Cidade Líder, São Paulo/SP
69º Distrito Policial	Av. Arquiteto Vilanova Artigas, 720, Teotônio Vilela - São Paulo/SP
70º Distrito Policial	Rua Otávio Alves Dundas, 390, Sapopemba, São Paulo
8ª Delegacia de Defesa da Mulher	Av. Osvaldo Valle Cordeiro, 190, Cidade Líder, São Paulo/SP

2.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por mais de um item, conforme definido no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem o grupo.

3. DE REGISTRO DE PREÇOS

3. DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A disciplina deste item 3 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte.

4.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

4.5.1. Para o único grupo objeto desta licitação a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. Não poderão disputar esta licitação:

4.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

4.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

4.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente

4.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 4.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.9. No que concerne aos itens 4.6.2 e 4.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.10. Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.

4.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme critério de julgamento definido no início deste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos subitens 5.5.1 e 5.5.2 subsequentes.

5.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, na subdivisão do item 4.5.

5.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 5.5.1 ou no item 5.5.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo "não", por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

5.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte,

5.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 a 5.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total estimado de cada item, resultando no valor do grupo, mensal e total para a contratação pelo período de 30 meses.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

6.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

6.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

6.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

6.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser equivalente a 1% e incidirá sobre o valor de cada item.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

7.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 4.5.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 7.11).

7.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

7.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

7.19.2.2. empresas brasileiras;

7.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

7.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

7.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

7.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 4.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

8.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

8.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

8.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

8.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

8.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.5 e 5.4 deste Edital.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

8.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 8.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 9.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. contiver vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

8.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Em acréscimo às disposições acima, deverão ser observados os seguintes preceitos:

8.9.1. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio de planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final.

8.9.2. A apresentação de valores abaixo dos respectivos custos referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.9.3. A fim de assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, informa-se que foi utilizado a seguinte convenção coletiva de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

a) Convenção Coletiva de Trabalho atualizada e respectivos aditivos, celebrados pelos Sind. das empresas de A. e Conservação no Estado de São Paulo, CNPJ 62.812.524/0001-34, e Siemaco - SP - Sindicato Trabalhadores Empresas Prestação de Serviços de Asseio e Conservação e Limpeza Urbana de SP, CNPJ 62.653.233/0001-40.

8.9.4. Deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

8.9.5. Considerando que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, cuja produtividade é mensurável e indicada na documentação que integra este Edital, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.9.5.1. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não esteja contida na faixa referencial de produtividade, mas seja admitida pelo Edital, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

8.9.5.2. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.10. Para efeito da subdivisão anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pelo licitante, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1. O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

8.13.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.1.2. Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de

conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.

9.1.3 Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 4, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

9.1.3.1 Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.

9.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

9.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

9.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

9.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

9.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

9.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 9.9.1.

9.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

9.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 4.5.

9.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

9.16. A disciplina da adjudicação, da homologação e da contratação encontra-se no item 15 deste Edital.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. A disciplina deste item 11 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

12. DOS RECURSOS

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021...

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico www.compras.gov.br.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

13.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

13.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

13.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

13.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

13.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

13.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

13.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

13.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. advertência;

13.2.2. multa;

13.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

13.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

13.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 13.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.2, 13.1.3, 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6 e 13.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.8, 13.1.9, 13.1.10, 13.1.11 e 13.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 13.1.2, 13.1.3, 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6 e 13.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 13.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

13.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

13.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

13.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

13.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

14. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, em campo próprio no sistema, no sítio eletrônico www.compras.sp.gov.br, bem como através do e-mail uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br.

14.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

14.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet www.compras.sp.gov.br, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

14.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

14.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

15.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 15.2.

15.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

15.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

15.2.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

15.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008". Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

15.2.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 8.1 deste Edital.

15.2.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

15.2.5.1.a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

15.3. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

15.3.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

15.3.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

15.3.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

15.4. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.5. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.6. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

15.8. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.10. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.11. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

15.12. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.13. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.14. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.14.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

15.14.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.15. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025, e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso.

15.16. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

15.17. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) nos sítios eletrônicos: <https://pncp.gov.br/app/editais> e www.compras.gov.br.

15.18. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

15.19. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

15.18.1. ANEXO I - Termo de Referência e anexos;

15.18.2. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

15.18.3. ANEXO III – Cópia do Ato Normativo sobre Sanções Aplicáveis;

15.18.4. ANEXO IV – Modelo Referente a Planilha de Proposta;

15.18.5. ANEXO V – Modelo de Declarações;

15.18.6. ANEXO VI - Modelo Referente a Vistoria Prévia;

15.18.7. ANEXO VII - Planilha Orçamentária.

São Paulo, 08 de maio 2026.

Tatiana Fernandes Guardia

Investigadora de Polícia

Valter Sergio de Abreu

Autoridade Competente

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

TATIANA FERNANDES GUARDIA

Investigadora de Polícia



Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 16:14:05.

VALTER SERGIO DE ABREU

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 17:21:56.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA.pdf (22.74 MB)
- Anexo II - ANEXO II - MINUTA DO CONTRATO.pdf (8.52 MB)
- Anexo III - ANEXO III - COPIA DO ATO NORMATIVO SOBRE SANCOES APLICAVEIS.pdf (6.02 MB)
- Anexo IV - ANEXO IV - MODELO REFERENTE A PLANILHA DE PROPOSTAS.pdf (672.3 KB)
- Anexo V - ANEXO V - MODELOS DE DECLARACOES.pdf (347.39 KB)
- Anexo VI - ANEXO VI - MODELO REFERENTE A VISTORIA PREVIA.pdf (15.13 KB)
- Anexo VII - ANEXO VII - PLANILHA ORCAMENTARIA.pdf (854.19 KB)

ESP-8.DEL.SECC.POLICIA JUDICIARIA DA CAPITAL

Termo de Referência 14/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
14/2026	180361-ESP-8.DEL.SECC.POLICIA JUDICIARIA DA CAPITAL	RENATA LANCELLOTTI ZUCCARO LEONEL	08/05/2026 13:58 (v 0.7)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		058.00124893/2025-42

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Secretaria da Segurança Pública

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária da Capital - DECAP

8ª Delegacia Seccional de Polícia - UASG 180361

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3/2026

(Processo Administrativo nº 058.00124893/2025-42)

1.1. Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, visando à obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos, com disponibilização de mão de obra com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, de forma contínua, a serem prestados nos prédios das delegacias subordinadas a esta 8ª Delegacia Seccional de Polícia, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

UNIDADE Nº 1 (41º Distrito Policial – Vila Rica - Avenida Inconfidência Mineira, 688 – Vila Rica – São Paulo/SP – CEP 03911-000)

V3 – 44 HORAS SEMANAIS - 2ª À SÁBADO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios	24023 (Siafísico 162736)	m ²	1.148,25	R\$ 8,25	R\$ 9.473,06
2	Almoxarifados/Galpões	24023 (Siafísico 162752)	m ²	40,00	R\$ 3,66	R\$ 146,40
3	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	24023 (Siafísico 218197)	m ²	51,75	R\$ 10,04	R\$ 519,57
4	Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	24023 (Siafísico 162787)	m ²	500,00	R\$ 4,12	R\$ 2.060,00
5	Varrição de passeios e arruamentos	24023 (Siafísico 162795)	m ²	1.425,00	R\$ 0,84	R\$ 1.197,00
6	Pátios e áreas verdes – Alta frequência	24023 (Siafísico 162809)	m ²	357,00	R\$ 0,77	R\$ 274,89
7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	24023 (Siafísico 162850)	m ²	58,60	R\$ 2,52	R\$ 147,67
8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	24023 (SiafísicoC 162876)	m ²	59,00	R\$ 3,20	R\$ 188,80

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 2 (44º Distrito Policial – Guaianases - Rua Salvador Gianetti, 386 – Guaianases – São Paulo/SP – CEP 08410-000)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios	24023 (Siafisico 162736)	m ²	729,49	R\$ 8,25	R\$ 6.018,29
2	Almoxarifados/Galpões	24023 (Siafisico 162752)	m ²	169,00	R\$ 3,66	R\$ 618,54
3	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	24023 (Siafisico 218197)	m ²	50,51	R\$ 10,04	R\$ 507,12
4	Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	24023 (Siafisico 162787)	m ²	288,00	R\$ 4,12	R\$ 1.186,56
5	Varrição de passeios e arruamentos	24023 (Siafisico 162795)	m ²	267,00	R\$ 0,84	R\$ 224,28
6	Pátios e áreas verdes – Alta frequência	24023 (Siafisico 162809)	m ²	67,00	R\$ 0,77	R\$ 51,59
7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	24023 (Siafisico 162850)	m ²	63,00	R\$ 2,52	R\$ 158,76
8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	24023 (Siafisico 162876)	m ²	90,00	R\$ 3,20	R\$ 288,00

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

V3 – 44 HORAS SEMANAIS - 2ª À SÁBADO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios	24023 (Siafisico 162736)	m²	836,73	R\$ 8,25	R\$ 6.903,02
2	Almoxarifados/Galpões	24023 (Siafisico 162752)	m²	18,00	R\$ 3,66	R\$ 65,88
3	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	24023 (Siafisico 218197)	m²	23,35	R\$ 10,04	R\$ 234,43
4	Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	24023 (Siafisico 162787)	m²	1.045,80	R\$ 4,12	R\$ 4.308,70
5	Varrição de passeios e arruamentos	24023 (Siafisico 162795)	m²	1.488,00	R\$ 0,84	R\$ 1.249,92
6	Pátios e áreas verdes – Alta frequência	24023 (Siafisico 162809)	m²	440,00	R\$ 0,77	R\$ 338,80
7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	24023 (Siafisico 162850)	m²	60,00	R\$ 2,52	R\$ 151,20
8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	24023 (Siafisico 162876)	m²	80,00	R\$ 3,20	R\$ 256,00

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

E3 – 44 HORAS SEMANAIS - 2ª À DOMINGO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios (segunda-feira a domingo – 8 horas diárias) Plantão Policial	24023 (Siafisico 169358)	m²	314,15	R\$ 10,33	R\$ 3.245,17
2	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	24023 (Siafisico 218197)	m²	25,77	R\$ 12,65	R\$ 328,99

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 4 (53º Distrito Policial – Parque do Carmo / Centro de Execução de Cartas Precatórias - CECP / Delegacia de Defesa do Idoso - DDI - Avenida Osvaldo Pucci, 180 – Parque do Carmo – São Paulo/SP – CEP 08270-700)

V3 – 44 HORAS SEMANAIS - 2ª À SÁBADO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios	24023 (Siafisico 162736)	m²	313,98	R\$ 8,25	R\$ 2.590,34
2	Almoxarifados/Galpões	24023 (Siafisico 162752)	m²	163,37	R\$ 3,66	R\$ 597,93
3	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	24023 (Siafisico 218197)	m²	63,88	R\$ 10,04	R\$ 641,36
4	Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	24023 (Siafisico 162787)	m²	768,60	R\$ 4,12	R\$ 3.166,63
5	Várrição de passeios e		m²			

	arruamentos	24023 (Siafísico 162795)		878,00	R\$ 0,84	R\$ 737,52
6	Pátios e áreas verdes – Alta frequência	24023 (Siafísico 162809)	m²	220,00	R\$ 0,77	R\$ 169,40
7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	24023 (Siafísico 162850)	m²	95,80	R\$ 2,52	R\$ 241,42
8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	24023 (Siafísico 162876)	m²	82,50	R\$ 3,20	R\$ 264,00

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 4.1 (53º Distrito Policial – Parque do Carmo - Avenida Osvaldo Pucci, 180 – Parque do Carmo – São Paulo/SP – CEP 08270-700)

E3 – 44 HORAS SEMANAIS - 2ª À DOMINGO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios (segunda-feira a domingo – 8 horas diárias) Plantão Policial	24023 (Siafísico 169358)	m²	163,37	R\$ 10,33	R\$ 1.687,61
2	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	24023 (Siafísico 218197)	m²	25,07	R\$ 12,65	R\$ 317,14

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 5 (54º Distrito Policial – Cidade Tiradentes - Rua Francisco José Viana, 175 – Cidade Tiradentes – São Paulo/SP – CEP 08471-530)

V3 – 44 HORAS SEMANAIS - 2ª À SÁBADO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	---------------	--------	----------------------	------------	-------------------	----------------

1	Pisos frios	24023 (Siafisico 162736)	m²	1.627,80	R\$ 8,25	R\$ 13.429,35
2	Almoxarifados/Galpões	24023 (Siafisico 162752)	m²	0,00	R\$ 3,66	R\$ 0,00
3	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	24023 (Siafisico 218197)	m²	68,20	R\$ 10,04	R\$ 684,73
4	Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	24023 (Siafisico 162787)	m²	1.042,60	R\$ 4,12	R\$ 4.295,51
5	Varrição de passeios e arruamentos	24023 (Siafisico 162795)	m²	1.129,50	R\$ 0,84	R\$ 948,78
6	Pátios e áreas verdes – Alta frequência	24023 (Siafisico 162809)	m²	2.850,00	R\$ 0,77	R\$ 2.194,50
7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	24023 (Siafisico 162850)	m²	44,00	R\$ 2,52	R\$ 110,88
8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	24023 (Siafisico 162876)	m²	99,00	R\$ 3,20	R\$ 316,80

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 6 (55º Distrito Policial – Parque São Rafael - Rua Aldeia de Santo Inácio, 696 – Parque São Rafael – São Paulo/SP – CEP 08320-560)

V3 – 44 HORAS SEMANAIS - 2ª À SÁBADO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios	24023 (Siafisico 162736)	m²	1.560,88	R\$ 8,25	R\$ 12.877,26
2	Almoxarifados/Galpões	24023 (Siafisico 162752)	m²	115,50	R\$ 3,66	R\$ 422,73
3	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	24023 (Siafisico 218197)	m²	76,12	R\$ 10,04	R\$ 764,24
4	Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	24023 (Siafisico 162787)	m²	538,00	R\$ 4,12	R\$ 2.216,56
5	Varrição de passeios e arruamentos	24023 (Siafisico 162795)	m²	1.992,40	R\$ 0,84	R\$ 1.673,62
6	Pátios e áreas verdes – Alta frequência	24023 (Siafisico 162809)	m²	948,00	R\$ 0,77	R\$ 729,96
7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	24023 (Siafisico 162850)	m²	92,00	R\$ 2,52	R\$ 231,84
8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	24023 (Siafisico 162876)	m²	173,00	R\$ 3,20	R\$ 553,60

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

V3 – 44 HORAS SEMANAIS - 2ª À SÁBADO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios	24023 (Siafisico 162736)	m²	958,07	R\$ 8,25	R\$ 7.904,08
2	Almoxarifados/Galpões	24023 (Siafisico 162752)	m²	144,00	R\$ 3,66	R\$ 527,04
3	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	24023 (Siafisico 218197)	m²	38,61	R\$ 10,04	R\$ 387,64
4	Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	24023 (Siafisico 162787)	m²	1.062,00	R\$ 4,12	R\$ 4.375,44
5	Varrição de passeios e arruamentos	24023 (Siafisico 162795)	m²	495,50	R\$ 0,84	R\$ 416,22
6	Pátios e áreas verdes – Alta frequência	24023 (Siafisico 162809)	m²	123,50	R\$ 0,77	R\$ 95,10
7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	24023 (Siafisico 162850)	m²	64,00	R\$ 2,52	R\$ 161,28
8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	24023 (Siafisico 162876)	m²	90,00	R\$ 3,20	R\$ 288,00

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 7.1 (8ª Delegacia de Defesa da Mulher - DDM - Avenida Osvaldo Valle Cordeiro, 180 – Jardim Aricanduva – São Paulo/SP – CEP 03584-000)

E3 – 44 HORAS SEMANAIS - 2ª À DOMINGO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios (segunda-feira a domingo – 8 horas diárias) Plantão Policial	24023 (Siafisico 169358)	m²	80,24	R\$ 10,33	R\$ 828,88
2	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	24023 (Siafisico 218197)	m²	27,08	R\$ 12,65	R\$ 342,56

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 8 (69º Distrito Policial – Teotônio Vilela - e Sede da 8ª Delegacia Seccional de Polícia -Avenida Arquiteto Vilanova Artigas, 720 – Conjunto Teotônio Vilela – São Paulo/SP – CEP 03928-240)

V3 – 44 HORAS SEMANAIS - 2ª À SÁBADO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios	24023 (Siafisico 162736)	m²	956,49	R\$ 8,25	R\$ 7.891,04
2	Almoxarifados/Galpões	24023 (Siafisico 162752)	m²	115,00	R\$ 3,66	R\$ 420,90
3	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	24023 (Siafisico 218197)	m²	60,81	R\$ 10,04	R\$ 610,53

4	Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	24023 (Siafisico 162787)	m²	1.200,00	RS 4,12	RS 4.944,00
5	Varrição de passeios e arruamentos	24023 (Siafisico 162795)	m²	720,00	RS 0,84	RS 604,80
6	Pátios e áreas verdes – Alta frequência	24023 (Siafisico 162809)	m²	180,00	RS 0,77	RS 138,60
7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	24023 (Siafisico 162850)	m²	90,00	RS 2,52	RS 226,80
8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	24023 (Siafisico 162876)	m²	185,00	RS 3,20	RS 592,00

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 8.1 (69º Distrito Policial – Teotônio Vilela - Teotônio Vilela -Avenida Arquiteto Vilanova Artigas, 720 – Conjunto Teotônio Vilela – São Paulo/SP – CEP 03928-240)

E3 – 44 HORAS SEMANAIS - 2ª À DOMINGO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios (segunda-feira a domingo – 8 horas diárias) Plantão Policial	24023 (Siafisico 169358)	m²	162,68	RS 10,33	RS 1.680,48
2	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	24023 (Siafisico 218197)	m²	20,02	RS 12,65	RS 253,25

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

V3 – 44 HORAS SEMANAIS - 2ª À SÁBADO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios	24023 (Siafisico 162736)	m²	826,85	R\$ 8,25	R\$ 6.821,51
2	Almoxarifados/Galpões	24023 (Siafisico 162752)	m²	50,00	R\$ 3,66	R\$ 183,00
3	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	24023 (Siafisico 218197)	m²	57,15	R\$ 10,04	R\$ 573,79
4	Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	24023 (Siafisico 162787)	m²	600,00	R\$ 4,12	R\$ 2.472,00
5	Varrição de passeios e arruamentos	24023 (Siafisico 162795)	m²	360,00	R\$ 0,84	R\$ 302,40
6	Pátios e áreas verdes – Alta frequência	24023 (Siafisico 162809)	m²	90,00	R\$ 0,77	R\$ 69,30
7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	24023 (Siafisico 162850)	m²	100,10	R\$ 2,52	R\$ 252,25
8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	24023 (Siafisico 162876)	m²	109,00	R\$ 3,20	R\$ 348,80

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva.

TOTAL – ÁREAS AGLUTINADAS:

V.3 - 44 Horas Semanais - 2ª à Sábado

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios	24023 (Siafisico 162736)	m²	8.958,54	R\$ 8,25	R\$ 73.907,96
2	Almoxarifados/Galpões	24023 (Siafisico 162752)	m²	814,87	R\$ 3,66	R\$ 2.982,42
3	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	24023 (Siafisico 218197)	m²	490,38	R\$ 10,04	R\$ 4.923,42
4	Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	24023 (Siafisico 162787)	m²	7.045,00	R\$ 4,12	R\$ 29.025,40
5	Varrição de passeios e arruamentos	24023 (Siafisico 162795)	m²	8.755,40	R\$ 0,84	R\$ 7.354,54
6	Pátios e áreas verdes – Alta frequência	24023 (Siafisico 162809)	m²	5.275,50	R\$ 0,77	R\$ 4.062,14
7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	24023 (SiafisicoC 162850)	m²	667,50	R\$ 2,52	R\$ 1.682,10
8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	24023 (Siafisico 162876)	m²	967,50	R\$ 3,20	R\$ 3.096,00

E.3 - 08 Horas Diárias (Plantão Policial) - 2ª à Domingo

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER		QUANTIDADE		
------	---------------	--------	--	------------	--	--

			UNIDADE DE MEDIDA		VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios – 2ª Feira a domingo – 8 horas diárias (Plantão Policial)	24023 (Siafísico 169358)	m²	720,44	R\$ 10,33	R\$ 7.442,15
2	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	24023 (Siafísico 218197)	m²	97,94	R\$ 12,65	R\$ 1.238,94

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o [Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023](#).

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no [Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023](#).

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do [Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023](#).

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 30 meses, contados da emissão da ordem de serviço, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que o adequado funcionamento das repartições públicas demanda limpeza constante, para manutenção das condições mínimas de higiene, possuindo caráter essencial e permanente, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o disposto no Estudo Técnico Preliminar;

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.6. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A contratada deve adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços:

I - use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II - adote medidas para evitar o desperdício de água tratada.

III - observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV - forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - realize a separação dos resíduos reutilizáveis e recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, e a sua destinação prioritária às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, que será precedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 10.936, de 2022;

VII - respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

VIII - preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução do CONAMA vigente.

4.1.2. Para fins de coleta seletiva ou logística reversa, os consumidores são obrigados a acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis (art. 35 da Lei nº 12.305, de 2010, c/c art. 9º do Decreto nº 10.936, de 2022).

4.1.3. Nos termos da Lei nº 12.305, de 2010, do Decreto nº 10.936, de 2022, e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, a contratada deverá adotar as seguintes providências:

a) realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados pela Administração. a.1) os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização ao sistema de coleta seletiva ou logística reversa porventura estabelecido.

b) otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras: b.1) racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes; b.2) substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; b.3) usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA; b.4) racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada; b.5) realizar

um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; b.6) treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;

c) utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);

d) observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/1994, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

e) fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

f) respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

g) desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais: g.1) pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores; g.2) lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica; g.3) pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente."

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.4. No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado;

II - Caução em títulos da dívida pública. Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente;

III - Fiança bancária. Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV - Seguro-garantia. A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria;

V - Título de capitalização. Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

4.4.1. A não prestação da garantia equivale à recusa injustificada de formalização da contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando o fornecedor vencedor às sanções previstas nas normas pertinentes.

4.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.6. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10:00 horas às 17:00 horas.

4.7. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.8. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.9. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.10. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 5.1.1. Início da execução do objeto: em até 10 dias a contar da emissão da ordem de serviço.
- 5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:
- 5.1.3. Cronograma de realização dos serviços:
- 5.1.4. A execução dos serviços terá início em até 10 dias da emissão da ordem de serviço e se prolongará durante a vigência contratual, prevista para 30 (trinta) meses, prorrogável por até 10 (dez) anos, desde que observadas as condições esboçadas no artigo 107 da Lei 14.133 de 2021.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

Unidades Policiais	Endereço
41º Distrito Policial	Av. Inconfidência Mineira, 688, Vila Rica, São Paulo/SP
44º Distrito Policial	Rua Salvador Gianetti, 386, Guaianazes, São Paulo/SP

49º Distrito Policial (abriga Plantão Policial do 49º DP)	Av. Ragueb Chohfi, 830, São Mateus, São Paulo/SP
53º Distrito Policial (abriga Plantão Policial do 53º DP, Setor de Cartas Precatórias e Delegacia do Idoso)	Av. Osvaldo Pucci, 180, Jardim Nossa Sra. do Carmo, São Paulo/SP
54º Distrito Policial	Rua Francisco José Viana, 175, Cidade Tiradentes, São Paulo/SP
55º Distrito Policial	Rua Aldeia de Santo Inácio, 696, Parque São Rafael, São Paulo/SP
66º Distrito Policial (abriga a 8ª DDM e a Plantão Policial da 8ª DDM)	Av. Osvaldo Valle Cordeiro, 190, Cidade Líder, São Paulo/SP
69º Distrito Policial (abriga a Delegacia Seccional e Plantão Policial do 69ª DP)	Av. Arquiteto Vilanova Artigas, 720, Teotônio Vilela - São Paulo/SP
70º Distrito Policial	Rua Otávio Alves Dundas, 390, Sapopemba, São Paulo

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

5.2.3.1. Os serviços deverão ser executados em horários que não interfiram nas atividades normais do Contratante, respeitando jornada de diária de 8 horas, limitada a 44 horas semanais.

5.2.3.2. O horário de execução dos serviços deverá ser definido de forma a atender às necessidades e especificidades das diferentes unidades da Contratante, as quais se dividem em:

- Centrais de Polícia Judiciária (Plantão Policial) - .2ª feira a domingo
- Demais unidades - 2ª feira a sábado

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo relacionadas:

De acordo com o Estudo Técnico 2025 - Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial – Vol. 03 – Jan./2025 - Versão Dezembro/2025, as características e requisitos da Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial devem ser considerados a partir dos componentes envolvidos:

Áreas internas

Pisos frios

Com espaços livres - Saguão / Hall / Salão

Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação

Áreas externas

Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações

Varrição de Passeios e Arruamentos

Vidros externos

Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)

Fonte: Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial – Vol. 03 – Jan./2025 - Versão Dezembro/2025.

As áreas a serem consideradas para cada tipo de serviço correspondem às quantidades obtidas na projeção horizontal de cada ambiente, isto é, às áreas de planta baixa. Para reforçar esse conceito, a área a ser quantificada é a de piso, sem considerar as áreas verticais de paredes, portas, divisórias, divisórias com vidros e afins.

Considerou-se como pisos frios aqueles constituídos ou revestidos de paviflex, mármore, cerâmica, marmorite, plurigoma, madeira e similares.

Áreas Internas – Pisos Frios

São consideradas como áreas internas – pisos frios aquelas constituídas ou revestidas de paviflex, mármore, cerâmica, marmorite, plurigoma e madeira, incluindo os sanitários.

Rotina e Frequência de Limpeza

Os serviços serão executados pela Contratada, conforme quadro a seguir.

Rotina e frequência de limpeza – Pisos frios

Frequência Etapas e Atividades

- | | |
|--------|--|
| Diária | <ul style="list-style-type: none">▪ Limpar espelhos e pisos dos sanitários com pano úmido e saneante domissanitário desinfetante, realizando a remoção de sujidades e de outros contaminantes, mantendo-os em adequadas condições de higienização durante todo o horário previsto de uso;▪ Lavar bacias, assentos e pias com saneante domissanitário desinfetante, mantendo-os em adequadas condições de higienização durante todo o horário previsto de uso;▪ Efetuar a reposição de papel higiênico, sabonete e papel toalha nos respectivos sanitários;▪ Manter os cestos isentos de detritos, acondicionando-os em local indicado pelo Contratante;▪ Remover o pó de mesas, telefones, armários, arquivos, prateleiras, peitoris e caixilhos das janelas, bem como dos móveis existentes, incluindo aparelhos elétricos, extintores de incêndio, entre outros. Sempre que possível, utilizar apenas pano úmido, com a finalidade de:- Evitar uso desnecessário de aditivos e detergentes para a limpeza dos móveis e eliminar o uso de produtos lustra-móveis; e- Evitar fazer a limpeza de bocais e outras partes manuseáveis com produtos potencialmente alergênicos.▪ Varrer pisos removendo os detritos, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando os para local indicado pelo Contratante;▪ Remover manchas e lustrar os pisos encerados de madeira;▪ Passar pano úmido e polir os pisos paviflex, mármore, cerâmica, marmorite, plurigoma e similares;▪ Limpar os elevadores com produto adequado;▪ Limpar/remover o pó de capachos e tapetes; e▪ Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária. |
|--------|--|

- | | |
|---------|--|
| Semanal | <ul style="list-style-type: none">▪ Limpar os azulejos, pisos e espelhos dos sanitários com saneantes domissanitários desinfetantes, mantendo-os em adequadas condições de higienização;▪ Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;▪ Limpar divisórias, portas, barras e batentes com produto adequado;▪ Limpar as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas com produto adequado;▪ Limpar/polir todos os metais, tais como: torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras etc. com produto adequado, procurando fazer uso de polidores de baixa toxicidade ou atóxicos;▪ Limpar telefones com produto adequado, evitando fazer a limpeza de bocais e outras partes manuseáveis com produto alergênico, usando apenas pano úmido;▪ Encerar e lustrar os pisos de madeira, paviflex, plurigoma e similares;▪ Retirar o pó e resíduos dos quadros em geral; e▪ Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal. |
|---------|--|

Frequência Etapas e Atividades

Mensal	<ul style="list-style-type: none"> • Limpar e remover manchas de forros, paredes e rodapés; • Remover o pó de cortinas e persianas com equipamentos e acessórios adequados; e • Executar demais serviços considerados necessários à frequência mensal.
Trimestral	<ul style="list-style-type: none"> • Limpar todas as luminárias por dentro e por fora, além de lâmpadas, aletas e difusores com o acompanhamento da manutenção; • Limpar persianas com produtos, equipamentos e acessórios adequados; e • Executar demais serviços considerados necessários à frequência trimestral.

Fonte: Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial – Vol. 03 – Jan./2025 - Versão Dezembro/2025.

Consideração Final: Os trapos e as estopas contaminados nas atividades de polimento (ou em que se utilizem produtos considerados tóxicos) deverão ser segregados e ter destinação adequada.

Áreas Internas com Espaços Livres – Saguão, Hall e Salão

São consideradas como áreas internas aquelas com espaços livres como saguão, hall e salão, revestidas com pisos frios ou acarpetados.

Rotina e Frequência de Limpeza

Os serviços serão executados pela Contratada conforme quadro a seguir.

Rotina e frequência de limpeza – Saguão, hall e salão

Frequência, Etapas e Atividades

Diária	<ul style="list-style-type: none"> • Manter os cestos isentos de detritos, acondicionando-os em local indicado pelo Contratante; • Remover o pó dos peitoris e caixilhos das janelas, bem como de bancos, cadeiras e demais móveis existentes, incluindo telefones, extintores de incêndio, entre outros. Sempre que possível, utilizar apenas pano úmido, com a finalidade de: <ul style="list-style-type: none"> - Evitar o uso desnecessário de aditivos e detergentes para a limpeza dos móveis e eliminar o uso de produtos lustra-móveis; e - Evitar fazer a limpeza de bocais e outras partes manuseáveis com produtos potencialmente alergênicos. • Varrer pisos removendo os detritos, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando os para local indicado pelo Contratante; • Remover manchas e lustrar os pisos encerados de madeira; • Passar pano úmido e polir os pisos paviflex, mármore, cerâmica, mamorite, plurigoma e similares; • Limpar e remover o pó de capachos e tapetes; e • Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.
Semanal	<ul style="list-style-type: none"> • Limpar portas, barras e batentes com produto adequado; • Limpar as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas com produto adequado; • Limpar e polir todos os metais, tais como: torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc. com produto adequado, procurando fazer uso de polidores de baixa toxicidade ou atóxicos; • Limpar telefones com produto adequado, evitando fazer a limpeza de bocais e outras partes manuseáveis com produtos alergênicos, usando apenas pano úmido; • Encerar/lustrar os pisos de madeira, paviflex, plurigoma e similares; • Retirar o pó e resíduos dos quadros em geral; e • Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.
Mensal	<ul style="list-style-type: none"> • Limpar e remover manchas de forros, paredes e rodapés; • Remover o pó de cortinas e persianas com equipamentos e acessórios adequados; e • Executar demais serviços considerados necessários à frequência mensal.
Trimestral	<ul style="list-style-type: none"> • Limpar todas as luminárias por dentro e por fora, além de lâmpadas, aletas e difusores; • Limpar persianas com produtos, equipamentos e acessórios adequados; e • Executar demais serviços considerados necessários à frequência trimestral.

Fonte: Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial – Vol. 03 – Jan./2025 - Versão Dezembro/2025.

Consideração Final: Os trapos e as estopas contaminados nas atividades de polimento (ou em que se utilizem produtos considerados tóxicos) deverão ser segregados e ter destinação adequada.

Áreas Internas – Sanitários de Uso Público ou Coletivo de Grande Circulação

São consideradas as atividades de limpeza e higienização realizadas de forma permanente e efetiva em instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação em locais de âmbito interno.

Rotina e Frequência de Limpeza

Os serviços serão executados pela Contratada conforme quadro a seguir.

Rotina e frequência de limpeza – Sanitários de uso público ou coletivo

Frequência Etapas e Atividades

Diária	<ul style="list-style-type: none">• Limpar espelhos e pisos dos sanitários com pano úmido e saneante domissanitário desinfetante, realizando a remoção de sujidades e outros contaminantes, mantendo-os em adequadas condições de higienização durante todo o horário previsto de uso;• Lavar bacias, assentos e pias com saneante domissanitário desinfetante, mantendo-os em adequadas condições de higienização durante todo o horário previsto de uso;• Efetuar a reposição de papel higiênico, sabonete e papel toalha nos respectivos sanitários;• Manter os cestos isentos de detritos, acondicionando-os em local indicado pelo Contratante;• Remover o pó de mesas, armários, prateleiras, peitoris, caixilhos das janelas, bem como de móveis existentes, incluindo aparelhos elétricos, extintores de incêndio, entre outros. Sempre que possível, utilizar apenas pano úmido, com a finalidade de:- Evitar uso desnecessário de aditivos e detergentes para a limpeza dos móveis e eliminar o uso de produtos lustra-móveis; e- Evitar fazer a limpeza de partes manuseáveis com produtos potencialmente alergênicos.• Varrer pisos removendo os detritos, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando os para local indicado pelo Contratante;• Remover manchas;• Passar pano úmido e polir os pisos paviflex, mármore, cerâmica, marmorite, plurigoma e similares;• Limpar e remover o pó de capachos e tapetes; e• Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.
Semanal	<ul style="list-style-type: none">• Limpar azulejos, pisos e espelhos dos sanitários com saneantes domissanitários desinfetantes, mantendo-os em adequadas condições de higienização;• Limpar atrás dos móveis e armários;• Limpar divisórias, portas, barras e batentes com produto adequado;• Limpar e polir todos os metais, tais como: torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc. com produto adequado, procurando fazer uso de polidores de baixa toxicidade ou atóxicos;• Encerar/lustrar os pisos paviflex, plurigoma e similares; e• Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.
Mensal	<ul style="list-style-type: none">• Limpar e remover manchas de forros, paredes e rodapés;• Remover o pó de cortinas e persianas com equipamentos e acessórios adequados; e• Executar demais serviços considerados necessários à frequência mensal.
Trimestral	<ul style="list-style-type: none">• Limpar todas as luminárias por dentro e por fora, além de lâmpadas, aletas e difusores;• Limpar persianas com produtos, equipamentos e acessórios adequados; e• Executar demais serviços considerados necessários à frequência trimestral.

Fonte: Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial – Vol. 03 – Jan./2025 - Versão Dezembro/2025.

Os trapos e as estopas contaminados nas atividades de polimento (ou em que se utilizem produtos considerados tóxicos) deverão ser segregados e ter destinação adequada.

Áreas Externas – Pisos Pavimentados Adjacentes/ Contíguos às Edificações

Rotina e Frequência de Limpeza

São consideradas como áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações aquelas circundantes aos prédios administrativos, revestidas de cimento, lajota, cerâmica etc.

Os serviços serão executados pela Contratada conforme quadro a seguir.

Rotina e frequência de limpeza – Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações

Frequência Etapas e Atividades

Diária	<ul style="list-style-type: none">• Manter os cestos isentos de detritos, acondicionando-os em local indicado pelo Contratante;• Limpar e remover o pó de capachos;• Limpar adequadamente cinzeiros;• Varrer as áreas pavimentadas removendo detritos, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando-os para local indicado pelo Contratante;• Retirar papéis, detritos e folhagens, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando os para local indicado pelo Contratante, observada a legislação ambiental vigente e a de medicina e segurança do trabalho, sendo terminantemente vedada a queima dessas matérias em local não autorizado, situado na área circunscrita, de propriedade do Contratante;• Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária; e• Lavar os pisos somente nas áreas circunscritas que apresentem sujeidade e manchas, observando as restrições do item 5.19.4.2. Utilização da Água.
Semanal	<ul style="list-style-type: none">• Lavar os pisos, observados os regramentos estabelecidos pelo item 5.19.4.2. Utilização da Água; e• Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.
Mensal	<ul style="list-style-type: none">• Limpar e polir todos os metais, tais como: torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras etc. com produto adequado, procurando fazer uso de polidores de baixa toxicidade ou atóxicos; e• Executar demais serviços considerados necessários à frequência mensal.

Fonte: Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial – Vol. 03 – Jan./2025 - Versão Dezembro/2025.

Utilização da Água.

a) A limpeza dos pisos pavimentados somente será feita por meio de varredura e recolhimento de detritos ou por meio da utilização de baldes, panos molhados ou escovão, sendo expressamente vedada a lavagem com água potável, exceto em casos em que se confirme a presença de material contagioso ou outros que tragam danos à saúde.

b) Sempre que possível, será permitida a lavagem com água de reuso ou outras fontes (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros).

Consideração Final: Os trapos e as estopas contaminados nas atividades de polimento (ou em que se utilizem produtos considerados tóxicos) deverão ser segregados e ter destinação adequada.

Áreas Externas – Varrição de Passeios e Arruamentos

São consideradas como áreas externas – varrição de passeios e arruamentos áreas destinadas a estacionamento (inclusive garagens cobertas), passeios, alamedas, arruamentos e demais áreas circunscritas nas dependências do Contratante.

Rotina e Frequência de Limpeza

Os serviços serão executados pela Contratada conforme quadro a seguir:

Rotina e frequência de limpeza – varrição de passeios e arruamentos

Frequência Etapas e Atividades

Diária	<ul style="list-style-type: none">• Manter os cestos isentos de detritos, acondicionando-os em local indicado pelo Contratante;• Varrer as áreas pavimentadas, removendo os detritos, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando-os para local indicado pelo Contratante;• Retirar papéis, detritos e folhagens, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando os para local indicado pelo Contratante, observando a legislação ambiental vigente e a de medicina e segurança do
--------	---

trabalho, sendo terminantemente vedada a queima dessas matérias em local não autorizado, situado na área circunscrita de propriedade do Contratante; e

- Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

Semanal ▪ Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

Mensal ▪ Executar demais serviços considerados necessários à frequência mensal.

Fonte: Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial – Vol. 03 – Jan./2025 - Versão Dezembro/2025.

Utilização de Água

a) A limpeza de passeios e arruamentos somente será feita por meio de varredura e recolhimento de detritos ou por meio da utilização de baldes, panos molhados ou escovão, sendo expressamente vedada a lavagem com água potável, exceto em casos em que se confirme a presença de material contagioso ou outros que tragam danos à saúde;

b) Sempre que possível, será permitida a lavagem com água de reuso ou outras fontes (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros).

Vidros Externos – Frequência Trimestral e Semestral – Com ou Sem Exposição à Situação de Risco

Descrição dos Serviços

São considerados como vidros externos aqueles localizados nas fachadas das edificações. Os vidros externos são compostos por face interna e face externa. A quantificação da área dos vidros externos deverá se referir somente a uma de suas faces.

Os serviços serão executados pela Contratada conforme quadro a seguir. Ressalta-se que a limpeza da face externa dos vidros externos pode ser realizada tanto trimestralmente quanto semestralmente.

Rotina e frequência de limpeza

Vidros externos – Trimestral e semestral – com ou sem exposição à situação de risco

Etapas, Atividades e Frequências de Limpeza dos Vidros Externos

Face Externa – Frequência Trimestral

Quinzenal ▪ Face interna – Limpar todos os vidros externos, face interna, aplicando-lhes, se necessário, produtos antiembaçantes de baixa toxicidade.

Trimestral ▪ Face externa – Limpar todos os vidros externos, face externa, aplicando-lhes, se necessário, produtos antiembaçantes de baixa toxicidade.

Face Externa – Frequência Semestral

Quinzenal ▪ Face interna – Limpar todos os vidros externos, face interna, aplicando-lhes, se necessário, produtos antiembaçantes de baixa toxicidade.

Semestral ▪ Face externa – Limpar todos os vidros externos, face externa, aplicando-lhes, se necessário, produtos antiembaçantes de baixa toxicidade.

Fonte: Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial – Vol. 03 – Jan./2025 - Versão Dezembro/2025.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades necessárias a suprir as áreas descritas no item 5.2. e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.5.1. Categorias de materiais obrigatórios

a) A Contratada deverá garantir o fornecimento permanente dos seguintes grupos de materiais:

- Produtos de limpeza geral: detergentes neutros, desinfetantes, limpadores multiuso, sabão líquido, álcool 70%, água sanitária, desengordurantes, limpadores de piso, lustra-móveis, ceras e removedores.
- Produtos específicos: limpadores de vidros, sanitizantes para superfícies de uso comum.
- Materiais de consumo: sacos plásticos de lixo de diferentes capacidades e espessuras.
- Utensílios e equipamentos de apoio: panos, flanelas, esponjas, rodos, vassouras, baldes, pás, escovas, pulverizadores, mop pó e mop água, carros funcionais, lixeiras, dispensadores e suportes.
- Equipamentos de proteção e apoio operacional: luvas, máscaras, aventais, botas e demais EPIs exigidos pela NR-6.

5.5.2. Qualidade e conformidade dos produtos

a) Todos os produtos de limpeza deverão ser registrados ou notificados junto à ANVISA, quando aplicável, e atender às normas da ABNT e às legislações sanitárias vigentes.

b) Deverão apresentar ficha técnica e ficha de Informação de Segurança de Produto Químico (FISPQ), em conformidade com a NBR 14725.

c) É vedado o uso de produtos que contenham substâncias tóxicas, inflamáveis ou de risco à saúde humana ou ao meio ambiente, devendo ser priorizados produtos biodegradáveis e de baixo impacto ambiental.

d) Produtos concentrados deverão ser utilizados apenas mediante correta diluição e rotulagem secundária, conforme instruções do fabricante.

5.5.3. Padronização e compatibilidade

a) Todos os materiais e insumos deverão ser padronizados pela Contratada, garantindo homogeneidade de marcas e desempenho durante a vigência contratual.

b) Alterações de marca ou tipo somente poderão ocorrer mediante comprovação de equivalência técnica.

c) A Contratada deverá armazenar e distribuir os produtos em recipientes adequados e devidamente identificados, observando normas de segurança e armazenamento.

5.5.4. Quantidade, reposição e controle

a) A Contratada deverá manter estoque mínimo mensal, dimensionado conforme a frequência e a área de limpeza, assegurando o fornecimento contínuo sem interrupção dos serviços.

b) A reposição de insumos de uso contínuo deverá ocorrer sempre que necessário, sem depender de solicitação da Fiscalização.

c) Deverá ser apresentada planilha detalhada de consumo mensal estimado por tipo de ambiente (sanitário, escritório, área externa, copa, etc.), conforme parâmetros do CADTERC Volume 3.

5.5.5. Sustentabilidade e responsabilidade ambiental

a) Sempre que possível, os produtos deverão possuir selos de certificação ambiental (ex.: ABNT Ecolabel, ISO 14024, ou equivalentes).

b) Deverão ser priorizados produtos concentrados e refis, visando à redução de embalagens e resíduos.

c) É obrigatória a destinação ambientalmente adequada das embalagens vazias e resíduos químicos, conforme normas ambientais vigentes.

5.5.6. Controle de uso e rastreabilidade

a) A Contratada deverá apresentar, mensalmente, à Fiscalização, relatório contendo:

- Relação dos materiais e produtos utilizados por unidade;
- Quantidades efetivamente consumidas;
- Procedimentos de diluição e manuseio adotados.

b) A Fiscalização poderá solicitar amostras dos produtos utilizados a qualquer tempo, para verificação de qualidade e conformidade técnica.

Uniformes

5.6. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.6.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário, confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

- Camisa ou camiseta: confeccionada em tecido resistente e de fácil higienização (preferencialmente algodão ou misto), com mangas curtas ou longas conforme a estação, na cor padronizada pela empresa. Deverá conter identificação da empresa contratada (nome ou logomarca) e, de forma visível, o nome do funcionário.
- Calça: modelo de corte reto, em tecido de brim ou sarja, na cor compatível com o padrão visual adotado pela empresa, garantindo conforto e durabilidade.
- Avental ou jaleco: em material lavável e impermeável, a ser utilizado em atividades de higienização pesada ou manipulação de produtos químicos.
- Calçado: tipo botina ou sapato fechado antiderrapante, confeccionado em material impermeável, confortável e de fácil limpeza, em conformidade com as normas de segurança do trabalho.
- EPI complementar (quando necessário): luvas, máscaras, toucas ou outros equipamentos exigidos pelas normas da NR-6 e demais legislações aplicáveis, devendo ser fornecidos em perfeito estado de conservação e substituídos sempre que houver desgaste.

5.6.1.2. Os conjuntos completos devem ser fornecidos aos empregados no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de quarenta e oito (48) horas, após comunicação escrita do Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

5.6.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.6.4. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Especificação da garantia do serviço

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado *deverá* manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do objeto contratual.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17](#)).

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133, de 2021](#)), art. 117, § 1º, e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#)).

6.12. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III](#)).

6.13. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV](#)).

6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

- 6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, II).
- 6.16. A fiscalização técnica do contrato deve avaliar constantemente a execução dos serviços através do documento denominado Avaliação de Serviços, conforme previsto no Anexo deste TR, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, que poderá acarretar o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.
- 6.17. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer ao Contratado a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 6.18. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto do Contratado a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 6.19. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.
- 6.20. O Contratado poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 6.21. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores que sejam previstos na documentação que compõe a contratação, devem ser aplicadas sanções ao Contratado de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 6.22. É vedada a atribuição ao Contratado da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ele realizada.
- 6.23. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 6.24. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#) ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), artigo 17, parágrafo único, 6).
- 6.25. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento do Contratado que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso (art. 47, § 2º, [Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017](#), c/c a [Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 2022](#), e o artigo 1º, VII, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

6.26. A fiscalização de que trata este item 6 não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante.

6.27. As disposições previstas neste Termo de Referência quanto à fiscalização técnica não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a fiscalização contratual.

6.28. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Fiscalização Administrativa

6.29. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, II e III).

6.30. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, IV).

6.31. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando -se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.32. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.33. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução da contratação (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de Contratado que mantém vínculos regidos pela [Consolidação das Leis do Trabalho](#) (CLT):

6.34.1. No 1º (primeiro) mês da prestação dos serviços, o Contratado deverá apresentar a seguinte documentação:

6.34.1.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, número da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.34.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pelo Contratado;

6.34.1.3. Exames médicos admissionais dos empregados do Contratado que prestarão os serviços;

6.34.1.4. Cópia de Acordo Coletivo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Sentença Normativa vigentes, e, ao longo da vigência da contratação, do(s) instrumento(s) que o suceda(m); e

6.34.1.5. comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019, de 1974;

6.34.2. Até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços (ou último dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços, se não houver equivalente), o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações:

6.34.2.1. Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

6.34.2.2. Certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal /Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação neste instrumento;

6.34.2.3. Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF - FGTS); e

6.34.2.4. Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

6.34.3. Quando solicitado pelo Contratante e no prazo fixado, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação a qualquer dos empregados diretamente envolvidos na execução da contratação, em especial quanto aos seguintes documentos, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços (art. 50 da Lei nº 14.133, de 2021):

6.34.3.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS do empregado;

6.34.3.2. Cópia da folha de pagamento analítica, em que conste como tomador o Contratante;

6.34.3.3. Cópia dos contracheques dos empregados ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.34.3.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros) e de cumprimento de outras exigências a que estiver obrigado por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho; e

6.34.3.5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;

6.34.4. O Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção do contrato, até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços:

6.34.4.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados que realizaram o serviço, nos termos da legislação em vigor, ou documentação que comprove que os empregados serão realocados em outra atividade do Contratado sem extinção de seus contratos de trabalho;

6.34.4.2. Documentação relativa à concessão de Aviso Prévio Trabalhado ou Indenizado, e ao pagamento de verbas rescisórias que forem devidas, referentes às rescisões contratuais, de forma a comprovar a quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados;

6.34.4.3. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.34.4.4. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e

6.34.4.5. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.35. Nas hipóteses de exigência de comprovações de que tratam as subdivisões anteriores, a não apresentação dos documentos solicitados pela fiscalização contratual no prazo por ela fixado acarretará a aplicação de multa ao Contratado, conforme previsto no instrumento da contratação (art. 50 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.36. Sempre que houver admissão de novos empregados pelo Contratado, os documentos correspondentes aos exigidos no 1º (primeiro) mês da prestação dos serviços conforme esta seção deverão ser apresentados em relação a cada novo empregado. O desligamento de empregados no curso do contrato administrativo deve ser devidamente comunicado ao Contratante, com a apresentação pelo Contratado de toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

6.37. O Contratante deverá analisar a documentação exigida por ocasião da extinção da contratação conforme esta seção no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.38. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, o Contratado deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados, observando-se as seguintes disposições:

6.39.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT;

6.39.2. Para fins de comprovação da tentativa a que se refere a subdivisão anterior, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros;

6.39.3. Não haverá pagamento adicional pelo Contratante ao Contratado em razão do cumprimento das obrigações previstas na subdivisão anterior.

6.40. No caso de sociedades diversas, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.4.1. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.42. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, o Contratante oficiará à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.43. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, o Contratante oficiará ao Ministério do Trabalho e Emprego.

6.44. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pelo Contratado, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS, ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento da contratação e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, por ato unilateral e escrito do Contratante, com base nos arts. 50 e 121 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.44.1. O Contratante adotará as medidas cabíveis para assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas e demais obrigações contratuais pelo Contratado sempre que identificar descumprimento, inclusive quando for cientificado dessa circunstância por meio do recebimento de notificação formal enviada por trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou outro meio idôneo.

6.45. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, até que a situação seja regularizada (art. 121, § 3º, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.45.1. Não havendo quitação das verbas trabalhistas por parte do Contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, que serão deduzidas do pagamento devido ao Contratado.

6.45.1.1. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas na subdivisão acima.

6.45.1.2. Os pagamentos das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do Contratado não configuram vínculo empregatício, tampouco implicam a assunção de responsabilidade pelo Contratante em relação aos empregados do Contratado por quaisquer obrigações dele decorrentes.

6.46. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.47. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.48. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.49. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.50. As disposições previstas neste Termo de Referência quanto à fiscalização administrativa não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a fiscalização contratual.

6.51. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

Gestor do Contrato

6.52. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), inciso III do art. 2º).

6.53. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso IX).

6.54. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VI).

6.55. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VIII).

6.56. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.57. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), denominado Avaliação da Qualidade dos Serviços de Limpeza Prestados, conforme previsto no anexo deste TR.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1.1. não tenha produzido os resultados acordados;

7.1.1.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.1.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios previstos nas Avaliações da Qualidade dos Serviços de Limpeza Prestados, a serem realizadas pelos fiscais setoriais do contrato:

7.3.1. Execução das rotinas e atividades - A avaliação será feita com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), considerando se as tarefas foram realizadas na periodicidade e padrão de qualidade definidos no Termo de Referência;

7.3.2 Disponibilização e utilização adequada dos materiais, equipamentos e insumos - Será conferido se os materiais e equipamentos previstos na planilha de custos foram entregues e utilizados corretamente, garantindo quantidade, qualidade e conformidade com as especificações técnicas.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo ([Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021](#), e arts. 17, X, e 18, VI, do [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.(Art. 17, X, [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a periodicidade mensal:

7.9.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.9.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.15.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI](#)):

7.15.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.15.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.15.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.15.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.16. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.17. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.18. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais ([art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022](#), c/c o [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.19. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.20. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.21. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.22. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018](#) c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.23. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.24. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.25. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.26. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.27. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.28. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do [Decreto estadual nº 67.608, 2023](#), c/c o art. 1º do [Decreto estadual nº 32.117, de 1990](#)), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.29. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.29.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais- CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

7.30. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.31. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.31.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.32. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. A descrição das infrações e respectivas sanções encontram-se pormenorizadas em tópico específico do edital correspondente.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores às parcelas constantes da Convenção Coletiva de Trabalho vigente, com valores já atualizados, especialmente no que se refere aos seguintes parâmetros:

a) salário-base e adicionais;

b) benefícios de natureza trabalhista ou social que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral.

9.3.1. Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral;

9.3.2. Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 9, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

9.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#);

9.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

(PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

9.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

9.23. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo do Edital, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

a) A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

b) Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

9.25. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

9.25.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

Qualificação Técnico-Operacional

9.26. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

9.26.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o (s) atestado (s) ou certidão (ões) deverá (ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.26.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos na prestação de serviços similares, sendo aceito o somatório de atestados ou certidões de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os meses serem ininterruptos;

9.26.1.2. Comprovação de que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

9.26.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017, aplicável por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 2022, c/c o art. 1º, inciso VII, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023;

9.26.2.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

9.26.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.26.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.27. Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório no município de São Paulo, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato.

9.28. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.29. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.30. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.31. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.32. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Outras comprovações

9.33. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

9.34. Tratando-se de consórcio:

9.34.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

a) Designação do consórcio e sua composição;

b) Finalidade do consórcio;

c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;

f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea "c" desta subdivisão.

9.34.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

9.34.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.34.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 4.071.451,55 (quatro milhões, setenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos Planilha Orçamentária, em Anexo do Edital. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: 00001;
- II) Fonte de recursos: 150010001;
- III) Programa de trabalho: 06122180141800000;
- IV) Elemento de despesa: 33903796; e
- V) . Plano interno: 000.000.0100.

11.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

São Paulo, 08 de maio de 2026.

Renata Lancellotti Zuccaro Leonel
Delegada de Polícia Assistente

Valter Sergio de Abreu
Autoridade Competente

13. ANEXO I

Não se aplica, considerando que o Edital já possui o Anexo IV.3 pertinente.

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/202X

Declaro que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) no _____, inscrição estadual no _____ estabelecida em _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

Nome do Órgão/Empresa	Endereço/telefone do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor Total do contrato

Valor Total dos Contratos R\$ _____ (_____).

Local-UF, de de 20....

(Nome e Cargo do Representante Legal)

Observação:

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com as quais tem contratos vigentes.

Nota 2: Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

FÓRMULA EXEMPLIFICATIVA, PARA FINS DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NESTE ANEXO

A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

Fórmula de cálculo:

Valor do Patrimônio Líquido x 12 > 1

Valor total dos contratos

Observação:

Nota 1: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

Nota 2: considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

- Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo:

$(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor total dos Contratos}) \times 100 = \text{Valor da Receita Bruta}$

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20....

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VALTER SERGIO DE ABREU

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 12:39:48.

RENATA LANCELLOTTI ZUCCARO LEONEL

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 11:43:14.

ESP-8.DEL.SECC.POLICIA JUDICIARIA DA CAPITAL

Estudo Técnico Preliminar 9/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 058.00124893/2025-42

2. Contratação dos serviços de limpeza

2.1. Este documento apresenta estudo técnico preliminar visando demonstrar a necessidade e a viabilidade técnica e econômica da contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial, com fornecimento de mão-de-obra, materiais, inclusive saneantes domissanitários, e equipamentos para higienização das instalações desta 8ª Delegacia Seccional de Polícia e suas unidades subordinadas.

2.2. A necessidade de nova contratação surgiu em razão do término da vigência do contrato anterior, previsto para setembro/2026, sem possibilidade de prorrogação do prazo contratual. No decorrer da fase preparatória para nova contratação, verificou-se irregularidades na execução do contrato vigente (Contrato nº 02/2024), passível de rescisão contratual, o que ensejou urgência na nova contratação. A continuidade da prestação dos serviços, contudo, é imprescindível para garantir um ambiente limpo e saudável aos servidores e ao público externo que demanda atendimento junto à repartição, o que se dará por meio de nova contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial. Destaca-se a inexistência de servidor para o desempenho de tal função.

2.3. A prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial compreende a higienização das áreas das unidades mencionadas neste documento, com o fornecimento de todo o material de limpeza e higiene, máquinas, equipamentos e utensílios necessários à adequada execução dos serviços e visa ainda, garantir a conservação dos bens móveis e imóveis, com o consequente aumento da durabilidade dos bens públicos, pautado no princípio da economicidade que orienta a administração pública.

2.4. Para fins de fundamentação do presente estudo, considerou-se limpeza como a "remoção de qualquer corpo indesejável, visível ou não, de uma superfície, sem alteração das características originais do item que está sendo limpo, e onde o processo utilizado não seja nocivo ao meio ambiente".

2.5. Para a elaboração deste Estudo Técnico Preliminar foram considerados os incisos previstos no Artigo 4º do Decreto Estadual n.º 68.017/2023.

2.6. Este documento embasará o Termo de Referência, conforme previsto na Lei n.º 14.133/2021.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Assistência Policial	Renata Lancellotti Zuccaró Leonel

4. Descrição da necessidade

A contratação da Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial, visando à obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação

exclusiva, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos, a serem prestados nos prédios das delegacias subordinadas a esta 8ª Delegacia Seccional de Polícia, conforme o Documento de Formalização de Demanda 41 /2025, são fundamentadas em razões primordiais relacionadas à promoção da saúde ocupacional e à garantia de um ambiente propício à eficiência operacional.

Destacamos os seguintes pontos para respaldar esta necessidade:

4.1. Saúde e Bem-Estar Ocupacional:

A manutenção de um ambiente higienizado é crucial para a saúde e bem-estar dos colaboradores. A limpeza adequada contribui para a redução do risco de doenças ocupacionais, assegurando um local de trabalho seguro e saudável.

4.2. Imagem Institucional:

Manter as instalações impecáveis reforça a seriedade da instituição e sua dedicação aos mais altos padrões de excelência.

4.3. Produtividade e Qualidade de Trabalho:

Ambientes limpos e organizados impactam diretamente na produtividade e na qualidade do trabalho. Ao proporcionar um local bem cuidado, a delegacia investe no engajamento e na motivação da equipe, refletindo positivamente nos resultados alcançados.

O serviço mencionado busca atender a necessidade permanente da Administração, caracterizando-se como atividade de apoio, que visa contribuir de forma acessória para o cumprimento da missão institucional. A terceirização dos serviços é possível quando o órgão não dispõem de recursos humanos e cargos disponíveis com atribuições condizentes com o objeto no quadro de pessoal da instituição.

A contratação da Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos, se justifica pela natureza continuada desses serviços, os quais são essenciais ao adequado funcionamento das repartições, principalmente no que concerne à manutenção de suas estruturas físicas de acordo com as condições mínimas de higiene e limpeza, sendo que a interrupção desse serviço pode comprometer a continuidade das diversas atividades, visto a necessidade de limpeza constante. Além disso, os espaços de convivência e de trabalho precisam manter um nível aceitável de higiene e conservação para oferecer um ambiente seguro, limpo e agradável.

A deflagração do novo processo licitatório também se dá em razão do término do contrato vigente e da impossibilidade de prorrogação do contrato, conforme já informado, culminando na urgência de nova contratação do serviço ora pretendido.

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Nos termos do artigo 5º, Inciso II do Decreto 68.017/2023, passa-se à descrição dos requisitos de contratação, os quais parametrizarão a solução a ser apresentada.

5.1. Do Objeto

Este procedimento tem como objeto a prestação de Serviços Comum de Limpeza, Asseio e Conservação, com fornecimento de mão de obra, materiais e insumos, para todos os prédios das unidades subordinadas desta 8ª Delegacia Seccional de Polícia, a saber:

Unidades Policiais	Endereço
41º Distrito Policial	Av. Inconfidência Mineira, 688, Vila Rica, São Paulo/SP
44º Distrito Policial	Rua Salvador Gianetti, 386, Guaianazes, São Paulo/SP
49º Distrito Policial (abriga o plantão do 49º DP)	Av. Ragueb Chohfi, 830, São Mateus, São Paulo/SP

53º Distrito Policial (abriga o plantão do 53º DP, Setor de Cartas Precatórias e Delegacia do Idoso)	Av. Osvaldo Pucci, 180, Jardim Nossa Sra. do Carmo, São Paulo/SP
54º Distrito Policial	Rua Francisco José Viana, 175, Cidade Tiradentes, São Paulo/SP
55º Distrito Policial	Rua Aldeia de Santo Inácio, 696, Parque São Rafael, São Paulo/SP
66º Distrito Policial (abriga a 8ª DDM e o respectivo plantão)	Av. Osvaldo Valle Cordeiro, 190, Cidade Líder, São Paulo/SP
69º Distrito Policial (abriga o plantão do 69º DP a Delegacia Seccional)	Av. Arquiteto Vilanova Artigas, 720, Teotônio Vilela - São Paulo/SP
70º Distrito Policial	Rua Otávio Alves Dundas, 390, Sapopemba, São Paulo

5.1.1. Classificação do Objeto

A contratação pretendida possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definida pelo ato convocatório, de modo que o serviço pretendido é comum e permite um a competição baseada unicamente nos preços propostos pelos licitantes, visto que não haverá apreciação de propostas técnicas. Enquadra-se na definição de "serviços comuns" uma vez que é composto de serviços padronizados e definidos inteiramente por meio de especificações claras e objetivas, tanto no que diz respeito à aplicação de mão de obra como no fornecimento de materiais. Além disso, o objeto segue especificações que são usuais de mercado.

Trata-se de serviços contínuos, com dedicação exclusiva de mão de obra, com predominância de mão de obra. Isto porque, a prestação de serviços almejada constitui necessidade permanente da Administração, com alocação de funcionárias da Contratada nas dependências da Contratante, nos termos do inciso XVI do artigo 6º da Lei 14.133/2021.

5.2. Do início dos Serviços

A execução dos serviços dar-se-á a partir da emissão da ordem de serviço, e a vigência inicial do contrato será de 30 (trinta) meses, prorrogável por até 10 (dez) anos, desde que observadas as condições esboçadas no artigo 107 da Lei 14.133 de 2021.

5.3. Da mão de Obra.

Os profissionais que executarão os serviços contratados serão provenientes dos quadros da CONTRATADA, em quantidade compatível com as áreas apresentadas, as quais abrangem todas as unidades subordinadas a esta 8ª Delegacia Seccional de Polícia, consoante metragem total constante do anexo e reproduzida no item 8 deste Estudo.

De acordo com o Estudo Técnico 2025 - Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial – Vol. 03 – Versão 1: Dezembro/2025, disponibilizado no Portal de Compras.sp.gov.br (https://compras.sp.gov.br/wp-content/uploads/2025/12/P03_Estudo_SEM_Marcas_Revisao_Vol03_V1.pdf), a contratação em comento se caracteriza como serviço comum, de caráter continuado, com dedicação exclusiva de mão de obra, pois tem caráter essencial e permanente e sua prestação necessita de funcionários alocados dentro das unidades subordinadas a esta 8ª Delegacia Seccional de Polícia.

Nesse sentido, no período compreendido entre a assinatura do contrato e o início da execução dos serviços, a CONTRATADA deverá providenciar e apresentar toda a documentação comprobatória da regular contratação de seus empregados destinados à execução do objeto, incluindo registro em CTPS, exames admissionais, comprovantes de recolhimento do FGTS e demais documentos exigidos pela legislação vigente.

Os funcionários da CONTRATADA deverão apresentar-se devidamente uniformizados e identificados desde o primeiro dia de execução dos serviços, de forma a diferenciar-se visualmente dos usuários dos serviços oferecidos nas unidades policiais e integrantes de outros órgãos da Segurança Pública.

5.4. Dos Materiais e Insumos

Os materiais e insumos, necessários à prestação, também deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, em número e quantidade compatíveis às áreas apresentadas, as quais abrangem todas as unidades subordinadas a esta 8ª Delegacia Seccional de Polícia, consoante metragem total constante do anexo e reproduzidas no item 8 deste Estudo.

A Contratada deverá fornecer, manter e repor, às suas expensas, todos os materiais, produtos de limpeza, utensílios e insumos necessários à plena execução dos serviços de limpeza, asseio e conservação, observando os seguintes requisitos mínimos:

Qualidade e conformidade dos produtos

- a) Todos os produtos de limpeza deverão ser registrados ou notificados junto à ANVISA, quando aplicável, e atender às normas da ABNT e às legislações sanitárias vigentes.
- b) Deverão apresentar ficha técnica e ficha de Informação de Segurança de Produto Químico (FISPQ), em conformidade com a NBR 14725.
- c) É vedado o uso de produtos que contenham substâncias tóxicas, inflamáveis ou de risco à saúde humana ou ao meio ambiente, devendo ser priorizados produtos biodegradáveis e de baixo impacto ambiental.
- d) Produtos concentrados deverão ser utilizados apenas mediante correta diluição e rotulagem secundária, conforme instruções do fabricante.

Padronização e compatibilidade

- a) Todos os materiais e insumos deverão ser padronizados pela Contratada, garantindo homogeneidade de marcas e desempenho durante a vigência contratual.
- b) Alterações de marca ou tipo somente poderão ocorrer mediante comprovação de equivalência técnica.
- c) A Contratada deverá armazenar e distribuir os produtos em recipientes adequados e devidamente identificados, observando normas de segurança e armazenamento.

Categorias de materiais obrigatórios

- a) A Contratada deverá garantir o fornecimento permanente dos seguintes grupos de materiais:
 - Produtos de limpeza geral: detergentes neutros, desinfetantes, limpadores multiuso, sabão líquido, álcool 70%, água sanitária, desengordurantes, limpadores de piso, lustras móveis, ceras e removedores.
 - Produtos específicos: limpadores de vidros, sanitizantes para superfícies de uso comum.
 - Materiais de consumo: sacos plásticos de lixo de diferentes capacidades e espessuras.
 - Utensílios e equipamentos de apoio: panos, flanelas, esponjas, rodos, vassouras, baldes, pás, escovas, pulverizadores, mop pó e mop água, carros funcionais, lixeiras, dispensadores e suportes.
 - Equipamentos de proteção e apoio operacional: luvas, máscaras, aventais, botas e demais EPIs exigidos pela NR-6.

Quantidade, reposição e controle

- a) A Contratada deverá manter estoque mínimo mensal, dimensionado conforme a frequência e a área de limpeza, assegurando o fornecimento contínuo sem interrupção dos serviços.
- b) A reposição de insumos de uso contínuo deverá ocorrer sempre que necessário, sem depender de solicitação da Fiscalização.
- c) Deverá ser apresentada, quando solicitada, planilha detalhada de consumo mensal estimado por tipo de ambiente (sanitário, escritório, área externa, copa, etc.), conforme parâmetros do CADTERC Volume 3 - Dez/2025.

Sustentabilidade e responsabilidade ambiental

- a) Sempre que possível, os produtos deverão possuir selos de certificação ambiental (ex.: ABNT Ecolabel, ISO 14024, ou equivalentes).
- b) Deverão ser priorizados produtos concentrados e refis, visando à redução de embalagens e resíduos.
- c) É obrigatória a destinação ambientalmente adequada das embalagens vazias e resíduos químicos, conforme normas ambientais vigentes.

Controle de uso e rastreabilidade

- a) A Contratada deverá apresentar, mensalmente, à Fiscalização, relatório contendo:

- Relação dos materiais e produtos utilizados por unidade;
- Quantidades efetivamente consumidas;
- Procedimentos de diluição e manuseio adotados.

b) A Fiscalização poderá solicitar amostras dos produtos utilizados a qualquer tempo, para verificação de qualidade e conformidade técnica.

5.5. Do Procedimento Licitatório

5.5.1. Atestado de Qualificação Técnica

A contratação será conduzida por procedimento licitatório, atraindo ampla participação de empresas interessadas, permitindo assim que o preço a ser contratado se aproxime do valor de mercado. Não obstante, considerando a dimensão do objeto que se pretende contratar, deve ser observado como requisito para a contratação o critério de qualificação técnica, mediante a apresentação de atestado(s) de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza, de complexidade tecnológica e operacional igual ou superior, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que especifique(m) em seu objeto necessariamente os tipos de serviços realizados, com indicações das quantidades, prazo contratual, datas de início e término, e local da prestação dos serviços.

5.5.2. Visita Técnica

Será facultado aos licitantes a visita técnica para verificar as condições locais para a execução do objeto da contratação, permitindo aos interessados verificar localmente as informações que julgarem necessárias para a elaboração da sua proposta, de acordo com o que o próprio interessado julgar conveniente, não cabendo à Administração nenhuma responsabilidade em função de insuficiência dos dados levantados por ocasião da visita técnica.

Contudo, caso o licitante opte pela não realização da visita técnica, deverá, para participar do certame, apresentar declaração afirmando que tinha ciência da possibilidade de fazê-la, mas que, ciente dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a visita técnica que lhe havia sido facultada. A exigência de qualificação técnica é indispensável para a presente licitação, sendo um elemento de filtragem capaz de aferir se o licitante dispõe de conhecimento, experiência e aparelhamento técnico e humano suficiente para satisfazer o contrato a ser celebrado, com base nas experiências pregressas do licitante. Tal exigência se mostra absolutamente vantajosa à administração, sendo capaz de reduzir, drasticamente, a possibilidade de inexecução contratual, especialmente, pela falta de expertise necessária para a execução dos serviços objeto do presente estudo.

5.5.3. Demais parâmetros:

Ademais, o procedimento licitatório deverá ser conduzido conforme os seguintes parâmetros:

a) Critério de julgamento:

Será adotado o critério de menor preço, considerando-se o valor proposto pelo licitante para o grupo

b) Modo de disputa:

O modo de disputa será aberto, permitindo aos licitantes o oferecimento de lances sucessivos e crescentes, conforme as regras estabelecidas no edital e sob condução do pregoeiro.

c) Escolha da proposta mais vantajosa:

A proposta mais vantajosa será aquela que oferecer o menor preço, assegurada a viabilidade técnica da execução dos serviços, a regularidade ambiental e a conformidade com as exigências editalícias.

d) Regime de execução:

O regime de execução será o de empreitada por preço unitário, considerando a metragem efetivamente realizada na prestação dos serviços contratados, incluindo todos os custos com mão de obra, materiais, insumos e despesas indiretas.

e) Critério de adjudicação:

A adjudicação do objeto será feita ao licitante que apresentar a melhor proposta, de acordo com o critério de julgamento estabelecido e após a verificação do atendimento de todas as condições de habilitação jurídica, técnica, fiscal, trabalhista e ambiental.

6. Características dos Serviços e Rotina de Trabalho

Para a definição deste tópico, foram utilizados os estudos constantes do Caderno Técnico - CADTERC volume 3 e E3 (plantão policial), elaborados pela Secretaria de Gestão e Governo Digital e disponibilizado no Portal de Compras.sp.gov.br (https://compras.sp.gov.br/wp-content/uploads/2025/12/P03_Estudo_SEM_Marcas_Revisão_Vol03_V1.pdf), vez que ele engloba às características essenciais do serviço ser a contratado, de forma técnica e apropriada para implementação no âmbito desta 8ª Seccional. Assim sendo, abaixo serão transcritos trechos do aludido Caderno.

a) Quanto ao período em que os serviços devem ser prestados

Os serviços deverão ser executados em horários que não interfiram nas atividades normais do Contratante, respeitando jornada de até 44 horas semanais

O horário de execução dos serviços deverá ser definido de forma a atender às necessidades e especificidades das diferentes unidades da Contratante, as quais se dividem em:

Centrais de Polícia Judiciária (Plantão Policial) - .2ª feira a domingo – 8 horas diárias

Unidades	Endereço
CPJ do 49º Distrito Policial	Av. Ragueb Chohfi, 830, São Mateus, São Paulo/SP
CPJ do 53º Distrito Policial	Av. Osvaldo Pucci, 180, Jardim Nossa Sra. do Carmo, São Paulo/SP
CPJ do 69º Distrito Policial	Av. Arquiteto Vilanova Artigas, 720, Teotônio Vilela - São Paulo/SP
CPJ da 8ª Delegacia de Defesa da Mulher	Av. Osvaldo Valle Cordeiro, 190, Cidade Líder, São Paulo/SP

Demais unidades - 2ª feira a sábado - 44 horas semanais

Unidades Policiais	Endereço
41º Distrito Policial	Av. Inconfidência Mineira, 688, Vila Rica, São Paulo /SP
44º Distrito Policial	Rua Salvador Gianetti, 386, Guaianazes, São Paulo /SP
49º Distrito Policial	Av. Ragueb Chohfi, 830, São Mateus, São Paulo/SP
53º Distrito Policial (Setor de Cartas Precatórias e Delegacia do Idoso)	Av. Osvaldo Pucci, 180, Jardim Nossa Sra. do Carmo, São Paulo/SP
54º Distrito Policial	Rua Francisco José Viana, 175, Cidade Tiradentes, São Paulo/SP
55º Distrito Policial	Rua Aldeia de Santo Inácio, 696, Parque São Rafael, São Paulo/SP
66º Distrito Policial (8ª Delegacia de Defesa da Mulher)	Av. Osvaldo Valle Cordeiro, 190, Cidade Líder, São Paulo/SP
69º Distrito Policial (8ª Delegacia Seccional de Polícia)	Av. Arquiteto Vilanova Artigas, 720, Teotônio Vilela - São Paulo/SP
70º Distrito Policial	Rua Otávio Alves Dundas, 390, Sapopemba, São Paulo

b) Definições dos componentes:

De acordo com o Estudo Técnico 2025 - Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial – Vol. 03 – Dez/2025, as características e requisitos da Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial devem ser considerados a partir dos componentes envolvidos:

Áreas internas

Pisos frios

Com espaços livres - Saguão / Hall / Salão

Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação

Áreas externas

Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações

Varrição de Passeios e Arruamentos

Vidros externos

Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)

Fonte: Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial – Vol. 03 – Dez/2025.

As áreas a serem consideradas para cada tipo de serviço correspondem às quantidades obtidas na projeção horizontal de cada ambiente, isto é, às áreas de planta baixa. Para reforçar esse conceito, a área a ser quantificada é a de piso, sem considerar as áreas verticais de paredes, portas, divisórias, divisórias com vidros e afins.

Considerou-se como pisos frios aqueles constituídos ou revestidos de paviflex, mármore, cerâmica, marmorite, plurigoma, madeira e similares.

Foi definida como unidade de medida para contratação desses serviços o metro quadrado por mês (m²/mês), tendo em vista a facilidade de administração e gerenciamento do contrato.

Seguindo os parâmetros acima, foram verificadas as metragem das unidades a serem contempladas com os serviços, e os resultados estão compilados no documento anexo ao presente, intitulado "Planilha Metragem das Unidades Aglutinadas".

Serão utilizadas na gestão contratual, integrante do procedimento o formulário de "Avaliação de Qualidade dos Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial", bem como o Formulário de Ocorrências para Manutenção com o propósito de auxiliar na gestão contratual.

Considerando que os recursos naturais são finitos, o Governo do Estado de São Paulo tem buscado elaborar políticas para regular a necessária e equilibrada interação do homem com a natureza. Essas políticas também se encontram no Caderno de Serviços Terceirizados, em conformidade com o Decreto Estadual nº 50.170, de 04 de novembro de 2005.

Este estudo estabelece ações ambientais, seja por meio de treinamento de profissionais da Contratada, por conscientização de todos os envolvidos, ou por meio de ações concretas apontadas especialmente nos tópicos referentes a especificações técnicas e obrigações da Contratada e do Contratante, integrantes do caderno.

Observa-se que a Lei Estadual nº 13.798, de 2009, que instituiu a Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC), tem por objetivos gerais estabelecer o compromisso do Estado frente ao desafio das mudanças climáticas globais, dispor sobre as condições para as adaptações necessárias aos impactos derivados das mudanças climáticas, bem como contribuir para reduzir ou estabilizar a concentração dos gases de efeito estufa na atmosfera.

Observa-se que a prática de valores éticos e socioambientais que envolve a licitação e se estende na gestão contratual reflete a responsabilidade da Administração no desempenho do papel de consumidor.

As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam por pressupostos que deverão ser observados tanto pela Contratada como pelo Contratante, a saber:

- Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e poluentes;
- Utilização de pilhas recarregáveis;
- A troca de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- Racionalização e economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- Treinamento e capacitação dos profissionais sobre boas práticas de redução de desperdícios e poluição periodicamente; e
- Reciclagem e destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.

Sempre que possível, será permitida a lavagem com água de reuso ou de outras fontes (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros).

As embalagens de produtos de limpeza e higiene pessoal, além de pilhas e baterias, devem ser destinadas para pontos de coleta credenciados e inseridos em programas de responsabilidade pós-consumo do setor responsável. O posto de coleta deve apresentar documentos comprobatórios a fim de certificar o cumprimento das regulamentações acerca da logística reversa dadas pela Lei Estadual nº 12.300, de 2006, Lei Federal nº 12.305, de 2010, e seus respectivos decretos regulamentadores, bem como pela Resolução SMA nº 45, de 2015. 2.9.1. Tratamento idêntico deverá ser aplicado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossol.

Os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final ambientalmente adequada, tendo em vista que esses constituem passivo ambiental, que resulta em sério risco ao meio ambiente e à saúde pública. Essa obrigação atende à Resolução CONAMA nº 416, de 30 de setembro de 2009, bem como à Instrução Normativa do IBAMA nº 09, de 20 de julho de 2021.

Na esfera cível, tendo em vista a relevância das normas previstas na Resolução CONAMA nº 416, de 2009, e na Instrução Normativa do IBAMA nº 09, de 2021, que objetivam a tutela do meio ambiente e da saúde pública, a ação civil pública poderá ser utilizada para compelir o infrator ao cumprimento de tais disposições, considerando a pré-existência jurisprudencial sobre a matéria.

As especificações socioambientais encontram-se de acordo com os manuais de boas práticas da Federação Nacional de Empresas de Serviços e Limpeza Ambiental e com a legislação vigente até a presente data.

Os serviços continuados de limpeza e conservação deverão ser executados por profissionais, qualificados, habilitados e uniformizados, sob a supervisão direta da empresa prestadora dos serviços, utilizando-se de materiais e ferramentas adequadas, com vistas a manter as instalações dos prédios das unidades subordinadas, em perfeitas condições de higiene, e, devidamente limpas, obedecendo rigorosamente aos procedimentos recomendados pelos fabricantes de materiais de limpeza, às normas técnicas e legais vigentes, determinadas pelos órgãos competentes.

Convém, contudo, neste momento, o detalhamento dos padrões mínimos de qualidade do objeto do presente estudo, na forma a seguir:

Áreas Internas – Pisos Frios

São consideradas como áreas internas – pisos frios aquelas constituídas ou revestidas de paviflex, mármore, cerâmica, marmorite, plurigoma e madeira, incluindo os sanitários.

Rotina e Frequência de Limpeza

Os serviços serão executados pela Contratada, conforme quadro a seguir.

Rotina e frequência de limpeza – Pisos frios

Frequência	Etapas e Atividades
Diária	<ul style="list-style-type: none">▪ Limpar espelhos e pisos dos sanitários com pano úmido e saneante domissanitário desinfetante, realizando a remoção de sujidades e de outros contaminantes, mantendo-os em adequadas condições de higienização durante todo o horário previsto de uso;▪ Lavar bacias, assentos e pias com saneante domissanitário desinfetante, mantendo-os em adequadas condições de higienização durante todo o horário previsto de uso;▪ Efetuar a reposição de papel higiênico, sabonete e papel toalha nos respectivos sanitários;▪ Manter os cestos isentos de detritos, acondicionando-os em local indicado pelo Contratante;▪ Remover o pó de mesas, telefones, armários, arquivos, prateleiras, peitoris e caixilhos das janelas, bem como dos móveis existentes, incluindo aparelhos elétricos, extintores de incêndio, entre outros. Sempre que possível, utilizar apenas pano úmido, com a finalidade de:- Evitar uso desnecessário de aditivos e detergentes para a limpeza dos móveis e eliminar o uso de produtos lustra-móveis; e- Evitar fazer a limpeza de bocais e outras partes manuseáveis com produtos potencialmente alergênicos.▪ Varrer pisos removendo os detritos, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando os para local indicado pelo Contratante;▪ Remover manchas e lustrar os pisos encerados de madeira;▪ Passar pano úmido e polir os pisos paviflex, mármore, cerâmica, marmorite, plurigoma e similares;▪ Limpar os elevadores com produto adequado;▪ Limpar/remover o pó de capachos e tapetes; e▪ Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.
	<ul style="list-style-type: none">▪ Limpar os azulejos, pisos e espelhos dos sanitários com saneantes domissanitários

	desinfetantes, mantendo-os em adequadas condições de higienização;
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos; ▪ Limpar divisórias, portas, barras e batentes com produto adequado; ▪ Limpar as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas com produto adequado; ▪ Limpar/polir todos os metais, tais como: torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras etc. com produto adequado, procurando fazer uso de polidores de baixa toxicidade ou atóxicos; ▪ Limpar telefones com produto adequado, evitando fazer a limpeza de bocais e outras partes manuseáveis com produto alergênico, usando apenas pano úmido; ▪ Encerar e lustrar os pisos de madeira, paviflex, plurigoma e similares; ▪ Retirar o pó e resíduos dos quadros em geral; e ▪ Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.
Semanal	
Frequência	Etapas e Atividades
Mensal	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Limpar e remover manchas de forros, paredes e rodapés; ▪ Remover o pó de cortinas e persianas com equipamentos e acessórios adequados; e ▪ Executar demais serviços considerados necessários à frequência mensal.
Trimestral	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Limpar todas as luminárias por dentro e por fora, além de lâmpadas, aletas e difusores com o acompanhamento da manutenção; ▪ Limpar persianas com produtos, equipamentos e acessórios adequados; e ▪ Executar demais serviços considerados necessários à frequência trimestral.

Fonte: Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial – Vol. 03 – Dez/2025

Consideração Final: Os trapos e as estopas contaminados nas atividades de polimento (ou em que se utilizem produtos considerados tóxicos) deverão ser segregados e ter destinação adequada.

Áreas Internas com Espaços Livres – Saguão, Hall e Salão

São consideradas como áreas internas aquelas com espaços livres como saguão, hall e salão, revestidas com pisos frios ou acarpetados.

Rotina e Frequência de Limpeza

Os serviços serão executados pela Contratada conforme quadro a seguir.

Rotina e frequência de limpeza – Saguão, hall e salão

Frequência	Etapas e Atividades
Diária	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manter os cestos isentos de detritos, acondicionando-os em local indicado pelo Contratante; ▪ Remover o pó dos peitoris e caixilhos das janelas, bem como de bancos, cadeiras e demais móveis existentes, incluindo telefones, extintores de incêndio, entre outros. Sempre que possível, utilizar apenas pano úmido, com a finalidade de: <ul style="list-style-type: none"> - Evitar o uso desnecessário de aditivos e detergentes para a limpeza dos móveis e eliminar o uso de produtos lustra-móveis; e - Evitar fazer a limpeza de bocais e outras partes manuseáveis com produtos potencialmente alergênicos. ▪ Varrer pisos removendo os detritos, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando os para local indicado pelo Contratante; ▪ Remover manchas e lustrar os pisos encerados de madeira; ▪ Passar pano úmido e polir os pisos paviflex, mármore, cerâmica, marmorite, plurigoma e similares; ▪ Limpar e remover o pó de capachos e tapetes; e ▪ Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.
Semanal	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Limpar portas, barras e batentes com produto adequado; ▪ Limpar as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas com produto adequado; ▪ Limpar e polir todos os metais, tais como: torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc. com produto adequado, procurando fazer uso de polidores de baixa toxicidade ou atóxicos; ▪ Limpar telefones com produto adequado, evitando fazer a limpeza de bocais e outras partes manuseáveis com produtos alergênicos, usando apenas pano úmido; ▪ Encerar/lustrar os pisos de madeira, paviflex, plurigoma e similares; ▪ Retirar o pó e resíduos dos quadros em geral; e ▪ Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.
Mensal	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Limpar e remover manchas de forros, paredes e rodapés; ▪ Remover o pó de cortinas e persianas com equipamentos e acessórios adequados; e

- Executar demais serviços considerados necessários à frequência mensal.
- Limpar todas as luminárias por dentro e por fora, além de lâmpadas, aletas e difusores;
- Limpar persianas com produtos, equipamentos e acessórios adequados; e
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência trimestral.

Fonte: Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial – Vol. 03 – Dez/2025

Consideração Final: Os trapos e as estopas contaminados nas atividades de polimento (ou em que se utilizem produtos considerados tóxicos) deverão ser segregados e ter destinação adequada.

Áreas Internas – Sanitários de Uso Público ou Coletivo de Grande Circulação

São consideradas as atividades de limpeza e higienização realizadas de forma permanente e efetiva em instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação em locais de âmbito interno.

Rotina e Frequência de Limpeza

Os serviços serão executados pela Contratada conforme quadro a seguir.

Rotina e frequência de limpeza – Sanitários de uso público ou coletivo

Frequência	Etapas e Atividades
Diária	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Limpar espelhos e pisos dos sanitários com pano úmido e saneante domissanitário desinfetante, realizando a remoção de sujidades e outros contaminantes, mantendo-os em adequadas condições de higienização durante todo o horário previsto de uso; ▪ Lavar bacias, assentos e pias com saneante domissanitário desinfetante, mantendo-os em adequadas condições de higienização durante todo o horário previsto de uso; ▪ Efetuar a reposição de papel higiênico, sabonete e papel toalha nos respectivos sanitários; ▪ Manter os cestos isentos de detritos, acondicionando-os em local indicado pelo Contratante; ▪ Remover o pó de mesas, armários, prateleiras, peitoris, caixilhos das janelas, bem como de móveis existentes, incluindo aparelhos elétricos, extintores de incêndio, entre outros. Sempre que possível, utilizar apenas pano úmido, com a finalidade de: <ul style="list-style-type: none"> - Evitar uso desnecessário de aditivos e detergentes para a limpeza dos móveis e eliminar o uso de produtos lustra-móveis; e - Evitar fazer a limpeza de partes manuseáveis com produtos potencialmente alergênicos. ▪ Varrer pisos removendo os detritos, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando-os para local indicado pelo Contratante; ▪ Remover manchas; ▪ Passar pano úmido e polir os pisos paviflex, mármore, cerâmica, marmorite, plurigoma e similares; ▪ Limpar e remover o pó de capachos e tapetes; e ▪ Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.
Semanal	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Limpar azulejos, pisos e espelhos dos sanitários com saneantes domissanitários desinfetantes, mantendo-os em adequadas condições de higienização; ▪ Limpar atrás dos móveis e armários; ▪ Limpar divisórias, portas, barras e batentes com produto adequado; ▪ Limpar e polir todos os metais, tais como: torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc. com produto adequado, procurando fazer uso de polidores de baixa toxicidade ou atóxicos; ▪ Encerar/lustrar os pisos paviflex, plurigoma e similares; e ▪ Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.
Mensal	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Limpar e remover manchas de forros, paredes e rodapés; ▪ Remover o pó de cortinas e persianas com equipamentos e acessórios adequados; e ▪ Executar demais serviços considerados necessários à frequência mensal.
Trimestral	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Limpar todas as luminárias por dentro e por fora, além de lâmpadas, aletas e difusores; ▪ Limpar persianas com produtos, equipamentos e acessórios adequados; e ▪ Executar demais serviços considerados necessários à frequência trimestral.

Fonte: Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial – Vol. 03 – Dez/2025

Os trapos e as estopas contaminados nas atividades de polimento (ou em que se utilizem produtos considerados tóxicos) deverão ser segregados e ter destinação adequada.

Áreas Externas – Pisos Pavimentados Adjacentes/ Contíguos às Edificações

Rotina e Frequência de Limpeza

São consideradas como áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações aquelas circundantes aos prédios administrativos, revestidas de cimento, lajota, cerâmica etc.

Os serviços serão executados pela Contratada conforme quadro a seguir.

Rotina e frequência de limpeza – Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações

Frequência	Etapas e Atividades
Diária	<ul style="list-style-type: none">▪ Manter os cestos isentos de detritos, acondicionando-os em local indicado pelo Contratante;▪ Limpar e remover o pó de capachos;▪ Limpar adequadamente cinzeiros;▪ Varrer as áreas pavimentadas removendo detritos, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando-os para local indicado pelo Contratante;
	<ul style="list-style-type: none">▪ Retirar papéis, detritos e folhagens, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando-os para local indicado pelo Contratante, observada a legislação ambiental vigente e a de medicina e segurança do trabalho, sendo terminantemente vedada a queima dessas matérias em local não autorizado, situado na área circunscrita, de propriedade do Contratante;▪ Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária; e▪ Lavar os pisos somente nas áreas circunscritas que apresentem sujidade e manchas, observando as restrições do item 5.19.4.2. Utilização da Água.
	<ul style="list-style-type: none">▪ Lavar os pisos, observados os regramentos estabelecidos pelo item 5.19.4.2. Utilização da Água; e
Semanal	<ul style="list-style-type: none">▪ Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.
Mensal	<ul style="list-style-type: none">▪ Limpar e polir todos os metais, tais como: torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras etc. com produto adequado, procurando fazer uso de polidores de baixa toxicidade ou atóxicos; e
	<ul style="list-style-type: none">▪ Executar demais serviços considerados necessários à frequência mensal.

Fonte: Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial – Vol. 03 – Dez/2025

Utilização da Água.

a) A limpeza dos pisos pavimentados somente será feita por meio de varredura e recolhimento de detritos ou por meio da utilização de baldes, panos molhados ou escovão, sendo expressamente vedada a lavagem com água potável, exceto em casos em que se confirme a presença de material contagioso ou outros que tragam danos à saúde.

b) Sempre que possível, será permitida a lavagem com água de reuso ou outras fontes (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros).

Consideração Final: Os trapos e as estopas contaminados nas atividades de polimento (ou em que se utilizem produtos considerados tóxicos) deverão ser segregados e ter destinação adequada.

Áreas Externas – Varrição de Passeios e Arruamentos

São consideradas como áreas externas – varrição de passeios e arruamentos áreas destinadas a estacionamentos (inclusive garagens cobertas), passeios, alamedas, arruamentos e demais áreas circunscritas nas dependências do Contratante.

Rotina e Frequência de Limpeza

Os serviços serão executados pela Contratada conforme quadro a seguir:

Rotina e frequência de limpeza – varrição de passeios e arruamentos

Frequência	Etapas e Atividades
Diária	<ul style="list-style-type: none">▪ Manter os cestos isentos de detritos, acondicionando-os em local indicado pelo Contratante;▪ Varrer as áreas pavimentadas, removendo os detritos, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando-os para local indicado pelo Contratante;
	<ul style="list-style-type: none">▪ Retirar papéis, detritos e folhagens, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando-os para local indicado pelo Contratante, observando a legislação ambiental

vigente e a de medicina e segurança do trabalho, sendo terminantemente vedada a queima dessas matérias em local não autorizado, situado na área circunscrita de propriedade do Contratante; e

- Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

Semanal ▪ Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

Mensal ▪ Executar demais serviços considerados necessários à frequência mensal.

Fonte: Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial – Vol. 03 – Dez/2025

Utilização de Água

a) A limpeza de passeios e arruamentos somente será feita por meio de varredura e recolhimento de detritos ou por meio da utilização de baldes, panos molhados ou escovão, sendo expressamente vedada a lavagem com água potável, exceto em casos em que se confirme a presença de material contagioso ou outros que tragam danos à saúde;

b) Sempre que possível, será permitida a lavagem com água de reuso ou outras fontes (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros).

Vidros Externos – Frequência Trimestral e Semestral – Com ou Sem Exposição à Situação de Risco

Descrição dos Serviços

São considerados como vidros externos aqueles localizados nas fachadas das edificações. Os vidros externos são compostos por face interna e face externa. A quantificação da área dos vidros externos deverá se referir somente a uma de suas faces.

Os serviços serão executados pela Contratada conforme quadro a seguir. Ressalta-se que a limpeza da face externa dos vidros externos pode ser realizada tanto trimestralmente quanto semestralmente.

Rotina e frequência de limpeza

Vidros externos – Trimestral e semestral – com ou sem exposição à situação de risco

Etapas, Atividades e Frequências de Limpeza dos Vidros Externos

Face Externa – Frequência Trimestral

Quinzenal	▪ Face interna – Limpar todos os vidros externos, face interna, aplicando-lhes, se necessário, produtos antiembaçantes de baixa toxicidade.
Trimestral	▪ Face externa – Limpar todos os vidros externos, face externa, aplicando-lhes, se necessário, produtos antiembaçantes de baixa toxicidade.

Face Externa – Frequência Semestral

Quinzenal	▪ Face interna – Limpar todos os vidros externos, face interna, aplicando-lhes, se necessário, produtos antiembaçantes de baixa toxicidade.
Semestral	▪ Face externa – Limpar todos os vidros externos, face externa, aplicando-lhes, se necessário, produtos antiembaçantes de baixa toxicidade.

Fonte: Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial – Vol. 03 – Dez/2025

Demais requisitos estarão descritos detalhadamente no Termo de Referência, conforme previsto na Lei n.º 14.133/2021.

6. Levantamento de Mercado

Considerando que o objeto do presente estudo é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial, visando à obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene, com disponibilização de mão de obra, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos, o levantamento de mercado considerou o conteúdo do CADTERC - Estudos Técnicos de Serviços Terceirizados (https://compras.sp.gov.br/wp-content/uploads/2025/12/P03_Estudo_SEM_Marcas_Revisao_Vol03_V1.pdf), que objetiva divulgar as

diretrizes para contratações de fornecedores de serviços terceirizados com padronização de especificações técnicas e valores limites (preços referenciais) para os serviços mais comuns e que representam os maiores gastos do Estado.

Assim, é observado o Vol. 03 – Limpeza, Asseio e Conservação Predial – Dez/2025., cujo estudo foi desenvolvido com base nas Especificações Técnicas e em produtividades médias para prédios administrativos e para áreas de características comuns, abrangendo os principais e mais comuns itens de Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial.

Entre os modelos de contratação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, atualmente disponíveis no mercado, o que melhor atende aos interesses da Administração é a contratação de serviço com fornecimento de mão de obra e de materiais inerentes a execução dos serviços incluso, modelo já difundido no mercado e utilizado por vários Entes Públicos.

Ponderando-se os encargos de cada uma das alternativas existentes no mercado, assim como os preceitos legais implícitos em cada uma das opções, entende-se ser este modelo o mais adequado às necessidades das Unidades Policiais envolvidas, uma vez que atende as determinações legais, reduz a dedicação de força de trabalho da Administração para a aquisição dos insumos separadamente à contratação do serviço de limpeza e conservação, mostrando-se a opção mais econômica e vantajosa. Ademais, esta é a solução que foi adotada no contrato de limpeza ainda em vigência, o qual vem atingindo os resultados desejados de forma satisfatória.

7. Descrição da solução como um todo

A solução que melhor atende às necessidades da Administração é a contratação de pessoa jurídica para prestação dos serviços de limpeza, asseio e conservação predial com disponibilização de mão de obra com dedicação exclusiva e fornecimento de todo material que se fizer necessário.

Em termos de justificativa econômica, não há alternativas menos dispendiosas para atender o interesse da Administração que não a contratação de pessoal terceirizado para atender a demanda das unidades policiais subordinadas a esta 8ª Delegacia Seccional de Polícia.

A contratação será conduzida por procedimento licitatório, o que trará ampla participação de empresas interessadas, permitindo que o preço a ser contratado se aproxime ao valor de mercado.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades abaixo reproduzidas são medidas em metros quadrados e se fundam nas medidas constantes do documento anexo ao presente, intitulado "Planilha Metragem das Unidades", elaborado com base nos parâmetros estipulados pelo CADTERC, já descritos no item 5 deste estudo, a saber:

- As áreas a serem consideradas para cada tipo de serviço correspondem às quantidades obtidas na projeção horizontal de cada ambiente, isto é, às áreas de planta baixa. Para reforçar esse conceito, a área a ser quantificada é a de piso, sem considerar as áreas verticais de paredes, portas, divisórias, divisórias com vidros e afins.
- Considerou-se como pisos frios aqueles constituídos ou revestidos de paviflex, mármore, cerâmica, marmorite, plurigoma, madeira e similares.
- Foi definida como unidade de medida para contratação desses serviços o metro quadrado por mês (m²/mês), tendo em vista a facilidade de administração e gerenciamento do contrato.

UNIDADE Nº 1

V3 – 44 HORAS SEMANAIS - 2ª À SÁBADO

UNIDADE		
41º Distrito Policial – Vila Rica		
ENDEREÇO		
Avenida Inconfidência Mineira, 688 – Vila Rica – São Paulo/SP – CEP 03911-000		
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)
	Áreas internas	
2.1	Pisos acarpetados	
2.2	Pisos frios	1.148,25
2.3	Laboratórios	
2.4	Almoxarifados/Galpões	40,00
2.5	Oficinas	
2.6	Com espaços livres – Saguão/Hall/Salão	
2.7	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	51,75
	Áreas externas	
2.8	Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	500,00
2.9	Varrição de passeios e arruamentos	1.425,00
2.10	Pátios e áreas verdes – Alta frequência	357,00
2.11	Pátios e áreas verdes – Média frequência	
2.12	Pátios e áreas verdes – Baixa frequência	
2.13	Coleta de detritos em pátios e áreas verdes – frequência diária – (em ha)*	

	Vidros externos	
2.14	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	58,60
2.15	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	59,00

*R\$/há/mês – 1 hectare (ha) equivale a 10.000 m².

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva.

UNIDADE Nº 2

V3 – 44 HORAS SEMANAIS - 2ª À SÁBADO

UNIDADE		
44º Distrito Policial – Guainases		
ENDEREÇO		
Rua Salvador Gianetti, 386 – Guaianases – São Paulo/SP – CEP 08410-000		
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)
	Áreas internas	
2.1	Pisos acarpetados	
2.2	Pisos frios	729,49
2.3	Laboratórios	
2.4	Almoxarifados/Galpões	169,00
2.5	Oficinas	
2.6	Com espaços livres – Saguão/Hall/Salão	
2.7	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	50,51

	Áreas externas	
2.8	Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	288,00
2.9	Varrição de passeios e arruamentos	267,00
2.10	Pátios e áreas verdes – Alta frequência	67,00
2.11	Pátios e áreas verdes – Média frequência	
2.12	Pátios e áreas verdes – Baixa frequência	
2.13	Coleta de detritos em pátios e áreas verdes – frequência diária – (em ha)*	
	Vidros externos	
2.14	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	63,00
2.15	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	90,00

*R\$/há/mês – 1 hectare (ha) equivale a 10.000 m².

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 3

V3 – 44 HORAS SEMANAIS - 2ª À SÁBADO

UNIDADE		
49º Distrito Policial – São Mateus		
ENDEREÇO		
Avenida Ragueb Chohfi, 830 – São Mateus – São Paulo/SP – CEP 08375-000		
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)
	Áreas internas	

2.1	Pisos acarpetados	
2.2	Pisos frios	836,73
2.3	Laboratórios	
2.4	Almoxarifados/Galpões	18,00
2.5	Oficinas	
2.6	Com espaços livres – Saguão/Hall/Salão	
2.7	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	23,35
	Áreas externas	
2.8	Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	1.045,80
2.9	Varrição de passeios e arruamentos	1.488,00
2.10	Pátios e áreas verdes – Alta frequência	440,00
2.11	Pátios e áreas verdes – Média frequência	
2.12	Pátios e áreas verdes – Baixa frequência	
2.13	Coleta de detritos em pátios e áreas verdes – frequência diária – (em ha)*	
	Vidros externos	
2.14	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	60,00
2.15	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	80,00

*R\$/há/mês – 1 hectare (ha) equivale a 10.000 m².

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 3.1

E3 – 08 HORAS DIÁRIAS - 2ª À DOMINGO

UNIDADE

49º Distrito Policial – São Mateus		
ENDEREÇO		
Avenida Ragueb Chohfi, 830 – São Mateus – São Paulo/SP – CEP 08375-000		
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)
	Áreas internas	
2.1	Pisos frios (segunda-feira a domingo – 8 horas diárias) Plantão Policial	314,15
2.2	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	25,77

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva.

UNIDADE Nº 4

V3 – 44 HORAS SEMANAIS - 2ª À SÁBADO

UNIDADE		
53º Distrito Policial – Parque do Carmo		
ENDEREÇO		
Avenida Osvaldo Pucci, 180 – Parque do Carmo – São Paulo/SP – CEP 08270-700		
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)
	Áreas internas	
2.1	Pisos acarpetados	
2.2	Pisos frios	313,98

2.3	Laboratórios	
2.4	Almoxarifados/Galpões	163,37
2.5	Oficinas	
2.6	Com espaços livres – Saguão/Hall/Salão	
2.7	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	63,88
	Áreas externas	
2.8	Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	768,60
2.9	Varrição de passeios e arruamentos	678,00
2.10	Pátios e áreas verdes – Alta frequência	220,00
2.11	Pátios e áreas verdes – Média frequência	
2.12	Pátios e áreas verdes – Baixa frequência	
2.13	Coleta de detritos em pátios e áreas verdes – frequência diária – (em ha)*	
	Vidros externos	
2.14	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	95,80
2.15	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	82,50

*R\$/há/mês – 1 hectare (ha) equivale a 10.000 m².

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 4.1

E3 – 08 HORAS DIÁRIAS - 2ª À DOMINGO

UNIDADE
53º Distrito Policial – Parque do Carmo
ENDEREÇO

Avenida Osvaldo Pucci, 180 – Parque do Carmo – São Paulo/SP – CEP 08270-700

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)
	Áreas internas	
2.3	Pisos frios (segunda-feira a domingo – 8 horas diárias) Plantão Policial	163,37
2.2	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	25,07

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 5

V3 – 44 HORAS SEMANAIS - 2ª À SÁBADO

UNIDADE		
54º Distrito Policial – Cidade Tiradentes		
ENDEREÇO		
Rua Francisco José Viana, 175 – Cidade Tiradentes – São Paulo/SP – CEP 08471-530		
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)
	Áreas internas	
2.1	Pisos acarpetados	
2.2	Pisos frios	1627,80
2.3	Laboratórios	
2.4	Almoxarifados/Galpões	0,00

2.5	Oficinas	
2.6	Com espaços livres – Saguão/Hall/Salão	
2.7	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	68,20
	Áreas externas	
2.8	Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	1.042,60
2.9	Varrição de passeios e arruamentos	1.129,50
2.10	Pátios e áreas verdes – Alta frequência	2.850,00
2.11	Pátios e áreas verdes – Média frequência	
2.12	Pátios e áreas verdes – Baixa frequência	
2.13	Coleta de detritos em pátios e áreas verdes – frequência diária – (em ha)*	
	Vidros externos	
2.14	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	44,00
2.15	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	99,00

*R\$/há/mês – 1 hectare (ha) equivale a 10.000 m².

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 6

V3 – 44 HORAS SEMANAIS - 2ª À SÁBADO

UNIDADE		
55º Distrito Policial – Parque São Rafael		
ENDEREÇO		
Rua Aldeia de Santo Inácio, 696 – Parque São Rafael – São Paulo/SP – CEP 08320-560		

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)
	Áreas internas	
2.1	Pisos acarpetados	
2.2	Pisos frios	1.560,88
2.3	Laboratórios	
2.4	Almoxarifados/Galpões	115,50
2.5	Oficinas	
2.6	Com espaços livres – Saguão/Hall/Salão	
2.7	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	76,12
	Áreas externas	
2.8	Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	538,00
2.9	Varrição de passeios e arruamentos	1.992,40
2.10	Pátios e áreas verdes – Alta frequência	948,00
2.11	Pátios e áreas verdes – Média frequência	
2.12	Pátios e áreas verdes – Baixa frequência	
2.13	Coleta de detritos em pátios e áreas verdes – frequência diária – (em ha)*	
	Vidros externos	
2.14	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	92,00
2.15	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	173,00

*R\$/há/mês – 1 hectare (ha) equivale a 10.000 m².

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 7

V3 – 44 HORAS SEMANAIS - 2ª À SÁBADO

UNIDADE		
66º Distrito Policial – Jardim Aricanduva		
ENDEREÇO		
Avenida Osvaldo Valle Cordeiro, 180 – Jardim Aricanduva – São Paulo/SP – CEP 03584-000		
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)
	Áreas internas	
2.1	Pisos acarpetados	
2.2	Pisos frios	958,07
2.3	Laboratórios	
2.4	Almoxarifados/Galpões	144,00
2.5	Oficinas	
2.6	Com espaços livres – Saguão/Hall/Salão	
2.7	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	38,61
	Áreas externas	
2.8	Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	1.062,00
2.9	Varrição de passeios e arruamentos	495,50
2.10	Pátios e áreas verdes – Alta frequência	123,50
2.11	Pátios e áreas verdes – Média frequência	

2.12	Pátios e áreas verdes – Baixa frequência	
2.13	Coleta de detritos em pátios e áreas verdes – frequência diária – (em ha)*	
	Vidros externos	
2.14	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	64,00
2.15	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	90,00

*R\$/há/mês – 1 hectare (ha) equivale a 10.000 m².

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 7.1

E3 – 08 HORAS DIÁRIAS - 2ª À DOMINGO

UNIDADE		
8ª Delegacia de Defesa da Mulher		
ENDEREÇO		
Avenida Osvaldo Valle Cordeiro, 180 – Jardim Aricanduva – São Paulo/SP – CEP 03584-000		
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)
	Áreas Internas	
2.3	Pisos frios (segunda-feira a domingo – 8 horas diárias) Plantão Policial	80,24
2.2	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	27,08

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 8

V3 – 44 HORAS SEMANAIS - 2ª À SÁBADO

--

UNIDADE		
69º Distrito Policial – Teotônio Vilela e Sede da 8ª Delegacia Seccional de Polícia		
ENDEREÇO		
Avenida Arquiteto Vilanova Artigas, 720 – Conjunto Teotônio Vilela – São Paulo/SP – CEP 03928-240		
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)
	Áreas internas	
2.1	Pisos acarpetados	
2.2	Pisos frios	956,49
2.3	Laboratórios	
2.4	Almoxarifados/Galpões	115,00
2.5	Oficinas	
2.6	Com espaços livres – Saguão/Hall/Salão	
2.7	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	60,81
	Áreas externas	
2.8	Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	1.200,00
2.9	Varrição de passeios e arruamentos	720,00
2.10	Pátios e áreas verdes – Alta frequência	180,00
2.11	Pátios e áreas verdes – Média frequência	
2.12	Pátios e áreas verdes – Baixa frequência	
2.13	Coleta de detritos em pátios e áreas verdes – frequência diária – (em ha)*	

	Vidros externos	
2.14	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	90,00
2.15	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	185,00

*R\$/há/mês – 1 hectare (ha) equivale a 10.000 m².

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 8.1

E3 – 08 HORAS DIÁRIAS - 2ª À DOMINGO

UNIDADE		
69º Distrito Policial – Teotônio Vilela		
ENDEREÇO		
Avenida Arquiteto Vilanova Artigas, 720 – Conjunto Teotônio Vilela – São Paulo/SP – CEP 03928-240		
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)
	Áreas internas	
2.3	Pisos frios (segunda-feira a domingo – 8 horas diárias) Plantão Policial	162,68
2.2	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	20,02

*R\$/há/mês – 1 hectare (ha) equivale a 10.000 m².

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 9

V3 – 44 HORAS SEMANAIS - 2ª À SÁBADO

UNIDADE		
70º Distrito Policial – Sapopemba		

ENDEREÇO		
Rua Otávio Alves Dundas, 390 – Sapopemba – São Paulo/SP – CEP 03249-000		
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)
	Áreas internas	
2.1	Pisos acarpetados	
2.2	Pisos frios	826,85
2.3	Laboratórios	
2.4	Almoxarifados/Galpões	50,00
2.5	Oficinas	
2.6	Com espaços livres – Saguão/Hall/Salão	
2.7	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	57,15
	Áreas externas	
2.8	Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	600,00
2.9	Varrição de passeios e arruamentos	360,00
2.10	Pátios e áreas verdes – Alta frequência	90,00
2.11	Pátios e áreas verdes – Média frequência	
2.12	Pátios e áreas verdes – Baixa frequência	
2.13	Coleta de detritos em pátios e áreas verdes – frequência diária – (em ha)*	
	Vidros externos	
2.14	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	100,10

2,15	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	109,00
------	---	--------

*R\$/há/mês – 1 hectare (ha) equivale a 10.000 m².

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva.

TOTAL – ÁREAS AGLUTINADAS:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)
	Áreas internas	
1	Pisos frios	8.958,54
2	Pisos frios (Plantão Policial) - 2ª Feira a domingo – 8 horas diárias	720,44
3	Almoxarifados/Galpões	814,87
4	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	490,38
5	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação (Plantão Policial) - 2ª feira a domingo – 8 horas diárias **	97,94
	Áreas externas	
6	Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	7.045,00
7	Varrição de passeios e arruamentos	8.755,40
8	Pátios e áreas verdes – Alta frequência	5.275,50
	Vidros externos	
9	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	667,50
10	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	967,50
Total m²:		33.793,07

*R\$/há/mês – 1 hectare (ha) equivale a 10.000 m².

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 4.071.451,55

Considerando a estimativa de contratação necessária para atendimento das demandas das unidades subordinadas (41ºDP, 44ºDP, 49ºDP, 53ºDP, 54ºDP, 55ºDP, 66ºDP, 69ºDP, 70ºDP, Setor de Cartas Precatórias, Delegacia do Idoso e Seccional), em metros quadrados por mês (m²/mês), a tabela constante da planilha orçamentária, anexada ao presente, foi desenvolvida tendo como fonte de pesquisa os parâmetros apresentados nos Estudos Técnicos 2025 - CADTERC - Limpeza, asseio e conservação predial - Volume 3 - data-base janeiro/2025, versão 1: Dezembro/2025 e E3 (Plantão Policial), a fim de estimar o custo mensal por item, o total mensal e o total da contratação.

Importante consignar que os Estudos Técnicos foram desenvolvidos com base em especificações técnicas e em produtividade para prédios administrativos e áreas com as mesmas características do presente procedimento, de modo que os valores ali orçados possuem perfeita compatibilidade com áreas da sede e das unidades subordinadas a esta Seccional. Ademais, frisa-se que a versão do documento utilizado está datado de dezembro de 2025, sendo contemporâneo

O memorial de cálculo inerente à pesquisa de preços está disposto na planilha orçamentária de preços e as memórias de cálculo que lhe dão suporte estão anexados ao expediente a este ETP, para possibilitar a licitação pretendida.

A planilha foi elaborada em conformidade ao Decreto Estadual 67.888/2023 (Pesquisa de Preços), em consonância à Lei nº14.133, de 1º de abril de 2021. Os orçamentos obtidos refletem a realidade de mercado para o objeto dessa contratação, sendo contemporâneos e exequíveis os valores orçados.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A solução da demanda será constituída por itens (sendo cada item correspondente a um tipo de área a ser limpa), mas não será realizado o parcelamento desta, ou seja, os itens relativos comporão um mesmo grupo, de modo que a adjudicação seja feita pela totalidade do objeto (por preço global do grupo de itens), gerando economia em escala.

Isto porque, nos termos do art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que técnica e economicamente viável, visando ampliar a competitividade, desde que não comprometa a execução do contrato ou a integridade do objeto. No presente caso, embora a contratação seja por itens, o fracionamento do objeto não se mostra adequado, pois os serviços de limpeza demandam integração operacional e logística única. A divisão entre diferentes contratados poderia gerar despadronização, dificultar a fiscalização, aumentar riscos de descumprimento de prazos e criar divergências de responsabilidade.

A execução por um único contratado assegura uniformidade nos procedimentos, maior controle e rastreabilidade, além de reduzir custos administrativos e evitar perda de economia de escala. O parcelamento implicaria múltiplos contratos, maior complexidade operacional e aumento de despesas indiretas. Assim, para garantir eficiência, economicidade, padronização e continuidade dos serviços, conclui-se que o parcelamento não é técnica nem economicamente viável, justificando-se a contratação por lote único, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que a contratação pretendida.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto está alinhado com o Plano Plurianual da Secretaria Pública do Estado de São Paulo, refletido para o ano de 2026, nos termos do Decreto Estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. Espera-se com esta nova contratação no mínimo os seguintes efeitos:

1. Atender aos preceitos legais vigentes;
2. Garantir uma boa execução contratual, como base nos princípios de eficiência e sustentabilidade;
3. Garantir o asseio, a limpeza e a conservação dos prédios que abrigam as Delegacias de Polícia subordinadas a esta 8ª Seccional, através do alcance dos objetivos mencionados neste Estudo Técnico Preliminar.

13.2. A pretendida contratação demonstra ser benéfica em termos de economicidade, eficácia e eficiência, com o melhor aproveitamento dos recursos materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, melhoria da qualidade do ambiente de trabalho das Unidades Policiais e, conseqüentemente, no desenvolvimento do serviço público de alta relevância.

14. Providências a serem Adotadas

Após a realização deste Estudo Preliminar, o Termo de Referência será elaborado e, caso aprovado, será realizada Licitação por meio de Pregão Eletrônico.

Com a licitação finalizada, deverá ser providenciada a Nota de Empenho e assinatura do respectivo Contrato.

Além disso, a administração deverá indicar os servidores que atuarão como fiscais e gestores do contrato, bem como de que tomem conhecimento do teor dos documentos produzidos no planejamento da contratação.

Não obstante, os responsáveis deverão realizar reuniões e/ou alinhamentos com os representantes da empresa a ser contratada, visando o cumprimento das condições mínimas exigidas para o início do contrato.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Conforme destacado no presente estudo, restou definido como requisito para a contratação o critério de sustentabilidade, de modo que os serviços a serem prestados representem menor impacto ambiental. Assim, as seguintes responsabilidades deverão ser inseridas na cláusula de obrigações da empresa a ser contratada:

1. Uso racional de água;
2. Uso racional de energia elétrica;
3. Redução de produção de resíduos sólidos;
4. Seleção criteriosa e racionalização de saneantes domissanitários;
5. Redução de poluição sonora.

Além disso, as autoridades responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato deverão verificar o cumprimento de tais exigências ao longo da consecução do ajuste.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RENATA LANCELLOTTI ZUCCARO LEONEL

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 28/04/2026 às 16:28:50.

VALTER SERGIO DE ABREU

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 28/04/2026 às 16:34:05.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

Os dados e argumentos lançados neste ETP demonstram que a contratação em questão é viável e necessária, eis que os benefícios a serem alcançadas superam os custos. Ademais, os parâmetros definidos neste ETP direcionam para uma contratação eficiente.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - DFD 41.2025...pdf (305.46 KB)
- Anexo II - Planilha de Metragens 20.01.2026.pdf (197.29 KB)
- Anexo III - 4 - P03_Estudo_SEM_Marcas_Revisao_Vol03_V1 - Versão Dezembro de 2025_compressed.pdf (2.18 MB)
- Anexo IV - 5 - CADERNO NOVO - APÊNDICE 2 - DELEGACIAS PARTICIPATIVAS - DEZEMBRO 2025_compressed.pdf (2.64 MB)
- Anexo V - Planilha Orçamentária 20.01.2026.pdf (341.92 KB)
- Anexo VI - Comunicado-Conjunto_SiemacoSP-x-Seac-SP_2026 (3).pdf (232.29 KB)
- Anexo VII - Termo Aditivo - Convenção Trabalhista 2025 - Assiduidade.pdf (720.67 KB)
- Anexo VIII - CCT_Aseio_2026_2027.pdf (659.01 KB)

Documento de Formalização da Demanda 41/2025

Número do Documento de Formalização da Demanda: 41/2025

1. Informações Gerais

Área requisitante	Data da conclusão da contratação	UASG	Editado por
Assistência Policial	31/08/2026 00:00	180361	GABRIEL DOS SANTOS FERREIRA
Descrição sucinta do objeto			
Despesa com prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial para 8ª Delegacia Seccional de Polícia e unidades subordinadas.			

2. Justificativa de Necessidade

Considerando a contratação, em 23/02/2024, por 30 meses, conforme processo licitatório SEI Nº 058.0000000588/2023-02, da empresa Invicta Soluções em Serviços Ltda. para a prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial nas dependências da 8ª Delegacia Seccional de Polícia e unidades subordinadas, todavia, a referida empresa sofreu sanção administrativa tendo sido impedida de licitar até 02/06/2027. Logo, em razão da empresa vigente estar impedida de licitar, bem como celebração de aditamento contratual, esta Delegacia Seccional evitando transtornos em virtude do asseio e conservação em suas unidades policiais, toma a frente para que seja providenciada nova contratação.

A presente demanda tem por finalidade garantir condições adequadas de higiene, salubridade e conservação dos imóveis públicos destinados ao funcionamento em 09 prédios vinculados a esta Seccional, sendo:

- 41ª DP - Vila Rica,
- 44ª DP - Guaianasas,
- 49ª DP - São Mateus,
- 53ª DP - Parque do Carmo cuja unidade policial abarca à 8ª Delegacia de Proteção ao Idoso e 8º Centro de Execução de Cartas Precatórias,
- 54ª DP - Cidade Tiradentes,
- 55ª DP - Parque São Rafael,
- 66ª DP - Vila Aricanduva cuja unidade policial abarca à 8ª Delegacia de Defesa da Mulher
- 69ª DP - Teotônio Vilela cuja unidade policial abarca à 8ª Delegacia Seccional de Polícia e 8º CERCO
- 70ª DP - Sapopemba

A manutenção da limpeza dos ambientes é essencial para a preservação da saúde dos servidores e da população atendida, bem como para assegurar o bom estado de conservação dos bens públicos.

A contratação de empresa especializada é necessária em razão da inexistência de servidores próprios suficientes e capacitados para a execução das atividades de limpeza e conservação. A execução do serviço por empresa terceirizada visa maior eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos. Além disso, a terceirização permite adequada gestão de pessoal, materiais e equipamentos, reduzindo custos operacionais e evitando descontinuidade no serviço.

3. Materiais/Serviços

3.1 Materiais

Nenhum material incluído.

3.2 Serviços

Nº do item	Grupo	Descrição	Qtd	Val. unit. (R\$)	Val. total (R\$)
1	SERVIÇOS DE LIMPEZA		1,00	2.217.238,65	2.217.238,65
2	SERVIÇOS DE LIMPEZA		1,00	89.472,73	89.472,73
3	SERVIÇOS DE LIMPEZA		1,00	147.702,46	147.702,46
4	SERVIÇOS DE LIMPEZA		1,00	870.762,00	870.762,00

5	SERVIÇOS DE LIMPEZA	1,00	220.636,08	220.636,08
6	SERVIÇOS DE LIMPEZA	1,00	121.864,05	121.864,05
7	SERVIÇOS DE LIMPEZA	1,00	50.463,00	50.463,00
8	SERVIÇOS DE LIMPEZA	1,00	92.880,00	92.880,00
9	SERVIÇOS DE LIMPEZA	1,00	223.264,36	223.264,36
10	SERVIÇOS DE LIMPEZA	1,00	37.168,23	37.168,23

4. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GABRIEL DOS SANTOS FERREIRA

Investigador de Polícia

VALTER SERGIO DE ABREU

autoridade competente

5. Acompanhamento

Id Acompanhamento	Responsável	Data
1 Encaminhe-se para aprovação da autoridade competente.	RENATA LANCELLOTTI ZUCCARO LEONEL	07/11/2025 19:05

6. Relacionamentos

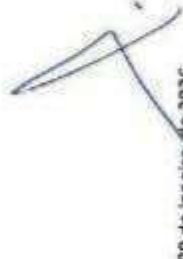
Nenhum relacionamento encontrado.

Planilha Metragem das Unidades

Valores em M²										
ÁREAS INTERNAS										
PISOS FRIOS	418 DP	449 DP	498 DP	538 DP/CECP/DPI	548 DP	558 DP	668 DP/8º DDM	698 DP/8º Sec/CERCO	708 DP	
PISOS FRIOS PLANTAO	1.148,25	729,49	836,73	313,98	1.627,80	1.560,88	958,07	956,49	826,85	
ALMOX/GALPOES	0,00	0,00	314,15	163,37	0,00	0,00	80,24	162,68	0,00	
SANITARIOS CHEFIA	40,00	169,00	18,00	163,00	0,00	115,50	144,00	115,00	50,00	
SANITARIOS PLANTAO	51,75	50,51	23,35	63,88	68,20	76,12	38,61	60,81	57,15	
	0,00	0,00	25,77	25,07	0,00	0,00	27,08	20,02	0,00	
ÁREAS EXTERNAS										
PISOS PAVIMENTADOS	500,00	288,00	1.045,80	768,60	1.042,60	538,00	1.062,00	1.200,00	600,00	
VARRICAO DE PASSEIOS	1.425,00	267,00	1.488,00	878,00	1.129,50	1.992,40	495,50	720,00	360,00	
PATIOS AREAS VERDES	357,00	67,00	440,00	220,00	2.850,00	948,00	123,50	180,00	90,00	
VIDRIOS EXTERNOS										
FREQ.TRIMESTRAL - S/EXPOSICAO	58,60	63,00	60,00	95,80	44,00	92,00	64,00	90,00	100,10	
FREQ.TRIMESTRAL - C/EXPOSICAO	59,00	90,00	80,00	82,50	99,00	173,00	90,00	185,00	109,00	
Total em M²	3.587,85	1.673,49	4.308,45	2.710,32	6.792,90	5.418,78	3.044,39	3.629,19	2.135,95	

ÁREAS AGLUTINADAS (M²)	
ÁREAS INTERNAS	
PISOS FRIOS	8.958,54
PISOS FRIOS PLANTAO	720,44
ALMOX/GALPOES	814,87
SANITARIOS CHEFIA	490,38
SANITARIOS PLANTAO	97,94
ÁREAS EXTERNAS	
PISOS PAVIMENTADOS	7.045,00
VARRICAO DE PASSEIOS	8.755,40
PATIOS AREAS VERDES	5.275,50
VIDRIOS EXTERNOS	
FREQ.TRIMESTRAL - S/EXPOSICAO	667,50
FREQ.TRIMESTRAL - C/EXPOSICAO	967,50
Total em M²	33.793,07

São Paulo, 20 de Janeiro de 2026.


Paulo André Weliczko
Escrivão de Polícia



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL /DECAP
8ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA
UNIDADE GESTORA EXECUTORA

ITEM	CATSER E CÓDIGO SIAFÍSICO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS CADTERC VOL. 3 – LIMPEZA PREDIAL – LIMPEZA EM DELEGACIAS PARTICIPATIVAS (PLANTÃO POLICIAL)	ÁREA (m²) (1)	VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$/m²) (2) CADTERC	VALORES CADTERC
		Áreas internas			
2.1	24023 (Siafísico 16273-6)	Pisos frios (segunda-feira a sábado - 44 horas semanais) Volume 3	8.958,54	R\$ 8,25	R\$ 73.907,96
2.2	24023 (Siafísico 16273-6)	Pisos frios (segunda-feira a domingo - 8 horas diárias) Delegacia Participativa	720,44	R\$ 10,33	R\$ 7.442,15
2.3	24023 (Siafísico 16275-2)	Almoxarifados / Galpões (segunda-feira a sábado - 44 horas semanais) Volume 3	814,87	R\$ 3,66	R\$ 2.982,42
2.4	24023 (Siafísico 21819-7)	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação (segunda-feira a sábado - 44 horas semanais) Volume 3	490,38	R\$ 10,04	4.923,42
2.5	24023 (Siafísico 21819-7)	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação (segunda-feira a domingo - 8 horas) Delegacia Participativa	97,94	R\$ 12,65	R\$ 1.238,94
		Áreas externas			
2.6	24023 (Siafísico 16278-7)	Pisos pavimentados adjacentes / contíguos às edificações - Volume 3	7.045,00	R\$ 4,12	R\$ 29.025,40
2.7	24023 (Siafísico 16279-5)	Varrição de passeios e arruamentos - Volume 3	8.755,40	R\$ 0,84	R\$ 7.354,54
2.8	24023 (Siafísico 162809)	Pátios e áreas verdes - Alta frequência - Volume 3	5.275,50	R\$ 0,77	R\$ 4.062,14



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL /DECAP
8.ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA
UNIDADE GESTORA EXECUTORA

		Vidros externos			
2.9	{Sialísico 162850}	24023	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco) - Volume 3	667,50	R\$ 2,52
2.10	{Sialísico 162876}	24023	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco) - Volume 3	967,50	R\$ 3,20
TOTAL MENSAL (R\$)					R\$ 135.733,05
PRAZO CONTRATUAL					30 meses
VALOR TOTAL (R\$)					R\$ 4.071.451,55

Valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto Estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

Fontes: - Cadernos Técnicos: Caderno Volume 3 - Data Base: Janeiro/2025 - Versão 01; Dezembro/2025

E3 Limpeza em Delegacias Participativas (Plano Policial)- Data Base: Dezembro/2025



São Paulo, 20 de Janeiro de 2026

PAULO ANDRÉ WIELICZKO
ESCRIVÃO DE POLÍCIA

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2026/2027

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SP003552/2026
DATA DE REGISTRO NO MTE: 13/04/2026
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR005969/2026
NÚMERO DO PROCESSO: 47979.229864/2026-11
DATA DO PROTOCOLO: 16/03/2026

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND DAS EMPRESAS DE A E CONSERV NO EST DE SAO PAULO, CNPJ n. 62.812.524/0001-34, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). RUI MONTEIRO MARQUES;

E

SIEMACO-SP - SINDICATO TRABALHADORES EMPRESAS PRESTACAO DE SERVICOS DE ASSEIO E CONSERVACAO E LIMPEZA URBANA DE SP, CNPJ n. 62.653.233/0001-40, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). EDSON ANDRE DOS SANTOS FILHO;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2027 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) "CATEGORIA DOS EMPREGADOS, SALVO OS DIFERENCIADOS, LEGALMENTE RECONHECIDOS, QUE PRESTAM SERVIÇOS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL, HIGIENE, LIMPEZA DE FOSSAS E CAIXAS D'ÁGUAS, MANUTENÇÃO PREDIAL, PINTURA, RESTAURAÇÃO E LIMPEZA DE FACHADAS, LAVAGEM DE CARPETES, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A TERCEIROS DE PORTARIA, RECEPÇÃO E COPA, INCLUSIVE OS TRABALHADORES ADMINISTRATIVOS DAS EMPRESAS", com abrangência territorial em São Paulo/SP.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

A partir de 1º de janeiro de 2026, serão garantidos os seguintes salários normativos, para jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e de 220 (duzentas e vinte) horas mensais, já computados os Descansos Semanais Remunerados (DSR's), exceto as jornadas estabelecidas nas cláusulas: JORNADA DE TRABALHO INFERIOR A 04 (QUATRO) HORAS DIÁRIAS e JORNADA DE TRABALHO DE 06 (SEIS) HORAS DIÁRIAS.

Reajuste de 7% (sete por cento), em todos os pisos salariais existentes na atual Convenção Coletiva de Trabalho, que terão como base de aplicação os salários vigentes em 31 de dezembro de 2025, os quais constam na TABELA DE FUNÇÕES E SALÁRIOS.

PISO SALARIAL MÍNIMO	R\$ 1.837,40
COPEIRA	R\$ 1.850,07
LIMPADOR DE VIDRO	R\$ 2.014,10
RECEPCIONISTA	R\$ 1.995,25
PORTEIRO/CONTROLADOR DE ACESSO/ FISCAL DE PISO	R\$ 2.162,60
AUXILIAR DE DEPARTAMENTO PESSOAL	R\$ 1.995,25
ZELADORIA EM PRÉDIOS PÚBLICOS	R\$ 2.351,12
TÉCNICO EM DESENTUPIMENTO	R\$ 2.401,97
AUXILIAR DE DESENTUPIMENTO	R\$ 1.837,40
AUXILIAR DE MANUTENÇÃO	R\$ 1.890,24
DEMAIS FUNÇÕES	R\$ 1.890,24
HIDROJATISTA (PRESSÃO ACIMA DE 4.000 PSI)	R\$ 2.303,64
OPERADOR DE VARREDEIRA MOTORIZADA	R\$ 2.627,83
OPERADOR DE EMPILHADEIRA	R\$ 2.627,83
OPERADOR DE VÁCUO	R\$ 2.627,83
COVEIRO/SEPULTADOR	R\$ 2.662,55
TRATADOR DE ANIMAIS EM ZOOLOGICO	R\$ 2.720,86
VARREDOR DE ÁREAS PÚBLICAS PRIVADAS EM TEMPO INTEGRAL	R\$ 1.917,04
AGENTE DE HIGIENIZAÇÃO	R\$ 1.837,40
LÍDER (RESPONSÁVEL POR ATÉ 10 EMPREGADOS)	R\$ 2.003,90
ENCARREGADO (RESPONSÁVEL POR 11 OU MAIS EMPREGADOS)	R\$ 2.404,68

PISOS SALARIAIS ADMINISTRATIVOS:

Aumento de 5% (cinco por cento) para os demais empregados, cujas funções não façam parte da tabela de funções e pisos salariais e que percebam até o R\$ 8.026,80 (oito mil e vinte e seis reais e oitenta centavos) mensais. Os valores que superarem esta parcela salarial, ou seja, a parcela igual ou maior de R\$ 8.026,80 (oito mil e vinte e seis reais e oitenta e um centavo), será de livre negociação entre as partes (Empregador e Empregado).

*1) Entende-se como **PISO SALARIAL MÍNIMO**, o salário a ser pago para os trabalhadores que exercem as das funções, cujas denominações estão relacionadas com a atividade de asseio, limpeza e conservação predial: Auxiliar de limpeza; Faxineiro; Limpador; Ajudante de limpeza; Servente; Servente de limpeza; Agente de Asseio e Conservação em conformidade com a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO (Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – www.mte.gov.br).

*2) Entende-se como o piso do **HIDROJATISTA**, o piso salarial a ser pago para os trabalhadores que trabalham operando com pressão acima de 4.000 psi.

*3) Entende-se como o piso de **OPERADOR DE VÁCUO**, o piso salarial a ser pago para os trabalhadores que exercem as funções em caminhões limpa fossa.

*4) **VARREDOR DE ÁREAS PÚBLICAS PRIVADAS EM TEMPO INTEGRAL**, o piso salarial será pago para os trabalhadores que exerçam a limpeza de áreas externas privadas como exemplo: pátios/ruas.

*5) **AGENTE DE HIGIENIZAÇÃO**, piso salarial será pago para os trabalhadores que exercerem, exclusivamente, a função de limpeza, manutenção e higienização de banheiro público ou coletivo de grande circulação e sua respectiva coleta de lixo.

Parágrafo Primeiro: Compensação – As empresas poderão compensar os aumentos concedidos espontaneamente no período compreendido entre **1º de fevereiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025**, exceto nos casos de promoção, equiparação, implemento de idade e término de aprendizagem.

Parágrafo Segundo: Os empregados admitidos após **1º de fevereiro de 2025**, receberão o reajuste de forma proporcional, calculando-se a base de 1/11 por mês, com exceção aos pisos já estabelecidos na tabela de funções e salários.

COMISSÕES: Fica estabelecido, que o **TÉCNICO EM DESENTUPIMENTO** e o **AUXILIAR EM DESENTUPIMENTO**, além da garantia do piso salarial, terão direito a uma comissão por serviço executado, onde os percentuais deverão ser estabelecidos livremente entre empresa e empregado.

CLÁUSULA QUARTA - PISOS SALARIAIS EM MONTADORAS AUTOMOBILÍSTICAS

Serão considerados pisos em montadoras automobilísticas os pisos salariais de limpeza em montadoras de veículo automotor, de via terrestre, o automóvel, caminhão, ônibus, trator, motocicleta e similares de acordo com o previsto no inciso III, Art. 2º da Lei 8.132/90.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS/FÉRIAS/DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO - PRAZOS

As empresas ficam obrigadas a efetuar o pagamento do salário mensal, integral ou parcial, de seus empregados até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao trabalhado.

1.) O pagamento dos dias de férias deverá ser efetuado até 2 (dois) dias antes do início do seu gozo;

2.) O empregador poderá optar em pagar o décimo terceiro salário nos termos da Legislação Instituída pela Lei 4.090/62 e pela Lei 4.749/65, regulamentada pelo Decreto lei 57.155/65, as quais dispõem que o pagamento deve ser feito em duas parcelas, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor a que o empregado tem direito até o dia 30 de novembro de cada ano e a segunda, equivalente aos 50% (cinquenta por cento) restantes, até o dia 20 de dezembro de cada ano ou **poderão realizar o pagamento em PARCELA ÚNICA até 10/12/2026;**

3.) O não pagamento no prazo estabelecido, do salário, das férias e do 13º salário acarretará à empregadora, multa diária de 5% (cinco por cento) do valor do salário do empregado, revertido ao mesmo.

CLÁUSULA SEXTA - SALÁRIO SUBSTITUTO

Será garantido ao empregado substituto o mesmo salário percebido pelo substituído, nos termos da Súmula 159 do TST.

CLÁUSULA SÉTIMA - CONTA SALÁRIO

As empresas deverão abrir "conta salário" ou outra equivalente, desde que não tenha ônus para o trabalhador, junto ao estabelecimento bancário de sua preferência.

Todos os trabalhadores deverão receber seus salários pelo novo sistema bancário.

SALÁRIO PRODUÇÃO OU TAREFA

CLÁUSULA OITAVA - TRABALHOS EM FEIRAS, EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS

Fica garantido o valor de **10 % (dez por cento) do piso salarial da categoria**, ao trabalhador, por dia de trabalho, acrescido de vale transporte e ticket refeição para trabalhos em feiras, eventos esportivos e culturais.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA NONA - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO



As empresas concordam em credenciar as instituições conveniadas, apresentadas pelos Sindicatos Profissionais, para fins de empréstimos consignados em folha de pagamento à respectiva instituição contratada ou Sindicato Laboral, sob pena de sofrer as medidas impostas pelas Entidades Sindicais, a saber, o uso das ferramentas de restrição ao crédito, bem como o ajuizamento de ações judiciais para o cumprimento/cobrança.

Parágrafo Primeiro: Fica estabelecido que a instituição financeira/ credenciada/apresentada pelo Sindicato Profissional, terá autonomia de credenciamento das empresas, deixando de fazê-lo quando a empresa não possuir os critérios necessários para seu credenciamento.

Parágrafo Segundo: Caso a empresa recuse o credenciamento de qualquer instituição apresentada, deverá justificar por escrito, sendo que o Sindicato Profissional fará apresentação de instituição, não sendo aceitas recusas consecutivas.

Parágrafo Terceiro: O objetivo desta cláusula não se confunde com a previsão contida na Cláusula " Descontos Especiais em Folha de Pagamento" deste Instrumento coletivo.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA - INSALUBRIDADE

As empresas pagarão a seus empregados os seguintes adicionais de Insalubridade:

1.) 20% (vinte por cento) do salário mínimo federal aos empregados que prestam serviços de limpeza em hospitais, postos de saúde, ambulatórios médicos, clínicas médicas e clínicas odontológicas, caso façam cirurgias de micro e pequeno porte, excetuando-se as áreas administrativas;

2.) 40% (quarenta por cento) do salário mínimo federal aos empregados que prestam serviços de limpeza em setores sujeitos às doenças por contaminação (leprosários, isolamentos e necrotérios, centro cirúrgico e unidade de terapia intensiva);

2.1) As empresas que possuírem PGR/GRO (Programa de Gerenciamento de Riscos) e Laudo Técnico Pericial anual especificando os graus de risco no ambiente de trabalho, poderão pagar os percentuais de Insalubridade de acordo com o estabelecido nas Normas Regulamentadoras - NR's 15 e 16, garantindo-se o pagamento de pelo menos 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo federal;

3.) 20% (vinte por cento) do salário mínimo federal aos empregados que exerçam a função de **TÉCNICO EM DESENTUPIMENTO e AUXILIAR DE DESENTUPIMENTO**;

4.) 40% (quarenta por cento) do salário mínimo federal, para os empregados que forem contratados para a função de **"AGENTE DE HIGIENIZAÇÃO"**, com determinação expressa das atividades de limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de uso público ou coletivo de grande circulação e a respectiva coleta de lixo, tais como: ***hospitais, aeroportos, terminais rodoviários e ferroviários, estádios, arenas, casas de shows, shoppings, órgãos públicos, instituições de educação, escolas, universidades e outros com as mesmas características públicas e privadas, desde que desempenhem essas atividades em período integral de sua jornada diária, semanal ou mensal, exclusivamente e permanentemente***, por não se equiparar a limpeza de residências e escritórios.

5.) 40% (quarenta por cento) do salário mínimo federal, para os trabalhadores que tenham a função de sepultadores e coveiros em cemitérios.

Parágrafo primeiro – Não haverá acúmulo do adicional de Insalubridade com o de periculosidade, devendo o empregado optar por receber o adicional que melhor lhe convier.

Parágrafo segundo – Cessada a condição Insalubre, devidamente comprovada de acordo com o previsto no art. 191 da Consolidação das Leis do Trabalho, o adicional de insalubridade não será mais devido.

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PERICULOSIDADE

1) 30% (trinta por cento) sobre a remuneração aos empregados que exerçam a função de limpador de vidros utilizando-se de balancim manual, mecânico, cadelinha, cinto de segurança, cordas ou semelhantes;

2) 30% (trinta por cento) sobre remuneração aos empregados que exerçam tarefas em depósito de combustíveis, em abastecimento de veículos, borracharias e aos soldadores;

3) 30% (trinta por cento) sobre a remuneração aos empregados que, durante o exercício de sua atividade, faça uso de cordas, equipamentos, ferramentas, EPI'S ou procedimentos específicos para atividades de trabalho em altura, seguindo o disposto na **NR-35 (Norma Regulamentadora-35) Trabalho em altura** e no Manual para o trabalho em altura pelo MTE em 2018.

OUTROS ADICIONAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ADICIONAL POR ACÚMULO DE FUNÇÕES



Acúmulo de função diz respeito à remuneração de empregados que acumulam mais de uma função no trabalho. Desde que devidamente autorizado pelo empregador, o empregado que vier a exercer cumulativa e habitualmente outra função terá direito ao percentual de adicional correspondente a 20% (vinte por cento) do respectivo salário contratual.

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU RESULTADOS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PPR - PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

Com o objetivo legal de incentivar a produtividade, a qualidade e o bom relacionamento entre Capital X Trabalho, estabelecendo para este período o sistema de participação nos resultados, não gerando qualquer paradigma para acordos futuros e também não se aplicando da habitualidade em termos monetários, não substituindo ou complementando a remuneração devida a qualquer empregado.

A verba objeto do presente PPR – Programa de Participação nos Resultados está totalmente desvinculada do salário e diretamente relacionada aos termos ora pactuados, de forma que nenhum reflexo dela atingirá verbas trabalhistas ou se constituirá em base de incidência de encargo previdenciário, nos termos do disposto no artigo 3º da Lei 10.101/2000.

a) EXERCÍCIO 2026: O período de apuração inicial do PPR – Programa de Participação nos Resultados será de **janeiro de 2026 até junho de 2026**, com o pagamento até o dia **10 de agosto de 2026**; e de **julho de 2026 até dezembro de 2026**, com o pagamento até o dia 10 do mês de fevereiro/2027.

a.1) EXERCÍCIO 2027: O período de apuração inicial do PPR – Programa de Participação nos Resultados será de **janeiro de 2027 até junho de 2027**, com o pagamento até o dia **10 de agosto de 2027**; e de **julho de 2027 até dezembro de 2027**, com o pagamento até o dia **10 do mês de fevereiro/2028**.

b) Condições Gerais: Faltas: O empregado não poderá ter nenhuma falta no período, havendo qualquer ausência, o empregado perderá um percentual de 20% (vinte por cento) do valor, por cada falta, no respectivo período.

Serão consideradas apenas as faltas injustificadas, ou seja: o empregado começará com direito a 100% (cem por cento) do valor do PPR – Programa de Participação nos Resultados e perderá a percentagem de 20% (vinte por cento), conforme for se ausentando injustificadamente ao trabalho;

Parágrafo Primeiro: Não serão consideradas faltas para efeito de apuração ao direito do PPR – Programa de Participação nos Resultados, as ausências legais oriundas de norma legal prevista na Legislação vigente (Artigo 473 da Consolidação das Leis do Trabalho).

Parágrafo Segundo: Nos casos previstos nesta Cláusula, o Empregador será obrigado a apresentar ao empregado (na presença do representante do SIEMACO-SP), os comprovantes de faltas (cartão de ponto/atestado médico/ resumo da folha de ponto/ etc...), no prazo máximo de 02 (dois) dias após o pagamento do benefício, sob pena de devolver ao empregado, a totalidade de 40% (quarenta por cento) do valor correspondente ao respectivo período.

c) Valor do PPR em 2026: R\$356,39 (trezentos e cinquenta e seis reais e trinta e nove centavos) pagos em **2 (duas) parcelas** semestrais **R\$ 178,19** (cento e setenta e oito reais e dezenove centavos) cada; sendo a **primeira em 10 de agosto de 2026** e a segunda **10 fevereiro de 2027**;

d) Penalização: Fica estabelecido o pagamento de ½ (meio) piso salarial mínimo, estabelecido na Convenção Coletiva vigente à época, semestralmente, para as empresas que não aderirem no prazo pré estabelecido nesta cláusula, em favor de cada empregado;

d.1) Caso o empregado já obtenha referido benefício, concedido pela empresa empregadora, deverá atentar para as seguintes situações:

d.1.1) Sendo este valor maior do que aquele estipulado no item acima, "**Valor do PPR**", não poderá ocorrer diminuição do mesmo, considerando o direito adquirido do empregado sobre o PPR concedido pela empresa, devendo para tanto, ser reajustado, semestralmente, utilizando o mesmo índice de reajuste fixado nos Acordos ulteriores a este;

d.1.2) Sendo este valor menor do que aquele estipulado no item anterior, fica o empregador obrigado a complementá-lo a fim de que possa atingir os valores acordados neste instrumento.

e) Conciliação: Na hipótese de divergência relativa ao cumprimento deste Acordo, as partes, visando o entendimento e a conciliação, se comprometem, pela ordem, a negociar diretamente entre si; Comprometem-se os representantes sindicais (**SIEMACO-SP e SEAC-SP**), ao final de cada período estabelecido na Cláusula 1ª, a estudarem melhores condições/valores e formas de pagamentos, bem como, analisarem o resultado do período anterior, a fim de que possam aprimorar este **PPR – Programa de Participação nos Resultados**.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CESTA BÁSICA I

As empresas fornecerão, sem ônus para o trabalhador, mensalmente, a todos os seus empregados, independente da jornada de trabalho, uma cesta básica in natura contendo no mínimo, os seguintes mantimentos de primeira linha:

2 pacotes de 5 kg de arroz agulhinha tipo 1
3 latas de 900 ml de óleo de soja
4 pacotes de 1 kg de feijão
2 latas de 140g de extrato de tomate
2 kg de açúcar refinado
2 latas de 135g de sardinha em óleo
1 kg de sal refinado
1 lata de 180 g de salsicha
1 kg de farinha de trigo
1 pote de 300g de tempero completo
1 kg de macarrão
1 lata de 700g de goiabada/marmelada
½ kg de café torrado e moído com selo ABIC
½ kg de fubá 1



1 caixa de papelão

CESTA BÁSICA I

ANO 2026

VALOR EM REAIS

R\$ 151,91

1 - Fica facultado às empresas, alternativamente, fornecerem vale-alimentação ou equivalente, através de tickets, vale alimentação ou cartões magnetizados das empresas fornecedoras ou operadoras dos sistemas de vale refeição ou vale alimentação, para compra de mantimentos nas redes de estabelecimentos de alimentos, desde que satisfeita a exigência do item "2" desta cláusula, e, desde que o empregado seja formalmente pré-avisado da referida alternância, num prazo nunca inferior a 90 dias.

2- O empregado que apresentar **falta sem justificativa legal no mês**, não fará jus ao benefício.

3 - Na ocorrência de falta de um ou mais produtos constantes da cesta básica, a empresa poderá efetuar a substituição por produto similar.

4 - A cesta *in natura* ou vale-alimentação, será concedido também durante o período de gozo de férias e licença maternidade. No caso de afastamentos por motivo de auxílio-doença ou acidente de trabalho, o benefício será concedido pelo **período máximo de 120 (cento e vinte) dias**. Nestas situações especiais o empregado afastado poderá, por si ou por pessoa autorizada (por escrito), efetuar a retirada, nas dependências de costume na empresa ou outro local que for por ela designado.

5 - Fica estabelecido que a não retirada da cesta *in natura* ou vale alimentação até o dia 30 do mês, implicará na perda da mesma naquele mês. As empresas se obrigam a comunicar o trabalhador no ato do pedido de seu afastamento o constante deste item.

6 - A retirada da cesta ou vale-alimentação, de conformidade com o item "4", deverá ser contra recibo.

7 - O vale-alimentação ou cesta básica deverá ser entregue até o dia 20 (vinte) do mês subsequente.

8 - Este item não tem natureza salarial e não integrará a remuneração para qualquer fim.

9 - Os empregados admitidos ou demitidos para fazer jus à cesta ou vale-alimentação deverão ter trabalhado no mínimo 15 dias no mês.

10- No caso de recebimento da cesta básica "*in natura*", a empresa obriga-se a orientar seus empregados a comunicar as eventuais alterações de endereço, ao setor de RH (Recursos Humanos) da empresa mediante entrega de comprovante de endereço atualizado com protocolo de recebimento, toda vez que houver alteração do mesmo.

PARÁGRAFO ÚNICO: A irregularidade no fornecimento da cesta básica "*in natura*", por não corresponder à quantidade ou qualidade dos produtos indicados nesta cláusula, desde que comprovada, sujeitará ao empregador o pagamento de uma multa correspondente ao valor facial da cesta básica pago ao empregado prejudicado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - TÍQUETE REFEIÇÃO

As empresas fornecerão, mensalmente, ticket refeição ou auxílio-alimentação, por dia efetivamente trabalhado, de forma que não é devido tal benefício na ausência de labor decorrente de faltas justificadas e ou injustificadas, afastamentos médicos, independentemente de sua origem, e férias, o qual deverá ser entregue até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

O ticket refeição (VR) é devido para jornada de quatro horas cumpridas aos sábados (para empregados que cumprem jornada de 44 horas semanais).

TÍQUETE REFEIÇÃO/por dia

ANO 2026

VALOR EM REAIS

R\$ 21,80

Desconto de até

R\$ 1,46

Parágrafo Primeiro: As empresas que fornecem a refeição, **gratuitamente**, estarão isentas do cumprimento desta obrigação.

Parágrafo Segundo: Para todos os efeitos legais, o benefício acima não se constitui salário e, portanto a ele não incorporará e nem repercutirá sobre qualquer verba consectária ao salário, tais como, exemplificadamente: aviso prévio, horas extras, 13º salário, férias, contribuição previdenciária e fundiária, sendo devido exclusivamente durante o período que o integrante da categoria atender as condições do caput.

Parágrafo Terceiro: Aos novos trabalhadores que vierem a ser contratados, será devido o ticket refeição (VR) proporcional aos dias trabalhados, dentro do mês, no primeiro dia de trabalho, podendo ser entregues diariamente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CESTA BÁSICA II

Acordam as partes que todos os colaboradores /empregados que trabalham nos tomadores de serviços terceirizados, independentemente de cargo ou função que desempenhem e desde que estes preencham as condições estipuladas nesta cláusula e seus respectivos parágrafos, terão o direito à "**CESTA BÁSICA II**", nas condições estipuladas nas cláusulas abaixo:

Parágrafo Primeiro: O valor do benefício será de **R\$315,00** (trezentos e quinze reais), por mês, apurados na forma desta cláusula coletiva.

Parágrafo Segundo: Fica acordado que o direito ao benefício instituído **CESTA BÁSICA II** na forma desta cláusula, não tem natureza salarial, não integrando o salário do empregado para qualquer efeito legal com base no art. 457 parágrafo 4º da CLT.

Parágrafo Terceiro: A empresa creditará o valor do benefício **CESTA BÁSICA II** até o décimo quinto dia do mês seguinte ao período aquisitivo ao trabalhador que o conquistar, sendo **facultado a empresa o pagamento do benefício em VA, cartão magnético ou dinheiro.**

Parágrafo Quarto: A apuração do benefício **CESTA BÁSICA II** será realizada com base no controle de jornada, sendo a apuração realizada mensalmente.

Parágrafo Quinto: O direito ao recebimento da **CESTA BÁSICA II** está condicionado:

- O empregado que apresentar *falta injustificada* no mês, não fará jus ao benefício;
- Com a apresentação de 1 (um) dia de atestado, o empregado fará jus ao valor de **R\$ 240,00** (duzentos e quarenta reais);
- Com a apresentação de 2 (dois) dias de atestado, o empregado fará jus ao valor de **R\$ 140,00** (cento e quarenta reais);
- 3 (três) dias ou mais de atestado o empregado não fará jus ao benefício;
- Empregados de jornada de 4 (quatro) horas diárias de trabalho, farão jus ao recebimento deste benefício, na proporcionalidade de 50% do valor, obedecendo as mesmas regras acima.

Parágrafo Sexto: Terão direito ao pagamento proporcional aos dias trabalhados os colaboradores afastados por motivo de férias, afastamento previdenciário, sendo o recebimento na proporção da quantidade de dias que efetivamente trabalhar no período de apuração do Benefício **CESTA BÁSICA II**.

Parágrafo sétimo: Não terão direito a esse benefício: Empregados cujo piso salarial, ultrapasse o valor de **R\$ 2.720,86** (dois mil setecentos e vinte reais e oitenta e seis reais), ou seja (maior piso salarial da tabela de funções e salários), não se computando para esse cálculo os adicionais legais.

Parágrafo Oitavo: Nas planilhas de custos, editais de licitações, repactuações e reequilíbrios econômico-financeiro de contratos devido a fatos novos constantes nesta CCT e em consonância à instrução normativa vigente, nestes casos, obrigatoriamente, deverão constar a provisão financeira para cumprimento desta cláusula, preservando o patrimônio jurídico dos trabalhadores, conforme o artigo 444 da CLT.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - VALE TRANSPORTE

As empresas ficam obrigadas a fornecer de forma antecipada e na quantidade necessária, o vale-transporte nos termos da lei, para atender a locomoção dos empregados aos locais de trabalho e ao plantão e de retorno ao respectivo domicílio, podendo descontar dos empregados o valor gasto, até o limite de 6% (seis por cento) do valor do salário-base.

1 - Para comprovar a solicitação de vale transporte por parte do empregado, as empresas se obrigam a manter a opção do empregado por escrito, sob pena de presunção de que o empregado solicitou a quantidade alegada.

2 - Eventual necessidade de suplementação do quantitativo de vale transporte fornecido ao beneficiário que tiver alteração domiciliar, será concedido pelo empregador, exclusivamente, após a comunicação pelo empregado da alteração do seu endereço residencial, sendo imprescindível a entrega do comprovante de endereço atualizado ao Departamento de Recursos Humanos da empresa.

3 - A ausência do empregado ao serviço, em razão do não fornecimento do vale transporte, não deverá ser considerado falta.

4- O Vale Transporte deve ser concedido sempre de forma antecipada ao empregado para que este possa prestar labor diário em todos os dias do mês em favor do empregador. Quando o empregador adiantar o vale transporte a determinado mês e o empregado não comparecer ao trabalho, será realizada a compensação para o período seguinte do saldo que restar.

AUXÍLIO SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - COPARTICIPAÇÃO NO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DA CATEGORIA

As partes entendem que a base de trabalhadores representada pelo **SIEMACO-SP**, é notadamente de um público vulnerável, carente de assistência básica ao próprio trabalhador e sua família, afetando sua vida pessoal e profissional. Como forma de minimizar esta realidade, historicamente alguns Sindicatos da categoria vem prestando parcialmente estes serviços aos trabalhadores e dentre os serviços disponibilizados é o de assistência à saúde (médica e odontológica) para os trabalhadores. Por se tratar de um serviço oneroso, as Empresas contribuirão, mensalmente, para seu custeio de forma a ampliar o escopo desta assistência e atender a todos os trabalhadores da categoria, o que atende a ambas as partes: trabalhador e empresário. Com maior assistência à saúde, maior produtividade.

Parágrafo primeiro: As empresas concederão a todos seus empregados um benefício constituído por Assistência à saúde, abrangendo o atendimento ambulatorial com consultas médicas e odontológicas, serviços de apoio ao diagnóstico, voltados à prevenção e procedimentos curativos básicos, através de convênios com clínicas e laboratórios especializados, sendo que o mesmo será gerido por instituição terceira, o Instituto Arlindo Gusmão de Fontes, CNPJ Nº 07.709.807/0001-47. Complementarmente e objetivando a promoção do bem estar físico, mental, emocional, intelectual, profissional e social da categoria, o Instituto executará atividades referenciadas no desenvolvimento de estudos, pesquisas, consultorias e ações visando o atingimento dos objetivos previstos nesta Convenção, para tanto realizando convênios e parcerias com centros especializados e entidades parceiras.

Parágrafo Segundo: Escopo dos benefícios de assistência à saúde médica e odontológica a ser oferecida a categoria: 1. Assistência médica ambulatorial: Serviços de saúde voltados para os casos de baixa complexidade e que não ofereçam risco imediato à vida do paciente, com as seguintes especialidades: clínica geral, ginecologia, ortopedia, urologia e oftalmologia. 2. Assistência odontológica: atendimento odontológico, exceto prótese e ortodontia. 3. Exames laboratoriais: Urina tipo 1; cultura de fezes, **Colpocitologia Oncótica** (Papanicolaou) e hemograma completo.

Parágrafo terceiro: Para custeio do benefício acima referenciado, as empresas pagarão ao Instituto anteriormente identificado, o valor de **R\$ 37,09 (trinta e sete reais e nove centavos), por mês e por empregado, responsabilizando-se o Instituto a garantir assistência constituída por consultas médicas e odontológicas, para os trabalhadores, através de estabelecimentos credenciados.**

Parágrafo quarto: Os recolhimentos dos valores estabelecidos na cláusula anterior deverão ser efetuados até o dia 10 de cada mês, tomando por base o número de empregados indicados no CAGED ou E Social do mês imediatamente anterior.

Para a viabilização do atendimento aos trabalhadores, a empresa deverá inserir a relação nominal dos trabalhadores conforme layout disponível na página eletrônica do Instituto (site) acessando o link:

[HTTPS://institutoagf.org.br/tutorial-boleto](https://institutoagf.org.br/tutorial-boleto)

Parágrafo Quinto: A presente estipulação não tem natureza salarial, não se integrando na remuneração para qualquer fim;

Parágrafo sexto - A obrigação de pagamento pela empresa será mantida em caso de afastamento do (a) empregado (a), por motivo de doença ou acidente de trabalho, pelo prazo de 06 (seis) meses). Decorrido tal tempo, ao (a) empregado (a) será facultada a manutenção do benefício mediante pagamento direto por ele feito ao respectivo Instituto, desobrigada desde logo a empresa de qualquer responsabilidade.

Parágrafo sétimo - Além da obrigação do pagamento do valor do benefício, fica instituída uma multa equivalente a **R\$ 37,09 (trinta e sete reais e nove centavos)**, por mês e por trabalhador, no caso de descumprimento da presente cláusula, em favor do Instituto para o qual os valores deveriam ter sido recolhidos.

Parágrafo oitavo - Em todas as planilhas de custos e editais de licitações deverá constar a provisão financeira para cumprimento deste benefício assistência médica, a fim de que seja preservado o patrimônio jurídico dos trabalhadores em **consonância com o artigo 444 da CLT.**

Parágrafo nono: Para pagamento e cumprimento desta cláusula, acessar o site do Instituto através do endereço:

www.institutoagf.org.br (campo "Boleto")

Parágrafo décimo: Os valores recolhidos pelas empresas a título do Benefício Saúde possuem destinação específica e exclusiva ao custeio e à manutenção das ações e serviços de assistência à saúde dos trabalhadores, sendo expressamente vedada sua utilização para quaisquer outras finalidades. Tais valores não se caracterizam como receita própria da entidade recebedora, que atuará unicamente como gestora dos recursos vinculados ao referido benefício

Parágrafo décimo primeiro LGPD: embora os dados solicitados às empresas para habilitação do trabalhador ao atendimento do benefício não se enquadram como dado sensível perante a Lei 13.709/2018 - LGPD, o Instituto AGF treinou seus funcionários e também instituiu todos os protocolos para tratamento de dados, assumindo e publicando Regras de boas práticas e governança para cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados. Acesse nosso compromisso:

<https://institutoagf.org.br/legd-boas-praticas>

AUXÍLIO CRECHE

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - AUXÍLIO CRECHE

As empresas, leia-se por CNPJ, onde trabalharem pelo menos 30 (trinta) empregadas, com mais de 16 (dezesseis) anos de idade e **que não possuam creche própria ou conveniada**, nos termos do § 2º do artigo 389 da CLT, **deverão conceder**, mensalmente, um auxílio creche às empregadas-mães, a importância equivalente a **30% (trinta por cento) do salário mínimo vigente no país, por filho com até 24 meses de idade**, para fins de guarda e assistência aos filhos.

- 1 - O empregado do sexo masculino viúvo ou separado judicialmente também terá direito ao benefício, desde que comprove possuir legalmente a guarda do (s) filho (s);
- 2 - O benefício se aplica aos filhos com idade até 21 (vinte e um) anos, desde que comprovada a condição de inválido, nos termos da legislação previdenciária.
- 3 - Este benefício não tem natureza salarial e não integrará a remuneração para qualquer fim.

SEGURO DE VIDA

CLÁUSULA VIGÉSIMA - SEGURO DE VIDA EM GRUPO

Sem prejuízo do **Benefício Social Sindical**, é facultado aos empregadores a contratação de Seguro de Vida em Grupo em prol de seus empregados, hipótese em que os mesmos contribuirão com até 10% (dez por cento) dos prêmios mensais, a ser descontado em folha de pagamento

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CONVÊNIO FARMÁCIAS/DROGARIAS

Fica assegurado a todos os empregados a celebração, por parte da empresa de Convênio com farmácias, drogarias ou outra modalidade para a aquisição de medicamentos com descontos para os empregados, sendo que:

- 1- Os limites individuais para compras por parte dos empregados será definido pela empresa empregadora, cujos valores gastos pelo empregado e devidamente comprovado pelo fornecedor do medicamento, serão descontados em folha de pagamento no mês subsequente a aquisição;
- 2- Fica entendido que a empresa é apenas facilitadora entre o empregado e o fornecedor de medicamentos, não cabendo a esta, empregadora, qualquer ônus no estabelecimento do convênio bem como nas transações feitas pelo empregado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - COMPLEMENTAÇÃO DE RENDA - BENEFÍCIO B91 (ACIDENTE DO TRABALHO)



Fica garantida a complementação de diferença da renda percebida, antes pelo trabalhador, em casos de afastamento por acidente de trabalho durante o recebimento do Benefício "B 91" (acidente de trabalho) do INSS, pelo prazo máximo de 60 dias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - BENEFÍCIO SOCIAL SINDICAL

As Entidades Sindicais prestarão indistintamente a todos os trabalhadores e/ou empregadores subordinados a esta Convenção Coletiva de Trabalho, por meio de organização especializada e aprovada pelas Entidades Sindicais Convenientes, benefícios sociais, conforme definido no Manual de Procedimentos Operacionais.

Parágrafo primeiro - Para efetiva viabilidade financeira deste benefício e com o expresse consentimento do **SIEMACO-SP**, as empresas, compulsoriamente, a título de contribuição social, recolherão até o dia 10 (dez) de cada mês e a partir de **01/01/2026**, o valor total de 16,75 (dezesseis reais e setenta e cinco centavos), **por trabalhador que possua**, exclusivamente, por meio de boleto disponibilizado pela gestora no site www.beneficiosocialsindical.com.br.

Parágrafo segundo - Em caso de afastamento de empregado, por motivo de doença ou acidente, o empregador manterá o recolhimento por até 12 (doze) meses. Caso o afastamento do empregado seja por período superior a 12 (doze) meses, o empregador fica desobrigado ao recolhimento desta contribuição a partir do décimo terceiro mês, ficando garantidos ao empregado todos os benefícios previstos nesta cláusula, até seu efetivo retorno ao trabalho, quando então o empregador retomará o recolhimento relativo ao trabalhador afastado.

Parágrafo terceiro - Na ocorrência de evento que gere direito de atendimento ao trabalhador, o empregador deverá comunicar formalmente a gestora através do seu site, no prazo máximo e improrrogável de 120 (cento e vinte) dias a contar do fato gerador, sob pena do empregador arcar com sanções pecuniárias em favor do trabalhador prejudicado, como se inadimplente estivesse, pelo site www.beneficiosocialsindical.com.br.

Parágrafo quarto - O empregador que estiver inadimplente com o recolhimento desta contribuição ou efetuar recolhimento por valor inferior ao devido, perderá o direito aos benefícios, e, em caso de serviços que sejam prestados diretamente às empresas, estes serão suspensos até a regularização dessa contribuição. Na ocorrência de qualquer evento que gere direito de atendimento aos trabalhadores, estes não perderão direito aos benefícios, e o empregador deverá indenizar o trabalhador ou seus familiares, a título de multa, o dobro do valor dos benefícios, e reembolsará a gestora o valor total dos benefícios a serem prestados.

Parágrafo quinto - Nas planilhas de custos, editais de licitações ou nas repactuações de contratos devido a fatos novos constantes nesta CCT e em consonância à instrução normativa vigente, nestes casos, obrigatoriamente, deverão constar a provisão financeira para cumprimento desta cláusula, preservando o patrimônio jurídico dos trabalhadores, conforme o artigo 444 da CLT.

Parágrafo sexto - Estará disponível no site da gestora, a cada pagamento mensal, o Comprovante de Regularidade do Benefício Social Sindical, o qual deverá ser apresentado ao contratante e a órgãos fiscalizadores quando solicitado.

Parágrafo sétimo - O presente serviço social não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços, tendo caráter compulsório e ser eminentemente assistencial.

Parágrafo oitavo - O descumprimento da cláusula em decorrência de negligência, imprudência ou imperícia do prestador de serviços (administradores e/ou contabilistas), implicará na responsabilidade civil daquele que der causa ao descumprimento, conforme artigos 186, 927, 932, III e 933, do Código Civil Brasileiro.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DISPENSA/DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA

O empregado dispensado por justa causa sob a alegação de cometimento de falta grave, será comunicado por escrito do fato.

A ausência de comunicação escrita presumirá a ocorrência de dispensa imotivada.

Se o empregado se negar a acusar o recebimento da comunicação, a recusa deverá ser testemunhada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - RESCISÃO INDIRETA

Em caso de descumprimento de quaisquer cominações estipuladas na presente norma coletiva, as empresas facultarão a seus empregados rescindirem seus contratos de trabalho nos termos do artigo 483 da Consolidação das Leis do Trabalho, com liberação em favor dos mesmos de todos os títulos decorrentes do contrato, de forma dobrada, sem prejuízo de acréscimos legais.

AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - AVISO PRÉVIO (LEI Nº.12.506/11)

O aviso prévio proporcional ao tempo de serviço de que trata a Lei 12.506/11 somente se aplica nos casos de rescisão contratual de iniciativa do empregador.

1º) O Cumprimento do aviso prévio quando trabalhado será de no máximo 30 dias, sendo que os dias excedentes deverão ser indenizados com a devida projeção dos mesmos no tempo de serviço, para todos os efeitos em prol do trabalhador.

2º) Durante o cumprimento dos 30 dias de aviso prévio, a jornada de trabalho será reduzida em duas horas diárias ou 7 dias corridos, cuja opção é do empregado.

3º) O período a ser indenizado será de 3 dias por ano completo de serviço.

OUTROS GRUPOS ESPECÍFICOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - TELETRABALHO E HOME OFFICE

Para os fins desta norma coletiva considera-se:

a) como **TELETRABALHO** a prestação de serviços **preponderantemente fora das dependências das EMPRESAS**, ou seja, **três (3) ou mais vezes por semana** - com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação;

b) como trabalho em regime de **HOME OFFICE**, qualquer prestação de serviços fora das dependências do empregador - parcial ou integral, **uma ou duas vezes por semana** - com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação.

1.) Caso seja necessário o comparecimento o empregado nas dependências da empresa para realização de atividades específicas que exijam a presença do mesmo, não descaracterizará o regime de home office, ficando sob a responsabilidade do empregador o reembolso das despesas com locomoção (vale- transporte, aplicativos de transporte, taxi, etc.)

Parágrafo Primeiro: Fica permitida a implementação do "teletrabalho" ou do "trabalho em regime de home office" no âmbito da categoria mediante acordo individual específico para este fim, e adoção de políticas internas nos termos do art. 75-A e seguintes da CLT.

Parágrafo Segundo: A alteração do regime de teletrabalho para presencial poderá ser modificada a qualquer momento, respeitado sempre o aviso prévio de 15 (quinze) dias para reversão do regime à distância para o presencial.

Parágrafo Terceiro: Aos empregados que firmarem acordo individual em regime de teletrabalho, fica estabelecido que as EMPRESAS pagarão uma ajuda de custo mensal no valor acordado entre o trabalhador e a empresa em razão dos custos e despesas decorrentes da utilização de energia elétrica, internet, mobiliário, infraestrutura básica e quaisquer outros decorrentes do trabalho em regime de home office e/ou teletrabalho, cuja natureza é meramente indenizatória para todos os fins.

Parágrafo Quarto: Os empregados cujo contrato contenha previsão expressa do trabalho em regime de teletrabalho ou home office estão inseridos na excludente do controle de jornada disposto no art. 62, inciso III da CLT, sendo ratificado pelo presente Acordo Coletivo de Trabalho, dispensados de qualquer forma de controle de ponto.

Parágrafo Quinto: Os EMPREGADOS deverão comparecer no estabelecimento das EMPRESAS sempre que for requisitado por esta, inclusive, mas não limitado, para participar de treinamentos, realização de exames periódicos e/ou reuniões de rotina e outras. Este comparecimento às dependências do empregador para a realização de atividades específicas não descaracteriza o regime de teletrabalho.

Parágrafo Sexto: Para todos os fins legais e administrativos, considera-se como local de trabalho e base territorial dos empregados em regime de teletrabalho ou em home office, na base territorial do **SIEMACO-SP**, onde estão as sedes das EMPRESAS.

Parágrafo Sétimo: Enquanto perdurar o contrato de trabalho de home office, a empresa deverá conceder ao empregado, o vale refeição e o vale alimentação previsto em cláusula da presente CCT.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - APOSENTADORIA/INDENIZAÇÃO COMPLEMENTAR E ESTABILIDADE

Ao empregado que contar com 60 (sessenta) meses ou mais de serviços contínuos ao mesmo empregador, será concedido, quando da sua aposentadoria, uma indenização complementar equivalente ao valor de 1(um) salário nominal do empregado.

a) Ao trabalhador que estiver a 12 (doze) meses da aquisição do direito a aposentadoria, fica garantida a estabilidade no emprego durante esse período, exceto em casos de término de contrato de prestação de serviços com o tomador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - CONDUÇÃO PARA HOMOLOGAÇÃO

As empresas ficam obrigadas a antecipar as despesas com o transporte de seus empregados, em caso de deslocamento de um município para outro, para recebimento de rescisão de contrato de trabalho, **NA BASE TERRITORIAL DO SIEMACO-SP.**

a) As empresas deverão comunicar por escrito ao empregado desligado, a data, local e horário para homologação da rescisão contratual.

b) A falta de comparecimento da empresa no ato das homologações previamente agendadas a sujeitará ao pagamento de indenização correspondente a 1 (um) dia da remuneração do empregado, paga diretamente ao mesmo, sem prejuízo das demais penalidades.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - SALDO DE SALÁRIOS

O saldo de salário referente ao período anterior ao aviso prévio deverá ser pago por ocasião do pagamento geral dos demais empregados, exceto se a homologação ou quitação da rescisão ocorrer antes do mencionado pagamento geral.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - RETENÇÃO DA CTPS



Será devida ao empregado a indenização correspondente a um dia de salário, por dia de atraso, pela retenção de sua carteira profissional após o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, de que trata o artigo 29 da CLT

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - INDENIZAÇÃO ADICIONAL DEVIDA NA DEMISSÃO ANTES DA DATA BASE

Considerando a característica do setor de Asseio e Conservação ser prestação de serviços contínuos à terceiros, **exclusivamente no caso de rescisão contratual por parte do contratante**, NÃO será devida a indenização adicional equivalente a um salário mensal, no caso de dispensa sem justa causa, conforme determinam as Leis 6.708/79 e Lei 7.238/84, em ambas no seu artigo 9º.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - HOMOLOGAÇÕES

As homologações das rescisões contratuais **deverão ser efetuadas no SIEMACO-SP.**

a) Fica facultado ao trabalhador, optar pelo local da realização da Homologação da rescisão contratual na sede ou subsele do **SIEMACO-SP**, sob pena de a empresa arcar com o pagamento da importância equivalente a 01 (um) dia de salário do empregado e as despesas de condução, paga diretamente ao mesmo;

b) Fica estipulado o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data da rescisão contratual, para que as empresas efetuem a homologação do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho e entreguem a Comunicação de Dispensa e requerimento de Seguro-Desemprego, quando devido, sob pena de pagamento de multa equivalente a 01 (um) salário do empregado a ser paga ao mesmo. A baixa da CTPS deverá ser efetuada nos prazos previstos no artigo 477 § 6º da CLT sob pena de a empresa incorrer na multa prevista nesta cláusula;

c) Em se tratando de pedido de demissão, com recusa de cumprimento integral ou parcial do aviso prévio por parte do empregado, a empresa poderá descontar o valor correspondente nas verbas rescisórias, exceto em relação ao saldo salarial referente aos dias trabalhados;

d) Quando o **SIEMACO-SP** der qualquer causa para o atraso na homologação, especificada na alínea "b" desta cláusula, será obrigado a emitir em favor da empresa, uma certidão que a isente da culpa, especificando quais os motivos que levaram ao atraso na homologação.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES TRANSFERÊNCIA SETOR/EMPRESA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - TRANSFERÊNCIA

As empresas ficam obrigadas a comunicar seus empregados, por escrito, sob pena de presunção de não comunicação, **com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas**, quando a transferência for para a **mesma zona geográfica** (Zona Norte, Sul, Leste e Oeste) e **48 (quarenta e oito) horas**, quando a transferência se der para **outras zonas geográficas**, as mudanças de local de trabalho, bem como o horário, respeitada a legislação atinente a cada caso.

a) as transferências só poderão ocorrer para locais onde não haja alteração do número de conduções estabelecidas na última Declaração de Opção de Vale-transporte efetuado pelo empregado.

b) as despesas excedentes com transporte, nos casos de transferência do local dos serviços ou atendimento de plantões, deverão ser pagas antecipadamente.

c) a transferência Intermunicípio, bem como a alteração da jornada de trabalho diurno para noturno e viceversa só poderá ocorrer desde que esta condição esteja expressa no contrato de trabalho e não provoque prejuízo ao empregado.

d) a não observância dos procedimentos acima caracteriza infração ao contrato de trabalho nos termos do artigo 483 letra "d" da CLT, passível de rescisão indireta do contrato de trabalho.

ASSÉDIO MORAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - ASSÉDIO MORAL

O trabalhador tem direito fundamental à saúde física e mental. O assédio moral é causa de transtornos físicos e mentais e também de absenteísmo no ambiente de trabalho.

As partes Convenientes declaram seu repúdio a quaisquer das formas de assédio moral.

Parágrafo primeiro: Para efeito de delimitação do alcance da obrigação descrita nesta cláusula, consideram-se práticas vexatórias ou humilhantes, entre outras: 1. Xingamentos; 2. Dirigir-se aos empregados em tom de voz desrespeitoso; 3. Imputação de apelidos ofensivos; 4. Rótulos que depreciem os empregados; 5. Toda forma de ridicularização do trabalhador; 6. Estabelecimento de comparações entre empregados, de modo a violar a imagem daqueles qualificados como menos produtivos; 7. Intimidação dos empregados através de ameaças de demissão; 8. Represálias ao empregado que denunciar assédio moral, especialmente por meio de despedida sem justa causa; 9. Pressão psicológica, coação, intimidação, discriminação, perseguição, autoridade excessiva e condutas abusivas ou constrangedoras.

Parágrafo segundo: As empresas comprometem-se a manter ações permanentes de prevenção contra assédio moral no ambiente de trabalho, mediante campanhas de conscientização dos trabalhadores e gestores sobre o tema.



CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA DA GESTANTE

Fica assegurada a estabilidade provisória à gestante, desde a confirmação da gravidez até 30 (trinta) dias após o término da licença maternidade.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - JORNADA DE TRABALHO DE 6 (SEIS) HORAS DIÁRIAS

Fica garantido aos empregados que trabalham a partir de 6 (seis) horas diárias ou 180 (cento e oitenta) horas mensais, já computados os Descansos Semanais Remunerados (DSR's), o piso salarial mínimo da função desempenhada, estabelecida no quadro de pisos salariais.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - TURNO FIXO 12 X 36

A jornada de Trabalho poderá ser de 12 (doze) horas seguidas de trabalho e 36 (trinta e seis) horas ininterruptas de descanso, não sendo devidas horas extraordinárias, em razão da natural compensação, usufruídos ou indenizados, o intervalo de 30 (trinta) minutos de repouso e alimentação.

Parágrafo Primeiro: Considera-se já remunerado o Trabalho realizado nos domingos e feriados que por ventura coincidam com a escala prevista nesta cláusula, face a natural compensação pelo desconto das 36 (trinta e seis) horas seguintes.

Parágrafo Segundo: Se a jornada 12 x 36 ocorrer em ambiente insalubre é desnecessária a licença prévia da autoridade competente na área de higiene do Trabalho.

Parágrafo Terceiro: A indenização do intervalo intrajornada será no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal de Trabalho.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - JORNADA DE TRABALHO INFERIOR A 4 (QUATRO) HORAS DIÁRIAS

Fica garantido o pagamento de **60% (sessenta por cento)** do **piso salarial na função exercida**, para os trabalhadores que cumprem jornada **até 4 (quatro) horas diárias**.

Parágrafo Primeiro: Não existe direito ao intervalo para refeição e descanso os trabalhadores que exercerem a jornada diária de 4 (quatro) horas, por não existir fato gerador para fornecimento de tal benefício.

Parágrafo Segundo: Ao trabalhador que exceder a jornada de trabalho diária de 4 (quatro) horas, receberá horas extras pelo período excedente.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - OUTRAS ESCALAS E JORNADAS



A jornada normal admitida na categoria compreende o trabalho de 192 (cento e noventa e duas) horas mensais, observado o disposto no art. 611-A, I da CLT.

Parágrafo primeiro– Será admitida a escala de trabalho 4x2, em face das características e singularidades da atividade, desde que não haja extrapolção do limite ora estabelecido, e respeitado a concessão da folga semanal remunerada de no mínimo 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, nos termos da lei. Em havendo extrapolção do limite aqui estabelecido, o empregado fará jus ao recebimento dessas horas como extraordinárias, com o adicional da presente Norma Coletiva, sem que isso implique em descaracterização do regime/escala de jornada de trabalho a que o empregado estiver sujeito.

Parágrafo Segundo: As remunerações dos DSR's (Descanso Semanal Remunerado) e dos Feriados não compensados serão refletidas nos pagamentos de férias e 13º salários dos empregados, inclusive quando indenizados.

Parágrafo Terceiro: O intervalo para refeição e descanso poderá ser reduzido para até 30 (trinta) minutos, conforme dispõe o artigo 611-A, Inciso III, da CLT. De modo que, caso não seja concedido integralmente, será pago como indenização apenas o período suprimido/faltante, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, como determina o artigo 71, §4º da CLT.

Parágrafo Quarto: O intervalo previsto no parágrafo terceiro não poderá ser usufruído durante as 02 (duas) primeiras horas e as 02 (duas) últimas horas da jornada de trabalho dos empregados.

Parágrafo Quinto: Durante o usufruto do intervalo previsto no parágrafo terceiro, fica facultado ao empregado permanecer nas dependências do local da prestação de serviço, cujo período não será computado na duração do trabalho, por não constituir tempo à disposição do empregador.

Parágrafo Sexto: O Trabalho em turnos ininterruptos de revezamento sujeita as empresas ao cumprimento das normas constitucionais e legais existentes.

Parágrafo Sétimo: Nos termos do § 2º do artigo 58 da CLT, o tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador.

Parágrafo Oitavo: O disposto no parágrafo anterior também se aplica para o tempo gasto do deslocamento aos locais disponíveis para a refeição.

Parágrafo Nono: O cálculo do valor da hora normal dar-se-á pelo quociente da divisão do salário mensal, por 220 (duzentos e vinte) horas.

Parágrafo Décimo : Será rediscutida na íntegra a redação desta cláusula, caso haja má utilização da mesma pelas empresas abrangidas nesta Convenção Coletiva de Trabalho.

INTERVALOS PARA DESCANSO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - INTERVALO PARA REFEIÇÃO E DESCANSO

Nas jornadas superiores a 06 (seis) horas diárias, o intervalo para refeição e descanso será de no mínimo 01 (uma) hora.

Caso não seja concedido integralmente, será pago como indenização apenas o período suprimido/faltante, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, respeitado o limite mínimo de 30 (trinta) minutos para refeição e descanso.

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - REGISTRO DO HORÁRIO DE TRABALHO

O horário de trabalho poderá ser registrado pelos empregados em cartão, papeleta, livro de ponto, cartão magnético ou, ainda, por outros meios eletrônicos, ficando as empresas obrigadas a colherem assinatura dos empregados ao final do período de fechamento do ponto no respectivo meio de controle, salvo no caso da utilização de biometria ou reconhecimento facial, podendo as empresas dispensarem a marcação do intervalo de repouso e alimentação, desde que haja uma pré-anotação do intervalo no cabeçalho do documento onde é registrada a jornada, conforme a legislação em vigor.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - AUSÊNCIAS LEGAIS

As empresas considerarão ausências legais do empregado ao serviço, aquelas previstas na legislação vigente e nesta norma coletiva, não sendo passíveis de punição e desconto no salário, os seguintes casos:

- a) até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica;
- b) até 3 (três) dias consecutivos em virtude de casamento;
- c) por 5 (cinco) dias, em caso de nascimento de filho, no decorrer da primeira semana;
- d) por 1 (um) dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em casos de doação voluntária de sangue devidamente comprovada;
- e) até 2 (dois) dias consecutivos ou não, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva;
- f) no período de tempo em que tiver de cumprir as exigências do serviço militar referidas na letra "c" do artigo 65 da lei 4375/64;
- g) nos dias em que estiver comprovadamente realizando prova de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior;
- h) pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a júri;
- i) as ausências comprovadas e justificadas por médico, para exame e acompanhamento pré-natal da empregada gestante.

PARÁGRAFO ÚNICO: as ausências acima relacionadas são oriundas de norma legal prevista na legislação vigente (Art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho), *não se confundindo com ausências motivadas por doença e comprovadas através de atestado médico.*

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - TEMPO DE TROCA DE UNIFORMES

O tempo de troca de uniforme não será considerado à disposição do empregador, salvo se houver obrigatoriedade de realizar a troca na empresa.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - DO TRABALHO NOTURNO

Considera-se noturno o trabalho executado entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia e as 05 (cinco) horas do dia seguinte.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Na jornada de trabalho de 12hx36h (doze horas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso), não é devido o adicional noturno sobre as horas laboradas após as 05 (cinco) horas da manhã, consoante art. 59-A da CLT.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Na hipótese de parte da jornada do trabalhador se incluir no horário noturno e outra parte se concretizar antes ou depois dele, em horário diurno, o mesmo somente terá direito ao recebimento do adicional noturno por aquelas horas efetivamente laboradas entre 22h00min e 05h00min.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - CONTROLE DE JORNADA DE TRABALHO - SISTEMAS ALTERNATIVOS

As empresas poderão adotar sistemas alternativos de controle de jornada de trabalho, incluindo meios manuais, mecânicos, eletrônicos, biométricos, aplicativos instalados no celular do empregado ou ponto por exceção, conforme previsto no artigo 74, §4º da CLT, ou qualquer outro meio que assegure a efetiva aferição e controle da jornada de trabalho do empregado, desde que o registro seja feito sempre pelo próprio empregado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Não será obrigatória a aquisição e aparelho celular aos empregados que não o possuem. Entretanto, para os que o possuem, a instalação do aplicativo no celular pessoal do empregado para registro de ponto não gerará direito a qualquer indenização ou ressarcimento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O aplicativo utilizado para registro de ponto deverá permitir o registro offline, bem como possibilitar ao empregado a consulta do espelho de ponto e, se houver, do banco de horas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Serão considerados válidos e plenamente eficazes, para todos os fins jurídicos, todos os tipos de controle de ponto previstos nesta cláusula, inclusive os registros invariáveis de jornada (ponto britânico) sendo que no caso de eventuais rasuras ou ajustes, deverão ser expressamente informados pelo empregado.

FÉRIAS E LICENÇAS DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - FÉRIAS

Comunicado o período de gozo de férias, o empregador não poderá cancelar ou modificar o início previsto, exceto se ocorrer algum fato imperioso.

Parágrafo primeiro: A comunicação do período de gozo de férias deverá ocorrer com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por escrito.

Parágrafo segundo: A concessão de férias após o vencimento legal do período aquisitivo ensejará o pagamento em dobro nos termos da legislação.

Parágrafo terceiro: É devido o pagamento das férias proporcionais acrescidas de 1/3 (um terço) ao empregado que pede demissão antes de completar 12 (doze) meses de trabalho, conforme súmula 261 do TST.

Parágrafo Quarto: O gozo de férias não poderá ter início em dias que coincida com sábados, domingos, feriados ou dias ponte.

Parágrafo Quinto: Desde que haja concordância do empregado, as férias poderão ser usufruídas em até 3 (três) períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a 14 (quatorze) dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a 5 (cinco) dias corridos, cada um.

LICENÇA REMUNERADA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - LICENÇA REMUNERADA (CONTAGEM DO ACRÉSCIMO AO TEMPO DE AVISO PRÉVIO)

a) As empresas poderão optar em conceder licença remunerada até o limite equivalente dos dias de aviso prévio adicional por ano de trabalho, de forma que por ocasião da rescisão contratual, serão abatidos os dias de licença remunerada concedidos do aviso prévio adicional.

b) Será garantido a esse trabalhador todos os benefícios conquistados em Convenção Coletiva de Trabalho, exceto o valor referente ao vale transporte e vale refeição.

c) O mesmo princípio poderá ser adotado para empregados, que tenham comprovada doença crônica, como Câncer, Diabetes, cardíaco dentre outras, mediante atestado médico que comprove sua situação.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - DA HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

As empresas se obrigam a cumprir, além do estabelecido na legislação em vigor, o seguinte:

REFEITÓRIOS: Nos locais com mais de 10 (dez) empregados, deverá ser fornecido local apropriado para refeições dos mesmos;



VESTIÁRIOS: Nos locais com mais de 10 (dez) empregados, deverá ser fornecido vestiários com armários e chuveiros, quando da concordância do cliente.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - COMISSÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Fica constituída uma comissão formada por técnicos da área de saúde e segurança no trabalho, que terá como tarefa, o levantamento dos graus de risco, insalubridade, etc, da atividade como um todo.

a) Os resultados dos trabalhos desenvolvidos pela comissão, servirão como balizamento para providências que deverão ser tomadas pelas partes.

EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - SEGURANÇA NO TRABALHO

a) Para os trabalhos em altura realizados com auxílio de corda as empresas deverão cumprir, rigorosamente todo o disposto na **NR-35**, bem como as orientações do Ministério do Trabalho e Emprego.

b) As empresas se comprometem a fornecer, trimestralmente, ao **SIEMACO-SP**, relação contendo todos os empregados afastados por auxílio doença ou por acidente do trabalho.

c) As empresas poderão adotar o controle informatizado e digital do Termo de recebimento e responsabilidade de EPI (Ficha de EPI), o qual deverá conter todas as informações exigidas pela legislação vigente, valendo como prova de recebimento, a assinatura eletrônica realizada por qualquer meio eletrônico que garanta a identidade do empregado signatário. Em face ao tipo de sistema adotado, **fica convencionado que o empregado baixe o aplicativo do sistema utilizado em seu celular.**

UNIFORME

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - UNIFORMES

Deverão ser fornecidos, gratuitamente, 1(um) uniforme na admissão e outro 30 (trinta dias) após. Em caso de ser cobrado ou descontado dos vencimentos do empregado, a empresa fica obrigada a restituir em dobro o respectivo valor, na forma do artigo 462 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Fica assegurado a empresa o direito ao reembolso do valor correspondente ao uniforme fornecido, em caso de não devolução ou estrago voluntário do mesmo, por ocasião do desligamento do empregado.

Os uniformes deverão ser fornecidos completos, inclusive no período de inverno, acrescidos de agasalhos (ex.: "camisa, calça, camiseta, sapatos ou botas, sobretudo ou jaqueta (para porteiros); agasalhos (jaleco ou jaqueta ou blusa de moletom ou blusa de lã ou casaco/paletó)".

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - ATESTADOS MÉDICOS

As empresas deverão considerar justificadas as ausências do empregado quando este apresentar atestados médicos emitidos pelo SUS (Sistema Único de Saúde) e seus conveniados, bem como, os emitidos pelo serviço médico e odontológico **do SIEMACO SÃO PAULO** e seus conveniados, também serão aceitos os atestados médicos emitidos pelo convênio médico ou plano de saúde do empregado e quando o empregado estiver relacionado como dependente em Convênio Médico cujo titular seja o cônjuge.

Serão igualmente consideradas justificadas as ausências para acompanhamento de filho menor ou inválido em consulta médica, nos termos do artigo 473, Inciso XI, da CLT, que assegura 1 (um) dia por ano para acompanhamento de filho de até 6 (seis) anos, exceto no caso de filhos portadores de deficiência.

a) ACOMPANHAMENTO DE FILHO(A) COM DEFICIÊNCIA

As empresas aceitarão como justificadas até 04 (quatro) ausências ao trabalho das empregadas que necessitarem acompanhar filho(a) com deficiência em consultas médicas, exames, terapias ou tratamentos de saúde.

§1º Para a justificativa, deverá ser apresentado atestado médico ou declaração emitida por profissional de saúde habilitado, contendo o nome do paciente, a necessidade de acompanhamento e o período de afastamento.

§2º As ausências devidamente comprovadas não acarretarão prejuízo salarial, aplicação de penalidades disciplinares ou reflexos negativos em direitos trabalhistas, observada a legislação vigente.

§3º A condição de pessoa com deficiência poderá ser comprovada mediante laudo médico ou documento oficial, quando solicitado pela empresa, preservada a confidencialidade das informações.

§4º O disposto nesta cláusula aplica-se igualmente às empregadas que detenham guarda legal, tutela ou responsabilidade formalmente reconhecida sobre a criança ou adolescente com deficiência.

b) VALIDADE DOS ATESTADOS

A ausência de indicação do CID – Classificação Estatística Internacional de Doenças não invalida o atestado médico.

§1º O atestado deverá ser entregue pessoalmente pelo empregado ou, em caso de impossibilidade comprovada, por terceiro ou meio eletrônico, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após sua emissão, podendo ser convalidado pelo médico da empresa.

§2º Quando o empregado prestar serviços fora do domicílio da sede da empresa, o atestado poderá ser entregue na subsede ou posto de apoio, quando existentes, ou recolhido pelo preposto da empresa no próprio local de trabalho.

§3º Para validade, o atestado deverá conter identificação do empregado, assinatura e carimbo do profissional com número do respectivo conselho, devendo ser apresentado em duas vias (original e cópia), ficando a empresa responsável por declarar na cópia o recebimento do original, com data, horário e assinatura do preposto.

§4º Havendo suspeita de fraude, a empresa poderá solicitar esclarecimentos aos responsáveis, considerando que a emissão ou utilização de atestado falso constitui crime, conforme arts. 297 e 302 do Código Penal.

§5º Constatada a fraude, poderá ser aplicada demissão por justa causa, nos termos do artigo 482 da CLT.

OUTRAS NORMAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - SESMT COLETIVO - ORGANIZAÇÃO DO SESMT COLETIVO

Em conformidade com o Art. 2º da Portaria SIT/ DSST Nº 17, de 01/08/2007, que aprova o subitem 4.14.3 da NR-4 que, por sua vez, altera a redação da Norma Regulamentadora nº 4, o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) poderá ser organizado pelo SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO, englobando as empresas da mesma atividade econômica, localizadas na área de representação do SEAC - SP SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO;

-> Para facilitar a leitura, transcreve-se a Norma Regulamentadora 4, nos artigos em referendados nesta cláusula. " NR 4 - NORMA REGULAMENTADORA 4 SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E EM MEDICINA DO TRABALHO "4.1. As empresas privadas e públicas, os órgãos públicos da administração direta e indireta e dos poderes Legislativo e Judiciário, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, manterão, obrigatoriamente, Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, com a finalidade de promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador no local de trabalho." ... "4.14.3 As empresas de mesma atividade econômica, localizadas em um mesmo município, ou em municípios limítrofes, cujos estabelecimentos se enquadrem no Quadro II, podem constituir SESMT comum, organizado pelo sindicato patronal correspondente ou pelas próprias empresas interessadas, desde que previsto em Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho." ... "4.14.3.4 O SESMT organizado conforme o subitem 4.14.3 deve ter seu funcionamento avaliado semestralmente, por Comissão composta de representantes das empresas, do sindicato de trabalhadores e da Delegacia Regional do Trabalho, ou na forma e periodicidade previstas na Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho. (Subitem 4.14.3 aprovado pela Portaria SST 17/2007)."

AValiação: Nos termos no item 4.14.4.3 as partes signatárias constituirão comissão paritária indicando cada qual dois componentes, e integrada ainda por dois integrantes da empresa que aderir ao sistema efetivarão a avaliação do sistema no prazo de seis meses após sua implantação.

FISCALIZAÇÃO: A partir de seis meses da implantação, a comissão paritária composta pelos signatários, poderá requisitar às empresas representadas pelo SEAC - SP SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO, que não aderirem ao sistema, toda documentação relativa ao SESMT, mediante simples notificação com aviso de recebimento, com prazo de apresentação não inferior à vinte dias para análise do correto cumprimento da Legislação relativa à matéria.

PARÁGRAFO ÚNICO: A não apresentação no prazo assinalado ensejará multa em favor das entidades no importe de cinco por cento (5%) do piso normativo por empregado da empresa, sendo metade à cada entidade, sem prejuízo de comunicação ao Ministério Público do Trabalho, e à Fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego.

OUTRAS NORMAS DE PROTEÇÃO AO ACIDENTADO OU DOENTE

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - AFASTAMENTO DECORRENTE DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Na hipótese do empregado ser encaminhado ao INSS para recebimento de benefício previdenciário, e tenha este sido negado ou cessado, deverá o mesmo retornar a empresa imediatamente após comunicação do INSS. Fica, outrossim, determinado que o empregado deverá informar a empresa as decisões de deferimento ou indeferimento e/ou demais movimentações de benefícios e/ou aposentadoria, no prazo máximo de 48 horas após comunicação, **sob pena de não poder requerer qualquer verba inerente ao período não informado.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso o empregado opte por recorrer da decisão do INSS, pelas vias administrativas ou judiciais, e não retorne ao trabalho, deverá o mesmo entregar a empresa, por escrito, a intenção de recurso, ficando durante o período com o contrato de trabalho suspenso até que volte a laborar, cumprindo os trâmites legais de retorno ao trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Anualmente, o empregado afastado deverá comunicar a empresa a sua respectiva situação, considerando os efeitos da presente cláusula coletiva de trabalho.



CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - ENQUADRAMENTO SINDICAL

Para se determinar a norma coletiva aplicável entre empregado e empregador faz-se necessário verificar qual a atividade desenvolvida pela empresa, a fim de que se proceda ao enquadramento sindical.

Se o empregador lista diversas atividades em seu contrato social, aquela que mais se destaca determina a entidade sindical autorizada a representar a empresa na celebração de normas coletivas o enquadramento sindical do trabalhador decorre da atividade preponderante da empresa.

Neste sentido, mesmo que a empresa desenvolva atividades outras, utilizando um universo ínfimo de empregados, mas dentro do contexto de sua atividade principal, esta será sua atividade preponderante.

LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - GARANTIA DE AFASTAMENTO

Fica garantido o afastamento remunerado aos dirigentes sindicais, cipeiros e delegados sindicais, quando da participação em seminários, cursos e congressos realizados pelas entidades sindicais.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL NEGOCIAL

Com base nas disposições contidas no artigo 513, alínea "e", da CLT e de acordo com decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal através do Recurso Extraordinário n.º 189.960-3, publicada no DJU em 10/08/2001, e conforme aprovação em assembleias pelos trabalhadores da categoria, os empregadores ficam obrigados a descontar na folha salarial de cada mês, a partir de janeiro de 2026, a importância equivalente a 1% (um por cento) do salário de cada empregado, devidamente corrigido e limitado o desconto individual mensal a R\$ 50,96 (cinquenta reais e noventa e seis centavos), a título de Contribuição Assistencial Negocial. Deverão ser observadas as determinações legais e judiciais a respeito. As importâncias descontadas deverão ser recolhidas ao **SIEMACO-SP** em guias próprias fornecidas, até o dia 10 do mês subsequente ao vencido, acompanhada da relação nominal dos empregados, sob pena de pagamento de multa de 10% (dez por cento) do valor devido, acrescido de juros e correções legais.

Os empregados que vierem a ser contratados após a data base, o desconto será efetuado a partir do mês seguinte ao de admissão, garantindo-se aos mesmos, desde que não associados, o direito de oposição no prazo de 10 (dez) dias que anteceder ao primeiro desconto. O repasse da importância devida pelo empregado a título de Contribuição Assistencial Negocial será de inteira responsabilidade da empresa, sendo que a omissão empresarial na efetivação do repasse ao **SIEMACO/SP** fará com que o ônus pelo pagamento da importância se reverta à empresa, sem permissão de desconto ou reembolso posterior ao trabalhador.

DIREITO DE OPOSIÇÃO AO DESCONTO DE CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - OPOSIÇÃO AO DESCONTO DE CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL NEGOCIAL

Em cumprimento ao **"TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA n.º 446/2014"** celebrado entre o **SIEMACO/SP** e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO da 2ª. Região**, os trabalhadores não associados poderão exercer o direito de oposição ao desconto da contribuição assistencial, nos seguintes termos:

a) O prazo para OPOSIÇÃO será de 30 (trinta) dias contados do primeiro dia subsequente à data-base, ou seja, entre os dias **05.01.2026 a 03.02.2026**.

b) A carta de oposição poderá ser protocolada na sede ou subsele do Sindicato ou por meio de carta registrada (AR), assinada de próprio punho, sem necessidade de reconhecimento de firma.

c) Essa carta de oposição não tem um padrão estipulado, podendo ser uma simples menção de que não deseja o desconto de referida contribuição.

1- AÇÃO JUDICIAL

a) NOTIFICAÇÃO JUDICIAL AO SIEMACO-SP: Na hipótese de o empregado ingressar com ação judicial contra a empresa com o objetivo de obter devolução de valores descontados, a empresa deverá notificar o SIEMACO-SP para que esse instrua o processo com as informações que entender cabíveis.

b) DEVOLUÇÃO DE VALORES DESCONTADOS: A empresa terá o direito de restituição de quaisquer contribuições sindicais, perante o **SIEMACO-SP**, em caso de decisão judicial que a obrigue a devolver contribuições descontadas do empregado e recolhidas ao sindicato.

c) RESTITUIÇÃO POR DANOS MORAIS: Da mesma forma, a empresa terá o direito de restituição, perante o **SIEMACO-SP**, de valores que seja obrigada a pagar de condenação por danos morais individuais ou coletivos, decorrentes do desconto de contribuição sindical.

2- FORMA DE RECOLHIMENTO

As importâncias devem ser recolhidas pelas empresas ao **SIEMACO-SP**, em guias próprias, disponibilizadas pelo **SIEMACO-SP**, conforme estabelecida no Artigo 586 da CLT, que determina o recolhimento à Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil.

3- DESCONTO E REPASSE

O desconto e repasse da importância devida pelo empregado será de inteira responsabilidade da empresa.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - CRTS - RELAÇÕES TRABALHISTAS SINDICAIS

A CRTS - Contribuição de Relações Trabalhistas Sindicais, é devida pelas empresas ao SEAC-SP, mensalmente, no percentual de 0,4% (zero vírgula quatro por cento), incidente sobre a base de cálculo do FGTS constante da folha de pagamento.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE PARA COM AS OBRIGAÇÕES SINDICAIS

Com intuito de preservar as empresas idôneas, assim como seus respectivos empregados e os contratantes em geral, para efeito deste instrumento e de comprovação junto a terceiros, inclusive justiça do trabalho, Superintendência Regional do Trabalho, Tomador de serviços e Órgãos Licitantes e por força desta convenção e em atendimento ao disposto no Artigo 607 da CLT, as empresas para participarem em licitações promovidas por órgãos da administração pública, direta, indireta ou contratação por setores privados, deverão apresentar Certidão de Regularidade para com suas obrigações sindicais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Esta certidão será expedida pelas partes convenientes, individualmente, sendo específica para cada certame licitatório, sendo vedada a emissão de certidões ou declarações de cumprimento parcial das obrigações contidas nesta Cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Consideram-se obrigações sindicais: a) recolhimento da Contribuição Sindical (profissional e econômica); b) recolhimento de todas as taxas e contribuições inseridas nesta convenção; c) cumprimento integral desta convenção.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A falta da Certidão ou vencido seu prazo, que é de 30 (trinta) dias, permitirá às demais empresas licitantes, bem como aos sindicatos convenientes, nos casos de concorrências, cartaconvite ou tomada de preços, alvejar o processo licitatório por descumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - ULTRATIVIDADE

Todas as cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho terão validade até a assinatura da Próxima Convenção Coletiva.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

Fica acordado entre as partes, a constituição da Comissão de Conciliação Prévia em atendimento a Lei 9.958/2000. Para tanto, as partes se reunirão para que o regulamento de funcionamento da comissão seja deliberado, discutido e aprovado.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO DOS EMPREGADOS

As partes se comprometem a debater e elaborar um regulamento padrão sobre o funcionamento da Comissão, tendo em vista a vigência da Lei nº 13.467/2017.

Parágrafo Único: É vedada a formação de Comissão de Representação dos Trabalhadores antes da elaboração do Regulamento Padrão entre o **SEAC-SP** e do **SIEMACO-SP**.

DISPOSIÇÕES GERAIS MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - QUITAÇÃO ANUAL DAS VERBAS TRABALHISTAS

É facultado a empregados e empregadores, na vigência ou não do contrato de emprego, firmar o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas, perante ao **SIEMACO-SP**. Para tanto, as partes se reunirão para deliberarem sobre as regras do termo de quitação anual das verbas trabalhistas através de uma comissão específica a ser criada em até 90 dias.

Parágrafo Único: O termo discriminará as obrigações de dar e fazer cumpridas mensalmente e dele constará a quitação anual dada pelo empregado, com eficácia liberatória das parcelas nele especificadas.

APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - PREVALÊNCIA DA CONVENÇÃO COLETIVA SOBRE O ACORDO COLETIVO

1) **PREVALECERÃO TODAS** as condições estabelecidas em Convenção Coletiva de Trabalho **SOBRE** aquelas estipuladas em Acordo Coletivo de Trabalho, inclusive salários;

2) Ficam garantidas e respeitadas as condições mais benéficas existentes nas decisões judiciais transitadas em julgado e nos acordos coletivos já firmados entre empresas e o **SIEMACO-SP**.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - PRAZOS E MULTAS

As empresas se obrigam a cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos na presente norma coletiva, sob pena de multa e outras penalidades fixadas neste instrumento nas cláusulas respectivas.

No caso de descumprimento de qualquer uma das demais cláusulas ou disposições, sem prejuízo de outros direitos, a empresa pagará em favor do empregado prejudicado e para cada infração cometida, multa de 20% (vinte por cento) do salário mínimo federal vigente no país.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - VIGÊNCIA DAS CLÁUSULAS SOCIAIS E ECONÔMICAS

Ficam mantidas as cláusulas da presente convenção Coletiva de Trabalho, exceto, as cláusulas de natureza econômica para **O BIÊNIO 2026/2027**.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - DIA DO TRABALHADOR EM ASSEIO E CONSERVAÇÃO

Fica estabelecida a data de **16 de maio de cada ano para comemoração ao dia do trabalhador em asseio e conservação**.

Neste dia, (16 de maio de cada ano) sendo dia útil e trabalhado, as empresas fornecerão aos seus trabalhadores, mais um ticket refeição (VR) para cada empregado que tenha trabalhado no dia 16 de maio, totalizando o valor de **R\$ 43,60** (quarenta e três reais e sessenta centavos).

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - PAGAMENTOS E REPASSES

Os pagamentos e repasses devidos pela empresa, deverão ser efetuados por meio de sistema de cobrança bancária ou diretamente em conta corrente bancária da entidade sindical, via depósito ou transferência. Neste caso, a empresa deverá preencher a guia que poderá ser enviada ou disponibilizada em meio eletrônico, internet, e-mail ou site da entidade sindical.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

Em face da Lei nº 13.709/18 e atos normativos dela decorrentes, as entidades convenientes fixam, conforme disposições contidas nos artigo 7º, inciso I, artigo 11, inciso I, c/c artigo 9º, § 3º da referida Lei, que os dados pessoais dos empregados, tais como nome, CPF, endereço residencial e todos os dados necessários para atender às normas e regras de segurança exigidas pelos tomadores de serviço; operadora/administradora de benefícios, sindicato laboral e outros estritamente ligados à atividade, poderão ser compartilhados sempre que necessário e quando autorizados em assembleia geral da categoria, assim entendida largo senso, ou quando vinculados diretamente à relação mantida por sua empregadora e seus clientes e fornecedores, tendo em conta a atividade por ela exercida e as necessidades de segurança da informação. Do mesmo modo, tocará aos seus empregados estrita observação de tal conduta, no exercício dos seus cometimentos funcionais, quando do acesso a dados de terceiros, direta ou indiretamente ligados à empregadora e/ou a sua atividade junto aos clientes tomadores de seus serviços, sob pena de responsabilidade pessoal.

Parágrafo único: para sua segurança jurídica, a empresa poderá incluir esse item no contrato de trabalho firmado com o empregado.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEGUNDA - TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS MÍNIMO

A "Tabela de Encargos Sociais Mínimo", é uma sugestão elaborada com base na realidade empresarial das empresas do setor de asseio e conservação, visando criar mecanismos para evitar a precarização do setor e fornecer ao tomador de serviços uma base de informações, para equalização de propostas comerciais, com foco em colaborar para evitar as contratações com valores inexequíveis.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO
SEAC/SP

PLANILHA DE FORMAÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS MÍNIMOS

ITENS DE FORMAÇÃO	PERCENTUAL
GRUPO A - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS	
Previdência Social	20,0000%
SESI	1,5000%
SENAI	1,0000%
INCRA	0,2000%
SEBRAE	0,6000%
Salário-educação	2,5000%
Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,0000%

Fundo de Garantia por Tempo de Serviço -FGTS	8,0000%
TOTAL GRUPO A	36,8000%
GRUPO B - TEMPO REMUNERADO E NÃO TRABALHADO	
Férias	9,1518%
Ausência por Enfermidade (igual ou menor que 15 dias)	1,6916%
Ausências Legais	0,9524%
Licença Paternidade	0,4178%
Acidente de Trabalho	0,6347%
Aviso Prévio Trabalhado	0,0254%
TOTAL GRUPO B	12,8737%
GRUPO C - ADICIONAL DE FÉRIAS E 13º SALÁRIO	
Adicional de Férias	3,0506%
13º Salário	9,3839%
TOTAL GRUPO C	12,4345%
GRUPO D - OBRIGAÇÕES RESCISÓRIAS	
Aviso Prévio Indenizado	5,1285%
Incidência do FGTS sobre aviso prévio	0,4103%
Incidência da Multa FGTS e da Contribuição Social Sobre os depósitos FGTS	1,2863%
Incidência da multa FGTS e da Contribuição Social sobre o aviso-prévio indenizado	0,2222%
Incidência da multa FGTS e da Contribuição Social sobre o aviso-prévio trabalhado	0,0004%
TOTAL GRUPO D	7,0477%
GRUPO E - APROVISIONAMENTO DE CASOS ESPECIAIS	
Incidência do Grupo A sobre afastamento por licença-maternidade	0,3270%
Incidência do FGTS sobre o acidente de Trabalho (igual ou menor que 15 dias)	0,0015%
Percentual Referente a Abono Pecuniário	0,1305%
Percentual Referente a Reflexo do Aviso-Prévio Indenizado Sobre Férias e 13º Salário	0,9972%
Incidência do FGTS Sobre Reflexo do Aviso-Prévio Indenizado Sobre o 13º Salário	0,0342%
TOTAL GRUPO E	1,4904%
GRUPO F - INCIDÊNCIAS CUMULATIVAS	
Grupo A x (Grupo B + Grupo C)	
Incidência do Grupo A Sobre Grupo B	4,3021%
Incidência Grupo A Sobre o Grupo C	4,5759%
TOTAL GRUPO F	8,8780%
TOTAL GERAL	79,5243%

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA TERCEIRA - PLANILHA DE FORMAÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS MÍNIMO EXEQUÍVEL

A Planilha de composição de encargos sociais fixada nesta Convenção Coletiva, **revela o contexto mínimo de custeio para possibilitar contratações com exequibilidade econômica e segurança jurídica**, com foco em resguardar os tomadores de serviços no tocante a contratação de atividades terceirizadas com predominância de mão de obra, no que concerne a responsabilidade subsidiária e/ou solidária presente nas relações trabalhistas.

A planilha de composição de encargos sociais mínimos segue padrões de aglutinação de custeio, considerando a realidade do setor de asseio e conservação, em percentuais respaldados por análises produzidas pelas mais renomadas instituições especializadas na criação e análise de índices econômico-financeiros.

}

RUI MONTEIRO MARQUES
PRESIDENTE
SIND DAS EMPRESAS DE A E CONSERV NO EST DE SAO PAULO

EDSON ANDRE DOS SANTOS FILHO
PRESIDENTE
SIEMACO-SP - SINDICATO TRABALHADORES EMPRESAS PRESTACAO DE SERVICOS DE ASSEIO E CONSERVACAO E LIMPEZA URBANA DE SP

ANEXOS
ANEXO I - ATA AGE PATRONAL SEAC-SP AGE 03.11.2025

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO II - ATA AGE DOS TRABALHADORES SIEMACO-SP

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.





Sindicato dos Trabalhadores em Empresas
de Prestação de Serviços de Asseio e Conservação
e Limpeza Urbana de São Paulo



SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO
E CONSERVAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO

São Paulo, 15 de dezembro de 2025.

(segunda-feira)

COMUNICADO CONJUNTO

REF.: NEGOCIAÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO 2026/2027

SEAC-SP: SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n. 62.812.524/0001-34, neste ato representado por seu Presidente, **Sr. RUI MONTEIRO MARQUES**; e

SIEMACO-SP: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO E LIMPEZA URBANA DE SÃO PAULO, CNPJ n. 62.653.233/0001-40, neste ato representado por seu Presidente, **Sr. EDSON ANDRE DOS SANTOS FILHO**;

Celebram o presente comunicado conjunto referente à **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2026/2027**, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

✓ **GARANTIA DA DATA-BASE: 1º (PRIMEIRO) DE JANEIRO DE 2026.**

- **Vigência:** As partes fixam a vigência da Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2027, sendo para cláusulas econômicas 12 meses e demais cláusulas **24 meses**, permanecendo a data base em 1º de janeiro.
- Aumento de **7%** (sete por cento) **a partir de 01.01.2026 em todos os pisos salariais existentes** na atual Convenção Coletiva de Trabalho, que terão como base de aplicação os salários vigentes em 31 de dezembro de 2025, os quais constam na **TABELA DE FUNÇÕES E SALÁRIOS**.
- **PISO SALARIAL MÍNIMO** de **R\$ 1.837,40** (um mil, oitocentos e trinta e sete reais e quarenta centavos);
- **PISOS ADMINISTRATIVOS:** Aumento de **5%** (cinco por cento) **para os demais empregados, cujas funções não façam parte da tabela de funções e pisos salariais** e que percebam até o valor de **R\$ 8.179,68** (oito mil, cento e setenta e nove reais e sessenta e oito centavos) mensais. Os valores que superarem este



Sindicato dos Trabalhadores em Empresas
de Prestação de Serviços de Asseio e Conservação
e Limpeza Urbana de São Paulo



SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO
E CONSERVAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO

parcela salarial, ou seja, a parcela igual ou maior de **R\$ 8.179,69** (oito mil, cento e setenta e nove reais e sessenta e nove centavos), será de livre negociação entre as partes (Empregador e Empregado).

- ✓ Aumento de **5%** (cinco por cento) no **VA (VALE ALIMENTAÇÃO/ CESTA BÁSICA I)** **R\$ 151,91** (cento e cinquenta e um reais e noventa e um centavos).
- ✓ Aumento de **5%** (cinco por cento) no **VR (VALE REFEIÇÃO)** - **R\$ 21,80** (vinte e um reais e oitenta centavos);
- ✓ Aumento de **5%** (cinco por cento) no **AUXÍLIO SAÚDE** = **R\$ 37,09** (trinta e sete reais e nove centavos).
- ✓ Aumento de **5%** (cinco por cento) no **PPR** (Programa de Participação nos Resultados) = **R\$ 356,39** (trezentos e cinquenta e seis reais e trinta e nove centavos) pagos em 2 (duas) parcelas semestrais **R\$ 178,19** (cento e setenta e oito reais e dezenove centavos) cada;
- O período de apuração do PPR - Programa de Participação nos Resultados será de **janeiro de 2026 até junho de 2026**, com o pagamento até o dia 10 de agosto/2026; e de **julho de 2026 até dezembro de 2026**, com o pagamento até o dia 10 do mês de fevereiro/2027;
- ✓ Aumento de **5%** (cinco por cento) no **BSS - BENEFÍCIO SOCIAL SINDICAL** = **R\$ 16,75** (dezesseis reais e setenta e cinco centavos);
- ✓ Aumento de **5%** (cinco por cento) no **Benefício Assiduidade** - **R\$ 315,00**.

- O **Benefício Assiduidade** acima será **EXTINTO**, o qual será substituído pela cláusula de **CESTA BÁSICA II**, e terá a seguinte redação:

Acordam as partes que todos os colaboradores /empregados que trabalham nos tomadores de serviços terceirizados, independentemente de cargo ou função que desempenhem e desde que estes preencham as condições estipuladas nesta cláusula e seus respectivos parágrafos, terão o direito à "**CESTA BÁSICA II**", nas condições estipuladas nas cláusulas abaixo:

Parágrafo Primeiro: O valor do benefício será de **R\$315,00** (Trezentos e quinze reais) por mês, apurados na forma desta cláusula coletiva.



Parágrafo Segundo: Fica acordado que o direito ao benefício instituído **CESTA BÁSICA II** na forma desta cláusula, não tem natureza salarial, não integrando o salário do empregado para qualquer efeito legal com base no art.457 parágrafo 4º da CLT.

Parágrafo Terceiro: A empresa creditará o valor do benefício **CESTA BÁSICA II** até o décimo quinto dia do mês seguinte ao período aquisitivo ao trabalhador que o conquistar, sendo **facultado a empresa o pagamento do benefício em VA, cartão magnético ou dinheiro.**

Parágrafo Quarto: A apuração do benefício **CESTA BÁSICA II** será realizada com base no controle de jornada, sendo a apuração realizada mensalmente.

Parágrafo Quinto: O direito ao recebimento da **CESTA BÁSICA II** está condicionado ao colaborador que:

- O colaborador que apresentar *falta injustificada* no mês, não fará *jus* ao benefício.
- Com a apresentação de 1 (um) dia de atestado, o colaborador fará *jus* ao valor de **RS 240,00** (duzentos e quarenta reais);
- Com a apresentação de 2 (dois) dias de atestado, o colaborador fará *jus* ao valor de **RS 140,00** (cento e quarenta reais);
- 3 (três) dias ou mais de atestado o colaborador *não fará jus* ao benefício.
- Colaboradores de jornada 4 (quatro) horas diárias de trabalho, farão *jus* ao recebimento deste benefício, na proporcionalidade de 50% do valor, obedecendo as mesmas regras acima.

Parágrafo Sexto: Terão direito ao pagamento proporcional aos dias trabalhados os colaboradores afastados por motivo de férias, afastamento previdenciário, sendo o recebimento na proporção da quantidade de dias que efetivamente trabalhar no período de apuração do Benefício **CESTA BÁSICA II**.

Parágrafo sétimo: Não terão direito a esse benefício: Colaboradores cujo piso salarial, ultrapasse o valor de **R\$ 2.720,86** (dois mil setecentos e vinte reais e oitenta e seis reais), ou seja (maior piso salarial da tabela de funções e salários), não se computando para esse cálculo os adicionais legais.



Sindicato dos Trabalhadores em Empresas
de Prestação de Serviços de Asseio e Conservação
e Limpeza Urbana de São Paulo



SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO
E CONSERVAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO

A íntegra desta Convenção Coletiva de Trabalho será divulgada, tão logo seja devidamente registrada no sistema Mediador do Ministério da Economia.

Manutenção das demais cláusulas existentes nas atuais Convenções Coletivas de Trabalho 2025.

Desta forma e de acordo fica reconhecido de plena validade este **COMUNICADO CONJUNTO** no qual assinam os representantes legais das entidades sindicais.

RUI MONTEIRO MARQUES

Presidente

SEAC-SP - SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO

EDSON ANDRE DOS SANTOS FILHO

Presidente

SIEMACO-SP - SINDICATO TRABALHADORES EMPRESAS PRESTACAO DE SERVICOS DE ASSEIO E CONSERVACAO E LIMPEZA URBANA DE SÃO PAULO.

TERMO ADITIVO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2025

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SP005002/2025
DATA DE REGISTRO NO MTE: 29/04/2025
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR016803/2025
NÚMERO DO PROCESSO: 47997.244918/2025-13
DATA DO PROTOCOLO: 04/04/2025

NÚMERO DO PROCESSO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL: 19980.214663/2024-27
DATA DE REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL: 15/02/2024

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND DAS EMPRESAS DE A E CONSERV NO EST DE SAO PAULO, CNPJ n. 62.812.524/0001-34, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). RUI MONTEIRO MARQUES;

E

SIEMACO-SP - SINDICATO TRABALHADORES EMPRESAS PRESTACAO DE SERVICOS DE ASSEIO E CONSERVACAO E LIMPEZA URBANA DE SP, CNPJ n. 62.653.233/0001-40, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). EDSON ANDRE DOS SANTOS FILHO;

celebram o presente TERMO ADITIVO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **CATEGORIA DOS EMPREGADOS, SALVO OS DIFERENCIADOS, LEGALMENTE RECONHECIDOS, QUE PRESTAM SERVIÇOS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL, HIGIENE, LIMPEZA DE FOSSAS E CAIXAS D'ÁGUAS, MANUTENÇÃO PREDIAL, PINTURA, RESTAURAÇÃO E LIMPEZA DE FACHADAS, LAVAGEM DE CARPETES, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A TERCEIROS DE PORTARIA, RECEPÇÃO E COPA, INCLUSIVE OS TRABALHADORES ADMINISTRATIVOS DAS EMPRESAS**, com abrangência territorial em **São Paulo/SP**.

**GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS
OUTROS AUXÍLIOS****CLÁUSULA TERCEIRA - BENEFÍCIO ASSIDUIDADE**

Considerando que o "**Benefício Assiduidade**" será uma recompensa concedida pelo empregador ao empregado por sua assiduidade ao trabalho, e não pela força de trabalho.

Considerando que o pagamento do "**Benefício Assiduidade**", ainda que subordinado a determinada condição (no caso desta norma coletiva, à frequência do empregado ao trabalho), não possui caráter retributivo ou natureza salarial.

» Fica instituído à todos os trabalhadores operacionais da categoria profissional, inclusive, os trabalhadores administrativos, que laboram nos locais de prestação de serviços e que recebam como salário base até o valor de R\$ 2.542,86 (maior piso salarial da tabela de funções e salários), o "**Benefício Assiduidade**" no valor de **R\$ 300,00** (trezentos reais), em caráter indenizatório, desde que, não tenham se ausentado ao trabalho por motivo de *faltas justificadas, faltas injustificadas, afastamentos médicos de qualquer natureza e licença maternidade*, **exceto no caso das ausências**

legais, previstas no ordenamento jurídico (Art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho), *não se confundindo com ausências motivadas por doença e comprovadas através de atestado médico.*

PAGAMENTO DO "Benefício Assiduidade": NO PERÍODO DE FÉRIAS

Durante o período de férias, o trabalhador fará *jus* ao recebimento do **"Benefício Assiduidade"** de forma proporcional aos dias trabalhados dentro do referido mês, desde que não haja faltas neste período.

PAGAMENTO DO "Benefício Assiduidade": JORNADAS DE TRABALHO

O Valor do **"Benefício Assiduidade"** será de R\$ 300,00 (trezentos reais) para jornada de trabalho de oito horas 44 semanais, nas jornadas de trabalho de 12x36 e nas jornadas de trabalho de 6 (seis) horas diárias, desde que não haja faltas neste período.

Aos empregados que trabalham em jornada de trabalho de 4 (quatro) horas diárias, terão direito a 50% (cinquenta por cento) do valor do **"Benefício Assiduidade"**, ou seja, R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), desde que cumpridas as exigências/metastipuladas nesta cláusula: ausência de faltas.

PAGAMENTO "Benefício Assiduidade" EM CASO DE: NOVOS EMPREGADOS

Em caso de novas admissões, se o trabalhador laborar 15 (quinze) dias ou mais no mês, fará *jus* ao recebimento do **"Benefício Assiduidade"** de forma integral, desde que não haja faltas neste período.

PAGAMENTO DO "Benefício Assiduidade" EM CASO DE: ACIDENTE DO TRABALHO

Em caso de acidente do trabalho, o trabalhador fará *jus* ao **"Benefício Assiduidade"** referente ao mês em que ocorreu o acidente de forma integral, desde que não haja faltas neste período.

PAGAMENTO DO "Benefício Assiduidade" EM CASO DE: ATRASOS

Caso o trabalhador inicie sua jornada de trabalho com atrasos acima dos limites estipulados em lei, ou traga atestado comprovando ausência de horas trabalhadas, e, o empregador permita a entrada do mesmo para desempenhar suas atividades laborais, esses atrasos não serão considerados para fins de perda do **"Benefício Assiduidade"**.

PAGAMENTO DO "Benefício Assiduidade": MANEIRA E DATA

O Benefício assiduidade que por ventura, já exista na empresa em favor do empregado, será incorporado a este novo benefício de R\$ 300,00 (trezentos reais) e não somado.

O pagamento do **"Benefício Assiduidade"** será creditado no **"Cartão Premiação"** ou cartão específico, do empregado, exceto, no vale refeição, todo dia 15 de cada mês, subsequente ao mês que originou o direito ao benefício assiduidade.

Este item não tem natureza salarial e não integrará a remuneração para qualquer fim.

O **"Benefício Assiduidade"** deve ser registrado na contabilidade da empresa, de forma destacada, para que não seja confundido com a remuneração regular do empregado.

O pagamento do **"Benefício Assiduidade"**, ainda que subordinado a determinada condição, (no caso desta norma coletiva de trabalho, à frequência do empregado no trabalho), não possui caráter retributivo ou natureza salarial.

}

RUI MONTEIRO MARQUES
PRESIDENTE
SIND DAS EMPRESAS DE A E CONSERV NO EST DE SAO PAULO

EDSON ANDRE DOS SANTOS FILHO

PRESIDENTE

**SIEMACO-SP - SINDICATO TRABALHADORES EMPRESAS PRESTACAO DE SERVICOS DE ASSEJO E CONSERVACAO
E LIMPEZA URBANA DE SP**

ANEXOS
ANEXO I - ATA DE AGE SEAC-SP

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO II - ATA DO FECHAMENTO DAS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS 2025

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO III - ATA DE AGE SIEMACO-SP

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.



1. Itens de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Limpeza Prestados

Especificações Técnicas e Boas Práticas	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM
Apresentação dos documentos que comprovam que os produtos utilizados, EPI's, aparelhos e instrumentos respeitam as especificações técnicas e socioambientais requeridas.	X			
Apresentação das medidas adotadas para a redução do consumo de água e energia.	X			
Comprovação dos treinamentos realizados no período	X			
	3	0	0	0

2. Todos os Ambientes

Itens	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	Não se Aplica	Itens	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	Não se Aplica
Armários (face externa)	X					Prateleiras	X				
Batentes	X					Paredes	X				
Filtros e/ou Sabedouros	X					Pisais	X				
Mesas	X					Tomadas	X				
Cadeiras	X					Corrimãos	X				
Móveis em geral	X					Costas de Ibo	X				
Cortinas e/ou Persianas	X					Tomadas					X
Placas Indicativas		X				Pisos	X				
Divisórias	X					Portões das Janelas					X
Dispensadores de papel toalha	X					Quadros em geral					X
Dispensadores de papel higiênico	X					Portas	X				
Escadas	X					Extintores de Incêndio					X
Elevadores					X	Raios	X				
Espelhos Interruptores		X				Rodapés	X				
Espelhos e tomadas					X	Saídas de emergência					X
Gabinets (plac)	X					Saboneteira s (face externa)	X				
Interruptores					X	Teto	X				
Janelas (face externa)	X					Telefones	X				
Janelas (face interna)	X					Ventiladores	X				
Luminárias (similares)	X					Vidros internos	X				
Luzes Emergência					X	Vidros externos (face externa)	X				
Maçanetas	X					Vidros externos (face externa)	X				
	16	2	0	0	4		17	0	0	0	5

3. Sanitários/Vestiários

ITENS	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	Não se Aplica	ITENS	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	Não se Aplica
Abastecimento de material higiênico	X					Pisos	X				
Azulejos	X					Portas (batentes, maçanetas)	X				
Box		X				Raios	X				
Chuveiros	X					Rodapés	X				
Costas de Ibo	X					Saboneteira s (face externa)	X				

Dispensadores de papel toalha	X					Saldas de ar condicionado						X
Dispensadores de papel higiênico	X					Tomadas						X
Dividórias (granito)					X	Tomadas	X					
Espelhos	X					Foto						X
Gabinetes					X	Válvulas de descarga	X					
Interruptores					X	Vãos sanitários	X					
Janelas	X					Vidros Bon	X					
Luminárias (e similares)		X				Vidros externos (face externa)	X					
Parapeitos	X					Vidros externos (face interna)	X					
Pias	X					Vidros Internos	X					
10 2 0 0 3 12 0 0 0 0 3												

4. Áreas com Espaços Livres – Saguão, Hall e Salão

ITEMS	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	Não se Aplica	ITEMS	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	Não se Aplica
Elevadores					X	Pisos	X				
Escadas	X					Rampas					X
1 0 0 0 1 1 0 0 0 0 1											

5. Equipamentos e Utensílios de Limpeza

ITEMS	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	Não se Aplica	ITEMS	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	Não se Aplica
Equipamentos	X					Produtos de Limpeza	X				
1 0 0 0 0 1 0 0 0 0 0											

6. Apresentação/Uniformes

ITEMS	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	Não se Aplica	ITEMS	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	Não se Aplica
Equipamentos de Proteção Individual – EPIs	X					Uniforme	X				
1 0 0 0 0 1 0 0 0 0 0											

Quantidade de itens vistoriados ("X")

Quantidade de itens vistoriados	Quantidade ("a")	Equivalência ("b")	Pontos obtidos (Y= "a" x "b")
Conceito "ótimo" =	64	100	6400
Conceito "bom" =	4	80	320
Conceito "regular" =	0	50	0
Conceito "ruim" =	0	30	0
TOTAL			6720

total itens

quantidade não se aplica

85

17

quantidade de itens
68

nota

98,82353 liberar total da fatura
0 não liberar valor total

A nota ("N") será obtida mediante o resultado do somatório total dos pontos obtidos ("Y") dividido pelo número total de itens vistoriados ("X").

$$NOTA (N) = \frac{\sum Y}{X}$$

Resultado final:

PERCENTUAL DE LIBERAÇÃO	NOTA OBTIDA NA AVALIAÇÃO
-------------------------	--------------------------

Liberação total da fatura	Nota maior ou igual a 90 pontos
Liberação de 90% da fatura	Nota maior ou igual a 70 e menor que 90 pontos
Liberação de 80% da fatura	Nota maior ou igual a 60 e menor que 70 pontos
Liberação de 65% da fatura	Nota maior ou igual a 50 e menor que 60 pontos
Liberação de 50% da fatura	Nota menor que 50 pontos

98,82352941	Nota	
Assinatura do Responsável pela Fiscalização	Assinatura do Responsável pela Contratação	Assinatura do Gestor do Contrato



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA
SEGURANÇA PÚBLICA

PROCESSO: 058.00041586/2025-27

INTERESSADO: DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE CATANDUVA

PARECER: REFERENCIAL CJ/SSP n.º 4/2025

EMENTA: PARECER REFERENCIAL. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL. Estudos Técnicos de Serviços Terceirizados – CADTERC, Volume 03. Primeira edição na vigência da Lei federal nº 14.133/2021. Orientação jurídica uniforme, válida por 01 (um) ano, para casos repetitivos que versem sobre a proposta de licitação, na modalidade pregão eletrônico, tendo por objeto a prestação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação predial (Volume 03 do CADTERC), à luz da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (NLLC) – Lei Federal nº 14.133/2021 e seus correspondentes regulamentos no âmbito do Estado de São Paulo. Desnecessidade de oitiva prévia da Consultoria Jurídica da Secretaria da Segurança Pública nos casos individuais em que a orientação jurídica já conste deste Parecer Referencial, nos termos da Resolução PGE-29/15, com a ressalva de que a Administração, em caso de dúvida, poderá submeter o caso concreto à análise deste órgão consultivo. Necessidade de utilização das versões mais recentes de minutas disponibilizadas no sítio eletrônico da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo e no Portal de Compras do Governo do Estado de São Paulo. Caso paradigma: pregão eletrônico, tipo menor preço, tendo por objeto a prestação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação predial, a serem executados nas dependências da Delegacia Seccional de Polícia de Catanduva e suas unidades subordinadas. Viabilidade jurídica, desde que atendidas integralmente as recomendações do opinativo.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

1. Cuida-se de procedimento preparatório instaurado pela Delegacia Seccional de Polícia de Catanduva, com vistas à deflagração de licitação, na modalidade pregão eletrônico, tipo menor preço, tendo por objeto a prestação de prestação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação predial, a serem executados nas dependências da Delegacia Seccional de Polícia de Catanduva e suas unidades subordinadas, à luz da Lei Federal nº 14.133/2021 e seus correspondentes regulamentos no âmbito do Estado de São Paulo.

2. Da instrução dos autos, destacam-se os seguintes elementos:

- a) Comunicação Interna (id. 0062633884);
- b) Notificação da contratada (id. 0062644406);
- c) Documento de Formalização de Demanda – DFD (id. 0063224087);
- d) Estudo Técnico Preliminar – ETP 13/2025 (id. 0063224153);
- e) Matriz de gerenciamento de risco (id. 0063224264);
- f) Termo de Referência 7/2025 (id. 0063224341);
- g) Declaração de Utilização de Minutas Padronizadas (id. 0063224410);
- h) Minuta de edital (id. 0063224540);
- i) Minuta de contrato (id. 0063224561);
- j) Cadterc Vol. 3 (id. 0063224691);
- k) Planilha de preços referenciais (id. 0063224785);
- l) Planilha orçamentária (id. 0063224870);
- m) Formulário para solicitação de recursos financeiros (id. 0063225022);
- n) Publicação DO (id. 0063225111);
- o) Certificado (id. 0063225201);
- p) Despacho autorizador (id. 0063225292);
- q) Despacho de encaminhamento (id. 0063225707).



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

3. Assim instruídos, vieram os autos encaminhados a esta Consultoria Jurídica para análise e parecer, nos termos do artigo 53 da Lei Federal nº 14.133/2021.

É o relatório do essencial. Passamos a opinar, com a urgência solicitada.

I – IMPLANTAÇÃO DE PARECER REFERENCIAL PARA CASOS DE LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO, TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL, CONFORME A RESOLUÇÃO PGE-29, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

4. A Resolução PGE nº 29, de 23 de dezembro de 2015, autoriza a emissão de Parecer Referencial quando houver processos e expedientes administrativos com os mesmos pressupostos fáticos e jurídicos, para os quais seja possível estabelecer orientação jurídica uniforme, cuja observância dependa de mera conferência de dados e/ou documentos constantes dos autos.

5. Nessa linha, considerando a) o princípio da eficiência (art. 37, *caput*, CF/88); b) a necessidade de racionalização do trabalho na Consultoria Jurídica da Secretaria da Segurança Pública (CJ/SSP); c) a constância do grande volume de processos da mesma natureza; d) o êxito das experiências de simplificação e da padronização de procedimentos licitatórios; e) o artigo 1º, *caput*, da Resolução PGE nº 29, de 23 de dezembro de 2015¹, e f) a publicação da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei federal nº 14.133/2021 (“NLLC”), emite-se o presente Parecer Referencial **para orientar a instrução da fase interna dos procedimentos licitatórios promovidos pelas unidades submetidas ao assessoramento desta Consultoria Jurídica, com fundamento na Lei**

¹ Artigo 1º, *caput*, Resolução PGE 29/15: “Fica admitida a elaboração de Parecer Referencial, a critério da Chefia da Consultoria Jurídica, quando houver processos e expedientes administrativos com os mesmos pressupostos fáticos e jurídicos, para os quais seja possível estabelecer orientação jurídica uniforme, cuja observância dependa de mera conferência de dados e/ou documentos constantes dos autos.”



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Federal nº 14.133/2021, que objetivem a contratação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação predial (volume 03 do CADTERC), mediante pregão eletrônico.

6. Tendo em vista que tais contratações representam número significativo de demandas, envolvem matéria repetitiva e análise jurídica uniforme por este órgão, justifica-se a emissão de Parecer Referencial abordando tais situações. Conforme Resolução PGE nº 29, de 23 de dezembro de 2015, uma vez emitido o Parecer Referencial, fica dispensada a análise individualizada, pela Consultoria Jurídica, dos expedientes que tenham os mesmos pressupostos fáticos e jurídicos.

7. Dúvidas quanto ao sentido e alcance do presente Parecer Referencial poderão ser dirimidas pela Administração junto à CJ/SSP (art. 5º, Resolução PGE-29/15), e casos que extrapolem os limites da presente orientação deverão ser submetidos à análise individualizada por este órgão consultivo.

7.1. Com efeito, importante consignar que a análise individualizada não estará dispensada, caso a unidade interessada vislumbre a ocorrência de alguma especificidade a demandar a imposição de requisitos excepcionais, hipótese em que será necessário o encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica.

L1 – ESCLARECIMENTOS QUANTO AO ÂMBITO DE APLICAÇÃO DESTE PARECER REFERENCIAL

8. O presente Parecer Referencial aplica-se aos procedimentos preparatórios de pregões eletrônicos para a contratação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação predial, dispensando a submissão dos autos à CJ/SSP sempre que:

(a) se cuidar de caso que esteja inequivocamente abarcado pelas orientações nele traçadas; e

(b) se tenha utilizado as minutas padronizadas de documentos (termo de referência, edital e contrato), disponibilizadas no sítio eletrônico da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo (<http://www.portal.pge.sp.gov.br/minutas-padronizadas/>) e no Portal



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

de Compras do Estado de São Paulo, na aba *toolkits* (<https://compras.sp.gov.br/toolkits/>), desde que preenchidas conforme as instruções delas constantes.

9. Diante das peculiaridades impostas pela legislação, esta orientação referencial não se aplica (i) aos casos em que a Administração pretenda se valer do **Sistema de Registro de Preços** (artigo 6º, inciso XLV, da NLLC); ou (ii) quando a licitação for de **âmbito internacional** (artigo 52 da NLLC).

10. Frise-se que as orientações contidas no presente parecer referencial referem-se à realização de pregão eletrônico regido pela Lei federal nº 14.133/2021 (NLLC) e limitam-se aos aspectos jurídicos da fase interna do procedimento licitatório, excetuados, portanto, os aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa ou de conveniência ou oportunidade dos atos administrativos, que são de total responsabilidade da Administração.

II. ORIENTAÇÃO UNIFORME E GERAL PARA INSTRUÇÃO DE PREGÕES ELETRÔNICOS DESTINADOS À CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL.

11. A Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 entrou em vigor na data de sua publicação e passou a estabelecer normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública direta, autárquica e fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (artigo 1º, *caput*). Com a revogação expressa das Leis federais nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 em **30 de dezembro de 2023** (artigo 193, inciso II, alíneas “a”, da Lei Federal nº 14.133/2021), revela-se oportuno emitir orientação jurídica uniforme à luz da nova legislação, mediante edição do presente Parecer Referencial.

12. Vale registrar que diversos aspectos da Lei Federal nº 14.133/2021 ainda não foram regulamentados no Estado de São Paulo, cabendo sugerir que as unidades policiais **acompanhem atentamente a edição de novos decretos** tratando da matéria, bem como os comunicados disponibilizados no Portal de Compras do Estado de São Paulo, com destaque para o campo da legislação (que contém tabela com os atos já



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

editados e em elaboração)². Caso sobrevenha alguma regulamentação alterando as premissas do presente opinativo, recomenda-se que as unidades submetam eventuais dúvidas à análise desta Consultoria Jurídica.

13. Lembra-se que a Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral da PGE/SP elaborou cartilha com **Orientações Consolidadas sobre a Aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos**³. O documento foi disponibilizado no sítio eletrônico <http://www.portal.pge.sp.gov.br/minutas-padronizadas/> (no campo “Materiais de Apoio”), constituindo importante instrumento para sanar dúvidas de ordem jurídica nesse período inicial de aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, motivo pelo qual se recomenda a sua ampla divulgação e leitura atenta.

14. Cabe ressaltar que a Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD), órgão central de contratações públicas, divulgou o Estudo Técnico de Serviços Terceirizados – CadTerc, Volume 03 (Limpeza, Asseio e Conservação Predial)⁴ atualizado com base na data de Janeiro/2024 e adequado ao regime jurídico da Lei Federal nº 14.133/21 (<https://compras.sp.gov.br/agente-publico/cadterc/>).

14.1. Com efeito, os Estudos Técnicos de Serviços Terceirizados – CADTERC, que se encontram disponíveis no Portal de Compras do Governo do Estado de São Paulo⁵, objetivam divulgar as diretrizes para contratações de fornecedores de serviços terceirizados pelos órgãos da Administração Pública Estadual, com padronização de especificações técnicas e preços referenciais e consistem em ferramenta de fundamental importância para balizar o administrador público no momento da decisão pela terceirização de determinado serviço pelo Estado.

² Disponível em <<https://compras.sp.gov.br/legislacao/>>.

³ CASTRO, Diana Loureiro Paiva de; RESENDE, Fabricio Contato Lopes. **Orientações Consolidadas. Aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. In: Procuradoria Geral do Estado. Subprocuradoria da Consultoria Geral.

⁴ Disponível em <https://compras.sp.gov.br/wp-content/uploads/2024/05/Anexo_I_P03_Estudo_SEM_Marcas_Revisao_Vol03_RO02.pdf> Acesso em 02/08/2024.

⁵ Disponível em <<https://compras.sp.gov.br/agente-publico/cadterc/>>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

15. Nessa senda, os Estudos referentes ao **Volume 03** do **CADTERC** contém orientações gerais para a elaboração dos artefatos da fase interna da licitação para a contratação da prestação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação predial, bem como as especificações técnicas que são de uso comum aos órgãos da Administração Pública Estadual, valores referenciais, definições e critérios para elaboração dos preços, sendo recomendada a consulta ao documento em questão.

16. Convém deixar claro que os volumes do CADTERC elaborados no ano de 2024, sob a égide da Lei Federal nº 14.133/2021, foram disponibilizados **somente** no Portal de Compras do Governo do Estado de São Paulo. Dessa forma, como o **Volume 03** já se encontra disponível no aludido portal, **não** deve ser utilizado o documento que consta do antigo sítio eletrônico da Bolsa Eletrônica de Compras de São Paulo, uma vez que referido documento se encontra desatualizado.

II.1. A ADOÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO COMO MODALIDADE LICITATÓRIA

17. O pregão, como modalidade licitatória, **deverá** ser utilizado para a aquisição e contratação de “*bens e serviços comuns*”, assim definidos como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do artigo 6º, incisos XIII⁶ e XLI⁷, e artigo 29⁸, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021.

18. Segundo Marçal Justen Filho⁹, na “*sua dimensão mais evidente, o objeto comum é aquele disponível no mercado, que não apresenta variações significativas*”

⁶ “Art. 6º. [...] XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”.

⁷ “Art. 6º. [...] XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto”.

⁸ “Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”.

⁹ JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas**. 2ª ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023, p. 29.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

de qualidade. Mais precisamente, o objeto comum destina-se a atender necessidades comuns da Administração, de modo que pequenas variações de qualidade se tornam irrelevantes”.

19. Assim, para que não haja dúvidas quanto à adequação do pregão como modalidade licitatória, é recomendável que os procedimentos sejam instruídos com manifestação conclusiva acerca do enquadramento do objeto do certame como serviços **de natureza comum**¹⁰.

20. No caso em análise, tratando-se o objeto da licitação de prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, que se amolda à definição de “serviços comuns”, possuindo, inclusive, Estudo Técnico CADTERC de referência (Volume 3), a modalidade licitatória deverá ser o pregão, como acima exposto, em sua forma eletrônica, em atenção ao disposto no parágrafo segundo do artigo 17¹¹ da Lei federal nº 14.133/2021, tal como proposto pela origem.

II.2 – ENQUADRAMENTO COMO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. SERVIÇOS CONTÍNUOS.

21. O artigo 6º da Lei Federal nº 14.133/2021 contempla importantes conceitos quando o objeto do contrato administrativo envolve a prestação de serviços, como o presente:

Artigo 6º. Para os fins desta Lei, consideram-se: (...)

XV – serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;

¹⁰ O item 1.2 do modelo de Termo de Referência disponibilizado no toolkit do Portal de Compras do Estado dispõe sobre a caracterização do objeto como comum ou não, fazendo remissão à justificativa do Estudo Técnico Preliminar. Lembra-se apenas que, caso as unidades utilizem a redação do modelo, devem se certificar de que foi realmente inserida no ETP a justificativa com a análise da natureza do objeto.

¹¹ BRASIL. Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021. Art. 17. (...) § 2º As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo. (...).



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

XVI - serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra: aqueles cujo modelo de execução contratual exige, entre outros requisitos, que:

- a) os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços;*
- b) o contratado não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos;*
- c) o contratado possibilite a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos;*

XVII - serviços não contínuos ou contratados por escopo: aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto; (...)”.

22. Verifica-se, portanto, que há fornecimento contínuo quando a prestação dos serviços é uma necessidade permanente ou prolongada, de modo que, finalizado o contrato, haverá sua substituição por um novo e assim, sucessivamente.

23. Além disso, a lei faz diferenciações entre os serviços contínuos prestados com ou sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra. A diferença entre essas categorias de serviços não é apenas conceitual, havendo regras próprias para cada delas durante a execução contratual, o que reflete na necessidade de disposições específicas no termo de referência, edital e contrato.

24. Dessa maneira, é necessário que a Administração defina nos autos se (i) há dedicação exclusiva de mão de obra; ou (ii) há ausência de dedicação exclusiva, (ii.1) se há predominância de mão de obra, ou (ii.2) se não há predominância. Isso porque haverá diferenças de regime jurídico aplicável a depender da configuração de uma das três hipóteses, tais como a disciplina da fiscalização do cumprimento de obrigações contratuais, e a incidência de reajuste ou de repactuação de preços.

25. Por conseguinte, é recomendável que os procedimentos administrativos destinados à contratação de serviços pela Administração sejam instruídos



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

com manifestação do setor técnico, examinando o objeto da licitação e opinando conclusivamente sobre sua classificação em cada uma dessas categorias.

26. Cumpre frisar que o presente parecer referencial trata **apenas** dos procedimentos destinados à contratação de serviços comuns de natureza continuada relativos à limpeza, asseio e conservação predial.

II.3. CRITÉRIOS PARA TERCEIRIZAÇÃO

27. Ressalta-se, ainda, que a Administração deve adotar as devidas cautelas, em especial quando se trata de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, como ocorre na espécie, a fim de que a contratação a ser realizada se constitua uma prestação de serviços propriamente dita (uma atividade), e não mera locação de mão de obra. Isto porque a locação de mão de obra representa fraude ao princípio constitucional da obrigatoriedade do concurso público previsto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal.

28. Assim, a terceirização de serviços no âmbito da Administração paulista é excepcionalmente admitida, desde que observadas as orientações fixadas pela Procuradoria Geral do Estado, por intermédio de Pareceres aprovados pelo Procurador Geral do Estado (PA- 3 n° 69/2002, PA-3 n° 203/2002 e Subg – Cons n° 17/2002), e que servem de diretriz para que as contratações que envolvam fornecimento de mão de obra não incidam na fraude acima aventada. Tais orientações podem ser sintetizadas conforme a seguir:

- a) a atividade cuja contratação se pretende realizar mediante a formalização de ajuste de prestação de serviços não deve integrar o núcleo indelegável das atividades do Estado;
- b) não se admite a contratação se caracterizada a existência de vínculo de pessoalidade e subordinação, próprio de relação de emprego, já que a simples contratação de mão de obra caracteriza fraude à realização de concurso público (artigo 37. II da Constituição Federal);
- c) a existência de uma estrutura organizacional própria na Administração Pública, com cargos e funções criados para atendimento de uma necessidade própria, indica ser opção do legislador a execução direta dos serviços, não se



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

admitindo a contratação de terceiros para prestação daquelas atividades a não ser que seja providenciada a extinção dos cargos e funções;

- d) a terceirização não se mostrará possível se feridos os princípios da economicidade e eficiência, ou seja, a decisão pela contratação de formas privadas de execução do serviço público deve se pautar em estudos que permitam constatar a efetiva vantagem dessa solução; e
- e) a prestação de serviços é possível se o objeto do ajuste for a contratação de uma organização do trabalho, em que o prestador forneça não só mão de obra, mas uma logística e metodologia de trabalho. O escopo do contrato é a realização de uma atividade. A forma como esse objetivo será concretizado é dirigida pelo contratado, que fornece os fatores de produção (capital, trabalho, matéria-prima e a organização que os reúne).

29. A respeito da matéria, a Lei federal nº 14.133/2021 deu o seguinte tratamento em seu art. 48:

Art. 48. Poderão ser objeto de execução por terceiros as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade, vedado à Administração ou a seus agentes, na contratação do serviço terceirizado:

I - indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

II - fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;

III - estabelecer vínculo de subordinação com funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado;

IV - definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

V - demandar a funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

VI - prever em edital exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

30. Portanto, deve a Administração certificar-se, face as características específicas de cada contratação a se realizar, de não incidir nas incompatibilidades supra apontadas, sob pena da contratação não ser viável juridicamente.

II.4. UTILIZAÇÃO DE MODELOS E A IMPORTÂNCIA DA PADRONIZAÇÃO

31. A padronização de modelos de documentos da fase interna da licitação é medida que confere segurança jurídica e eficiência na tramitação dos procedimentos, encontrando respaldo em diversos dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021 (como o artigo 19, inciso IV; artigo 25, §1º; artigo 47, inciso I; dentre outros).

32. Assim, é recomendável que as unidades administrativas utilizem os modelos disponibilizados no sítio eletrônico da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo e no Portal de Compras do Governo do Estado de São Paulo, na aba *toolkits*, para a elaboração das minutas padronizadas de documentos, tais como o Documento de Formalização de Demanda, o termo de referência, a minuta de edital e a minuta de contrato.

33. Os servidores responsáveis pela instrução dos procedimentos devem se atentar para que sejam utilizados os modelos adequados, preenchendo cuidadosamente os documentos de acordo com as especificidades do caso concreto e em atenção às instruções contidas em cada um deles.

34. Recomenda-se à Administração que siga com atenção as orientações constantes do Estudo Técnico de Serviços Terceirizados – CadTerc, Volume 03 (Limpeza, Asseio e Conservação Predial)¹², que visa a padronizar as especificações técnicas e preços referenciais, dando assim atendimento ao artigo 2º, inciso VII, do Decreto estadual nº 67.608/2023.

¹²Disponível em <https://compras.sp.gov.br/wp-content/uploads/2024/05/Anexo_I_P03_Estudo_SEM_Marcas_Revisao_Vol03_RO02.pdf> Acesso em 02/08/2024.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

35. No Cadernos do Estudo Técnico de Serviços Terceirizados referentes à Limpeza, Asseio e Conservação Predial - Volume 03 do CADTERC¹³, consta a seguinte observação:

“Até que sejam instituídas minutas padronizadas específicas para prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Unidade Contratante deverá utilizar as minutas padronizadas gerais de edital de pregão eletrônico, de termo de referência para prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, e de contrato para prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do diploma legal supracitado (instituídas com a análise técnica da Secretaria de Gestão e Governo Digital e o exame jurídico da Procuradoria Geral do Estado), seguindo todas as orientações constantes naqueles documentos. Quando forem instituídas minutas padronizadas específicas, recomenda-se a sua utilização a partir de então. Referidas minutas padronizadas são direcionadas à utilização pelos órgãos e entidades da Administração Pública do Estado de São Paulo assessorados pela Procuradoria Geral do Estado. Os representantes do Estado nas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público adotarão as providências necessárias à observância das orientações deste volume, nos respectivos âmbitos, no que couber.

As minutas padronizadas e correspondentes atualizações são disponibilizadas no Portal de Compras do Governo do Estado de São Paulo (<https://compras.sp.gov.br/toolkits/>), e no sítio eletrônico <https://www.pge.sp.gov.br/>.” (grifei).

35.1. Importante frisar que quando forem instituídas minutas padronizadas específicas, recomenda-se a sua utilização a partir de então.¹⁴

¹³ Disponível em < <https://compras.sp.gov.br/agente-publico/cadterc/> >

¹⁴ Capítulo I, item 3 – Minutas Padronizadas, do Volume 3 do CadTerc – Prestação de Serviços de Limpeza, asseio e conservação predial, Data-base: Janeiro/2024, Versão 01: Março/2024.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

36. Vale lembrar que também foi disponibilizado no portal modelo de **declaração de utilização das minutas padronizadas** do Estado de São Paulo, elaboradas de acordo com a análise técnica da Secretaria de Gestão e Governo Digital e o exame jurídico da Procuradoria Geral do Estado. Por conseguinte, previamente à utilização deste parecer referencial, com a juntada de sua cópia e da declaração de enquadramento, caberá às unidades policiais juntar a declaração com a identificação das minutas padronizadas que foram utilizadas na instrução do expediente. Merece destaque o anexo desta declaração, que deve ser preenchido com a indicação de **todas as alterações promovidas no texto padronizado** e suas **correspondentes justificativas**.

36.1. Cumpre registrar que o preenchimento adequado da declaração e seu anexo é medida **obrigatória** em razão do disposto no Decreto Estadual nº 64.378/2019¹⁵.

II.5 – DEMAIS OBSERVAÇÕES PRELIMINARES

II.5.1 – Competência para autorizar a licitação

37. Quanto à autoridade competente para autorizar a deflagração do certame, enquanto não editado decreto regulamentar explicitando as competências para o exercício das atividades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, o entendimento consignado no despacho da Senhora Subprocuradora Geral da Consultoria Geral que aprovou o Parecer CJ/SAP nº 24/2024 é o de que deverão ser observados os decretos que tratam da organização administrativa e que regulamentavam as competências para os atos relativos a licitações e contratos ainda que produzidos sob a égide da Lei Federal nº 8.666/1993 e da Lei Federal nº 10.520/2002¹⁶.

¹⁵ O Decreto Estadual nº 67.608/2023, que tratou das regras de transição entre os regimes jurídicos de contratações públicas para a Lei Federal nº 14.133/2021, expressamente estabeleceu, em seu artigo 3º, que devem ser utilizadas as minutas-padrão instituídas pela SGGD, com o auxílio da PGE, “observando o procedimento de instrução do Decreto nº 64.378 de 9 de agosto de 2019”.

¹⁶ Anota-se que, de acordo com as “Orientações Consolidadas Sub-Cons PGE/SP – Aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos”, elaborada pelos Procuradores do Estado Diana Loureiro Paiva de Castro e Fabricio Contato Lopes Resende, com a colaboração do Procurador do Estado Julio Rogerio Almeida de Souza, não há exigência de conteúdo mínimo para o ato da autoridade competente que autoriza a abertura da licitação. Com efeito, “*É obrigatório que o ato da autoridade competente que autoriza a abertura da licitação na modalidade pregão com fundamento na NLLC tenha conteúdo mínimo idêntico ao*



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

38. No caso do pregão, a competência para autorizar a desflagração do certame foi definida de acordo com o valor estimado da contratação, nos termos do artigo 3º do Decreto Estadual nº 47.297/2002¹⁷, cabendo ao dirigente da unidade de despesa autorizar a licitação quando o montante previsto for inferior a R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais). Ultrapassado este valor, a competência se desloca para as autoridades elencadas no caput do mesmo artigo e para os dirigentes de unidades orçamentárias, segundo a organização que, no âmbito da Secretaria de Segurança Pública, estabelecem os Decretos Estaduais nº 39.948/1995 e nº 57.947/2012, com suas sucessivas alterações.

II.5.2 - Designação dos agentes públicos

39. Os artigos 7º e 8º da Lei Federal nº 14.133/2021 disciplinam a designação dos agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da citada lei, introduzindo as figuras do agente de contratação e da comissão de contratação, mantida a denominação do **pregoeiro** para o agente responsável pela condução do pregão (§5º do artigo 8º). O artigo 9º estabelece as vedações ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos.

40. No âmbito do Estado de São Paulo, o Decreto Estadual nº 68.220/2023 regulamentou o § 3º do artigo 8º da Lei Federal nº 14.133/2021, disciplinando a atuação do agente de contratação, da equipe de apoio, da comissão de contratação, dos gestores e dos fiscais de contratos, no âmbito da Administração Pública direta e autárquica

discriminado no artigo 3º do Decreto nº 47.297/2002? Não. Sem prejuízo de se considerarem, em princípio, recepcionadas as regras de competência para autorizar licitação na modalidade pregão previstas no Decreto nº 47.297/2002, houve nova disciplina da fase preparatória do processo licitatório estabelecida na NLLC e na regulamentação do Estado de São Paulo, em que não há exigência de conteúdo mínimo para o ato da autoridade competente que autoriza a abertura da licitação. Portanto, referido ato da autoridade competente poderá fazer referência à documentação técnica pertinente que tenha sido apresentada para instrução do processo nos termos da NLLC (tais como Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, minutas de edital e de contrato elaborados) para fundamentar sua deliberação que autoriza a licitação, sendo-lhe facultado também tratar expressamente dessas questões em sua manifestação. (v.6 – 9.8.2024) – p. 39.

¹⁷ Quanto ao tema, assim constou da cartilha da Subprocuradoria Geral da PGE: “Sem prejuízo de eventual tratamento específico no caso concreto, previsto em outras normas, em princípio, podem ser consideradas recepcionadas as regras de competência para autorizar licitação na modalidade pregão, previstas no Decreto nº 47.297/2002, diante do artigo 189 da NLLC”. CASTRO, Diana Loureiro Paiva de; RESENDE, Fabricio Contato Lopes. **Orientações Consolidadas. Aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. In: Procuradoria Geral do Estado. Subprocuradoria da Consultoria Geral (v. 6 - 09.8.2024). pág. 07.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

do Estado de São Paulo. O artigo 3º do decreto cuida da designação desses agentes, enquanto o artigo 4º prevê a aplicação do **princípio da segregação das funções**¹⁸, vedando que o mesmo agente público seja designado para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na contratação.

41. Recomenda-se que a autoridade competente, em sua deliberação, indique formalmente o pregoeiro e a equipe de apoio do caso concreto, bem como informe o cumprimento dos requisitos previstos no artigo 3º, incisos I, II e III, do Decreto Estadual nº 68.220/2023, no sentido de que tais agentes: (i) sejam, preferencialmente, servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública; (ii) tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por **certificação profissional** emitida por escola de governo criada e mantida pelo Poder Público; e (iii) que não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou de contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

42. As unidades devem se atentar para o disposto nos parágrafos do dispositivo em questão¹⁹, cabendo à autoridade competente se certificar de que os agentes

¹⁸ A Lei Federal nº 14.133/2021 elencou, em seu artigo 5º, o rol de princípios que norteiam sua aplicação, dentre os quais foi incluído expressamente o princípio da segregação de funções. Já o §1º do artigo 7º do mesmo diploma legal é claro ao estabelecer que a autoridade competente "(...) deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação".

¹⁹ "Artigo 3º (...) § 1º - Para fins do disposto no inciso III deste artigo, considera-se: 1. contratado habitual a pessoa física e jurídica com histórico recorrente de contratação com o órgão ou com a entidade que evidencie significativa probabilidade de novas contratações; 2. incidir a vedação de vínculo conjugal, de convivência ou de parentesco em relação aos agentes públicos que atuem em processos de contratação, no mesmo órgão ou entidade, de objetos idênticos, semelhantes ou relativos ao mesmo ramo de atividade do licitante ou do contratado habitual. § 2º - Os agentes de contratação, seus substitutos e o presidente da comissão de contratação serão designados dentre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública. § 3º - O gestor, os fiscais de contratos e os respectivos substitutos serão formalmente cientificados da indicação e das respectivas atribuições previamente à designação para o exercício da função. § 4º - A impossibilidade da designação dos membros da comissão de contratação, da equipe de apoio ou do gestor e dos fiscais de contrato recair em servidores efetivos ou empregados pertencentes ao



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

não incorrem nas vedações dos artigos 4º e 5º do mesmo decreto e naquelas do artigo 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.

II.5.3 – Documento de formalização de demanda – DFD

43. O artigo 12, inciso VII, da NLLC dispõe que *“a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias”*. De acordo com o disposto no artigo 2º, inciso IV, do Decreto Estadual nº 67.689/2023, o documento de formalização de demanda - DFD é *“documento que fundamenta o plano de contratações anual, por meio do qual a área requisitante evidencia e detalha a necessidade de contratação”*.

44. Nesse contexto, o DFD revela-se como artefato de extrema importância para a licitação, constituindo o ato inicial que deflagrará todo o procedimento administrativo de contratação²⁰.

45. O artigo 7º do Decreto Estadual nº 67.689/2023²¹ prevê as informações mínimas que devem constar do documento de formalização de demanda, sendo recomendável que as unidades utilizem o modelo disponibilizado no Portal de Compras do

quadro permanente do órgão ou da entidade contratante deverá ser previamente justificada nos autos do processo da contratação”.

²⁰ <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/instrumento-de-padronizacao-dos-procedimentos-de-contratacao.pdf>, p. 15.

²¹ “Artigo 7º - Para elaboração do plano de contratações anual, o requisitante preencherá o documento de formalização de demanda no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações - PGC com as seguintes informações: I - justificativa da necessidade da contratação; II - descrição sucinta do objeto; III - quantidade a ser contratada, quando couber, considerada a expectativa de consumo anual; IV - estimativa preliminar do valor da contratação, por meio de procedimento simplificado; V - indicação da data pretendida para a conclusão da contratação, a fim de não gerar prejuízos ou descontinuidade das atividades do órgão ou da entidade; VI - grau de prioridade da compra ou da contratação em baixo, médio ou alto, de acordo com a metodologia estabelecida pelo órgão ou pela entidade contratante; VII - indicação de vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda para a sua execução, com vistas a determinar a sequência em que as contratações serão realizadas; VIII - nome da área requisitante ou técnica com a identificação do responsável”.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estado de São Paulo, preenchendo com cuidado seus campos, sem afirmações genéricas ou que não guardem relação com o caso concreto.

IL5 – FASE PREPARATÓRIA

46. A Lei Federal nº 14.133/2021, estabeleceu que a **fase preparatória**, nos termos do artigo 18, é caracterizada pelo planejamento, devendo compatibilizar-se com o plano de contratações anual, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que possam interferir na contratação, compreendidos os elementos que seguem abaixo:

“Art. 18 [...]

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei”.

47. Nesse passo, cumpre analisar alguns dos elementos citados, necessários à deflagração do certame ora proposto.

II.5.1 - Estudo Técnico Preliminar – ETP (art. 18, I, da Lei Federal nº 14.133/2021)

48. O Estudo Técnico Preliminar é elemento típico da etapa de planejamento da contratação, destinando-se a caracterizar o interesse público envolvido e a melhor solução para satisfazê-lo, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, oferecendo subsídios ao Termo de Referência.

49. No âmbito do Estado de São Paulo, o ETP foi regulamentado pelo Decreto Estadual nº 68.017/2023 que o define como “*documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a melhor solução para satisfazê-lo e oferece subsídios ao anteprojeto, ao termo de referência ou a projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação*” (artigo 2º, inciso I).



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

50. O referido decreto também detalha os procedimentos a serem adotados pelo órgão ou entidade licitante, especialmente a utilização do Sistema ETP Digital, disponível no Portal de Compras do Governo Federal. É recomendável que conste dos autos a menção à utilização do sistema mencionado e à observância do Manual do Sistema ETP Digital, disponível no Portal de Compras do Estado.

51. O artigo 3º do Decreto Estadual nº 68.017/2023²² prevê determinadas circunstâncias que devem ser levadas em conta no ETP, enquanto o artigo 4º estabelece aspectos a serem considerados na elaboração do referido documento. **É sempre recomendável que a unidade responsável pela confecção do documento – requisitante e área técnica (ou, quando houver, a equipe de planejamento) - ateste no expediente o atendimento desses dois dispositivos.**

52. Vale recordar que diversos aspectos técnicos envolvendo a caracterização do objeto ou mesmo escolhas referentes ao procedimento licitatório devem ser **justificados**²³ no ETP sempre à luz das circunstâncias do caso concreto, tais como: o enquadramento dos bens como “comuns”, para fins de utilização do pregão; a maior

²² “Artigo 3º - O ETP deverá: I - evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução, de modo a permitir a avaliação das viabilidades técnica, socioeconômica e ambiental da contratação; II - estar alinhado com o Plano de Contratações Anual, com o Plano de Logística Sustentável e com os demais instrumentos de planejamento da Administração; III - ser elaborado conjuntamente por servidores da área técnica e requisitante ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação, observado o § 1º do artigo 2º deste decreto.

Artigo 4º - A elaboração do ETP deverá considerar: I - a possibilidade de utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra, desde que não haja prejuízo à competitividade do processo licitatório e à eficiência do respectivo contrato, nos termos do § 2º do artigo 25 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; II - a necessidade de ser exigido, em edital ou em aviso de contratação direta, que os serviços de manutenção e assistência técnica sejam prestados mediante deslocamento de técnico ou disponibilizados em unidade de prestação de serviços localizada em distância compatível com suas necessidades, conforme dispõe o § 4º do artigo 40 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; III - as contratações anteriores voltadas ao atendimento de necessidade idêntica ou semelhante à atual, como forma de melhorar a performance contratual, em especial nas contratações de execução continuada ou de fornecimento contínuo de bens e serviços, com base, inclusive, no relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do artigo 174 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; IV - os ETPs de outros órgãos e entidades, disponíveis na base de dados do Sistema ETP Digital, voltados ao atendimento de necessidade idêntica ou semelhante”.

²³ Note-se que o próprio modelo de Termo de Referência disponibilizado no Portal de Compras do Estado contempla previsões em que se mencionam justificativas constantes do Estudo Técnico Preliminar, revelando a importância de que essas escolhas sejam devidamente motivadas neste último documento.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual; a indicação ou não de marca ou modelo (ou eventual vedação de marca ou produto); a exigência de amostra ou prova de conceito; a previsão de carta de solidariedade; a escolha sobre a garantia da contratação; os requisitos de qualificação técnica e/ou econômico-financeira; dentre outros.

53. Vê-se, portanto, que o ETP subsidia todo o processo decisório da contratação, devendo ser elaborado com cuidado pela Administração, que não deve lhe conferir o atributo de um mero instrumento formal²⁴.

54. O artigo 18, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 apresenta o rol de elementos que devem constituir o ETP, o que também foi reproduzido, em linhas gerais, nos incisos do artigo 5º do Decreto Estadual nº 68.017/2023. Segundo o §1º do dispositivo do citado decreto, o documento deverá conter, **no mínimo**, os elementos dos incisos I, V, VI, VII e XIII. São eles: descrição da necessidade da contratação (**inciso I**); estimativa das quantidades a serem contratadas (**inciso V**); estimativa do valor da contratação (**inciso VI**); justificativas para o parcelamento ou não da solução (**inciso VII**); e manifestação conclusiva sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (**inciso XIII**).

55. Por sua vez, também de acordo com o mesmo §1º, os demais elementos previstos nos incisos do “caput”, caso não sejam contemplados no ETP, deverão ser **justificados** pela Administração, a saber: descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução (**inciso II**); levantamento de mercado, consistente na análise das alternativas possíveis, e justificativas técnica e econômica da escolha da solução a contratar (**inciso III**); descrição da solução como um todo (**inciso IV**); contratações correlatas e/ou interdependentes (**inciso VIII**); demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual (**inciso IX**); demonstrativo dos resultados pretendidos (**inciso X**); providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (**inciso XI**); descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (**inciso XII**).

²⁴ Assim dispõe o §8º do artigo 5º Decreto Estadual nº 68.017/2023: “Em todos os casos, o estudo técnico preliminar deve privilegiar a consecução dos objetivos de uma contratação, nos termos do artigo 11 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em detrimento de modelagem de contratação centrada em exigências meramente formais”.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

56. Cumpre anotar que a identificação da **necessidade da contratação** (artigo 5º, inciso I, do Decreto Estadual nº 68.017/2023) é a primeira questão a ser enfrentada em um estudo técnico preliminar, justamente para permitir reflexão sobre os motivos pelos quais determinada contratação foi solicitada, investigando, assim, qual a necessidade final a ser atendida, que pode inclusive ser distinta a depender da finalidade do órgão ou entidade, ainda que o objeto indicado pelo setor requisitante seja o mesmo.

57. Ressalte-se que esse tipo de justificativa deve ser suficiente para demonstrar a indispensabilidade da contratação que se pretende realizar, sendo vedadas justificativas genéricas, incapazes de demonstrar de forma clara a necessidade da Administração. É certo, entretanto, que não cabe ao órgão jurídico adentrar ao mérito das razões do gestor público, que envolve os juízos de conveniência e oportunidade, principalmente nesse contexto em que prevalece a tecnicidade do assunto.

58. O **levantamento de mercado** consiste na análise das alternativas possíveis e justificativas técnica e econômica da escolha da solução a contratar. O inciso III do artigo 5º do Decreto Estadual nº 68.017/2023 elenca um rol exemplificativo de alternativas que podem ser implementadas para a escolha da solução, conforme segue:

“Artigo 5º [...]

III - levantamento de mercado, consistente na análise das alternativas possíveis, e justificativas técnica e econômica da escolha da solução a contratar, podendo, entre outras opções:

- a) ser consideradas **contratações similares** feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, no contexto nacional ou internacional, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração;*
- b) ser realizada **audiência e/ou consulta pública**, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições;*
- c) em caso de possibilidade de compra, locação de bens ou outros instrumentos jurídicos para utilização de bens, **ser avaliados os custos e os benefícios de cada***



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando-se arranjos inovadores em sede de economia circular; e

d) ser consideradas outras opções logísticas menos onerosas à Administração, tais como chamamentos públicos de doação e permutas". (destacamos)

59. Salienta-se que, na etapa de levantamento, o órgão deverá, primeiramente, prover a análise técnica das soluções identificadas, promovendo a análise econômica apenas daquelas que, qualitativamente, forem viáveis, como forma de minimização de custo processual. Se, após o levantamento de mercado, a quantidade de fornecedores for considerada restrita, deverá ser certificada a imprescindibilidade dos requisitos impostos para a contratação, excluindo ou flexibilizando os que não forem justificados (§§ 2º e 3º do artigo 5º).

60. O ETP deve definir o objeto e estimar o quantitativo demandado para o atendimento da necessidade administrativa por meio da solução escolhida. De acordo com o inciso V do artigo 5º do decreto, a **estimativa das quantidades** deve estar acompanhada "das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala".

61. Nessa linha, deve-se evitar estimativas genéricas, sem respaldo em elementos técnicos que demonstrem a exata correlação entre a quantidade estimada e a demanda. Não basta que sejam apresentadas as quantidades que se pretende contratar, é necessária a juntada de memórias de cálculo e todos os documentos que lhes respaldam. A unidade também deve se atentar para eventual fato futuro apto a impactar o quantitativo demandado. Esses elementos são indispensáveis para se afastar alegações de falhas na etapa de planejamento da contratação²⁵.

²⁵ De acordo com a publicação Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação da AGU: "Para os casos em que a previsibilidade não se mostra possível antes da contratação, deverá ser avaliada a utilização de mecanismos que sejam aptos a minorar o problema da mensuração, cabendo a indicação e justificativa de sua escolha. Ressalte-se que o salutar aumento do controle institucional e social sobre as contratações públicas aumenta a importância de o processo ser "autoexplicativo", inclusive no que tange ao aspecto quantitativo, sob pena de trazer insegurança jurídica não só para a contratação buscada como também para os servidores que atuaram no feito. Por essa razão, é fundamental que as explicações sobre a necessidade e quantidade estejam facilmente acessíveis no processo, para o caso de advirem indagações, tendo em vista que a memória



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

62. Também é elemento obrigatório do ETP a **estimativa do valor da contratação**²⁶, igualmente acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (artigo 5º, inciso VI).

63. Outro aspecto que deve ser levado em conta na etapa de planejamento da licitação é o **parcelamento ou não da solução**²⁷, cuja justificativa deve constar do ETP (artigo 5º, inciso VII). Especificamente no caso de **serviços**, o artigo 47 da Lei Federal nº 14.133/2021²⁸ prevê que as licitações devem atender ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso (inciso II).

sobre as circunstâncias envolvidas nas decisões tomadas vai se perdendo ao longo do tempo, dificultando sobremaneira explicações posteriores”. **Instrumento de padronização dos procedimentos de contratação** – Brasília: Advocacia-Geral da União: Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, 2023. p. 28.

²⁶ A respeito do assunto, cita-se o Enunciado nº 10 do Fórum Nacional das Consultorias Jurídicas das Procuradorias-gerais dos Estados e do Distrito Federal – FONACON: “A estimativa do valor da contratação, exigida quando da elaboração do Estudo Técnico Preliminar, poderá ser feita de forma sumária, com documentos de pronta consulta e imediatamente disponíveis não necessitando seguir o rigor do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021”.

²⁷ Segundo a publicação **Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação da AGU**: “A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto na alínea b do inciso V do art. 40 e art. 47, §1º, ambos da Lei nº 14.133/2021, mas é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala. Haverá parcelamento da solução e, portanto, licitação por item, sempre que o objeto for divisível e tal decisão assegure: a) ser técnica e economicamente viável para atingimento dos resultados pretendidos; b) não haver perda de economia de escala; c) haver melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade. Caso se entenda pelo não parcelamento da solução de objeto divisível, a justificativa deve trazer elementos que demonstrem que haveria prejuízo ao conjunto ou à perda de economia de escala se adotada decisão em sentido contrário. Recomendável reforçar, neste tópico, o funcionamento do mercado do bem ou do serviço a ser contratado, de maneira a evidenciar que a decisão da Administração em parcelar (ou não) o objeto está em consonância às práticas daquele setor econômico e busca o melhor aproveitamento do objeto. No caso de aquisição de item em vultosa quantidade, avaliar a pertinência na divisão em lotes, propiciando assim maior participação daqueles que, embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a um menor quantitativo de unidades - desde que se constate, claro, não haver um real prejuízo à economia de escala”. **Instrumento de padronização dos procedimentos de contratação** – Brasília: Advocacia-Geral da União: Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, 2023. p. 30.

²⁸ Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

I - da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

64. O §1º do mesmo artigo²⁹ dispõe que, nos casos de serviços, a aplicação do princípio do parcelamento deve considerar: (i) a responsabilidade técnica; (ii) o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens; e (iii) o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado. Já o §2º prevê que na licitação de serviços de manutenção e assistência técnica, o edital deverá definir o local da realização dos serviços, admitida a exigência de deslocamento de técnico ao local da repartição ou a exigência de que o contratado tenha unidade de prestação de serviços em distância compatível com as necessidades da Administração. Cumpre salientar que a decisão final acerca do parcelamento envolve contornos técnicos e gerenciais específicos, a serem pormenorizados pela unidade licitante, mediante justificativa baseada nos elementos legalmente definidos.

65. O “caput” do artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021 prevê que a fase preparatória da licitação deve compatibilizar-se com o **plano de contratação anual (PCA)**. Por esse motivo, o inciso II do artigo 3º do Decreto Estadual nº 68.017/2023 determina que o ETP deverá estar alinhado não somente com o PCA, como também com o Plano de Logística Sustentável e com os demais instrumentos de planejamento da Administração.

66. Frise-se que, no âmbito do Estado de São Paulo, o **plano de contratações anual** encontra-se regulamentado pelo Decreto Estadual nº 67.689/2023. Na hipótese de ter sido elaborado o plano, a contratação submetida à análise desta Consultoria Jurídica deverá constar do PCA, ressalvadas as exceções do decreto citado. Caso contrário, será preciso a sua revisão, nos termos do parágrafo único do artigo 16 do mesmo decreto³⁰.

²⁹ Art. 47 (...)

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

³⁰ No mesmo sentido: CASTRO, Diana Loureiro Paiva de; RESENDE, Fabricio Contato Lopes. **Orientações Consolidadas. Aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. In: Procuradoria Geral do Estado. Subprocuradoria da Consultoria Geral (v. 4 - 19.3.2024). p. 42.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

67. Reitera-se, por fim, que o ETP constitui documento de ordem eminentemente técnica, cabendo recomendar que o setor técnico elabore e revise o seu teor de maneira cuidadosa, certificando-se de que está em conformidade com os parâmetros exigidos pela legislação, conforme delineado acima.

II.5.2 - Mapa de riscos (art. 18, X, da Lei Federal nº 14.133/2021)

68. A Administração tem o dever de avaliar os riscos pertinentes à licitação e à execução contratual ao final da fase preparatória do certame (artigo 18, inciso X, da NLLC). Esses fatores se refletirão nas decisões adotadas para a elaboração do certame e em regras contratuais específicas.

69. A análise de riscos³¹, portanto, consiste na identificação dos riscos que a contratação pretendida pode gerar ao interesse público, definindo-se seus métodos de gerenciamento, ações preventivas e de contingência. A Administração tem o dever de avaliar os riscos pertinentes à licitação e à execução contratual. Esses fatores se refletirão nas decisões adotadas para a elaboração do certame e em regras contratuais específicas.

70. O gerenciamento de risco se materializa por meio de um “*mapa de riscos*”, o que é diferente da “*matriz de riscos*” a que alude o artigo 6º, inciso XXVII, da

³¹ De acordo com a publicação Instrumentos de Padronização dos Procedimentos de Contratação da AGU: “[o] gerenciamento de riscos, então, trata-se de importante etapa do Planejamento da Contratação em que cabe à equipe responsável pela sua realização: • identificar os principais riscos que possam comprometer a efetividade da contratação ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades do órgão; • avaliar os riscos que foram identificados e mensurar a probabilidade de sua ocorrência e o seu possível impacto; • conferir tratamento aos riscos por meio da definição de ações para reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos e consequência (“ações preventivas”), ou então, para os riscos que persistirem, definir as “ações de contingência” para o caso de os eventos correspondentes aos riscos se concretizarem; • definir os responsáveis pelas ações de tratamento e monitoramento dos riscos, sendo relevante a indicação do setor que, de fato, tenha atribuição para tratar de forma eficiente os eventos mapeados”. **Instrumento de padronização dos procedimentos de contratação** – Brasília: Advocacia-Geral da União : Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, 2023. p. 32/33.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Lei Federal nº 14.133/2021³² (*cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do ajuste*).

II.5.3 - Termo de Referência – TR (art. 18, II, da Lei Federal nº 14.133/2021)

II.5.3.1 – Considerações gerais sobre o TR

71. O **Termo de Referência (TR)**, documento elaborado a partir do ETP, se destina à definição do objeto para o atendimento da necessidade administrativa, devendo contemplar, no mínimo, os elementos previstos no artigo 6º, inciso XXIII, da Lei Federal nº 14.133/2021:

“Art. 6º [...]

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;*
- b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;*
- c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;*
- d) requisitos da contratação;*

³² “Art. 6º. (...) XXVII - matriz de riscos: cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam causar impacto em seu equilíbrio econômico-financeiro e previsão de eventual necessidade de prolação de termo aditivo por ocasião de sua ocorrência; b) no caso de obrigações de resultado, estabelecimento das frações do objeto com relação às quais haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico; c) no caso de obrigações de meio, estabelecimento preciso das frações do objeto com relação às quais não haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, devendo haver obrigação de aderência entre a execução e a solução predefinida no anteprojeto ou no projeto básico, consideradas as características do regime de execução no caso de obras e serviços de engenharia”.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;*
- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;*
- g) critérios de medição e de pagamento;*
- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;*
- i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;*
- j) adequação orçamentária”.*

72. Note-se que, sob a égide da Lei Federal nº 8.666/1993, diversos aspectos do procedimento licitatório eram tratados no edital ou no instrumento de contrato (como disposições acerca da gestão e fiscalização do ajuste, critérios de medição e pagamento, formas e critérios de seleção do fornecedor), sendo que, com o advento da Lei Federal nº 14.133/2021, essas matérias passaram a ser disciplinadas no Termo de Referência. Portanto, é necessário que as unidades preencham o TR em sua integralidade, certificando-se, ao elaborar a minuta do instrumento convocatório, que todas as disposições do documento estão em plena consonância com seus demais anexos.

73. O Decreto Estadual nº 68.185/2023 orienta a elaboração do TR no âmbito do Estado de São Paulo, destacando-se a necessidade de utilização do **Sistema TR Digital**, disponível no Portal de Compras do Governo Federal (art. 1º, §1º), bem como de observância aos procedimentos estabelecidos no Manual de Sistema TR Digital, disponível no Portal de Compras do Estado (art. 1º, §2º).

74. O TR deverá estar alinhado com o **Plano de Contratações Anual**, com o Plano de Logística Sustentável e com os demais instrumentos de planejamento da Administração, lembrando que o documento deverá ser elaborado, **conjuntamente**, por



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

agentes públicos da área técnica e requisitante ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação (artigos 4º e 5º do Decreto Estadual nº 68.185/2023).

75. Recomenda-se que se ateste nos autos dos procedimentos que os responsáveis pela elaboração do TR preenchem os requisitos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 14.133/2021 e atendem às definições do artigo 2º do Decreto Estadual nº 68.185/2023.

75.1. Frise-se, ademais, que deverão ser registrados no Sistema TR Digital os parâmetros e elementos descritivos constantes do artigo 6º do Decreto Estadual nº 68.185/2023, devendo ser utilizados os **modelos** de TR instituídos pela Secretaria de Gestão e Governo Digital – SGGD, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico do Estado (§3º do mesmo dispositivo).

76. Assim, é recomendável que as unidades elaborem o Termo de Referência a partir do modelo disponibilizado no sítio eletrônico da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo e no Portal de Compras do Estado de São Paulo, na aba *toolkits*, adotando-se a versão mais recente aplicável à hipótese e observando com cuidado as instruções para preenchimento, bem como as especificações técnicas que constam do Capítulo II do Volume 03 do CADTERC.

77. Com efeito, tendo em vista a divulgação, pela Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD), do Estudo Técnico de Serviços Terceirizados – CadTerc, Volume 03 (Limpeza, Asseio e Conservação Predial), em razão do disposto no parágrafo 3º do artigo 6º do citado Decreto estadual nº 68.185/2023, recomenda-se que o Termo de Referência observe o Capítulo I – Orientações Gerais para elaboração dos artefatos da fase interna da licitação, do mencionado volume e que seu uso seja expressamente declarado pelo(s) responsável(is) por sua elaboração e ratificado pela autoridade competente.

78. Nesse aspecto, vale transcrever os itens 1.13 a 1.14.1 das Instruções Gerais daquele caderno:



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

"1.13. Como as exigências estabelecidas nas especificações técnicas são, em princípio, de uso comum aos órgãos da Administração Pública Estadual e são de cunho abrangente, as especificidades dos serviços de limpeza, asseio e conservação predial que se apresentem como importantes para cada Contratante deverão ser consideradas tanto na adaptação das especificações técnicas como na composição dos respectivos preços dos serviços.

1.13.1. Necessidades específicas não contempladas nas especificações técnicas ou itens originalmente agregados que se apresentem como excessivos em uma determinada contratação implicarão ajustes e adaptações, pelos próprios órgãos, nas correspondentes composições de preços constantes do capítulo III deste volume.

1.13.2. Este procedimento é extensivo para situações diferenciadas nas diversas regiões do Estado, a exemplo dos valores do piso salarial regional, vale-refeição e do vale-transporte.

1.14. As especificações técnicas constantes neste volume deverão, obrigatoriamente, estar adequadas às modificações de composição de preços tratados no item anterior.

1.14.1. As especificações técnicas poderão, ainda, sofrer adaptações para atender às peculiaridades de cada órgão da Administração, desde que tais modificações não alterem a composição dos preços dos serviços."

(g.n.)

78.1. Ademais, é necessário observar que:

a) O Volume 3 do CadTerc estabeleceu o "metro quadrado por mês (m²/mês)" como unidade de medida padrão para a contratação dos serviços de limpeza, asseio e conservação predial, a fim de simplificar a mensuração das necessidades específicas de cada repartição e, assim, padronizar a gestão contratual no âmbito do Estado de São Paulo³³.

³³ Para os serviços de coleta de detritos em pátios e áreas verdes, a unidade de medida adotada pelo CADTERC é o hectare por mês (ha/mês), com a indicação de que, para conversão de áreas em m² para ha, realiza-se a divisão por 10.000, ou seja, 1 ha = 10.000 m².



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

b) Dessa maneira, em um exemplo de empreitada por preço unitário, a remuneração da futura contratada será calculada com base na multiplicação do valor unitário correspondente ao m²/mês pela quantidade de serviços efetivamente executados, descontando-se as importâncias relativas às quantidades de serviços não aceitas e glosadas pelo Contratante, quando houver, e o percentual decorrente de avaliação da quantidade dos serviços.

c) Conforme o CADTERC, as áreas a serem consideradas para cada tipo de serviço devem ser definidas pela autarquia de acordo com as *“quantidades obtidas na projeção horizontal de cada ambiente, isto é, às áreas de planta baixa”*. Em outras palavras, a área a ser quantificada em m²/mês é a de **piso**, sem considerar as áreas verticais de paredes, portas, divisórias, etc. (item 1.3.1 das Instruções Gerais daquele caderno).

d) A atual versão do volume 3 do CADTERC contém o **“Apêndice 2”**, relativo à **“Limpeza em Delegacias Participativas”**, e o **“Apêndice 4”**, relativo à **“Limpeza em pequenas áreas (até 750m²)”**, devendo a Administração verificar se o objeto a ser licitado se enquadra nas hipóteses descritas em referidos apêndices.

e) Ademais, de acordo com o Volume 3 do CadTerc, é **recomendável a fixação do prazo de 30 (trinta) meses para a vigência inicial da contratação** (Item 1.16 das Instruções Gerais). Note-se que este prazo se reflete no cálculo do valor referencial.

79. De acordo com o artigo 10 do Decreto Estadual nº 68.021/2023, que institui o **catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras** no âmbito da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo, a não utilização do referido catálogo é situação excepcional, devendo ser justificada por escrito e anexada ao respectivo processo de contratação.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

80. Não é demais ressaltar que, nos termos do artigo 20 da Lei federal nº 14.133/2021, **é vedada** a aquisição de bens e **contratação de serviços enquadrados na categoria de luxo**, definidos na forma do Decreto estadual nº 67.985/2023, que regulamentou a questão no âmbito da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo. Assim, é imprescindível a juntada aos autos da manifestação expressa sobre a observância deste dispositivo.

81. Recomenda-se ao órgão técnico responsável pela elaboração do termo de referência o necessário cuidado na sua quantificação e especificação, certificando-se de que o documento contempla as informações necessárias e suficientes para a caracterização do objeto e o atendimento das finalidades pretendidas.

82. Cabe à Administração observar que as especificações constantes do termo de referência devem se restringir ao necessário para assegurar que a contratação almejada atenda às necessidades da Administração, permitindo a fiscalização e a avaliação das atividades realizadas pelo fornecedor contratado, sem a aposição de elementos excessivos que possam prejudicar a consecução dos objetivos da contratação ou acarretar aumento indevido da despesa.

83. É preciso ter em mente que a fase interna da licitação concretiza a reflexão do gestor público sobre o objeto do certame e sobre sua relevância para as atividades da Administração. As justificativas e o delineamento do objeto precisam estar expressos nos autos (de preferência, no Estudo Técnico Preliminar), permitindo que o Poder Público revele o processo decisório à sociedade e aos órgãos de controle.

84. De toda sorte, convém salientar que o exame das especificações do objeto e suas características foge à competência deste órgão jurídico, pela falta do indispensável conhecimento técnico para tanto. No entanto, recomenda-se aos setores responsáveis pela elaboração do Termo de Referência o necessário cuidado na sua especificação e quantificação, certificando-se de que o documento contém a explicitação



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

clara, precisa e suficiente³⁴ dos serviços a serem adquiridos e das obrigações que serão atribuídas à contratada, de sorte que não restem dúvidas a eventuais interessados quanto à delimitação do objeto do certame.

85. Observe-se, ademais, que são vedadas especificações que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório ou que sejam impertinentes ou irrelevantes ao objeto licitado (artigo 9º da NLLC). Portanto, o gestor deverá tomar as devidas cautelas para assegurar que as especificações correspondem àquelas essenciais à contratação, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração.

86. É de cautela que o Termo de Referência seja aprovado pela autoridade competente para autorizar as licitações ou os contratos no âmbito do respectivo órgão ou entidade (artigo 2º, inciso I, do Decreto Estadual nº 68.220/2023).

87. Cabe lembrar que o TR deverá ser divulgado na mesma data de divulgação do edital no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, como anexo, sem necessidade de registro ou de identificação para acesso (artigo 9º do Decreto Estadual nº 68.185/2023).

88. Além dessas considerações gerais sobre o Termo de Referência, cumpre tecer comentários sobre aspectos da licitação abordados neste documento, conforme a seguir.

II.5.3.2 – Tratamento diferenciado a microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas

³⁴ Súmula nº 166 do Tribunal de Contas da União: “A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão”.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

89. O artigo 4º da Lei Federal nº 14.133/2021³⁵ expressamente autoriza a aplicação das disposições constantes dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123/2006 às licitações e contratos por ela regidos. A Administração deve avaliar e fazer constar do Termo de Referência eventual possibilidade de aplicação de cota reservada e/ou de licitação exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, nos termos da LC nº 123/2006³⁶.

90. Caso presente qualquer das hipóteses do artigo 49 da LC nº 123/2006³⁷ (que afastam a aplicação do tratamento diferenciado), deverá a Administração

³⁵ “Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. § 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas: I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte; II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. § 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação. § 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo”.

³⁶ Lei Complementar Federal nº 123/2006.

Art. 47. Nas contratações públicas da União, dos Estados e dos Municípios, poderá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, desde que previsto e regulamentado na legislação do respectivo ente.

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública poderá realizar processo licitatório:

I – destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

II – em que seja exigida dos licitantes a subcontratação de microempresa ou de empresa de pequeno porte, desde que o percentual máximo do objeto a ser subcontratado não exceda a 30% (trinta por cento) do total licitado;

III – em que se estabeleça cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, em certames para a aquisição de bens e serviços de natureza divisível.

³⁷ “Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando: I - (Revogado pelo art. 16 da Lei Complementar nº 147, de 2014). II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório; III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado; IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)”



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

apresentar as **justificativas cabíveis**, sempre de acordo com as circunstâncias do caso concreto. No mesmo sentido, a Lei 14.133/2021, no §1º, do art. 4º, estipulou as situações que autorizam a não aplicação das disposições dos arts. 42 a 49 da LC 123/2006.

91. Vale registrar que o §2º do artigo 4º da NLLC prevê que a obtenção de benefícios a que se refere o caput do artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação. Já o §3º estabelece que, nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o **valor anual do contrato** na aplicação dos limites previstos nos demais parágrafos.

92. Veja-se que, quando a licitação apresentar objeto divisível em itens ou lotes, deve-se verificar o valor de cada item ou lote³⁸ para fins de enquadramento na exclusividade prevista no inciso I do artigo 48. Vale dizer, a aferição do limite de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) deve ocorrer para cada item ou lote, conferindo-se tratamento distinto a depender do valor de cada um deles.

93. Usufruem do mesmo tratamento diferenciado das ME e EPP, o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual (MEI), conforme determinam o artigo 3º-A e artigo 18-E da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como as sociedades cooperativas que atendam ao disposto no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007 c/c artigo 16 da NLLC.

³⁸ Assim constou do Parecer SUBG-CONS nº 151/2017: “22.2. É curial a afirmação de que as licitações adjudicadas por item ou por lote são independentes entre si, correspondendo a vários certames distintos em um mesmo e único processo licitatório. Como a sessão pública para cada item ou lote é autônoma, os resultados das fases de julgamento e habilitação também podem ser diferentes, dando origem, potencialmente, à celebração de tantos contratos quantos forem os fornecedores vencedores”.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

94. Sobre o tema, a cartilha³⁹ da Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral sobre a aplicação da NLLC esclareceu os seguintes pontos que podem gerar dúvidas:

“Nas licitações para contratação com valor estimado superior a R\$ 4.800.000,00 (considerando 1 ano de vigência contratual se por prazo superior), haverá tratamento diferenciado para ME, EPP ou equiparadas? Não. Nesse caso, não haverá tratamento diferenciado, nos termos do art. 4º, § 1º, e § 3º, da NLLC, c/c art. 3º da Lei Complementar federal nº 123/2006.

Nas licitações em que haverá adjudicação de item com valor estimado (considerando 1 ano de vigência contratual se por prazo superior) igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00, mas superior a R\$ 80.000,00, haverá tratamento diferenciado para ME, EPP ou equiparadas? Sim. Nesse caso, haverá participação ampla, com tratamento diferenciado para ME, EPP e equiparadas quanto a regras de adiamento da exigência de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista e de preferência em caso de empate ficto. Isso se dá nos termos do art. 4º, § 1º, e § 3º, da NLLC, c/c arts. 3º e 42 a 49 da Lei Complementar federal n. 123/2006.

Nas licitações em que haverá adjudicação de item com valor estimado igual ou inferior a R\$ 80.000,00, haverá tratamento diferenciado para ME, EPP ou equiparadas? Sim. Haverá participação exclusiva de ME, EPP e equiparadas (ressalvada exceção do art. 49 da Lei Complementar federal nº 123/2006), e serão aplicáveis as regras de adiamento da exigência de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista. Não terá empate ficto. Isso se dá nos termos do art. 4º, § 1º, e § 3º, da NLLC, c/c arts. 3º e 42 a 49 da Lei Complementar federal nº 123/2006.”

³⁹ CASTRO, Diana Loureiro Paiva de; RESENDE, Fabricio Contato Lopes. **Orientações Consolidadas. Aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.** In: Procuradoria Geral do Estado. Subprocuradoria da Consultoria Geral (v. 6 - 09.8.2024). p. 43/47.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

95. Nessa linha, a partir do valor apurado para os itens ou lotes da licitação, será necessário definir no Termo de Referência eventuais itens destinados exclusivamente a ME, EPP e equiparadas.

96. A Lei complementar nº 123/2006 prevê, no inciso II do artigo 48, que a Administração Pública tem a faculdade de exigir a subcontratação compulsória, determinando aos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte. Trata-se, todavia, de medida discricionária que, além de prevista no edital e no contrato, deve observar os termos da Lei 14.133/2021⁴⁰ e ser devidamente justificada nos autos.

II.5.3.3 – Vigência dos contratos de prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial.

97. A partir dos conceitos trazidos no artigo 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, os serviços podem ser divididos em contínuos ou não contínuos ou por escopo. Segundo o inciso XV do artigo 6º, há **serviço contínuo** quando os serviços contratados são realizados pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidade permanente. Vale dizer, a execução dos serviços é uma necessidade prolongada, de modo que, finalizado o contrato, haverá sua substituição por um novo e assim, sucessivamente.

98. Por exclusão, há **serviço por escopo ou não contínuo** quando se trata de uma prestação de serviços sem que haja uma demanda de caráter permanente. Uma vez finalizado o serviço, resolve-se a necessidade que deu azo ao contrato.

99. No caso de **serviço contínuo** (como ocorre na espécie), a vigência das contratações é disciplinada pelos artigos 106 e 107 da NLLC. Assim, a Administração poderá celebrar esses contratos com prazo de **até 5 (cinco) anos, desde que a autoridade competente do órgão ou entidade contratante ateste a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual (artigo 106, “caput” e inciso I).**

⁴⁰ A subcontratação em regra não é autorizada, cabendo ao Contratado executar diretamente o objeto da contratação. Entretanto, a subcontratação de partes do objeto contratado é admitida nos casos em que seja justificada pela Administração, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133, de 2021.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

100. Portanto, para que a duração da contratação possa ultrapassar o crédito orçamentário, devem ser observadas as seguintes condições:

- a) que a autoridade competente ateste que a contratação por prazo superior ao crédito orçamentário é **economicamente mais vantajosa** para administração; aqui somente interessam as vantagens de ordem econômica (inciso I);
- b) que a autoridade ateste, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção (inciso II).

101. O inciso III do artigo 106, por sua vez, prevê a possibilidade de extinção do contrato, sem ônus para a Administração, caso o orçamento não seja suficiente, ou se constatada a ausência de vantagem na continuidade da relação contratual. Trata-se de uma possibilidade de extinção antecipada do contrato, sem ônus, ou seja, uma condição resolutiva prevista em lei.

102. É possível, outrossim, que os contratos de serviço contínuo sejam prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima de **até 10 (dez) anos, desde que (i) haja previsão em edital e (ii) a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes** (artigo 107).

103. Reitera-se que, tratando-se de serviços contínuos, nos termos do artigo 106, inciso I, da NLLC, *"a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual"*.

II.5.3.4 – Subcontratação



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

104. O artigo 122 da Lei Federal nº 14.133/2021⁴¹ prevê que, na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração. A fixação desse limite deve ser razoável, levando-se em conta, por exemplo, o praticado em licitações anteriores.

105. A escolha por admitir ou não a subcontratação do objeto contratual deve constar do Termo de Referência (conforme indicado no modelo padronizado). Caso a Administração opte por permiti-la, deve-se apresentar as devidas justificativas nos autos e estabelecer o detalhamento de suas regras no instrumento de contrato.

106. Aponta-se que o parágrafo 3º do referido artigo 122 estende ao subcontratado as vedações previstas no artigo 14, inciso IV, da NLLC, a fim de evitar potencial conflito de interesses, devendo essas vedações constar expressamente do Termo de Referência no item que disciplina a subcontratação, bem como no edital.

II.5.3.5 – Garantia da proposta e da contratação

107. O TR, ainda, deve contemplar disposição sobre garantias que podem ser exigidas do licitante, como condição para participação no certame (garantia da proposta) e/ou apenas do licitante vencedor para assegurar a execução do objeto (garantia da contratação).

⁴¹ “Art. 122. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração. § 1º O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente. § 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação. § 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação”.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

108. A garantia da proposta. prevista no artigo 58 da NLLC⁴², deve ser comprovada no momento do envio das propostas e não pode ser superior a 1% do valor estimado da contratação, caracterizando-se como um requisito de “pré-habilitação”. Diante do potencial de restrição à competitividade do certame, a decisão por exigir garantia de proposta deve ser devidamente fundamentada na fase preparatória.

109. Já a garantia da contratação encontra-se disciplinada no artigo 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021⁴³, sendo exigida no momento da execução do contrato e tem por escopo assegurar que o contratado cumpra integralmente as obrigações acordadas. A escolha pela garantia da contratação está compreendida na discricionariedade da Administração, sendo necessário que a decisão por incluir ou não essa previsão no certame seja sempre justificada nos autos, a partir das demonstrações do Estudo Técnico Preliminar. Note-se que, conforme indicado no modelo disponibilizado no toolkit do Portal de Compras, o Termo de Referência deve indicar se a contratação exigirá garantia ou não, sendo que o percentual e demais condições serão descritas no instrumento contratual.

⁴² “Art. 58. Poderá ser exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação. § 1º A garantia de proposta não poderá ser superior a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação. § 2º A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação. § 3º Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação. § 4º A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 desta Lei”.

⁴³ “Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos. § 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia: I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia; II - seguro-garantia; III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil. IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023) § 2º Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração. § 3º O edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do § 1º deste artigo”.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

II.5.3.6 – Vistoria prévia

110. O Termo de Referência deve consignar se a avaliação prévia do local de execução pelo licitante é imprescindível ou não para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado. Essa escolha deve ser fundamentada pela Administração, considerando as características do objeto no caso concreto.

111. Caso a Administração entenda imprescindível a realização da vistoria prévia, será exigido que o fornecedor ateste que conhece o local e as condições de realização do objeto da contratação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou apresente declaração formal assinada pelo seu responsável técnico de que possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

112. Conforme o §4º do artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, se os fornecedores optarem por realizar vistoria prévia, a Administração deverá disponibilizar data e horário diferentes para os eventuais interessados. De acordo com a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP), a Administração deve viabilizar a disponibilização de mais de uma data para vistoria, inclusive com a possibilidade de agendamento, proporcionando tempo hábil para que os fornecedores elaborem adequadamente as suas propostas (cf. TC-014500/989/16-5, Plenário, Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, j. em 23/11/2016).

II.5.3.7 – Modelo de execução do objeto.

113. As condições de execução do objeto devem ser detalhadas de forma minuciosa, contendo as atividades a serem desenvolvidas pelos empregados alocados pelo Contratado e o respectivo método ou rotina de execução, inclusive com a indicação de frequência e periodicidade dos serviços, quando couber.

114. A necessidade de especificação das rotinas de trabalho pode ser atendida por meio de redação de item(ns) específico(s) e/ou inclusão de subanexo no Termo



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

de Referência em que seja estabelecida com maior detalhamento a forma de execução do trabalho exigida, em complemento à disciplina estabelecida do Termo de Referência.

115. Se houver necessidade de prestação dos serviços em mais de um endereço, deve haver a especificação de como ocorrerá a sua execução. De forma semelhante, se houver necessidade de alteração dos endereços conforme cada etapa/fase de execução dos serviços, essa condição deve ser especificada. Caso seja necessário que a data ou hora exata da prestação de serviço seja previamente acordada com o agente público competente, essa exigência deve ser especificada.

116. Cabe à Administração avaliar a necessidade de previsão relativa a materiais a serem disponibilizados, considerando se os serviços objeto da contratação abrangem também a disponibilização de material de consumo e de uso duradouro em favor da Administração, hipótese em que será preciso prever a estimativa de consumo e fixar os padrões mínimos de qualidade.

117. No tocante aos serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, consta do artigo 50 da Lei nº 14.133/2021, que o contratado deverá apresentar, quando solicitado pela Administração, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

- I - registro de ponto;
- II - recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- III - comprovante de depósito do FGTS;
- IV - recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;
- V - recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
- VI - recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

118. Além do mais, merece especial atenção a previsão do §2º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021, ao estabelecer que, exclusivamente, nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas, se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.

119. Em contratações cujo objeto seja a prestação de serviços, a Administração deve adotar, sempre que possível, unidade de medida que permita a mensuração dos resultados, e a vinculação dos pagamentos aos resultados entregues pelo Contratado e verificados pelo Contratante (cf., e.g., manifestação do Tribunal de Contas da União - TCU em Acórdão nº 1.215/2009, Plenário, Rel. Auditor Augusto Sherman Cavalcanti, j. em 03/06/2009).

120. Assim, é recomendada a utilização de instrumento que contenha a definição de bases objetivas a serem aplicadas para controle da qualidade dos serviços executados, o que possibilita que a Administração, também com base em previsão expressa nesse instrumento, estabeleça que o valor a ser pago estará sujeito a redução no caso de não se verificar o atendimento das metas estabelecidas, proporcional ao nível do resultado atingido. Nesse sentido, observo que **consta do Estudo Técnico de Serviços Terceirizados referentes à Limpeza, Asseio e Conservação Predial - Volume 03 do CADTERC⁴⁴ menção ao Procedimento de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial**, cuja leitura é recomendada, bem como **o anexo relativo ao “Relatório de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial”**.

II.5.3.8 – Critério de julgamento e modo de disputa

121. Dentre as considerações compreendidas na etapa preparatória, o inciso VIII do artigo 18 da NLLC prevê ser necessário definir a modalidade de licitação,

⁴⁴ Disponível em < <https://compras.sp.gov.br/agente-publico/cadterc/> >



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto.

122. Como já se viu no **tópico II.1** deste opinativo, a presente orientação referencial é restrita às licitações que tenham por objeto a contratação de serviços “*comuns*”, característica que torna obrigatória a adoção do pregão como modalidade licitatória, nos termos do artigo 6º, incisos XIII e XLI, da Lei Federal nº 14.133/2021. Ainda em razão do conceito previsto neste último inciso, somente são admitidos para o pregão os critérios de julgamento do “**menor preço**” ou “**maior desconto**”, o que deve ser definido já no Termo de Referência.

123. Cumpre destacar que, caso adotado, o julgamento por maior desconto terá como referência o preço global fixado no edital de licitação, e o desconto será estendido aos eventuais termos aditivos (artigo 34, §2º, da NLLC).

124. Por sua vez, o artigo 56 da Lei Federal nº 14.133/2021 prevê que o modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente: (i) **aberto**, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes; e/ou (ii) **fechado**, hipótese em que as propostas permanecerão em sigilo até a data e hora designadas para sua divulgação. No entanto, o §1º do dispositivo veda a utilização isolada do modo de disputa fechado quando adotados os critérios de julgamento do menor preço ou do maior desconto. Por conseguinte, como o pregão somente admite esses critérios de julgamento, não será viável a utilização isolada do modo de disputa fechado nos certames abrangidos por este Parecer Referencial.

125. De toda sorte, a escolha do critério de julgamento e do modo de disputa deverá ser norteadada pelo trecho final do inciso VIII do artigo 18 da NLLC.

II.5.3.8 – Requisitos de habilitação



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

126. O artigo 62 da NLLC prevê que a habilitação é a fase do certame em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto licitatório, dividindo-se em: (a) jurídica; (b) técnica; (c) fiscal, social e trabalhista; e (d) econômico-financeira.

127. O modelo de TR disponibilizado no sítio eletrônico da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo e no Portal de Compras do Estado detalha as exigências de habilitação no tópico referente à forma e critérios de seleção do fornecedor. Com relação aos requisitos mais comuns a todo procedimento licitatório (habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, certidão negativa de insolvência ou falência), cujos trechos não foram destacados no modelo padronizado, recomenda-se que as unidades mantenham seus dispositivos, observando cuidadosamente as instruções de preenchimento da minuta-padrão.

128. Por sua vez, convém lembrar que o excesso de exigências relativas à qualificação técnica e econômico-financeira podem ser consideradas restritivas à competitividade do certame (artigo 5º da NLLC). Assim, a Administração deverá realizar um exame crítico quanto à adequação e necessidade de cada requisito, sempre à luz das circunstâncias do caso concreto - como o vulto e/ou complexidade do objeto do certame, por exemplo. As razões para a eventual cobrança desses requisitos devem ser demonstradas no ETP e justificadas de maneira clara na fase preparatória (artigo 18, inciso IX, da NLLC).

129. Com relação à **qualificação técnica**, Joel de Menezes Niebuhr⁴⁵ ensina que “[a] Administração Pública, ao avaliar a qualificação técnica dos licitantes, pretende aferir se eles dispõem dos conhecimentos, da experiência e do aparato operacional suficiente para satisfazer o contrato administrativo. [...] Há contratos com grau de complexidade técnica elevado, em que é necessária aptidão especialíssima para atender com presteza ao interesse público, por efeito do que as exigências de qualificação técnica variam substancialmente dependendo do objeto da licitação e, por corolário, do futuro contrato”.

⁴⁵ NIEBUHR, Joel de Menezes. **Licitação pública e contrato administrativo**. Belo Horizonte: Fórum, 2022. p. 766.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

130. O artigo 67 da Lei Federal nº 14.133/2021 admite a possibilidade da exigência de qualificação técnico-operacional ou técnico-profissional para os casos de licitações de serviços.

131. Marçal Justen Filho⁴⁶ conceitua as duas formas de habilitação técnica:

“A qualificação técnico-profissional consiste no domínio por um indivíduo, em virtude de atuação profissional, do conhecimento técnico-científico e de experiência pertinente à execução da prestação do objeto da futura contratação.

A qualificação técnico-empresarial consiste na titularidade pelo sujeito licitante de equipamento e pessoal necessários e de experiência anterior compatível com a execução da prestação objeto da futura contratação”.

132. Seguindo os ditames da lei, o §1º do art. 67 estabelece que a exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

133. Será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o §1º do art. 67, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

134. Já o §3º do art. 67 destaca que as exigências a que se referem os incisos I e II do caput do art. 67, a critério da Administração, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, hipótese em que as provas alternativas aceitáveis deverão ser previstas em regulamento.

⁴⁶ FILHO, Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo. 2023. Pag. 850.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

135. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

136. Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos.

137. Caso se entenda indispensável à garantia do adimplemento das obrigações a comprovação de qualificação técnica-profissional, será necessário especificar de forma clara e expressa de qual parcela do objeto será exigida comprovação de experiência anterior e por meio de qual profissional(is), para permitir o julgamento objetivo quanto ao atendimento da exigência na fase de habilitação do certame.

138. O artigo 69 da NLLC estabelece que a **qualificação econômico-financeira** visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório. O §5º do mesmo dispositivo veda a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

139. Os documentos de habilitação jurídica⁴⁷, bem como fiscal, social e trabalhista⁴⁸ da empresa devem ser juntados aos autos, assegurando-se a

⁴⁷ BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Art. 66. *A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.*

⁴⁸ BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Art. 68. *As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos: I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei; IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; V - a*



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Administração de que todas as certidões estejam com prazo de validade em dia no momento da celebração do contrato.

139.1. Note-se que o parágrafo 4º do artigo 68 da NLLC admite que os documentos elencados no *caput* do mesmo dispositivo, ou seja, aqueles referentes à regularidade fiscal, social e trabalhista sejam “(...) *substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico*”. Portanto, a Administração pode verificar, junto ao [compras.gov.](https://compras.gov.br), os documentos que podem ser substituídos em razão do cadastro da empresa no **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**⁴⁹.

140. De toda sorte, assim como na qualificação técnica, eventual previsão de qualificação econômico-financeira deve ser devidamente justificada nos autos, recomendando-se seja adotada a redação do modelo de TR disponibilizado no sítio eletrônico da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo e no toolkit do Portal de Compras do Estado.

II.5.4 - Pesquisa de preços (art. 18, inciso IV, c/c art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021)

141. A Lei Federal nº 14.133/2021 determina em seu artigo 18, inciso IV, que a fase preparatória deve abordar a questão relacionada ao “*orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação*”. Estabelece, ainda, os critérios para definição do valor estimado no artigo 23, regulamentado no âmbito estadual pelo Decreto Estadual nº 67.888/2023, cujas disposições devem ser estritamente observadas pelo setor responsável pela pesquisa.

regularidade perante a Justiça do Trabalho; VI - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. § 1º Os documentos referidos nos incisos do caput deste artigo poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico. § 2º A comprovação de atendimento do disposto nos incisos III, IV e V do caput deste artigo deverá ser feita na forma da legislação específica.

⁴⁹ O §1º do artigo 17 do Decreto estadual nº 68.304/2024 prevê que a verificação dos documentos de habilitação do fornecedor será realizada no SICAF.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

142. Especificamente no que diz respeito à contratação de serviços terceirizados, o **artigo 8º do Decreto Estadual nº 67.888/2023⁵⁰** prevê a utilização dos valores do Estudo Técnico de Serviços Terceirizados – CADTERC.

143. Nesse sentido, cumpre observar que o Volume 3 do CADTERC padronizou os serviços de limpeza, asseio e conservação predial, fixando os preços máximos que entende admissíveis para a contratação de tais serviços, que estão atualizados para a data-base relativa a janeiro de 2024. Conforme item 1.10 das Instruções Gerais constantes do referido caderno, *“[p]ara a composição de preços, foram utilizados parâmetros de produtividade e custos médios obtidos no mercado com mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, benefícios, materiais, equipamentos, transporte e demais insumos necessários à execução dos serviços, acrescidos da taxa de BDI, que engloba todos os custos e despesas indiretas, tributos e impostos, e a taxa de lucro da Contratada”*

144. Com efeito, o **Capítulo III** do Volume 03 do CADTERC⁵¹ - Cadernos de Estudo Técnico de Serviços Terceirizados referentes à Limpeza, Asseio e Conservação Predial é dedicado à apresentação dos **valores referenciais, definições e critérios para a elaboração dos preços**, valendo destacar, ainda, a existência do “**Apêndice 2**”, relativo à “**Limpeza em Delegacias Participativas**”, e do “**Apêndice 4**”, relativo à “**Limpeza em pequenas áreas (até 750m²)**”.

145. Para que a Administração adote os valores referenciais do CADTERC, deve verificar se as especificações técnicas do serviço contratado se mantêm as mesmas. Com efeito, os estudos consideram apenas as condições ordinárias de contratação, não incluindo necessidades excepcionais na execução do serviço que venham a representar custos adicionais para contratação.

146. Ademais, no que se refere ao preço referencial nas contratações de serviços contínuos, é oportuno trazer as conclusões do Parecer SubG Cons nº 115/2022

⁵⁰ Art. 8º. A contratação de serviços terceirizados utilizará os valores dos Estudos Técnicos de Serviços Terceirizados – CADTERC, disponíveis no endereço eletrônico <http://www.cadterc.sp.gov.br>

⁵¹ Disponível em < <https://compras.sp.gov.br/agente-publico/cadterc/> >



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

no sentido de que, caso os valores do CADTERC se mostrem desatualizados, não poderão servir de referência para a contratação, conforme excerto que segue abaixo transcrito:

“Para a análise da matéria, é importante lembrar inicialmente que há orientação institucional firmada da Procuradoria Geral do Estado no sentido de que não devem ser utilizados preços de referência desatualizados.

É exemplificativa dessa orientação institucional o posicionamento constante do Parecer PA nº 125/2014. Ao analisar certame voltado à contratação de serviços de vigilância patrimonial realizado em fevereiro/2013 com valores referenciais de janeiro/2012, o Parecer PA nº 125/2014 chegou à seguinte conclusão: “

(...) Os parâmetros padronizados no âmbito do CADTERC para a contratação de serviços objetivam orientar a Administração, não os particulares, que deverão formular suas propostas contemplando o atendimento da legislação vigente para cumprimento das obrigações previstas no edital. Recomenda-se, contudo, que as autoridades administrativas atentem quanto à atualização das versões dos Cadernos, caso ainda não adaptadas ao último dissídio/ convenção coletiva/ acordo coletivo, a fim de evitar a desclassificação de propostas idôneas”.

Na hipótese de se identificar desatualização em preços de referência de volume do CADTERC, a recomendação decorrente da orientação institucional da Procuradoria Geral do Estado é que o valor referencial atualizado seja apurado mediante pesquisa de preços, evitando-se o uso de orçamentos defasados.

Extrai-se da jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo diretrizes em harmonia com essa orientação institucional. Em acórdão do Plenário nos Processos TC-013345.989.22-2, TC-013406.989.22-8, TC-014649.989.22-5, TC-014918.989.22-9, TC-015026.989.22-8, TC-015029.989.22-5, e TC-015030.989.22-5, Rel. Conselheira-Substituta Silvia Monteiro, datado de 20/07/2022, o Tribunal acompanhou o seguinte entendimento que constou do voto condutor do acórdão:

“(…)



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Desta feita, encurto razões para aqui reproduzi-las:

‘Não ignoro que a Representada utiliza minutas de editais padronizadas e uniformizadas, em conformidade com as orientações de suas unidades superiores.

Todavia, a Administração não pode se valer deste argumento para seguir com procedimento licitatório viciado já na sua origem.

Ainda que os editais sejam padronizados, não há restrição legal ou procedimental que impeça as Diretorias de Ensino de se socorrerem de suas instâncias superiores, responsáveis pela elaboração dos editais, para eventuais ajustes que se façam necessários.

No caso, a tabela referencial do CADTERC, mesmo sendo a última disponibilizada, não constituía parâmetro seguro de que os valores ofertados poderiam ser considerados aceitáveis ou exequíveis.

Conforme constou da decisão liminar que suspendeu o certame, a previsão de que as propostas devam se basear em preços praticados no mês de maio de 2021 contraria, per se, o entendimento deste Tribunal de Contas, de que o intervalo entre a elaboração da planilha orçamentária e a publicação do edital não deve ser superior 6 (seis) meses, o que já reclamava medidas corretivas por parte do órgão licitante.

Ainda que em algumas situações possa ser aceito o uso da tabela CADTERC com data-base superior aos mencionados 6 (seis) meses, isso ocorre somente quando há a inequívoca demonstração de que não haverá prejuízo na formulação das propostas e que os preços não sofreram significativas alteração.

Na espécie, todavia, a representante comprovou que a previsão de que as propostas sejam elaboradas com base no mês de maio de 2021 torna as ofertas inexecutáveis, apresentado exemplos que não parecem deixar qualquer margem de dúvidas:

1 - No item óleo diesel S-10, o preço referência àquela época era de R\$ 4,27. Hoje o preço em São Paulo é de R\$ 8,065.

2 - No item Pneus, o preço referencial era de R\$ 850,00, e hoje o preço é R\$ 2.600,00



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Por fim, ainda que haja a possibilidade de aplicação do Decreto nº 48.326/03, conforme aventado pela PFE, no presente caso o que se percebe é a constatação da falha antes mesmo da sessão pública de abertura dos envelopes, situação que permite a correção da impropriedade sem socorro ao referido decreto, que pode, mesmo se aplicado, como bem pontuou o MPC, apresentar distorções dos valores em relação à realidade do mercado”.

Destarte, entendo que devam as Representadas procederem à adequada reavaliação do orçamento, com base nos preços atualmente praticados no mercado, os quais devem servir de base para a elaboração das propostas.

(...)” (nota de rodapé omitida)⁵²

A partir das diretrizes extraídas da orientação institucional da Procuradoria Geral do Estado e da jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conclui-se que não cabe a utilização de valores de referência desatualizados, por não refletirem as condições do mercado”.
(grifei)

147. Conforme dispõe o Comunicado SGGD nº 02/2024, existindo necessidades específicas que representem custos adicionais para contratação, estes poderão ser somados aos preços referenciais publicados pelo CADTERC, desde que o ajuste seja instruído por memória de cálculo devidamente documentada na composição do novo valor referencial.

148. Convém reiterar o alerta feito nas mencionadas Instruções Gerais no sentido de que *“necessidades específicas não contempladas nas especificações técnicas ou itens originalmente agregados que se apresentem como excessivos em uma determinada contratação implicarão ajustes e adaptações, pelos próprios órgãos, nas correspondentes composições de preços constantes do Capítulo III deste volume”* (item 1.13.1).

149. Assim, caso haja necessidade de inclusão, nas especificações técnicas, de outras exigências, a Administração deverá providenciar os ajustes e adaptações

⁵² No mesmo sentido, cf. acórdão de 20/07/2022 do Plenário nos Processos TC-014310.989.22-3, TC-014349.989.22-8 e TC-014525.989.22-4, Rel. Conselheira-Substituta Silvia Monteiro.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

necessários, de maneira justificada, observando na elaboração da composição de preços para definição do novo valor estimado, os parâmetros estabelecidos no artigo 3º do Decreto estadual nº 67.888/2023⁵³.

150. Nessa linha, observo que o “caput” do artigo 3º do decreto elenca os parâmetros que devem ser utilizados para a aferição do melhor preço estimado, sendo que os parágrafos deste dispositivo contemplam elementos e condições que devem ser observados ao se adotar os referidos parâmetros. Os parâmetros podem ser sistematizados da seguinte maneira:

- a) O parâmetro do inciso I é a “*composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, tais como a ferramenta de pesquisa de preços do Governo Federal, o Banco de Preços em Saúde - BPS e o Portal Nacional de Contratações Públicas, observados os índices de atualização específicos ou setoriais, admitido o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), se não houver outro*”. O §2º do artigo 3º determina que, na hipótese de uso desse parâmetro, as contratações pesquisadas deverão estar, **preferencialmente**, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital.

⁵³ SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 67.888, de 17 de agosto de 2023. Artigo 3º - *Serão utilizados os seguintes parâmetros para aferição do melhor preço estimado: I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, tais como a ferramenta de pesquisa de preços do Governo Federal, o Banco de Preços em Saúde - BPS e o Portal Nacional de Contratações Públicas, observados os índices de atualização específicos ou setoriais, admitido o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), se não houver outro; II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observados os índices de atualização específicos ou setoriais, admitido o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), se não houver outro; III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal ou estadual e de sites eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso; IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas e/ou em bases do Estado de São Paulo, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, na forma estabelecida em ato do Secretário de Gestão e Governo Digital.*



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA
SEGURANÇA PÚBLICA

- b) O **inciso II** prevê como parâmetro as “*contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observados os índices de atualização específicos ou setoriais, admitido o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), se não houver outro*”.
- c) O parâmetro do **inciso III** consiste em “*dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal ou estadual e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso*”. O §3º do mesmo dispositivo dispõe que, quando a pesquisa for realizada em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, devem ser observados os seguintes requisitos: (1) deverá ser realizada perante potenciais licitantes legalmente estabelecidos; (2) o item cotado deverá estar disponível para venda ou contratação no momento da consulta; (3) a página eletrônica deverá ser disponibilizada nos autos, contendo as seguintes informações relativas ao item pesquisado: a) identificação do fornecedor; b) endereço eletrônico; c) data e hora do acesso; d) especificação do item; e) preço e quantidade; (4) não serão admitidas as cotações de itens: a) com especificações ou características distintas das especificações solicitadas; b) provenientes de sítios de leilão. 5. será admitida a cotação em sítios eletrônicos de intermediação de vendas, desde que observados os requisitos enumerados nos itens (1) a (4). Portanto, caso a Administração pretenda se valer da pesquisa em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, deve cuidar para que os requisitos do §3º sejam integralmente observados, demonstrando o atendimento de cada um deles nos autos.
- d) Já o **inciso IV** prevê como parâmetro a “*pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital*”. O § 4º determina que a pesquisa



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

direta com fornecedores deverá observar, cumulativamente, o seguinte: (1) o prazo de resposta conferido deverá ser compatível com a complexidade do objeto a ser licitado; (2) as respostas formais obtidas conterão, ao menos: a) descrição do objeto, com os valores unitário e total; b) número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ do fornecedor; c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato; d) data de emissão; e) nome completo e identificação do responsável. 3. os fornecedores serão informados sobre as características da contratação contidas no artigo 2º do decreto, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; (4) registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do artigo 3º. Dessa forma, assim como no parâmetro anterior, caso a unidade utilize a pesquisa direta com fornecedores, devem ser observados todos os elementos formais do §4º, devendo ser demonstrado e certificado nos autos o atendimento de cada um deles.

- e) Por fim, o parâmetro do **inciso V** é a *“pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas e/ou em bases do Estado de São Paulo, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, na forma estabelecida em ato do Secretário de Gestão e Governo Digital”*.

151. O § 1º do mesmo dispositivo prevê que **inexiste priorização entre esses parâmetros**, podendo o agente público optar pela adoção simples ou combinada dos referidos parâmetros, considerando a atratividade do mercado e a mitigação do risco de sobre preço. Nada obstante, é sempre recomendável que a unidade justifique o parâmetro escolhido no caso concreto.

152. É importante que os responsáveis pela pesquisa de preços se atentem a todas as **condicionantes** previstas na descrição de cada um dos parâmetros elencados nos incisos do “caput” do artigo 3º, em especial o prazo máximo de **antecedência** em relação à publicação do edital. Apenas em **caráter excepcional**, o §6º do mesmo



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

dispositivo admite a utilização de dados fora dos prazos estipulados nos incisos, desde que devidamente justificada nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente.

153. Segundo o artigo 4º do Decreto Estadual nº 67.888/2023, para a definição do valor estimado, podem ser utilizados a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o artigo 3º, desconsiderados, previamente ao cálculo, os valores inexecutáveis, inconsistentes e os excessivamente elevados. **Excepcionalmente**, mediante justificativa nos autos pelo agente público responsável e **aprovado pela autoridade competente**, será admitida a determinação do preço estimado com menos de três preços coletados na etapa de orçamentação (§5º do artigo 4º).

154. Frise-se que na definição do valor estimado, sempre que possível, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, quantidade contratada, formas e prazos de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso, com observância da potencial economia de escala e das peculiaridades do local de execução do objeto (artigo 2º do Decreto Estadual nº 67.888/2023).

155. Por sua vez, o artigo 7º do Decreto Estadual nº 67.888/2023³⁴ indica os requisitos que devem constar do documento que formaliza o valor estimado, os quais deverão ser observados pela Administração, destacando-se a necessidade de justificativa para o método matemático utilizado e de justificativa da escolha dos fornecedores, em caso de pesquisa direta.

³⁴ “Artigo 7º - O valor estimado definido será formalizado em documento que conterá, ao menos, as seguintes informações: I - descrição do objeto a ser contratado; II - identificação do agente responsável pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento; III - caracterização das fontes consultadas; IV - série de preços coletados; V - método matemático aplicado para a definição do valor estimado; VI - justificativa para o método utilizado, se for o caso, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexecutáveis ou excessivamente elevados, se aplicável; VII - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; VIII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do artigo 3º”.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

156. Muito embora seja possível se valer de relatórios emitidos no “compras.gov” para a realização da pesquisa de preços, é de cautela que sempre se junte ao procedimento **manifestação específica do setor que realizou a pesquisa**, esclarecendo e justificando o parâmetro do artigo 3º do Decreto Estadual nº 67.888/2023 que foi utilizado no caso concreto, bem como o método matemático escolhido (artigo 4º do mesmo decreto). Na oportunidade, é recomendável que o setor também certifique expressamente o atendimento integral das disposições do Decreto Estadual nº 67.888/2023, a fim de se evitar questionamentos futuros quanto à idoneidade da pesquisa.

157. Sugere-se, ainda, que a Administração realize um **juízo crítico**⁵⁵ a respeito dos preços cotados, especialmente quando houver grande variação entre os valores apresentados. Para a desconsideração dos preços entendidos como inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo. O resultado da pesquisa deverá ser consolidado e subscrito pelo agente público responsável, o qual deve certificar-se de que as especificações técnicas do bem ou serviço cotado correspondem fielmente ao objeto que se pretende contratar (artigo 4º, §§ 3º, 4º e 6º, do Decreto Estadual nº 67.888/2023).

158. Ressalta-se que a verificação da razoabilidade dos dados fornecidos e sua compatibilidade com os preços praticados no mercado é de **competência da Administração**, não cabendo a este órgão jurídico a conferência de cálculos aritméticos.

159. De outra ponta, o artigo 18, inciso XI, da Lei Federal 14.133/2021 prevê que deve constar da fase preparatória do certame a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação. Nesse aspecto, o artigo 6º do Decreto Estadual nº 67.888/2023 estabelece que *“desde que justificado, o valor estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, salvo na hipótese de licitação cujo critério de julgamento for por maior desconto incidente sobre*

⁵⁵ TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO: “Indispensável que a Administração avalie, de forma crítica, a pesquisa de preço obtida junto ao mercado, em especial quando houver grande variação entre os valores a ela apresentados”. Acórdão nº 403/2013-Primeira Câmara. Rel. Walton Alencar Rodrigues.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

o valor estimado". Portanto, recomenda-se que as unidades deixem claro nos autos se o valor estimado da contratação será sigiloso ou não, lembrando que, caso se adote o critério do maior desconto, o preço máximo aceitável deverá constar do edital da licitação (artigo 24, parágrafo único, NLLC).

160. Nesse aspecto, vale destacar que a contratação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial encontra-se padronizado no âmbito da Administração Pública do Estado, conforme Estudos Técnicos de Serviços Terceirizados – CadTerc (volume 3) que, além da padronização de especificações técnicas, fornece preços referenciais, os quais são de uso obrigatório, nos termos do artigo 8º do referido decreto.

161. Assim, se os preços referenciais do CadTerc estão disponíveis no endereço eletrônico <https://compras.sp.gov.br/agente-publico/cadterc/> e seu uso é imperativo para a Administração, como regra, torna-se descabido impor sigilo ao valor estimado da contratação. excetuada a hipótese em que a inclusão de obrigações, especificações técnicas diferentes e/ou outras particularidades não previstas naquele caderno, tornem inaplicáveis os preços referenciais.

162. Dessa forma, deve a unidade contratante indicar expressamente a estimativa de custo da contratação, ressalvadas as hipóteses em que não seja aplicável referido estudo, desde que a opção pelo sigilo seja devidamente justificada.

II.5.5 - Motivação circunstanciada das condições do edital (artigo 18, IX, da Lei Federal nº 14.133/2021)

163. O inciso IX do artigo 18 da NLLC dispõe que a fase preparatória da licitação deve contar com *"motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio"*.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

164. Como se percebe, o rol de condições do edital elencados no inciso é exemplificativo, havendo outros aspectos do procedimento licitatório que também demandam justificativas (ou a aprovação expressa delas) por parte da autoridade. Assim, é recomendável que a autoridade competente emita **despacho autorizador** do certame, analisando criticamente os principais pontos da licitação, bem como justificando suas escolhas à luz das circunstâncias do caso concreto. A título ilustrativo, sugere-se que a deliberação da autoridade contemple, **no mínimo**, os seguintes pontos:

- a) Autorização para a abertura do certame;
- b) Justificativa para a contratação;
- c) Aprovação do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência;
- d) Declaração de enquadramento dos bens nos termos do §1º do artigo 4º do Decreto Estadual nº 67.985/2023 (que veda a aquisição de bens de luxo no âmbito estadual);
- e) Definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e das condições de pagamento (artigo 18, inciso III), lembrando que a exigência ou não de garantia deve ser justificada;
- f) Definição do regime de prestação dos serviços (artigo 18, inciso VII);
- g) Definição da modalidade de licitação, do critério de julgamento e do modo de disputa, demonstrando-se a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto (artigo 18, inciso VIII);
- h) Motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de (f.1) **qualificação técnica**, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de (f.2) **qualificação econômico-financeira**; e (f.3) justificativa das regras pertinentes à participação de **empresas em consórcio** (artigo 18, inciso IX);
- i) Motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observando o artigo 24 da NLLC (artigo 18, inciso XI);
- j) Manifestação quanto à destinação exclusiva ou divisão de cotas para ME, EPP e Equiparadas de itens ou lotes do certame, justificando eventual afastamento do



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

regime diferenciado à luz do artigo 49 da Lei Complementar Federal nº 123/2006;

- k) Designação do pregoeiro e da equipe de apoio, certificando-se de que os agentes atendem aos requisitos do Decreto Estadual nº 68.220/2023 e não incidem nas vedações dos artigos 4º e 5º do mesmo decreto e do artigo 9º da NLLC.

165. É certo que não é obrigatório justificar todos os dispositivos do edital, sob pena de transformar o processo licitatório “num caderno sem fim de justificativas”⁵⁶. No entanto, os aspectos da fase preparatória ou do instrumento convocatório que refletem **decisões discricionárias** da Administração ou com o potencial de restringir o universo de participantes do certame, devem ser objeto da manifestação da autoridade competente, apresentando-se as justificativas pertinentes ao caso concreto. Isso para que seja possível identificar, de maneira clara, os motivos que embasaram cada escolha administrativa do processo, resguardando-se a autoridade de eventuais questionamentos quanto ao planejamento ou mesmo direcionamento da licitação.

166. Vale anotar, outrossim, que não são raras as ocasiões em que os expedientes submetidos a esta Consultoria Jurídica contemplam deliberação da autoridade

⁵⁶ Ao comentar o inciso IX do artigo 18 da NLLC, Joel de Menezes Niebhur pontua que: “O dispositivo supracitado deve ser interpretado com cautela, sob pena de transformar o processo de licitação pública num caderno sem fim de justificativas. Imagine-se se os requisitos de habitação deveriam ser justificados, um por um; as especificidades do objeto, uma por uma; e, o que é mais absurdo, as cláusulas da minuta do contrato, uma por uma. Suponha-se um contrato com cinquenta cláusulas. A Administração já não faria outra coisa senão justificativas. Cada edital demoraria meses para ser lançado, aguardando tão só as justificativas. O intento em exigir tais justificativas consiste em evitar o direcionamento de editais, o que costuma ocorrer em razão da disposição de cláusulas arbitrárias, especialmente no que tange ao objeto do certame e às exigências de habilitação. A necessidade de justificar as definições requeridas no IX do artigo 18 da Lei n. 14.133/2021 é um modo para controlá-las, na medida em que se deverá apontar quais os pressupostos de fato ou quais as circunstâncias que levaram a Administração a tomar tal ou qual postura. Então, partindo-se desse pressuposto, devem ser justificadas somente as cláusulas que estabeleçam limites à competição, que excluam a participação de pessoas virtualmente interessadas na licitação. Ocorre que muitas definições contidas no edital são eminentemente discricionárias, isto é, a autoridade competente é quem decide se vai realizá-las ou não e em qual medida. E, além disso, elas são fundamentais para determinar a participação dos interessados. Essas exigências, sim, precisam ser justificadas, sendo que o legislador enfatizou algumas que considera mais sensíveis: de qualificação técnica, especialmente as partes de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, de qualificação econômico-financeira, critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas e justificativa das regras pertinentes à participação de consórcio”. NIEBUHR, Joel de Menezes. **Licitação pública e contrato administrativo**. Belo Horizonte: Fórum, 2022. p. 523.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

com a transcrição literal de praticamente todos os dispositivos do edital. Tal medida não está de acordo com as melhores práticas administrativas, devendo ser evitada, cabendo reiterar a necessidade de que a autoridade apresente **justificativas concretas** em sua deliberação.

II.5.6 - Edital da licitação (art. 18, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021)

167. O artigo 25 da Lei Federal nº 14.133/2021 trata dos requisitos a serem observados por ocasião da elaboração da minuta de edital, tendo seu §1º expressamente autorizado a utilização de minutas padronizadas, nas situações em que o objeto assim permitir.

168. No caso do Estado de São Paulo, recomenda-se que a Administração utilize a **versão mais recente** da minuta-padrão de edital disponibilizada no sítio eletrônico da procuradoria Geral do Estado de São Paulo ou no *toolkits* do Portal de Compras do Estado⁵⁷, no campo "*Concorrência e Pregão Eletrônico*", selecionando a opção do **pregão** (modelo_edital_pregão_lei_14-133_ESP_, na versão mais atualizada), ao menos até que sobrevenham os modelos específicos para a contratação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, quando, então, estas deverão ser adotadas.

169. Sugere-se que as unidades observem com cuidado todas as instruções de preenchimento da minuta, suprimindo os comentários e notas explicativas para uso da minuta padronizada, bem como símbolos indicativos de alternativa de redação (particularmente início e fim de colchetes "[]", cabendo à origem verificar se é o caso de incluir os dispositivos sugeridos.

170. É recomendável, outrossim, que a Administração não modifique ou suprima o texto padronizado da minuta do instrumento convocatório, salvo se existir justificativa em sentido contrário, que deverá constar por escrito no respectivo processo licitatório (artigo 19, §2º, da Lei federal nº 14.133/2021). Já os

⁵⁷ Segundo consta da nota de rodapé, essas minutas foram objeto de análise técnica pela Subsecretaria de Gestão e de exame jurídico pela Procuradoria Geral do Estado.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

trechos destacados em vermelho devem ser selecionados ou suprimidos em conformidade com suas instruções e com as circunstâncias do caso concreto.

171. Caso sobrevenham minutas padronizadas de editais com formatação distinta das atuais, podem ser encaminhadas a esta Consultoria eventuais dúvidas de ordem jurídica envolvendo seu adequado preenchimento.

172. Vale recordar que o artigo 9º da Lei Federal nº 14.133/2021 veda expressamente que o agente público admita, preveja, inclua ou tolere qualquer tipo de restrição que comprometa ou frustre o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas (inciso I, alínea “a”). Também não é permitido que se estabeleça preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes ou, ainda, a inclusão de regras que sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato (inciso I, alínea “b”).

173. Especificamente com relação às **sociedades cooperativas**⁵⁸, a decisão por permitir ou não sua participação no certame deve ser norteadada pelo artigo 16 da NLLC, que assim dispõe:

“Art. 16. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

⁵⁸ Frise-se que, com relação à participação de cooperativas no processo licitatório, a regra é de sua admissão, excetuadas as hipóteses indicadas no item 34 do Parecer SubG-Cons nº 72/2020, a saber: i) vedação específica na legislação setorial aplicável ao objeto a ser contratado; ou ii) verificação, a partir das circunstâncias do caso concreto, de incompatibilidade entre as condições dos serviços que serão licitados e as características do trabalho em cooperativa.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação”.

174. Assim, com relação à participação de cooperativas no processo licitatório, como visto acima, a regra é de sua admissão. Todavia, nas contratações com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra, consoante entendimento firmado pela Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral, nas hipóteses do item 35 do Parecer SubG-Cons nº 72/2020, dentre elas os serviços de limpeza, asseio e conservação predial, a participação de cooperativas deve ser proibida⁵⁹.

⁵⁹ SÃO PAULO (Estado). Procuradoria Geral do Estado. Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral. Parecer SubG-Cons nº 72/2020, da lavra do Procurador do Estado Fabrício Contato Lopes Resende. “(...) 13. Não obstante os relevantes argumentos que fundamentam essa orientação, a evolução da jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo conduziu à reapreciação da matéria, revelando razões para revisão parcial dessa orientação, com o reconhecimento do cabimento de proibição de participação de cooperativas em licitações para contratação da prestação de serviços nas hipóteses em que se verifique, desde logo, incompatibilidade entre as condições dos serviços que serão licitados e as características do trabalho em cooperativa.

14. Essa revisão parcial da orientação sobre a matéria foi adotada pela Subprocuradoria Geral da Área da Consultoria Geral por ocasião da revisão das minutas padrão da Procuradoria Geral do Estado (PGE) específicas de licitações de serviços terceirizados com CADTERC relativamente a “Limpeza predial”, “Limpeza escolar”, “Limpeza hospitalar”, “Recepção”, “Manutenção e conservação de jardins”, “Portaria”, “Alimentação de servidores e empregados”, e “Alimentação hospitalar”, de modo que houve proibição da participação de cooperativas nessas hipóteses, por incompatibilidade entre as condições dos serviços que serão licitados e as características do trabalho em cooperativa.

(...)

19. Por outro lado, o exame da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo mostra o acolhimento do entendimento de que é cabível examinar, em cada caso concreto, se o labor envolve necessidade de subordinação, para fins de vedação da participação de cooperativas na licitação se for verificada essa circunstância, tendo em vista resguardar o Poder Público do risco de responsabilização pelo pagamento de verbas trabalhistas e tributos não recolhidos.

20. Ilustrativa desse entendimento é a seguinte decisão do Superior Tribunal de Justiça:

“ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA - VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS - RAZOABILIDADE DA EXIGÊNCIA EDITALÍCIA - INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE.

1. É fato público e notório que a legislação trabalhista e previdenciária é implacável com os tomadores de serviço, atribuindo-lhes, inclusive, a condição de responsáveis pelo pagamento de salários e tributos não recolhidos.

2. A Corte Especial pacificou entendimento segundo o qual é inadmissível a participação de cooperativas em processos licitatórios para contratação de mão de obra quando o labor, por sua natureza, demandar necessidade de subordinação, ante os prejuízos que podem advir para a Administração Pública caso o ente cooperativo se consagrar vencedor no certame e não cumpra suas obrigações. Precedentes.

3. Recurso especial provido.”

(STJ, RESP nº 1.204.186 – RS, Processo nº 2010/0140662-4, 2ª T., Rel. Min. Eliana Calmon, v. u., j. 18.10.2012)



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

175. Dessa forma, o edital deverá vedar a participação de sociedades cooperativas no certame licitatório tendo como objeto a prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial.

176. Por sua vez, o artigo 15 da NLLC⁶⁰ prevê que, em regra, deve ser permitida a participação de empresas reunidas em **consórcio**. Excepcionalmente, desde

21. A partir de entendimento semelhante, em julgamento no TC nº 006874/989/19-7, Plenário, j. 10.04.2019, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo decidiu ser vedada a participação de cooperativas em licitação promovida pela Diretoria Regional de Birigui da Secretaria Estadual de Educação para a contratação de serviços de limpeza, asseio e conservação. Na ocasião, constou da fundamentação do voto condutor da Conselheira Substituta Sílvia Monteiro que o edital de licitação e a minuta de contrato contemplaram inúmeras exigências a serem atendidas pela futura contratada que sugerem relação de subordinação por parte dos cooperados, configurando circunstância que impede a participação de cooperativas no certame.

22. Esse entendimento foi adotado em julgamentos posteriores do Tribunal de Contas do Estado: a) no TC nº 014864.989.19-9, Plenário, j. 07/08/2019, que o objeto era a contratação pela Diretoria de Ensino da Região de Mogi das Cruzes de serviços de preparo e distribuição de alimentação aos alunos da rede pública estadual; b) no TC nº 015305.989.19-6, Plenário, j. 04/09/2019, em que o objeto era a contratação pela Diretoria de Ensino da Região de Itapeverica da Serra de serviços de preparo e distribuição de alimentação aos alunos da rede pública estadual; c) nos TCs nº 021773.989.19-9, 021789.989.19-1, 021867.989.19-6, 021932.989.19-7 e 021956.989.19-8, Plenário, j. 06/11/2019, em que o objeto era a contratação pela Secretaria da Administração Penitenciária de serviços de operacionalização de Unidades Prisionais sob a forma de gestão compartilhada com o Estado; d) no TC nº 00016713.989.19-2, sentença de 11/05/2020 do Conselheiro Substituto Márcio Marfins de Camargo, em que o objeto era a contratação de serviços de assistência médica e odontológica.

(...)

34. Então, pode-se dizer que a regra é a admissão da participação de cooperativas em licitações, excetuada apenas nas hipóteses acima indicadas: i) vedação específica na legislação setorial aplicável ao objeto a ser contratado; ou ii) verificação, a partir do exame das circunstâncias do caso concreto, de incompatibilidade entre as condições dos serviços que serão licitados e as características do trabalho em cooperativa.

35. Conforme descrito no tópico 14 desta manifestação, esse entendimento foi adotado pela Subprocuradoria Geral da Área da Consultoria Geral por ocasião da revisão das minutas-padrão da PGE específicas de licitações de serviços terceirizados com CADTERC, que se encontram disponíveis no endereço eletrônico da BEC/SP. Assim, no tocante a essas minutas-padrão específicas: i) houve proibição da participação de cooperativas relativamente a "Limpeza predial", "Limpeza escolar", "Limpeza hospitalar", "Recepção", "Manutenção e conservação de jardins", "Portaria", Alimentação de servidores e empregados", e "Alimentação hospitalar", devido a incompatibilidade entre as condições dos serviços que serão licitados e as características do trabalho em cooperativa; ii) manteve-se a proibição da participação de cooperativas relativamente a "Vigilância e segurança patrimonial", devido a vedação específica na legislação setorial aplicável; iii) manteve-se a admissão da participação de cooperativas relativamente às demais minutas-padrão específicas disponibilizadas no endereço eletrônico indicado acima. (grifos e negritos nossos)

⁶⁰ "Art. 15. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas: I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados; II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração; III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado; IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada; V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

que devidamente justificado no processo, é possível vedar essa participação. Segundo Marçal Justen Filho, o *“consórcio poderia retratar uma composição entre eventuais interessados: em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo para eliminar a competição. [...] Mas o consórcio também pode prestar-se a resultados positivos e compatíveis com a ordem jurídica. Há hipóteses em que as circunstâncias do mercado e (ou) a complexidade do objeto torna problemática a competição. Isso se passa quando parcela significativa de empresas, isoladamente, não dispuser de condições para participar da licitação. Nesse caso, o instituto do consórcio é a via adequada para propiciar ampliação do universo de licitantes”*⁶¹.

177. Portanto, é necessário avaliar, caso a caso, se a participação de empresas em consórcio acarreta ou não a ampliação da competitividade do certame, devendo ser apresentadas as justificativas que motivam a decisão.

178. O agente público não poderá, outrossim, estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional, conforme previsão do inciso II do artigo 9º.

praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato. § 1º O edital deverá estabelecer para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação. § 2º O acréscimo previsto no § 1º deste artigo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei. § 3º O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do **caput** deste artigo. § 4º Desde que haja justificativa técnica aprovada pela autoridade competente, o edital de licitação poderá estabelecer limite máximo para o número de empresas consorciadas. § 5º A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato”.

⁶¹ JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas**. 2ª ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023. p. 299.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

179. Vale ressaltar que para os casos específicos de contratação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, o Volume 03 do CADTERC contempla modelo de planilha de proposta e de avaliação da qualidade de serviços, sendo recomendável a sua utilização nos anexos do edital, com as eventuais adaptações necessárias ao caso concreto.

II.5.7 - Formalização do ajuste (art. 18, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/2021)

180. Segundo o artigo 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, os ajustes celebrados pela Administração Pública, como regra, devem ser formalizados por meio de instrumento de contrato. As exceções estão previstas nos incisos do mesmo dispositivo, veja-se:

“Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

I – dispensa de licitação em razão de valor;

II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

§ 1º As hipóteses de substituição do instrumento de contrato, aplica-se, no que couber, o disposto no art. 92 desta Lei [...]”.

181. Verifica-se que as exceções acima descritas não abrangem as contratações de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra.

182. O instrumento de contrato deve observar as **cláusulas mínimas** elencadas no artigo 92 da Lei Federal nº 14.133/2021⁶², devendo ser utilizada a minuta

⁶² “Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam: I - o objeto e seus elementos característicos; II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta; III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos; IV - o regime de execução ou a forma de



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

padronizada que consta do sítio eletrônico da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo e no Portal de Compras do Estado de São Paulo, relativa ao **contrato de prestação de serviço com dedicação de mão de obra, sempre em sua versão mais atualizada** e em conformidade com suas instruções de preenchimento.

183. Recorda-se que, com referência às sanções para os casos de inexecução total ou parcial do contrato, devem ser fixadas nos limites estabelecidos no artigo 156, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021⁶³, enquanto não sobrevier ato disciplinando a aplicação de multas no âmbito da Secretaria da Segurança Pública sob a égide da NLLC. Com efeito, considerando que a Resolução SSP-333/2005 foi editada durante a vigência da Lei Federal nº 8.666/1993, a orientação é de que suas disposições não devem ser aplicadas em procedimentos licitatórios regidos pela NLLC⁶⁴.

fornecimento; V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento; VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento; VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso; VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica; IX - a matriz de risco, quando for o caso; X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso; XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso; XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento; XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso; XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo; XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso; XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta; XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz; XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento; XIX - os casos de extinção”.

⁶³ “Artigo 156. (...) § 3º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei”.

⁶⁴ Nesse sentido, assim constou da cartilha da Subprocuradoria Geral da PGE: “Não se recomenda a utilização de resolução editada à luz do regime da lei de licitações anterior para contratações regidas pela NLLC. Sugere-se a edição de novo ato normativo para disciplinar as multas pelo regime da NLLC. Nos casos em que a Administração ainda não tenha editado tal ato normativo, a orientação é de que a disciplina das sanções seja prevista no instrumento convocatório. Nessa hipótese, pode ser adotada no instrumento convocatório, no que couber, disciplina semelhante à que havia sido



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

184. Reitera-se que para a celebração da contratação, é necessário que a unidade certifique nos autos que a empresa a ser contratada preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, consoante o disposto no artigo 91, §4º, da Lei federal nº 14.133/2021:

Art. 91. (...)

§ 4º Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo”.

184.1. Observa-se, quanto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (<http://www.portalttransparencia.gov.br/ceis>), que a consulta deve ser feita não apenas no tocante ao **nome da pessoa jurídica contratada**, mas também de seu **sócio majoritário** (artigo 12, §8º, da Lei Federal nº 8.429/1992⁶⁵).

185. Ademais, no momento da contratação, deve a unidade contratante certificar-se da inexistência de registros em nome da futura contratada nos seguintes bancos de dados:

estabelecida no ato normativo anterior, com as adaptações à nova legislação que sejam necessárias”. CASTRO, Diana Loureiro Paiva de; RESENDE, Fabricio Contato Lopes. **Orientações Consolidadas. Aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. In: Procuradoria Geral do Estado. Subprocuradoria da Consultoria Geral (v. 6 - 09.8.2024). p. 59.

⁶⁵ BRASIL. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Art. 12. *Independentemente do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, e das sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021) [...] § 8º A sanção de proibição de contratação com o poder público deverá constar do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, observadas as limitações territoriais contidas em decisão judicial, conforme disposto no § 4º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)*



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

- (i) Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- (ii) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- (iii) Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.corregedoria.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e
- (iv) Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

186. Deve-se atentar, ainda, para a necessidade de consulta prévia ao Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – **CADIN ESTADUAL**, antes de qualquer contratação e da realização de cada pagamento, nos termos do artigo 6º, inciso I, da Lei estadual nº 12.799, de 11.01.2008 e Decreto estadual nº 53.455, de 19.09.2008 – artigo 7º. O cumprimento dessa condição poderá se dar pela comprovação de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799/2008.

II.5.8 – Indicação da disponibilidade orçamentária.

187. O artigo 150 da Lei Federal nº 14.133/2021 prevê que nenhuma contratação poderá ser realizada sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada. Assim, é recomendável que conste dos autos a nota de reserva dos recursos orçamentários, previamente à deflagração do procedimento licitatório.

188. Ademais, cabe à unidade se certificar da juntada aos autos da declaração exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal (artigos 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2000), fazendo-se constar expressamente a compatibilidade da despesa com as leis orçamentárias vigentes.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

189. A propósito, em se tratando de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que supere o montante de R\$ 59.906,02⁶⁶ (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos) fixado para as “*despesas irrelevantes*”, deve-se apresentar a estimativa do impacto orçamentário-financeiro e a declaração prevista no art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 55 da Lei Estadual nº 17.725/2023⁶⁷ – **LDO paulista do exercício de 2025**). Note-se, porém, que tal exigência não se aplica ao custeio de atividades ordinárias e rotineiras da Administração Pública, nos termos da jurisprudência do Tribunal de Contas da União⁶⁸, o que merece ser verificado e certificado pela autoridade nos autos.

II.5.9 – Demais providências para o encerramento da fase preparatória

190. Em se tratando de **serviços comuns**, com a adoção dos critérios de julgamento do menor preço ou maior desconto, deve ser observado o prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, para a apresentação das propostas e lances, nos termos do artigo 55, II, “a”, Lei Federal nº 14.133/2021⁶⁹.

⁶⁶ Valor obtido a partir do artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2023, com a atualização promovida pelo Decreto Federal nº 11.871/2023.

⁶⁷ “Artigo 55 - As propostas de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais que acarretem aumento da despesa devem ser amparadas por estudo prévio que demonstre a sua viabilidade técnica e os processos devem ser instruídos com a memória de cálculo do impacto que comprove a adequação orçamentário financeira no exercício em que entrarem em vigor e nos dois subsequentes, em obediência ao disposto no artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000. Parágrafo único - São consideradas como despesas irrelevantes, para fins do artigo 16, § 3º, da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites previstos nos incisos I e II do artigo 24 da Lei federal nº 8.666, de 1993 ou, quando esta for revogada, os incisos I e II do artigo 75 da Lei federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021. ”.

⁶⁸ TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO: “ (...) [a]s despesas ordinárias e rotineiras da administração pública, já previstas no orçamento, destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, prescindem da estimativa de impacto orçamentário-financeiro de que trata o art. 16, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal” (Acórdão TCU nº 883/2005, Primeira Câmara, Rel. Min. Augusto Sherman Cavalcanti).

⁶⁹ “Art. 55. Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de: I - para aquisição de bens: a) 8 (oito) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto; b) 15 (quinze) dias úteis, nas hipóteses não abrangidas pela alínea “a” deste inciso; II - no caso de serviços e obras: a) 10 (dez) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

191. Necessário frisar que a contratação deverá ser divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP⁷⁰ no prazo de 20 (vinte) dias úteis, sob pena de ineficácia, conforme determina o artigo 94 da NLLC⁷¹.

192. De acordo com o artigo 54, *caput* e §1º, c/c artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial do Estado, bem como **em jornal diário de grande circulação**⁷².

desconto, no caso de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia: b) 25 (vinte e cinco) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços especiais e de obras e serviços especiais de engenharia; c) 60 (sessenta) dias úteis, quando o regime de execução for de contratação integrada; d) 35 (trinta e cinco) dias úteis, quando o regime de execução for o de contratação semi-integrada ou nas hipóteses não abrangidas pelas alíneas “a”, “b” e “c” deste inciso; III - para licitação em que se adote o critério de julgamento de maior lance, 15 (quinze) dias úteis; IV - para licitação em que se adote o critério de julgamento de técnica e preço ou de melhor técnica ou conteúdo artístico, 35 (trinta e cinco) dias úteis”. (destacamos)

⁷⁰ O Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP é o sítio eletrônico oficial, previsto no artigo 174 da NLLC, destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos pela Lei federal nº 14.133, de 2021, bem como a realização facultativa das contratações pelos órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos. Por meio dele deve ser dada publicidade ao edital de licitação, com a divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos, bem como de todos os atos exigidos pela NLLC, inclusive da fase preparatória da licitação (artigo 54, *caput* e parágrafo 3º). Sua regulamentação foi feita pelo Decreto federal nº 10.764/2021, e a gerência incumbe ao Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas.

⁷¹ “Art. 94. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura: **I - 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação; II - 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta**”. (grifei)

⁷² A respeito do tema, assim constou da cartilha da Subprocuradoria Geral da PGE: “Tratando-se de edital de licitação da Administração Pública do Estado de São Paulo, deve ser feita publicação de extrato do edital em jornal diário de grande circulação no Estado, não bastando publicação em jornal de grande circulação local. Embora não esteja expressa no § 1º do artigo 54 da NLLC, a diferenciação entre jornal de circulação local e jornal de circulação no Estado decorre da abrangência de atuação distinta dos entes da federação estaduais e municipais. Assim, persiste a diferenciação, que era realizada à luz da Lei federal nº 8.666/1993, entre jornal de circulação local e jornal de circulação no Estado para fins de atendimento à disposição da NLLC acima referida”. CASTRO, Diana Loureiro Paiva de; RESENDE, Fabricio Contato Lopes. **Orientações Consolidadas. Aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. In: Procuradoria Geral do Estado. Subprocuradoria da Consultoria Geral (v. 6 - 09.8.2024). p. 23.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

193. Destaca-se também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o artigo 54, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

III – ANÁLISE DO CASO CONCRETO - PARADIGMA

194. No caso concreto, a Delegacia Seccional de Polícia de Catanduva pretende deflagrar pregão eletrônico, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, tipo menor preço, com vistas à contratação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação predial para a sua sede e de suas unidades subordinadas.

195. Foi juntado aos autos **declaração de que foram utilizadas as minutas padronizadas** (id. 0063224410), disponibilizadas no Portal de Compras do Governo do Estado de São Paulo e no sítio eletrônico portal.pge.sp.gov.br/minutas-padronizadas/, **mas não foram devidamente destacadas e justificadas eventuais alterações, o que se recomenda seja providenciado.**

196. O item 1.2 do Termo de Referência (id. 0063224341) consigna que os bens objeto da contratação são caracterizados como de natureza comum, o que autoriza a utilização da modalidade pregão em sua forma eletrônica, em atenção ao disposto no §2º do artigo 17 da Lei Federal nº 14.133/2021⁷³, tal como proposto pela unidade.

197. Com relação à autoridade competente para autorizar a deflagração do certame, a planilha orçamentária, que consta do documento id. 0063224870 e foi reproduzida no ETP (id. 0063224153), indica que os valores estimados para a licitação são **superiores a R\$ 650.000,00** (seiscentos e cinquenta mil reais), de forma que a autoridade

⁷³Art. 17. (...) § 2º As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo”.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

competente para autorizar o certame é o **senhor Delegado Geral de Polícia**, de modo que a Administração deve providenciar tal ato.

198. No que tange à **designação dos agentes públicos**, verifica-se que consta do Despacho (id. 0063225292), os servidores designados para atuarem como agente de contratação e equipe de apoio, tendo a autoridade atestado nos autos o cumprimento dos requisitos do artigo 3º do Decreto Estadual nº 68.220/2023, bem como que não incorre(em) nas vedações dos artigos 4º e 5º do mesmo decreto e naquelas do artigo 9º da Lei Federal nº 14.133/2021, situação que deve ser ratificada pela autoridade competente para deflagrar o certame.

199. O documento de formalização de demanda foi juntado no id. 0063224087, parecendo contemplar as informações mínimas do artigo 7º do Decreto Estadual nº 67.689/2023.

200. O Estudo Técnico Preliminar 13/2025 (id. 0063224153) contempla os seguintes tópicos: informações básicas, descrição da necessidade, área requisitante, descrição dos requisitos da contratação, levantamento de mercado, descrição da solução como um todo, estimativa das quantidades a serem contratadas, estimativa de valor da contratação, justificativa para o parcelamento ou não da solução, contratações correlatas e/ou interdependentes, alinhamento entre a contratação e o planejamento, benefícios a serem alcançados, providências a serem adotadas, possíveis impactos ambientais, declaração de viabilidade, justificativa da viabilidade, e indicação dos responsáveis.

201. O ETP parece ter observado formalmente os requisitos mínimos do artigo 5º, § 1º, do Decreto Estadual nº 68.017/2023, recomendando-se, desde logo, a revisão do documento em questão, à luz das exigências acima mencionadas. Sugere-se robustecer a justificativa para o não parcelamento da solução no item 9.

202. Foi juntado ao expediente o documento identificado como “Matriz de Gerenciamento de Risco” (id. 0063224264), que parece se referir à análise de riscos, nos termos do artigo 18, X, da Lei Federal nº 14.133/2021.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

203. Quanto ao Termo de Referência (id. 0063224341), é recomendável que a unidade ateste a utilização da versão **mais atualizada** do modelo padrão disponibilizado no sítio eletrônico www.portal.pge.sp.gov.br e no Portal de Compras do Estado para serviços com dedicação exclusiva de mão de obra., cabendo as seguintes considerações adicionais:

- a) **Subitem 6.2.** Alocar em um parágrafo.
- b) **Subitem 6.7:** Sugere-se justificar a exigência de manutenção de preposto do Contratado no local de execução do objeto por período determinado.
- c) **Inclui o subitem 6.17.** do modelo padrão.
- d) **Subitem 7.13.** Justificar a inclusão.
- e) **Subitem 7.20.1.** Justificar a inclusão.
- f) **Subitens 8.4, 8.5., 8.6., 8.7., 8.8., 8.9., 8.10.** Corrigir a ordem da redação dos subitens conforme modelo padrão.
- g) **Qualificação Técnica e Qualificação Técnico-Operacional:** Recomenda-se sejam justificadas nos autos as respectivas exigências. Com a devida justificativa, a Administração poderá: (i) estabelecer a exigência de execução de serviços similares em períodos sucessivos ou não por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos; (ii) fixar quantidade mínima de serviços similares de até 50% das parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto do certame, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação. Observando-se esses parâmetros fixados pelo art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021, a Administração precisará definir o conteúdo das subdivisões deste item para que contenha a descrição das parcelas que serão exigidas como quantitativo mínimo de execução de serviços similares.
- h) **Subitem 8.35.** do modelo padrão. De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021, a regra é que seja permitida a participação em licitação de pessoas jurídicas em consórcio, sendo a vedação exceção que deve ser devidamente justificada no processo licitatório. Cabe à Administração verificar, no caso concreto, se há razões que justifiquem a vedação da participação em consórcio, devendo admitir a participação em consórcio se não houver justificativa para a vedação.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

- i) **Subitem 9.1:** Sugere-se adotar a redação do modelo padrão e acrescentar ao final ou justificar a exclusão: *“O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023”*.
- j) **Subitens 10.1., 10.2. e 10.3.** Sugere-se adotar a redação do modelo padrão.

204. Conforme se verifica de documento indicado como “Planilha de preços referenciais” (id. 0063224785), bem como do Estudo Técnico Preliminar (id. 0063224153), a **pesquisa de preços** tomou como base os valores referenciais do CADTERC. É de cautela que se junte aos autos manifestação específica do setor que realizou a pesquisa certificando expressamente o atendimento integral das disposições do Decreto Estadual nº 67.888/2023.

205. Ademais, em razão do disposto no artigo 18, inciso XI, da Lei Federal 14.133/2021 e no artigo 6º do Decreto Estadual nº 67.888/2023, a unidade deve deixar claro nos autos se o orçamento da licitação será sigiloso ou não, justificando sua escolha.

206. Repise-se a necessidade de complementação da instrução dos autos, o tocante a apresentação do despacho autorizador à luz das orientações traçadas no presente parecer.

207. Com relação à minuta de edital apresentada (id. 0063224540), observo que a unidade atestou a utilização da minuta-padrão mais recente disponibilizada (id. 0063224410), valendo as seguintes considerações:

- a) **Item 1.1.** A descrição do objeto deve ser preenchida neste campo em harmonia com a documentação que compõe o Anexo I do Edital (termo de referência). A descrição deverá ser precisa, concisa e objetiva.
- b) **Item 1.2.** A Administração deve adotar a redação do modelo padrão da terceira alternativa.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA
SEGURANÇA PÚBLICA

- c) A Administração deve seguir o modelo padrão, inclusive, no tocante a ordem dos títulos e seus itens, no caso concreto, o título 3 “PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” foi colocado antes do título “DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO”, irregularidade que deverá ser corrigida.
- d) **Item 4.1.** Este item 4.1 contém redação aplicável na hipótese de licitação seguindo a sequência de fases do processo de licitação do *caput* do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, em que as fases de apresentação de propostas e lances, e de julgamento, antecedem a fase de habilitação. Mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes, e desde que seja confirmado que a funcionalidade já foi implementada no sistema, a Administração poderá estabelecer que a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, e de julgamento, nos termos do § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, mediante substituição da redação do item 4.1 pela seguinte nova redação: “4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances.”. Justificar a escolha.
- e) **Item 4.4.2.** Excluir menção de cooperativas, considerando a sua vedação na participação do presente certame.
- f) **Itens 4.4.4., 4.4.5.** Como no caso concreto não é permitida a participação de cooperativas, recomenda-se que, nesta subdivisão, a Administração substitua o trecho “microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a” por “microempresas e empresas de pequeno porte, a”.
- g) **Item 4.4.6.** Excluir.
- h) **Itens 7.8. a 7.9.1.1.** Justificar. Não encontram correspondência no modelo padrão.
- i) **Item 7.10.1.** Justificar a inclusão.
- j) **Itens 7.13. a 7.13.9.3.** Justificar. Não encontram correspondência no modelo padrão.
- k) **Item 8.1.2.** A Administração deve adotar uma das alternativas do modelo padrão, quais sejam 8.1.2. ou 8.1.3. Justificar.
- l) **Justificar a exclusão do item 8.1.4.1. do modelo padrão.**



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

- m) **Item 8.15.** Como no caso concreto, não é permitida a participação de cooperativas, recomenda-se que, neste item 8.15, a Administração substitua o trecho "*microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente*" por "*microempresas e das empresas de pequeno porte somente*".
- n) **A Administração deve seguir o modelo padrão, inclusive, no tocante a ordem dos títulos e seus itens, no caso concreto, o título 12 "DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO" foi colocado antes do título "DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES", irregularidade que deverá ser corrigida.**

208. A minuta de contrato (id. 0063224561). ao que parece, seguiu o modelo disponibilizado no sítio eletrônico da PGE/SP e no Portal de Compras do Estado de São Paulo para a contratação de serviços contínuos **com** dedicação exclusiva de mão de obra, sendo que o documento em tela merece os seguintes apontamentos:

- a) Sugere-se constar na ementa e no preâmbulo como contratante o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, por meio da Delegacia Seccional de Polícia de Catanduva.
- b) **Cláusula Primeira.** No **subitem 1.1.**, A descrição do objeto deve ser preenchida neste campo em harmonia com a documentação que compõe o Edital da licitação. A descrição deverá ser precisa, concisa e objetiva. **Subitem 1.4.** O Regime de execução deve ser indicado de acordo com o disposto no item 8.2 do Termo de Referência, recomendando-se a compatibilização dos itens, bem como manifestação da autoridade acerca da questão.
- c) **Cláusula Segunda.** **Subitem 2.1.2.** "e" deverá manter a redação "Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.", excluindo a segunda parte.
- d) **Cláusula Sétima.** No **subitem 7.9.** a Administração deverá definir o índice de reajustamento de preço mais adequado ao objeto com observância do disposto na



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

legislação aplicável ao Estado de São Paulo. Subitem 7.17. Indicar o prazo para decisão acerca do pedido de repactuação. De acordo com o § 6º do art. 92 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para decisão acerca do pedido de repactuação de preços será preferencialmente de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação prevista no § 6º do art. 135 do mesmo diploma legal.

- e) **Cláusula Nona.** Em relação às obrigações do contratado, elencadas nos itens desta cláusula, sugiro que se promova uma verificação acerca da adequação do rol apresentado ao objeto que se pretende contratar e às necessidades da unidade destinatária dos serviços, certificando-se de que não haja repetições desnecessárias ou contradições com o Termo de Referência.
- f) **Cláusula Décima.** “Da compensação da jornada de trabalho” – Justificar a inclusão, considerando que não encontra correspondência no modelo padrão.

209. Não há necessidade de manifestação prévia da Secretaria da Fazenda e Planejamento, quanto aos aspectos orçamentários e financeiros, e da Casa Civil, quanto à compatibilidade da proposta com as diretrizes governamentais, porquanto o valor total estimado da contratação não supera R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), nos termos do artigo 1º do Decreto estadual nº 41.165/1996, alterado pelo do Decreto estadual nº 67.590, de 22 de março de 2023.

210. A hipótese não se insere entre as previstas no inciso IX do artigo 2º do Decreto estadual nº 64.065, de 2 de janeiro de 2019⁷⁴, que demandariam manifestação prévia à contratação por parte do Comitê Gestor do Gasto Público.

⁷⁴ SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 64.065, de 02 de janeiro de 2019. *Artigo 2º - Compete ao Comitê Gestor do Gasto Público de que trata este decreto: (...) IX - manifestar-se previamente à realização de certame licitatório ou contratação direta de: a) serviços técnicos profissionais especializados, nos termos dos incisos I a IV e VI do artigo 13 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; b) aquisição de imóveis; c) nova locação de imóveis; d) aquisição de equipamentos, exceto os de Tecnologia da Informação e da Comunicação; e) obras; f) termos aditivos de obras, reformas, equipamentos e de serviços técnicos especializados; (NR) redação dada pelo Decreto nº 67.452, de 18 de janeiro de 2023.*



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

211. Ante o exposto, submetemos à Chefia da CJ/SSP o presente Parecer Referencial para que venha a ser utilizado nos casos concretos que se subsumam, na íntegra, às orientações aqui lançadas, referentes à **“fase interna dos procedimentos licitatórios, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, que objetivem a contratação de prestação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação predial”**, nas mesmas condições aqui expostas.

212. Por sua vez, nos termos do art. 4º da Resolução PGE 29/15, a Administração deverá instruir os processos administrativos em que pretende utilizar a orientação referencial com:

- a) cópia integral do presente Parecer Referencial com o despacho de aprovação da Chefia da Consultoria Jurídica e;
- b) declaração da autoridade competente de que o caso concreto a ela submetido se enquadra, integralmente, nos parâmetros e pressupostos do presente Parecer Referencial, e que serão seguidas as orientações aqui contidas.

213. Considerando a possibilidade de edição de novos regulamentos da Lei Federal nº 14.133/2021, propõe-se que a validade deste Parecer Referencial seja de **01 (um) ano** (artigo 2º, Resolução PGE-29/2015), a contar da data de sua aprovação pela D. Chefia desta Consultoria Jurídica.

214. Nos termos do parágrafo único do artigo 2º, da Resolução PGE-29/2015, em caso de alteração da legislação que norteia o presente Parecer Referencial, caberá à Administração suscitar à CJ/SSP eventual necessidade de substituição da orientação precedente, competindo a este órgão jurídico dirimir as dúvidas da Administração, de qualquer natureza, sobre a aplicação do Parecer Referencial. De igual sorte, casos que extrapolem os limites da presente orientação deverão ser submetidos à análise individualizada por este órgão consultivo.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

215. Feitas essas considerações, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência da Administração, concluímos pela **viabilidade jurídica** da licitação proposta, desde que observadas as recomendações constantes do presente opinativo. Por fim, propõe-se o encaminhamento dos autos à Unidade de origem, para conhecimento da orientação jurídica prestada e adoção das providências cabíveis.

É o parecer, que ora submetemos à apreciação superior.

São Paulo, 15 de abril de 2025.

Claudia Kiyomi Quian Trani

Procuradora do Estado.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA
SEGURANÇA PÚBLICA

PROCESSO: 058.00041586/2025-27
INTERESSADO: DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE CATANDUVA
ASSUNTO: SERVIÇOS DE LIMPEZA - SECCIONAL CATANDUVA E
UNIDADES SUBORDINADAS

1. De acordo com os termos do Parecer Referencial CJ/SSP nº 04/2025, por seus próprios fundamentos.
2. O presente Parecer Referencial possui validade de 01 (um ano, de 15 de abril de 2025 a 14 de abril de 2026.
3. Retornem os autos à Delegacia Seccional de Catanduva, para conhecimento da orientação jurídica prestada.
4. Oportunamente, será dada ciência deste Parecer Referencial para conhecimento no âmbito da Pasta à à Chefia de Gabinete, à Delegacia Geral de Polícia/APAFO, à Superintendência da Polícia Técnico-Científica, bem como à Subprocuradoria Geral do Estado – Área da Consultoria, este em obediência ao artigo 7º da Resolução PGE-29/15

São Paulo, 15 de abril de 2025.

Milena Carla Azzolini Pereira da Rosa
Procuradora do Estado Chefe Substituta da CJ/SSP.

ESP-8.DEL.SECC.POLICIA JUDICIARIA DA CAPITAL

Contrato 8/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
8/2026	180361-ESP-8.DEL.SECC.POLICIA JUDICIARIA DA CAPITAL	RENATA LANCELLOTTI ZUCCARO LEONEL	08/05/2026 12:40 (v 0.4)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		058.00124893/2025-42

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

POLÍCIA CIVIL DO ESTEADO DE SÃO PAULO

8ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA - DECAP

Processo Administrativo nº 058.00124893/2025-42

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/20XX, CELEBRADO ENTRE A POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA 8ª SECCIONAL DE POLÍCIA-DECAP E

O Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Segurança Pública através da 8ª Seccional de Polícia, com sede na Avenida Arquiteto Vilanova Artigas, nº 720, bairro Conjunto Habitacional Teotônio Vilela, na cidade de São Paulo /Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 04.236.548.0090-61, neste ato representado(a) pelo(a) Delegado de Polícia Seccional _____, nomeado(a) pela Portaria/Decap nº _____, de ____ de _____ de 20____, publicado(a) no DOE de ____ de _____ de 20____, portador(a) da identificação funcional nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e a _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, CEP _____, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por _____, inscrito(a) no CPF _____, conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 058.00124893/2025-42. e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais

normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 9000_/20__, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de Limpeza, Asseio e Conservação Predial, visando à obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos, para os prédios das delegacias subordinadas a esta 8ª Delegacia Seccional de Polícia, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

UNIDADE Nº 1 (41º Distrito Policial – Vila Rica - Avenida Inconfidência Mineira, 688 – Vila Rica – São Paulo/SP – CEP 03911-000)

V3 - 44 HORAS SEMANAIS - 2ª À SÁBADO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER e CÓDIGO DO SIAFÍSICO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios	24023 (Siafísico 162736)	m²	1.148,25	R\$	R\$
2	Almoxarifados/Galpões	24023 (Siafísico 162752)	m²	40,00	R\$	R\$
3	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação **	24023 (Siafísico 218197)	m²	51,75	R\$	R\$
4	Pisos pavimentados adjacentes /contíguos às edificações	24023 (Siafísico 162787)	m²	500,00	R\$	R\$
5	Varrição de passeios e arruamentos	24023 (Siafísico 162795)	m²	1.425,00	R\$	R\$
6	Pátios e áreas verdes - Alta frequência	24023 (Siafísico 162809)	m²	357,00	R\$	R\$
7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	24023 (Siafísico 162850)	m²	58,60	R\$	R\$

8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	24023 (Siafísico 162876)	m²	59,00	R\$	R\$
				Total Mensal:	R\$	R\$
				Prazo Contratual:	30 meses	
				VALOR TOTAL:	R\$	R\$

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 2 (44º Distrito Policial – Guaianases - Rua Salvador Gianetti, 386 – Guaianases – São Paulo/SP – CEP 08410-000)

V3 - 44 HORAS SEMANAIS - 2ª À SÁBADO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER e CÓDIGO DO SIAFÍSICO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios	24023 (Siafísico 162736)	m²	729,49	R\$	R\$
2	Almoxarifados/Galpões	24023 (Siafísico 162752)	m²	169,00	R\$	R\$
3	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação **	24023 (Siafísico 218197)	m²	50,51	R\$	R\$
4	Pisos pavimentados adjacentes /contíguos às edificações	24023 (Siafísico 162787)	m²	288,00	R\$	R\$
5	Varrição de passeios e arruamentos	24023 (Siafísico 162795)	m²	267,00	R\$	R\$
6	Pátios e áreas verdes - Alta frequência	24023 (Siafísico 162809)	m²	67,00	R\$	R\$
7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	24023 (Siafísico 162850)	m²	63,00	R\$	R\$
8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	24023 (Siafísico 162876)	m²	90,00	R\$	R\$
				Total Mensal:	R\$	R\$
				Prazo Contratual:	30 meses	

				VALOR TOTAL:	R\$	R\$
--	--	--	--	--------------	-----	-----

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 3 (49º Distrito Policial – São Mateus - Avenida Ragueb Chohfi, 830 – São Mateus – São Paulo/SP – CEP 08375-000)

V3 - 44 HORAS SEMANAIS - 2ª À SÁBADO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER e CÓDIGO DO SIAFÍSICO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios	24023 (Siafísico 162736)	m²	836,73	R\$	R\$
2	Almoxarifados/Galpões	24023 (Siafísico 162752)	m²	18,00	R\$	R\$
3	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação **	24023 (Siafísico 218197)	m²	23,35	R\$	R\$
4	Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	24023 (Siafísico 162787)	m²	1.045,80	R\$	R\$
5	Varrição de passeios e arruamentos	24023 (Siafísico 162795)	m²	1.488,00	R\$	R\$
6	Pátios e áreas verdes - Alta frequência	24023 (Siafísico 162809)	m²	440,00	R\$	R\$
7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	24023 (Siafísico 162850)	m²	60,00	R\$	R\$
8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	24023 (Siafísico 162876)	m²	80,00	R\$	R\$
				Total Mensal:	R\$	R\$
				Prazo Contratual:	30 meses	
				VALOR TOTAL:	R\$	R\$

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 3.1 (49º Distrito Policial – São Mateus - Avenida Ragueb Chohfi, 830 – São Mateus – São Paulo/SP – CEP 08375-000))

E3 - 8 HORAS DIÁRIAS - 2ª À DOMINGO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios - 2º a domingo - 8 horas diárias (Plantão Policial)	24023 (Siafísico 210900)	m²	314,15	R\$	R\$
2	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	24023 (Siafísico 218197)	m²	25,77	R\$	R\$
				Total Mensal:	R\$	R\$
				Prazo Contratual:	30 meses	
				VALOR TOTAL:	R\$	R\$

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 4 (53º Distrito Policial – Parque do Carmo / Centro de Execução de Cartas Precatórias - CECP / Delegacia de Defesa do Idoso - DDI - Avenida Osvaldo Pucci, 180 – Parque do Carmo – São Paulo/SP – CEP 08270-700)

V3 - 44 HORAS SEMANAIS - 2ª À SÁBADO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios	24023 (Siafísico 162736)	m²	313,98	R\$	R\$
2	Almoxarifados/Galpões	24023 (Siafísico 162752)	m²	163,37	R\$	R\$
3	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	24023 (Siafísico 218197)	m²	63,88	R\$	R\$
4	Pisos pavimentados adjacentes /contíguos às edificações	24023 (Siafísico 162787)	m²	768,60	R\$	R\$
5		24023	m²	878,00	R\$	R\$

	Varrição de passeios e arruamentos	(Siafísico 162795)				
6	Pátios e áreas verdes - Alta frequência	24023 (Siafísico 162809)	m²	220,00	R\$	R\$
7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	24023 (Siafísico 162850)	m²	95,80	R\$	R\$
8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	24023 (Siafísico 162876)	m²	82,50	R\$	R\$
				Total Mensal:	R\$	R\$
				Prazo Contratual:	30 meses	
				VALOR TOTAL:	R\$	R\$

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 4.1 (53º Distrito Policial – Parque do Carmo / Centro de Execução de Cartas Precatórias - CECP / Delegacia de Defesa do Idoso - DDI - Avenida Osvaldo Pucci, 180 – Parque do Carmo – São Paulo/SP – CEP 08270-700)

E3 - 8 HORAS DIÁRIAS - 2ª À DOMINGO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios - 2ª a domingo - 8 horas diárias (Plantão Policial)	24023 (Siafísico 210900)	m²	163,37	R\$	R\$
2	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	24023 (Siafísico 218197)	m²	25,07	R\$	R\$
				Total Mensal:	R\$	R\$
				Prazo Contratual:	30 meses	
				VALOR TOTAL:	R\$	R\$

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 5 (54º Distrito Policial – Cidade Tiradentes - Rua Francisco José Viana, 175 – Cidade Tiradentes – São Paulo/SP – CEP 08471-530)

V3 - 44 HORAS SEMANAIS - 2ª À SÁBADO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios	24023 (Siafísico 162736)	m²	1.627,80	R\$	R\$
2	Almoxarifados/Galpões	24023 (Siafísico 162752)	m²	0,00	R\$	R\$
3	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	24023 (Siafísico 218197)	m²	68,20	R\$	R\$
4	Pisos pavimentados adjacentes /contíguos às edificações	24023 (Siafísico 162787)	m²	1.042,60	R\$	R\$
5	Varrição de passeios e arruamentos	24023 (Siafísico 162795)	m²	1.129,50	R\$	R\$
6	Pátios e áreas verdes - Alta frequência	24023 (Siafísico 162809)	m²	2.850,00	R\$	R\$
7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	24023 (Siafísico 162850)	m²	44,00	R\$	R\$
8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	24023 (Siafísico 162876)	m²	99,00	R\$	R\$
				Total Mensal:	R\$	R\$
				Prazo Contratual:	30 meses	
				VALOR TOTAL:	R\$	R\$

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 6 (55º Distrito Policial – Parque São Rafael - Rua Aldeia de Santo Inácio, 696 – Parque São Rafael – São Paulo/SP – CEP 08320-560)

V3 - 44 HORAS SEMANAIS - 2ª À SÁBADO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios	24023 (Siafísico 162736)	m²	1.560,88	R\$	R\$
2	Almoxarifados/Galpões	24023 (Siafísico 162752)	m²	115,50	R\$	R\$
3	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	24023 (Siafísico 218197)	m²	76,12	R\$	R\$
4	Pisos pavimentados adjacentes /contíguos às edificações	24023 (Siafísico 162787)	m²	538,00	R\$	R\$
5	Varrição de passeios e arruamentos	24023 (Siafísico 162795)	m²	1.992,40	R\$	R\$
6	Pátios e áreas verdes - Alta frequência	24023 (Siafísico 162809)	m²	948,00	R\$	R\$
7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	24023 (Siafísico 162850)	m²	92,00	R\$	R\$
8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	24023 (Siafísico 162876)	m²	173,00	R\$	R\$
				Total Mensal:	R\$	R\$
				Prazo Contratual:	30 meses	
				VALOR TOTAL:	R\$	R\$

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 7 (66º Distrito Policial – Jardim Aricanduva - Avenida Osvaldo Valle Cordeiro, 180 – Jardim Aricanduva – São Paulo/SP – CEP 03584-000)

V3 - 44 HORAS SEMANAIS - 2ª À SÁBADO

--	--	--	--	--	--	--

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios (Siafísico 162736)	24023	m²	958,07	R\$	R\$
2	Almoxarifados/Galpões (Siafísico 162752)	24023	m²	144,00	R\$	R\$
3	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação** (Siafísico 218197)	24023	m²	38,61	R\$	R\$
4	Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações (Siafísico 162787)	24023	m²	1.062,00	R\$	R\$
5	Varrição de passeios e arruamentos (Siafísico 162795)	24023	m²	495,50	R\$	R\$
6	Pátios e áreas verdes - Alta frequência (Siafísico 162809)	24023	m²	123,50	R\$	R\$
7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco) (Siafísico 162850)	24023	m²	64,00	R\$	R\$
8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco) (Siafísico 162876)	24023	m²	90,00	R\$	R\$
				Total Mensal:	R\$	R\$
				Prazo Contratual:	30 meses	
				VALOR TOTAL:	R\$	R\$

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 7.1 (8ª Delegacia de Defesa da Mulher - DDM - Avenida Osvaldo Valle Cordeiro, 180 – Jardim Aricanduva – São Paulo/SP – CEP 03584-000)

E3 - 8 HORAS DIÁRIAS - 2ª À DOMINGO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios - 2ª a domingo - 8 horas diárias (Plantão Policial) (Siafísico 210900)	24023	m²	80,24	R\$	R\$

2	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	24023 (Siafísico 218197)	m²	27,08	R\$	R\$
				Total Mensal:	R\$	R\$
				Prazo Contratual:	30 meses	
				VALOR TOTAL:	R\$	R\$

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 8 (69º Distrito Policial – Teotônio Vilela e Sede da 8ª Delegacia Seccional de Polícia -Avenida Arquiteto Vilanova Artigas, 720 – Conjunto Teotônio Vilela – São Paulo/SP – CEP 03928-240)

V3 - 44 HORAS SEMANAIS - 2ª À SÁBADO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios	24023 (Siafísico 162736)	m²	956,49	R\$	R\$
2	Almoxarifados/Galpões	24023 (Siafísico 162752)	m²	115,00	R\$	R\$
3	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	24023 Siafísico 218197)	m²	60,81	R\$	R\$
4	Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	24023 (Siafísico 162787)	m²	1.200,00	R\$	R\$
5	Varrição de passeios e arruamentos	24023 (Siafísico 162795)	m²	720,00	R\$	R\$
6	Pátios e áreas verdes - Alta frequência	24023 (Siafísico 162809)	m²	180,00	R\$	R\$
7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	24023 (Siafísico 162850)	m²	90,00	R\$	R\$
8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	24023 (Siafísico 162876)	m²	185,00	R\$	R\$
				Total Mensal:	R\$	R\$
				Prazo Contratual:	30 meses	
				VALOR TOTAL:	R\$	R\$

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 8.1 (69º Distrito Policial – Teotônio Vilela - Avenida Arquiteto Vilanova Artigas, 720 – Conjunto Teotônio Vilela – São Paulo/SP – CEP 03928-240)

E3 - 8 HORAS DIÁRIAS - 2ª À DOMINGO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios - 2ª a domingo - 8 horas diárias (Plantão Policial)	24023 (Siafísico 210900)	m²	162,68	R\$	R\$
2	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	24023 (Siafísico 218197)	m²	20,02	R\$	R\$
				Total Mensal:	R\$	R\$
				Prazo Contratual:	30 meses	
				VALOR TOTAL:	R\$	R\$

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 9 (70º Distrito Policial – Sapopemba - Rua Otávio Alves Dundas, 390 – Sapopemba – São Paulo/SP – CEP 03249-000)

V3 - 44 HORAS SEMANAIS - 2ª À SÁBADO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios	24023 (Siafísico 162736)	m²	826,85	R\$	R\$
2	Almoxarifados/Galpões	24023 (Siafísico 162752)	m²	50,00	R\$	R\$
3	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	24023 (Siafísico 218197)	m²	57,15	R\$	R\$
4	Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	24023 (Siafísico 162787)	m²	600,00	R\$	R\$
		24023	m²	360,00	R\$	R\$

5	Varrição de passeios e arruamentos	(Siafisico 162795)				
6	Pátios e áreas verdes - Alta frequência	24023 (Siafisico 162809)	m²	90,00	R\$	R\$
7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	24023 (Siafisico 162850)	m²	100,10	R\$	R\$
8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	24023 (Siafisico 162876)	m²	109,00	R\$	R\$
				Total Mensal:	R\$	R\$
				Prazo Contratual:	30 meses	
				VALOR TOTAL:	R\$	R\$

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

TOTAL - ÁREAS AGLUTINADAS:

V3 - 44 HORAS SEMANAIS - 2ª À SÁBADO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios	24023 (Siafisico 162736)	m²	8.958,54	R\$	R\$
2	Almoxarifados/Galpões	24023 (Siafisico 162752)	m²	814,87	R\$	R\$
3	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	24023 (Siafisico 218197)	m²	490,38	R\$	R\$
4	Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	24023 (Siafisico 162787)	m²	7.045,00	R\$	R\$
5	Varrição de passeios e arruamentos	24023 (Siafisico 162795)	m²	8.755,40	R\$	R\$
6	Pátios e áreas verdes - Alta frequência	24023	m²	5.275,50	R\$	R\$

		(Siafisico 162809)				
7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	24023 (Siafisico 162850)	m²	667,50	R\$	R\$
8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	24023 (Siafisico 162876)	m²	967,50	R\$	R\$
				Total Mensal:	R\$	R\$
				Prazo Contratual:	30 meses	
				VALOR TOTAL:	R\$	R\$

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

E3 - 8 HORAS DIÁRIAS - 2ª À DOMINGO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios (segunda-feira a domingo – 8 horas diárias) Plantão Policial	24023 (Siafisico 162736)	m²	720,44	R\$	R\$
2	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	24023 (Siafisico 218197)	m²	97,94	R\$	R\$
				Total Mensal:	R\$	R\$
				Prazo Contratual:	30 meses	
				VALOR TOTAL:	R\$	R\$

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço unitário.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **30 meses**, contados da emissão da Ordem de Início de Execução de Serviços, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência

2.1.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.1.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.1.4. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

2.1.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.1.7. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.1.8. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

5.4. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

7.1. Os preços inicialmente ajustados poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do Contratado.

7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- a. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- b. Para os demais custos, decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra): a partir da data da apresentação da proposta.

7.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que apostilada.

7.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços (art. 135, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias (art. 135, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.7. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.8. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a demonstração analítica da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato que fundamenta a repactuação.

7.8.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho visa a repassar integralmente a variação de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.9. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos demais custos, decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), a respectiva variação será apurada mediante a aplicação do índice de reajustamento INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, observando a data de referência e o interregno mínimo definidos nesta cláusula, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra) a ser reajustada;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta ou à data do último reajustamento aplicado;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.9.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.9.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra) será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.9.3. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.9.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), por meio de termo aditivo.

7.10. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.11. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.12. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.13. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.14. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.15. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.16. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.17. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação em até 1 (um) mês, contado a partir da data em que for apresentada, pelo contratado, solicitação acompanhada de documentação contendo demonstração analítica da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.17.1. O prazo referido na subdivisão anterior não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.18. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.19. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20. Se ocorrer repactuação para valor maior, o Contratado deverá complementar a garantia contratual que tenha sido anteriormente prestada, caso exigida neste instrumento, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.21. Caso ocorra majoração da tarifa de transporte público, será facultada a revisão de item relativo a valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços que constitui parte integrante do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados. Caso sejam preenchidos os requisitos legais, a revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por termo aditivo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de intervenção indevida na gestão interna do Contratado, tais como (art. 48 da Lei nº 14.133, de 2021):

I) indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

II) fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo Contratado;

III) estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do Contratado;

IV) definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

V) demandar a funcionário do Contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

VI) realizar outras exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do Contratado;

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 2 (dois) meses para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 2 (dois) meses, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º, do art. 137, da [Lei nº 14.133, de 2021](#));

8.1.13. Observar que constitui responsabilidade da Administração Pública garantir as condições de segurança e salubridade dos trabalhadores, quando o trabalho for realizado em suas dependências ou local previamente convencionado em contrato;

8.1.14. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e /ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, ou em documentação apresentada pelo Contratado para cumprimento da disciplina da fiscalização administrativa do Termo de Referência, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.1.22. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.1.23. Garantir o acesso do Contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.24. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.1.25. Prestar os serviços conforme os parâmetros e rotinas estabelecidos, utilizando todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, e normas da legislação;

9.1.26. Disponibilizar ao Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

9.1.27. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

9.1.28. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;

9.1.29. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o Contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que o Contratante analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento;

9.1.30. Autorizar o Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como a fazer o desconto das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

9.1.31. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

9.1.32. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos profissionais alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência;

9.1.33. Instruir seus profissionais quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.1.34. Instruir seus profissionais a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer eventual ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.1.35. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.1.35.1. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, quando disponível, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.1.35.2. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados que necessitem dessa providência para acesso às informações de seu interesse, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado, admitindo-se que essa providência seja substituída por outro meio comprovadamente eficaz de acesso a essas informações;

9.1.36. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível;

9.1.37. Não se beneficiar do regime tributário do Simples Nacional em caso de enquadramento em uma das vedações da [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#);

9.1.37.1. Quando for o caso, se caracterizado enquadramento em uma das vedações da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), o Contratado deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do artigo 30, *caput*, inciso II, e § 1º, inciso II, do mesmo diploma legal, apresentando ao Contratante a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo;

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

10. CLAÚSULA DÉCIMA - DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

10.1. A compensação da jornada de trabalho e demais condições a ela referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, e demais disposições a seguir.

12.2. A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade XXXXXX, no valor de R\$ _____, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do artigo 98 do referido diploma legal, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados do Contratado que venham a participar da execução dos serviços contratados.

12.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.

12.4. Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia:

12.4.1. A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas;

12.4.2. O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, observando-se, quando for o caso, o disposto no § 2º do artigo 96 e no parágrafo único do artigo 97 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.4.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

12.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

12.6.1. prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;

12.6.2. multas moratórias e compensatórias aplicadas pelo Contratante ao Contratado; e

12.6.3. obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação não adimplidas pelo Contratado, quando couber.

12.7. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

12.7.1. Caso fortuito ou força maior;

12.7.2. Descumprimento das obrigações pelo Contratado decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao Contratante;

12.7.3. Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.

12.8. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada seguindo os mesmos parâmetros.

12.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, o Contratado deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificado pelo Contratante para fazê-lo.

12.10. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

12.10.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.10.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

12.11. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021) ou a comunicação do sinistro pelo Contratante ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.

12.12. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

12.13. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

12.14. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas trabalhistas, sociais, previdenciárias e para com o FGTS, inclusive verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria.

12.15. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, o Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade do Contratado sem extinção de seus contratos de trabalho.

12.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

12.17. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

12.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas "b", "c" e "d" da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. **Multa**:

Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente

devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigido na documentação que integra este instrumento ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a. natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. as peculiaridades do caso concreto;
- c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. os danos que dela provierem para o Contratante;
- e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

13.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente, definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1 O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

14.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

14.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.2.3. Indenizações e multas.

14.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

14.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pelo Contratado, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS, ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste instrumento e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, por ato unilateral e escrito do Contratante, com base nos artigos 50, 121 e 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.5. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

14.5. Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:

14.5.1. a garantia contratual, caso exigida na documentação que integra este instrumento - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, "b", da [Lei n.º 14.133, de 2021](#)); e

14.5.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes, até que a situação seja regularizada.

14.6. Na hipótese da subdivisão anterior, não havendo quitação das verbas trabalhistas por parte do Contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao Contratado (art. 121, § 3º, inciso IV, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

14.7. O CONTRATANTE poderá ainda:

14.7.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, "c", da [Lei n.º 14.133, de 2021](#)), conforme legislação que rege a matéria, caso tenha ocorrido exigência de prestação de garantia na documentação que integra este instrumento; e

14.7.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

14.8. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. No presente exercício, as despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/unidade: 00001;
- II. Fonte de recursos: 150010001;
- III. Programa de trabalho: 06122180141800000;
- IV. Elemento de despesa: 33903796;
- V. Plano interno: 000.000.0100;

16.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA– FORO

19.1 Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. OU [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RENATA LANCELLOTTI ZUCCARO LEONEL

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 11:45:45.

VALTER SERGIO DE ABREU

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 12:40:33.



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 2 de março de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SSP-05/2026

Regulamenta a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

O **SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de disciplinar a aplicação de sanções, nos termos dos artigos 155 a 163 desse diploma legal,

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela LLCA obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - São consideradas infrações para os fins desta Resolução:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Artigo 3º - As sanções administrativas aplicáveis são:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

Artigo 4º - Além das sanções previstas no artigo 3º desta Resolução, incidirá em multa de mora o contratado que der causa ao atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 5º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos à Administração que advierem da infração cometida;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§1º - São consideradas circunstâncias agravantes:

1 - a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3 - a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5 - a reincidência na infração;

6 - a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São consideradas circunstâncias atenuantes:

1 - a falha escusável do licitante ou contratado;

2- a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3- a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de má-fé;

4 - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

Artigo 6º - Considera-se reincidência a repetição de conduta prevista no artigo 2º desta Resolução, sancionada por decisão administrativa irrecorrível.

Parágrafo único - Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção anterior, se entre a data da decisão administrativa definitiva e aquela da prática posterior houver decorrido período superior a 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 7º - A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo único - Será considerada inexecução parcial sem grave prejuízo à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual, bem como não cause dano ao interesse público.

Seção II – Da Multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução

Artigo 8º - A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e poderá ser aplicada a todas as infrações tratadas por esta Resolução.

Artigo 9º - Em caso de inexecução parcial do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato;

Artigo 10 - Em caso de inexecução total do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

Artigo 11 – A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução será aplicada nos termos e percentuais abaixo indicados:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

II - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

IV - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

V - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VII - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VIII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

Artigo 12 - Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, a autoridade competente deverá deliberar, formalmente, quanto à vantajosidade da manutenção do contrato vigente ou inaugurar, imediatamente, os procedimentos para a extinção do contrato.

Seção III – Da multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução

Artigo 13 - Em caso de atraso injustificado na execução do contrato será aplicada a multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução:

I - sobre o valor da parcela inadimplida;

II - a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado para cumprimento da obrigação.

§1º- A multa de mora prevista no *caput* deste artigo será:

1 - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, conforme o caso.

2 - no caso de serviços e fornecimentos contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado ou bem adquirido.

3 - no caso de obras e serviços de engenharia:

- a) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;
- b) 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias, no caso de reincidência;
- c) após 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado.

§ 2º – Os prazos referidos nos itens 1 a 3 do §1º deste artigo serão contados em dias corridos.

§ 3º – A multa de mora poderá:

1 - ser convertida na multa sancionatória prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução;

2 - ser aplicada em conjunto com as demais sanções previstas nesta Resolução;

3 - ensejar a extinção unilateral do contrato.

Seção IV – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 14 – A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, pelos seguintes prazos, respeitado o prazo máximo de 3 (três) anos:

I - de 3 (três) meses a 9 (nove) meses pela conduta de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

II - de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses pela conduta de:

a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

c) retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

III - de 12 (doze) meses a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

IV - de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato.

Seção V – Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

Artigo 15 – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, pelos seguintes prazos, devendo ser observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, pela conduta de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos pela conduta de:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo único - A sanção prevista no *caput* será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave pela prática das seguintes condutas, pelos seguintes prazos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos pela conduta de:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato;

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS

Artigo 16 - O Dirigente da Unidade Gestora Executora (UGE) será competente para:

I - instaurar os processos sancionatórios e de responsabilização;

II - aplicar as sanções de advertência e multa nos casos de inexecução parcial do contrato que não resulte em grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

III - aplicar as sanções decorrentes de infrações no procedimento licitatório para constituição de Sistema de Registro de Preços, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

IV - aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, na condição de órgão participante, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

Parágrafo único - Os atos previstos neste artigo serão formalizados mediante despacho motivado, com a devida indicação dos fundamentos fáticos e jurídicos.

Artigo 17 - O Dirigente da Unidade Orçamentária (UO) será competente para aplicar:

I - sanção de multa pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Artigo 18 - Compete exclusivamente ao Secretário de Segurança Pública a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no artigo 15 desta resolução, que será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

CAPÍTULO IV - DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Seção I - Das espécies de processo para aplicação das sanções

Artigo 19 - A aplicação das sanções objeto desta Resolução obedecerá ao seguinte:

I - para as sanções previstas nos incisos I a II do artigo 3º, desta Resolução e para a multa de mora será instaurado processo sancionatório;

II - para as sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou

mais servidores estáveis.

§1º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização terão início com o registro da infração.

§2º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instaurados junto ao SEI/SP - Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - nos termos do Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023, e ser relacionados, apensados ou anexados ao processo principal, de forma que a consulta a ambos possa ser simultânea.

§3º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instruídos com as peças extraídas do processo principal identificadas individualmente, evitando a reunião de vários documentos em um único arquivo.

§4º - Com o início do processo sancionatório ou do processo de responsabilização, deverão ser notificados os emitentes das garantias que houver.

Seção II - Do registro da infração

Artigo 20 - Constatada a prática das infrações previstas nesta Resolução, no transcorrer do procedimento licitatório ou durante a execução do contrato, o fato deverá ser relatado formalmente ao Dirigente da UGE para que exerça o controle preventivo e delibere sobre o prosseguimento.

§1º - O relato formal da infração constitui um dever do agente público que tomar conhecimento do fato.

§2º - O relato formal da infração deverá conter os seguintes elementos:

- 1 - descrição da conduta irregular praticada pelo licitante ou contratado;
- 2 - motivação do ato, com enquadramento da situação fática às infrações previstas nesta Resolução;
- 3 - memorial de cálculo da multa, com base nesta Resolução;
- 4 - proposta de aplicação das sanções, nos termos desta Resolução.

§3º - O relato formal da infração será lavrado em documento digital, por meio do SEI/SP ou outro que venha a substituí-lo.

§4º - Compete:

- 1 - ao agente de contratação, bem como ao presidente da comissão de contratação, conforme o caso, o relato formal da infração cometida durante a licitação;
- 2 - ao gestor e a qualquer fiscal do contrato o relato formal da infração cometida durante a execução contratual.

§5º - Em sendo o relato formal da infração lavrado pelo fiscal do contrato, este deverá ser remetido preliminarmente ao gestor do contrato, para que exerça o controle preventivo do ato.

Seção III - Do processo sancionatório para aplicação de advertência

Artigo 21 - À vista de relato formal sobre inexecução parcial do contrato, sem grave dano à Administração, o dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório para aplicação de advertência.

§ 1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da sanção.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§ 3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

Seção IV - Do processo sancionatório para aplicação da multa prevista no artigo 2º, inciso II desta Resolução e da multa de mora prevista no 3º desta Resolução

Artigo 22 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita à multa ou à multa de mora, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório.

§1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da multa proposta no relato formal.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

§4º - Mantida a aplicação da penalidade, o interessado deverá ser intimado para ciência e, se for o caso, para pagamento da multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação para o recolhimento, devendo comprová-lo nos autos do processo sancionatório.

Seção V - Do processo de responsabilização para aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Artigo 23 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo de responsabilização, nos termos do artigo 19, inciso II desta Resolução.

§1º - O despacho fundamentado consistirá:

1 - Na conferência da penalidade proposta no relato formal;

2 - Na constituição de comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, de acordo com o artigo 19, inciso II desta Resolução.

§2º - A comissão referida no inciso II do §1º deste artigo:

1 - avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;

2 - intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

3 - notificará os emitentes das garantias exigidas no contrato sobre o início do processo de responsabilização para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Artigo 24 - Se estiverem presentes indícios que recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o interessado ser intimado de ambas as consequências da infração constatada.

Artigo 25 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

Artigo 26 - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Artigo 27 - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 28 - Os processos de responsabilização deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à autoridade competente para fins de avaliação da regularidade do seu processamento.

Parágrafo único - Constatada a regularidade, a autoridade competente proferirá decisão, salvo nos casos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, hipótese em que os autos serão remetidos ao órgão de assessoramento jurídico preliminarmente à decisão do Titular da Pasta.

Seção VI - Dos recursos

Artigo 29 - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa, multa de mora e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Parágrafo único - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 30 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento pela autoridade competente.

Artigo 31 - O recurso e o pedido de reconsideração suspenderão o ato ou a decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Artigo 32 - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Seção VII - Das intimações

Artigo 33 - A intimação dos atos previstos nesta Resolução será feita ao preposto ou ao representante legal do interessado, conforme o caso, mediante mensagem eletrônica formal por meio do SEI/SP ao endereço de e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

Parágrafo único - Resultando infrutífera a intimação a que refere o *caput* deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 34 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial visando à reparação integral do dano causado.

Artigo 35 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 36 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 37 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput*

deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 38 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

Artigo 39 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 40 - Esta Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 41 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

OSVALDO NICO GONÇALVES
Secretário da Segurança Pública

ANEXO IV
PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS
(elaborado pelo licitante)

ANEXO IV.1
MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA
(em papel timbrado do licitante)

Pregão nº _____/2026
Processo SEI nº 058.00124893/2025-42

UNIDADE Nº 1 (41º Distrito Policial – Vila Rica - Avenida Inconfidência Mineira, 688 – Vila Rica – São Paulo/SP – CEP 03911-000)

V3 - 44 HORAS SEMANAIS - 2ª À SÁBADO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER e CÓDIGO DO SIAFÍSICO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios	24023 (Siafisico 162736)	m²	1.148,25	R\$	R\$
2	Almoxarifados/Galpões	24023 (Siafisico 162752)	m²	40,00	R\$	R\$
3	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação **	24023 (Siafisico 218197)	m²	51,75	R\$	R\$
4	Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	24023 (Siafisico 162787)	m²	500,00	R\$	R\$
5	Varição de passeios e arruamentos	24023 (Siafisico 162795)	m²	1.425,00	R\$	R\$
6	Pátios e áreas verdes - Alta frequência	24023 (Siafisico 162809)	m²	357,00	R\$	R\$
7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	24023 (Siafisico 162850)	m²	58,60	R\$	R\$
8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	24023 (Siafisico 162876)	m²	59,00	R\$	R\$
				Total Mensal:	R\$	R\$
				Prazo Contratual:	30 meses	
				VALOR TOTAL:	R\$	R\$

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 2 (44º Distrito Policial – Guaianases - Rua Salvador Gianetti, 386 – Guaianases – São Paulo/SP – CEP 08410-000)

V3 - 44 HORAS SEMANAIS - 2ª À SÁBADO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER e CÓDIGO DO SIAFÍSICO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios	24023 (Siafisico 162736)	m²	729,49	R\$	R\$
2	Almoxarifados/Galpões	24023 (Siafisico 162752)	m²	169,00	R\$	R\$
3	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação **	24023 (Siafisico 218197)	m²	50,51	R\$	R\$
4	Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	24023 (Siafisico 162787)	m²	288,00	R\$	R\$
5	Varrição de passeios e arruamentos	24023 (Siafisico 162795)	m²	267,00	R\$	R\$
6	Pátios e áreas verdes - Alta frequência	24023 (Siafisico 162809)	m²	67,00	R\$	R\$
7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	24023 (Siafisico 162850)	m²	63,00	R\$	R\$
8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	24023 (Siafisico 162876)	m²	90,00	R\$	R\$
				Total Mensal:	R\$	R\$
				Prazo Contratual:	30 meses	
				VALOR TOTAL:	R\$	R\$

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 3 (49º Distrito Policial – São Mateus - Avenida Ragueb Chohfi, 830 – São Mateus – São Paulo/SP – CEP 08375-000)

V3 - 44 HORAS SEMANAIS - 2ª À SÁBADO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER e CÓDIGO DO SIAFÍSICO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios	24023 (Siafisico 162736)	m²	836,73	R\$	R\$
2	Almoxarifados/Galpões	24023 (Siafisico 162752)	m²	18,00	R\$	R\$

3	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação **	24023 (Siafisico 218197)	m²	23,35	R\$	R\$
4	Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	24023 (Siafisico 162787)	m²	1.045,80	R\$	R\$
5	Varrição de passeios e arruamentos	24023 (Siafisico 162795)	m²	1.488,00	R\$	R\$
6	Pátios e áreas verdes - Alta frequência	24023 (Siafisico 162809)	m²	440,00	R\$	R\$
7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	24023 (Siafisico 162850)	m²	60,00	R\$	R\$
8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	24023 (Siafisico 162876)	m²	80,00	R\$	R\$
				Total Mensal:	R\$	R\$
				Prazo Contratual:	30 meses	
				VALOR TOTAL:	R\$	R\$

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 3.1 (49º Distrito Policial – São Mateus - Avenida Ragueb Chohfi, 830 – São Mateus – São Paulo/SP – CEP 08375-000))

E3 - 8 HORAS DIÁRIAS - 2ª À DOMINGO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios - 2ª a domingo - 8 horas diárias (Plantão Policial)	24023 (Siafisico 169358)	m²	314,15	R\$	R\$
2	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	24023 (Siafisico 218197)	m²	25,77	R\$	R\$
				Total Mensal:	R\$	R\$
				Prazo Contratual:	30 meses	
				VALOR TOTAL:	R\$	R\$

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 4 (53º Distrito Policial – Parque do Carmo / Centro de Execução de Cartas Precatórias - CECP / Delegacia de Defesa do Idoso - DDI - Avenida Osvaldo Pucci, 180 – Parque do Carmo – São Paulo/SP – CEP 08270-700)

V3 - 44 HORAS SEMANAIS - 2ª À SÁBADO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios	24023	m²	313,98	R\$	R\$

		(Siafisico 162736)				
2	Almoxarifados/Galpões	24023	m²	163,37	R\$	R\$
		(Siafisico 162752)				
3	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	24023	m²	63,88	R\$	R\$
		(Siafisico 218197)				
4	Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	24023	m²	768,60	R\$	R\$
		(Siafisico 162787)				
5	Varrição de passeios e arruamentos	24023	m²	878,00	R\$	R\$
		(Siafisico 162795)				
6	Pátios e áreas verdes - Alta frequência	24023	m²	220,00	R\$	R\$
		(Siafisico 162809)				
7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	24023	m²	95,80	R\$	R\$
		(Siafisico 162850)				
8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	24023	m²	82,50	R\$	R\$
		(Siafisico 162876)				
				Total Mensal:	R\$	R\$
				Prazo Contratual:	30 meses	
				VALOR TOTAL:	R\$	R\$

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 4.1 (53º Distrito Policial – Parque do Carmo / Centro de Execução de Cartas Precatórias - CECIP / Delegacia de Defesa do Idoso - DDI - Avenida Osvaldo Pucci, 180 – Parque do Carmo – São Paulo/SP – CEP 08270-700)

E3 - 8 HORAS DIÁRIAS - 2ª À DOMINGO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios - 2ª a domingo - 8 horas diárias (Plantão Policial)	24023	m²	163,37	R\$	R\$
		(Siafisico 169358)				
2	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	24023	m²	25,07	R\$	R\$
		(Siafisico 218197)				
				Total Mensal:	R\$	R\$
				Prazo Contratual:	30 meses	
				VALOR TOTAL:	R\$	R\$

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 5 (54º Distrito Policial – Cidade Tiradentes - Rua Francisco José Viana, 175 – Cidade Tiradentes – São Paulo/SP – CEP 08471-530)

V3 - 44 HORAS SEMANAIS - 2ª À SÁBADO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios	24023 (Siafisico 162736)	m²	1.627,80	R\$	R\$
2	Almoxarifados/Galpões	24023 (Siafisico 162752)	m²	0,00	R\$	R\$
3	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	24023 (Siafisico 218197)	m²	68,20	R\$	R\$
4	Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	24023 (Siafisico 162787)	m²	1.042,60	R\$	R\$
5	Varrição de passeios e arruamentos	24023 (Siafisico 162795)	m²	1.129,50	R\$	R\$
6	Pátios e áreas verdes - Alta frequência	24023 (Siafisico 162809)	m²	2.850,00	R\$	R\$
7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	24023 (Siafisico 162850)	m²	44,00	R\$	R\$
8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	24023 (Siafisico 162876)	m²	99,00	R\$	R\$
				Total Mensal:	R\$	R\$
				Prazo Contratual:	30 meses	
				VALOR TOTAL:	R\$	R\$

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 6 (55º Distrito Policial – Parque São Rafael - Rua Aldeia de Santo Inácio, 696 – Parque São Rafael – São Paulo/SP – CEP 08320-560)

V3 - 44 HORAS SEMANAIS - 2ª À SÁBADO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios	24023 (Siafisico	m²	1.560,88	R\$	R\$

		162736)				
2	Almoxarifados/Galpões	24023 (Siafisico 162752)	m²	115,50	R\$	R\$
3	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	24023 (Siafisico 218197)	m²	76,12	R\$	R\$
4	Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	24023 (Siafisico 162787)	m²	538,00	R\$	R\$
5	Varrição de passeios e arruamentos	24023 (Siafisico 162795)	m²	1.992,40	R\$	R\$
6	Pátios e áreas verdes - Alta frequência	24023 (Siafisico 162809)	m²	948,00	R\$	R\$
7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	24023 (Siafisico 162850)	m²	92,00	R\$	R\$
8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	24023 (Siafisico 162876)	m²	173,00	R\$	R\$
				Total Mensal:	R\$	R\$
				Prazo Contratual:	30 meses	
				VALOR TOTAL:	R\$	R\$

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 7 (66º Distrito Policial – Jardim Aricanduva - Avenida Osvaldo Valle Cordeiro, 180 – Jardim Aricanduva – São Paulo/SP – CEP 03584-000)

V3 - 44 HORAS SEMANAIS - 2ª À SÁBADO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios	24023 (Siafisico 162736)	m²	958,07	R\$	R\$
2	Almoxarifados/Galpões	24023 (Siafisico 162752)	m²	144,00	R\$	R\$
3	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	24023 (Siafisico 218197)	m²	38,61	R\$	R\$
4	Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	24023 (Siafisico 162787)	m²	1.062,00	R\$	R\$
5	Varrição de passeios e arruamentos	24023	m²	495,50	R\$	R\$

		(Siafisico 162795)				
6	Pátios e áreas verdes - Alta frequência	24023	m²	123,50	R\$	R\$
		(Siafisico 162809)				
7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	24023	m²	64,00	R\$	R\$
		(Siafisico 162850)				
8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	24023	m²	90,00	R\$	R\$
		(Siafisico 162876)				
				Total Mensal:	R\$	R\$
				Prazo Contratual:	30 meses	
				VALOR TOTAL:	R\$	R\$

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 7.1 (8ª Delegacia de Defesa da Mulher - DDM - Avenida Osvaldo Valle Cordeiro, 180 – Jardim Aricanduva – São Paulo/SP – CEP 03584-000)

E3 - 8 HORAS DIÁRIAS - 2ª À DOMINGO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios - 2ª a domingo - 8 horas diárias (Plantão Policial)	24023	m²	80,24	R\$	R\$
		(Siafisico 169358)				
2	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	24023	m²	27,08	R\$	R\$
		(Siafisico 218197)				
				Total Mensal:	R\$	R\$
				Prazo Contratual:	30 meses	
				VALOR TOTAL:	R\$	R\$

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 8 (69º Distrito Policial – Teotônio Vilela e Sede da 8ª Delegacia Seccional de Polícia - Avenida Arquiteto Vilanova Artigas, 720 – Conjunto Teotônio Vilela – São Paulo/SP – CEP 03928-240)

V3 - 44 HORAS SEMANAIS - 2ª À SÁBADO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios	24023	m²	956,49	R\$	R\$
		(Siafisico 162736)				
2	Almoxarifados/Galpões	24023	m²	115,00	R\$	R\$
		(Siafisico 162752)				
3	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	24023	m²	60,81	R\$	R\$
		Siafisico 218197)				

4	Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	24023 (Siafisico 162787)	m²	1.200,00	R\$	R\$
5	Varrição de passeios e arruamentos	24023 (Siafisico 162795)	m²	720,00	R\$	R\$
6	Pátios e áreas verdes - Alta frequência	24023 (Siafisico 162809)	m²	180,00	R\$	R\$
7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	24023 (Siafisico 162850)	m²	90,00	R\$	R\$
8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	24023 (Siafisico 162876)	m²	185,00	R\$	R\$
				Total Mensal:	R\$	R\$
				Prazo Contratual:	30 meses	
				VALOR TOTAL:	R\$	R\$

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 8.1 (69º Distrito Policial – Teotônio Vilela - Avenida Arquiteto Vilanova Artigas, 720 – Conjunto Teotônio Vilela – São Paulo/SP – CEP 03928-240)

E3 - 8 HORAS DIÁRIAS - 2ª À DOMINGO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios - 2ª a domingo - 8 horas diárias (Plantão Policial)	24023 (Siafisico 169358)	m²	162,68	R\$	R\$
2	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	24023 (Siafisico 218197)	m²	20,02	R\$	R\$
				Total Mensal:	R\$	R\$
				Prazo Contratual:	30 meses	
				VALOR TOTAL:	R\$	R\$

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

UNIDADE Nº 9 (70º Distrito Policial – Sapopemba - Rua Otávio Alves Dundas, 390 – Sapopemba – São Paulo/SP – CEP 03249-000)

V3 - 44 HORAS SEMANAIS - 2ª À SÁBADO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios	24023 (Siafisico 162736)	m²	826,85	R\$	R\$
2	Almoxarifados/Galpões	24023 (Siafisico 162752)	m²	50,00	R\$	R\$

3	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	24023 (Siafisico 218197)	m²	57,15	R\$	R\$
4	Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	24023 (Siafisico 162787)	m²	600,00	R\$	R\$
5	Varrição de passeios e arruamentos	24023 (Siafisico 162795)	m²	360,00	R\$	R\$
6	Pátios e áreas verdes - Alta frequência	24023 (Siafisico 162809)	m²	90,00	R\$	R\$
7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	24023 (Siafisico 162850)	m²	100,10	R\$	R\$
8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	24023 (Siafisico 162876)	m²	109,00	R\$	R\$
				Total Mensal:	R\$	R\$
				Prazo Contratual:	30 meses	
				VALOR TOTAL:	R\$	R\$

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

TOTAL - ÁREAS AGLUTINADAS:

V3 - 44 HORAS SEMANAIS - 2ª À SÁBADO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios	24023 (Siafisico 162736)	m²	8.958,54	R\$	R\$
2	Almoxarifados/Galpões	24023 (Siafisico 162752)	m²	814,87	R\$	R\$
3	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	24023 (Siafisico 218197)	m²	490,38	R\$	R\$
4	Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	24023 (Siafisico 162787)	m²	7.045,00	R\$	R\$
5	Varrição de passeios e arruamentos	24023 (Siafisico 162795)	m²	8.755,40	R\$	R\$
6	Pátios e áreas verdes - Alta frequência	24023 (Siafisico 162809)	m²	5.275,50	R\$	R\$
7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	24023 (Siafisico 162850)	m²	667,50	R\$	R\$

8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	24023 (Siaffisico 162876)	m²	967,50	R\$	R\$
				Total Mensal:	R\$	R\$
				Prazo Contratual:	30 meses	
				VALOR TOTAL:	R\$	R\$

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

E3 - 8 HORAS DIÁRIAS - 2ª À DOMINGO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pisos frios (segunda-feira a domingo – 8 horas diárias) Plantão Policial	24023 (Siaffisico 169358)	m²	720,44	R\$	R\$
2	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	24023 (Siaffisico 218197)	m²	97,94	R\$	R\$
				Total Mensal:	R\$	R\$
				Prazo Contratual:	30 meses	
				VALOR TOTAL:	R\$	R\$

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva

ANEXO V

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

(elaborado pelo licitante)

ANEXO V.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Pregão nº _____/2026

Processo SEI nº 058.00124893/2025-42

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº _____/2026, Processo SEI nº 058.00124893/2025-42, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data)

(nome/assinatura/qualificação do representante legal)

ANEXO V.2

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA
CONTRATAÇÃO**

(elaborado pelo licitante)

Pregão nº _____/2026

Processo SEI nº 058.00124893/2025-42

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de responsável técnico de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº _____/2026, Processo SEI nº 058.00124893/2025-42, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura/qualificação do representante legal)

ANEXO V.3

**DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
(elaborado pelo licitante)

Pregão nº _____/2026

Processo SEI nº 058.00124893/2025-42

Declaro que o licitante _____ (nome
empresarial ou denominação), inscrito no CNPJ sob nº _____, estabelecido
em _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa
privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa / Vigência do Contrato / Valor total do Contrato*

___ / ___ / ___

___ / ___ / ___

___ / ___ / ___

___ / ___ / ___

Valor total dos Contratos / R\$ _____

(Local e data)

(nome/assinatura/qualificação do representante legal)

Observação:

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

Nota 2: *Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

FÓRMULA EXEMPLIFICATIVA, PARA FINS DE ATENDIMENTO À EXIGÊNCIA DE DECLARAÇÃO DE QUE UM DOZE AVOS DOS CONTRATOS FIRMADOS PELO LICITANTE VIGENTES NÃO É SUPERIOR AO SEU PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pelo licitante não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante.

Fórmula de cálculo:

Valor do Patrimônio Líquido x 12 \geq 1

Valor total dos contratos *

Observação:

Nota 1: Esse resultado deverá ser superior ou igual a 1 (um).

Nota 2: *Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

b) Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo:

(Valor da Receita Bruta

- Valor total dos Contratos) x 100 =

Valor da Receita Bruta

ANEXO VI.2

MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA

ANEXO VI.1

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA

(elaborada pelo licitante)

Pregão nº _____/2026

Processo SEI nº 058.00124893/2025-42

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____ / ____, Processo SEI nº 058.00124893/2025-42, DECLARO que o licitante tem conhecimento do local e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura/qualificação do representante legal)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI.2

ANEXO VI.2

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

(elaborada pelo licitante)

Pregão nº _____/2026

Processo SEI nº 058.00124893/2025-42

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo SEI nº 058.00124893/2025-42, DECLARO que o licitante tem conhecimento do local e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura/qualificação do representante legal)

(nome/assinatura do representante legal)



SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL /DECAP
8.ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA
UNIDADE GESTORA EXECUTORA

ITEM	CATSER E CÓDIGO SIAFÍSICO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS CADTERC VOL. 3 - LIMPEZA PREDIAL - LIMPEZA EM DELEGACIAS PARTICIPATIVAS (PLANTÃO POLICIAL)	ÁREA (m²) (1)	VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$/m²) (2) CADTERC	VALORES CADTERC
		Áreas Internas			
2.1	24023 (Siafísico 16273-6)	Pisos frios (segunda-feira a sábado - 44 horas semanais) Volume 3	8.958,54	R\$ 8,25	R\$ 73.907,96
2.2	24023 (Siafísico 16273-6)	Pisos frios (segunda-feira a domingo - 8 horas diárias) Delegacia Participativa	720,44	R\$ 10,33	R\$ 7.442,15
2.3	24023 (Siafísico 16275-2)	Almoxarifados / Galpões (segunda-feira a sábado - 44 horas semanais) Volume 3	814,87	R\$ 3,66	R\$ 2.982,42
2.4	24023 (Siafísico 21819-7)	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação (segunda-feira a sábado - 44 horas semanais) Volume 3	490,38	R\$ 10,04	4.923,42
2.5	24023 (Siafísico 21819-7)	Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação (segunda-feira a domingo - 8 horas) Delegacia Participativa	97,94	R\$ 12,65	R\$ 1.238,94
		Áreas externas			
2.6	24023 (Siafísico 16278-7)	Pisos pavimentados adjacentes / contíguos às edificações - Volume 3	7.045,00	R\$ 4,12	R\$ 29.025,40
2.7	24023 (Siafísico)	Varrição de passeios e arruamentos - Volume 3	8.755,40	R\$ 0,84	R\$ 7.354,54

10



SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL /DECAP
8ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA
UNIDADE GESTORA EXECUTORA

	16279,51				
2.8	24023 (Statístico 162809)	Pátios e áreas verdes – Alta frequência - Volume 3	5.275,50	R\$ 0,77	R\$ 4.062,14
		Vidros externos			
2.9	24023 (Statístico 162850)	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco) - Volume 3	667,50	R\$ 2,52	R\$ 1.682,10
2.10	24023 (Statístico 162876)	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco) - Volume 3	967,50	R\$ 3,20	R\$ 3.096,00
TOTAL MENSAL (R\$)					R\$ 135.715,05
PRAZO CONTRATUAL					30 meses
VALOR TOTAL (R\$)					R\$ 4.071.451,55

Valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto Estadual nº 67.886, de 17 de agosto de 2023.

Fontes: - Cadernos Técnicos: Caderno Volume 3 – Data Base: Janeiro/2025 – Versão 01: Dezembro/2025

E3 Limpeza em Delegacias Participativas (Plantaio Policial): Data Base: Dezembro/2025

São Paulo, 20 de janeiro de 2026.

PAULO ANDRÉ WIELCZKO
ESCRIVÃO DE POLÍCIA